Planejamento

- visão geral do processo de planejamento
- histórico do planejamento
- avaliação estratégica da UC
- objetivos específicos do manejo da UC
- zoneamento
- normas gerais
- planejamento por áreas de atuação por temas
- estimativas de custo

4 PLANEJAMENTO DO PARQUE NACIONAL DE JERICOACOARA

4.1 Visão Geral do Processo de Planejamento

Este encarte aborda o planejamento do Parque Nacional de Jericoacoara (PNJ), bem como de sua Zona de Amortecimento (ZA). Para tanto, foram utilizadas as informações constantes no encarte 1, referentes à contextualização internacional, federal e estadual, bem como nos encartes 2 e 3 que apresentam a análise regional e o diagnóstico da unidade de conservação.

Nessa construção, foram incorporadas as contribuições de pesquisadores com conhecimento na região, adquiridas ao longo dos levantamentos de campo e do Seminário de Pesquisadores, e ainda, de membros da sociedade civil e instituições de governo, com alguma interveniência no PNJ, na ocasião da Oficina de Planejamento Participativo (OPP). As comunidades do entorno do PNJ foram consultadas ainda, por meio de onze reuniões abertas, quando foram visitadas pela equipe de planejamento (coordenação do plano de manejo, supervisores do Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade e representantes do Parque). Nessas ocasiões, foi esclarecidas para a população o significado do Plano de Manejo e como ocorre o planejamento da área. Também foram coletadas suas expectativas, potencial de colaboração e visões a respeito da área.

Após a reunião de todas as informações das etapas anteriores, culmina neste encarte, portanto, o instrumento de planejamento que norteará, no espaço temporal de cinco anos, as ações que levarão o Parque Nacional de Jericoacoara a alcançar seus objetivos de criação, ou seja, sua missão.

A missão, fundamentada nos instrumentos legais que regem as normas atuais do Parque, assim como as relações institucionais e comunitárias, e as potencialidades e forças restritivas da região, auxiliam na definição das diretrizes e ações que irão compor o Plano de Manejo.

Sendo assim, neste encarte foram estruturados de forma a contemplar os seguintes temas: 1) histórico do planejamento; 2) avaliação estratégica; 3) objetivos específicos de manejo; 4) zoneamento; 5) normas gerais de manejo; 6) planejamento por áreas de atuação; e 7) cronograma de implantação do PM.

A descrição e detalhamento das ações se organizam de duas formas: Ações Gerenciais Gerais, que apresentam as ações e normas segundo programas temáticos; e Áreas Estratégicas, nas quais as ações e normas são organizadas espacialmente. Essas duas abordagens são, por fim, combinadas numa matriz, na qual são reunidas as ações gerenciais gerais e as áreas estratégicas, o que permite uma visão combinada do planejamento da UC, proporcionando uma consulta mais eficaz e direcionada das ações

necessárias. Essas ações contam ainda com informações financeiras e parcerias potenciais para sua implementação.

4.2 Histórico do Planejamento no Parque Nacional de Jericoacoara

Apesar da publicação dos instrumentos legais descritos para instituir o Parque nos moldes atuais, e sua consequente vinculação a diversos outros dispositivos, poucos são os documentos de planejamento específicos desenvolvidos e implementados na Unidade de Conservação que permita uma análise da efetividade da sua gestão.

Ainda assim, devido à existência da APA de Jericoacoara, iniciativas em direção a um planejamento foram tomadas. Dentre elas, destaca-se a união do IBAMA, da Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SEMACE), e prefeituras municipais para o gerenciamento da APA, abrangendo as três esferas de poder.

Diversas medidas foram tomadas visando a conservação. Segundo Fonteles (2004), destacavam-se, por parte da SEMACE, as seguintes:

> [...] *controle da Área pelo Conselho Comunitário e pela SEMACE; não será permitida a instalação de indústrias potencialmente poluidoras; proibido o uso de qualquer veículo automotor em toda a extensão da praia, sendo permitido apenas o tráfego de cargas ou pessoas doentes; não será permitida a instalação de camping; a compra e venda de imóveis só será permitida com o aval da Prefeitura Municipal; proibida a retirada de areia ou outro tipo de material que comprometa os ecossistemas. Para a implementação de qualquer projeto de infra-estrutura turística na área, deverá ser feito um estudo e submetido à apreciação da SEMA [mais tarde IBAMA], da Prefeitura Municipal e da SEMACE, exigindo-se o Relatório de Impacto Ambiental – RIMA. Não será permitida a construção de edifícios, e todas as residências ou estabelecimentos comerciais terão fossa séptica; a criação de animais domésticos deverá ser distante da praia; não será permitida a instalação de rede elétrica de alta tensão, sendo preferida a implantação do sistema subterrâneo, devendo o projeto ser submetido à SEMACE* (p.176).

Observa-se que a maior parte das regras não foi devidamente acolhida, e até mesmo foram descumpridas. Mesmo não havendo edifícios, propriamente ditos, na vila, algumas edificações fora dos padrões arquitetônicos estabelecidos, inclusive com relação à altura, foram construídas (Fonteles, 2004).

O IBAMA e a SEMACE, durante a década de 1990, buscaram, por meio da Instrução Normativa № 4, de 15 de maio de 1992, estabelecer padrões para o gerenciamento da APA, "que permitem ou incentivam, registram ou proíbem as seguintes ações:

a) Descarga de lixo ou aterro em todos os sistemas de terra ou zonas da APA.
b) Qualquer atividade que venha causar degradação ao meio ambiente.
c) Para hotéis, pousadas e assemelhados é estabelecida área máxima de terreno de 1.000m², para cada módulo urbano, e é permitida a construção total dessa área.
d) Para hotéis, pousadas e assemelhados, é proibida a construção de piscinas, lagoas artificiais, chafarizes e similares.
e) Para restaurantes e bares é estabelecida área de terreno de 50m², para cada módulo urbano, permitindo-se a construção de até 50% dessa área.
f) As edificações poderão ter apenas 1 pavimento e altura nunca superior a 4m.
g) Fica proibida a afixação de outdoors, luminosos, anúncios ou qualquer outra forma de comunicação visual em fachadas de prédios ou muros, que venham a comprometer a harmonia arquitetônica da Vila.
h) "Fica limitado o número de pousadas, hotéis e assemelhados ao atualmente existente."

Determinou-se que as construções tivessem, no máximo, dois pavimentos e que não ultrapassassem os 7,5m de altura. Definiu um zoneamento para a unidade, com o intuito de compatibilizar a conservação da natureza com a vida humana, o seu desenvolvimento e seu progresso. Considerou que havia na unidade oito sistemas de terra: I. Serrote; II. Base do Serrote; III. Dunas; IV. Praias Arenosas; V. Lagoas; VI. Mangues; VII. Tabuleiro; VIII. Vila (Lima, 2007).

Com a publicação da Lei № 9.985 em 2000 e do Decreto № 4.340 de 2002 que regulamentou a citada Lei, a inexistência de um Plano de Manejo finalizado continuava sendo um agravante nas questões legais sobre o uso das áreas do Parque, mesmo com a existência de outros instrumentos normativos.

Não obstante à falta de um Plano de Manejo, foram estabelecidos, como iniciativas de planejamento no Programa de Gestão, do Plano Participativo elaborado no período 2004-2006, cinco programas para o gerenciamento do Parque: a) Comunicação; b) Educação Ambiental e Inclusão Social; c) Monitoramento e Fiscalização; d) Uso Público; e) Gestão.

As principais realizações do "Programa de Gestão" foram: a elaboração do Plano Participativo 2004-2006; a estruturação e reformulação do Conselho Consultivo do Parque Nacional (CONPARNA); a construção das guaritas de acesso ao parque; a realização de operações de férias; a retirada de ocupações irregulares de dentro do parque; a contenção de dunas que avançavam em direção à Vila de Jericoacoara; apresentação de trabalhos

acadêmicos em congressos; e a ampliação e demarcação dos limites do Parque Nacional de Jericoacoara (ICMBio/MMA, 2008).

Segundo o Informativo do Parque Nacional de Jericoacoara, Riacho Doce, em sua edição especial de dezembro de 2008, o "Programa de Comunicação", cujo objetivo era "estabelecer um diálogo com a sociedade de forma mais direta", teve como as suas principais atividades: a publicação do Informativo Riacho Doce, desde 2005, no qual são registradas as ações da gestão do parque, com distribuição gratuita entre as comunidades do entorno; a elaboração do Boletim Eletrônico, a partir de 2008, com o intuito de divulgar notícias sobre o parque, disponível em (http://groups.google.com.br/group/boletim-parna-jericoacoara/web/boletim-eletrônico-parna-jericoacoara); o programa de rádio semanal Quarta Ambiental, veiculado pela rádio comunitária Boa Nova, de Jijoca; a produção de um documentário em vídeo intitulado Parque Nacional de Jericoacoara: cultura das populações tradicionais, de 18 minutos, sobre a cultura das comunidades do entorno do parque nacional; a produção de uma série de matérias para divulgação em vários órgãos de imprensa (ICMBio/MMA, 2008).

Dentre as atividades do "Programa de Educação Ambiental" devem ser citadas: a Semana de Educação Ambiental, realizada desde 2004, que inclui palestras proferidas nas localidades do entorno do parque sobre temas sugeridos pelas escolas, lideranças comunitárias e população, bem como apresentações das comunidades; a seleção e capacitação de jovens das comunidades do entorno para trabalharem como monitores ambientais nas guaritas de acesso ao parque; a organização de mutirões de limpeza; a participação nas "Caminhadas da Natureza", da ANDA Brasil; apoio às regatas organizadas pelas comunidades de pescadores; e o assessoramento a grupos de profissionais que buscam se organizar para a prestação de serviços qualificados. Além disso, vale chamar a atenção para a inserção do componente educação ambiental em todos os demais programas desenvolvidos (ICMBio/MMA, 2008).

No que diz respeito ao "Programa de Monitoramento e Fiscalização", foi ressaltado o fato de ter sido utilizada uma metodologia de caráter "dialogal e educativo". As principais atividades estiveram relacionadas com a implementação das três guaritas nas entradas de acesso ao parque e à Vila de Jericoacoara, que permitem controlar, registrar e orientar o fluxo de visitantes. Nas temporadas de férias e alta estação turística as ações nas guaritas são intensificadas, com o apoio de empresários locais e das comunidades. Nestes períodos, os monitores ambientais orientam os visitantes, distribuem material educativo e fazem o registro quantitativo de pessoas e veículos. Eles são acompanhados pela equipe do parque, que mantém contato por rádio, facilitando abordagens, nos casos de desatenção dos visitantes às normas estabelecidas. Há, também, uma estratégia para o monitoramento e fiscalização da pesca artesanal, que se dá, sobretudo, pela pactuação com os pescadores sobre a importância da conservação, as técnicas e os instrumentos de pesca a serem utilizados para diminuir os impactos negativos. Em parceria com o Centro TAMAR/ICMBio, foi monitorada a ocorrência do nascimento de 26 tartarugas marinhas – tartaruga-de-couro

Dermochelys coriacea - na praia de Mangue Seco, no interior do parque nacional, em 2007. Secundo o informativo, o trânsito de veículos nas dunas e no Serrote foi, praticamente, cessado, bem como a retirada de areia e barro no interior do parque do nacional (ICMBio/MMA, 2008).

O "Programa de Uso Público" teve como uma das suas prioridades o ordenamento das atividades náuticas, sobretudo, a prática do *windsurf* e do *kitesurf*. Isso exigiu o estudo do problema e a discussão com os usuários do parque, para a demarcação dos espaços utilizados por cada grupo, visando evitar acidentes e conflitos. Foi elaborado o termo de referência para o plano de manejo e realizado um "Seminário de Implantação das Guaritas". Com relação ao tráfego de veículos, um problema de resolução complexa, foram sinalizadas trilhas, com base em estudos realizados pelo Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará. Foi desenvolvido, também, o "Projeto Cavalo Marinho", que possibilitou o exercício de uma atividade de avistamento de fauna – cavalo marinho *Hyppocampus reidi* – conduzida por guias comunitários (ICMBio/MMA, 2008).

A gestão do Parque Nacional de Jericoacoara, segundo Osmar Fonteles, esteve durante o seu período como chefe:

> *"pautada no diálogo com a sociedade, entendendo que a construção coletiva é um processo contínuo de forma a favorecer a governança com resultados satisfatórios para o meio ambiente físico natural e sociocultural. É assim que conseguimos nos articular com os governos federal, estadual e municipal e com as comunidades do entorno do Parque, de forma a minimizar os impactos negativos e potencializar os positivos* (ICMBio/MMA, 2008)."

Apesar da implementação parcial dos programas propostos, a intensificação das edificações na orla assim como a maior pressão da demanda turística e atividades decorrentes, passaram a desencadear conflitos, de forma crescente, que emerge a necessidade de se ordenar as ações e estabelecer normas necessárias para o cumprimento dos objetivos do Parque. Sendo assim, por meio do Ministério do Turismo (MTur) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em cooperação com o ICMBio, foram repassados recursos ao longo dos anos de 2009 e 2010, que possibilitaram a elaboração deste Plano de Manejo.

4.3 Avaliação Estratégica do Parque Nacional de Jericoacoara

O enfoque estratégico é uma maneira de se estudar o ambiente externo e interno de uma organização, neste caso o Parque Nacional de Jericoacoara (PNJ), de maneira a se antecipar ao futuro, fundamentando a missão do Parque para seu planejamento contínuo e organizacional.

Peter Druker (1974) definiu planejamento estratégico como um processo contínuo e sistemático de se tomar decisões no plano presente, com o maior conhecimento possível do futuro, organizando sistematicamente as atividades necessárias de uma organização à execução dessas decisões; e, por meio de uma retroalimentação organizada e sistemática, medir o resultado dessas decisões em confronto com as expectativas. Sendo assim, o planejamento estratégico é o processo que instrumentaliza a resposta que a organização precisa apresentar ao seu ambiente e considera ainda, as condições internas e externas de seu ambiente, e suas premissas básicas a serem respeitadas, além da sua evolução esperada para que todo o processo tenha coerência e sustentação.

Para tanto, com base nas informações coletadas em atividades específicas da OPP, foi levantado elementos para a elaboração de uma matriz de avaliação estratégica. A técnica adotada para este trabalho, e que constitui numa das principais ferramentas para se proceder ao planejamento estratégico, foi a análise SWOT (***S****trengths,* ***W****eaknesses,* ***O****pportunities and* ***T****hreats*, leia-se: Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças), quando foram identificadas as potencialidades e as dificuldades, tanto para o ambiente externo como interno do Parque. Essa ferramenta permite analisar uma organização e seu entorno, contextualizando a sua posição de partida para definir uma estratégia de atuação.

No cenário interno, os pontos fracos e fortes podem condicionar o manejo do PNJ, enquanto que, no entorno, as oportunidades e ameaças podem influenciar no cumprimento dos objetivos de criação do mesmo.

Dessa matriz, que resulta numa análise do ambiente, combinada com a missão da organização, pressupõem-se as estratégias a serem adotadas no planejamento do PNJ. A análise consiste numa atividade sistemática que visa a orientar a organização e o manejo do PNJ. Ela é feita cruzando-se os pontos fortes com as oportunidades, quando se obtém, para o manejo adequado da área, as forças impulsionadoras que redundam nas principais premissas ofensivas ou de avanço. O mesmo é feito com os pontos fracos e as ameaças, quando se obtém as forças restritivas que resultam nas principais premissas defensivas ou de recuperação, que serão objeto das ações mais urgentes por parte do gestor do PNJ.

A partir da matriz, são definidas, no contexto do planejamento, estratégias para auxiliar a reverter forças negativas existentes no ambiente interno e externo, e potencializar as forças positivas detectadas a favor dos objetivos e da missão da área objeto da análise.

O Quadro 4-1 - Matriz de Avaliação Estratégica apresenta o resultado da avaliação feita pela equipe de planejamento, considerando as informações obtidas na OPP e o conhecimento da unidade de conservação, que resultou no estabelecimento das premissas do planejamento do PNJ.

Quadro 4-1 - Matriz de Avaliação Estratégica do Parque Nacional de Jericoacoara, Estado do Ceará.

FORÇAS RESTRITIVAS		Premissas Defensivas ou de Recuperação
Ambiente Interno	**Ambiente Externo**	
Pontos Fracos	**Ameaças**	
Recursos Humanos		
Insuficiência de recursos humanos e de qualificação para a gestão da UC.	Carência de capacitação nas temáticas meio ambiente e turismo para pessoas que atuam no Parque Nacional de Jericoacoara, junto ao visitante.	Fortalecer a UC por meio da ampliação do quadro de pessoal.
Dificuldade de fixação de pessoal, devido à falta de uma política atraente para a permanência na UC.	-	
Proteção e Manejo		
A falta de infraestrutura adequada para a proteção e manejo da UC (cerca, outras instalações, equipamentos etc.).	O descumprimento da proteção das Áreas de Proteção Permanente (APP).	Assegurar a proteção da UC.
Transitoriedade do ambiente (dunas, lagoas, marés) dificulta a gestão, contribuindo com a vulnerabilidade do Parque aos impactos antrópicos.	-	Garantir a atualização do Plano de Manejo, para adequações inerentes à transitoriedade dos ambientes do Parque.
Uso dos Recursos Naturais		
Ocorrência de atividade pesqueira das comunidades locais dentro dos limites do Parque.	Práticas agrícolas e extrativistas comprometendo os recursos naturais da região (monoculturas, queimadas e exploração da carnaúba).	Estabelecer mecanismos de sensibilização e controle da UC e região.
Degradação dos Recursos Naturais		
-	Degradação dos recursos naturais: pesca predatória por embarcações de grande porte, extração de areia, presença do lixão e lixo nas ruas.	Definir políticas e programas para a recuperação de áreas degradadas, a adoção de práticas de conservação ambiental, e a eliminação ou minimização dos impactos advindos de empreendimentos instalados no entorno.
-	As atividades de carcinicultura (viveiros de camarão).	
Animais domésticos		
Permanência de animais domésticos ou asselvajados (vacas, ovelhas, jumentos, porcos) no interior do Parque.	Criação extensiva de animais domésticos no entorno do Parque.	Promover a remoção de animais domésticos ou asselvajados do interior do Parque e a articulação externa para dificultar novas investidas garantindo a

FORÇAS RESTRITIVAS		Premissas Defensivas ou de Recuperação
Ambiente Interno	**Ambiente Externo**	
Pontos Fracos	**Ameaças**	
		recuperação das áreas alteradas pela presença destes animais.
Trânsito de veículos		
Grande número de trilhas e caminhos no interior da unidade, utilizadas de forma desordenada e com sinalização deficiente.	Trânsito de veículos em área de mangue (balsas Guriú).	Ordenar e limitar o trânsito de veículos no Parque e região.
Grande fluxo de veículos de forma desordenada (quadriciclos, bugues, veículos de passeio e de serviços).	-	
Fluxo de visitantes		
-	Ausência de controle de fluxo de turista na Vila de Jericoacoara.	Criar mecanismos que estimulem o turismo sustentável em Jericoacoara e região ao longo do ano.
Uso Público		
Falta de ordenamento do uso público do Parque.	Falta de ordenamento das atividades praticadas pelo receptivo turístico (guias, bugueiros, empresas de transporte, etc.)	Articular o desenvolvimento de políticas de turismo de baixo impacto para a região junto às esferas municipais, estadual e federal.
Concentração do fluxo de visitantes, e dos impactos correspondentes, em poucos atrativos e em alguns períodos.	Marketing do destino Jericoacoara atrai perfil inadequado de turistas para o Parque.	Ordenar a visitação e estruturar o Parque de acordo com seu potencial, para atender às demandas turística e ambiental e atrair um fluxo de visitantes com maior consciência ambiental.
Empresariado		
Visão empresarial imediatista, na exploração dos serviços no Parque.	Falta de compromisso de alguns empresários com o meio ambiente.	Garantir a sensibilização da governança municipal para os incentivos econômicos e mecanismos políticos que incentivem a conservação ambiental.
Conhecimento		
Conhecimento insuficiente sobre os recursos naturais e histórico-culturais do Parque.	A comunidade e prestadores de serviços turísticos desconhecem as vantagens e o significado de um parque nacional (UC) e sua importância ecológica.	Desenvolver e melhorar a aproximação e a comunicação do Parque com o público visitante e as comunidades da região.
Desinformação dos moradores, operadores e visitantes, gerando desconhecimento sobre o Parque e suas regras.	Falta de um programa de educação ambiental nas comunidades do entorno que incentive o uso sustentável dos recursos naturais existentes	

FORÇAS RESTRITIVAS		Premissas Defensivas ou de Recuperação
Ambiente Interno	**Ambiente Externo**	
Pontos Fracos	**Ameaças**	
Saneamento		
Resíduos sólidos e efluentes, sendo lançados dentro do Parque, oriundos da vila de Jeri, do transporte inadequado dos resíduos e da atividade turística.	Ausência de saneamento básico, coleta de lixo nas comunidades do entorno.	Articular com governos e organizações não-governamentais (ONG) a implantação de políticas adequadas para o saneamento básico.
Instituições Públicas		
Descumprimento dos compromissos assumidos por parte das instituições públicas numa gestão participativa.	Planos urbanos (PDP) das cidades do entorno não são implementados e não consideram, em alguns aspectos, as questões ambientais.	Articular com as instituições públicas a inserção do Parque nos instrumentos de gestão pública de modo a serem conhecidos e respeitados seus objetivos e premissas.
-	Falta de sinergia entre a política do turismo e a política ambiental na região do Parque.	
Crescimento demográfico		
-	Vila de Jericoacoara, com três mil habitantes e fluxo intenso de turistas, circundada pelo Parque.	Incentivar o estabelecimento, pelas prefeituras locais, de políticas adequadas de uso e ocupação do solo e outras práticas conservacionistas.
-	Ausência de regularização fundiária aliada à especulação imobiliária gera ocupação irregular de espaços públicos.	
-	A tendência de crescimento das vilas e distritos do entorno.	
-	Falta de estudos de capacidade de carga da vila de Jericoacoara.	
Comunidades do Entorno		
-	Pouca valorização da identidade cultural das comunidades desfavorecendo o turismo de base comunitária.	Descentralizar o turismo da Vila de Jericoacoara para o entorno do Parque.
Gestão participativa		
Resistência dos moradores, visitantes e operadores ao ICMBio e suas atividades, dificultando uma gestão participativa	-	Desenvolver ações no sentido de melhorar a aproximação e o entendimento do Parque com as comunidades da região.

FORÇAS IMPULSIONADORAS		Premissas Ofensivas ou de Avanço
Ambiente Interno	**Ambiente Externo**	
Pontos Fortes	**Oportunidades**	
Ecossistemas e biodiversidade		
A diversidade e representatividade de ambientes naturais marinho-costeiros	Existência de áreas ecologicamente conservadas e unidades de conservação que favorecem a formação de corredores ecológicos.	Fazer com que a UC siga cumprindo os objetivos pelos quais foi criada, em especial a preservação dos ecossistemas aliada aos remanescentes protegidos no entorno promovendo uma integração entre as áreas e a valorização das belezas cênicas e dos recursos naturais.
Beleza natural das dunas barcanas isoladas, aliada às lagoas, às formações geomorfológicas do serrote, das grutas e da pedra furada.	-	
Ocorrência de fauna aquática que precisa ser conservada (tartaruga marinha, cavalo marinho, cetáceos etc.)	-	
Características espaciais		
A dimensão e a localização (acesso difícil) da unidade facilita o controle e a proteção da área.	-	Fazer uso dessas limitações para favorecer a gestão do Parque.
Reconhecimento internacional		
Área reconhecida internacionalmente como destaque para prática de atividades náuticas (*windsurf* e *kitesurf*, especialmente), favorecida pelas condições eólicas.	Atividades turísticas (caminhada da natureza) e competições de esportes náuticos de reconhecimento internacional.	Propiciar experiências de recreação e lazer em contato com a natureza favorecendo a prática de atividades náuticas e de caminhadas tornando o Parque conhecido internacionalmente.
Integração institucional		
Abertura/ parceria com municípios nos quais o Parque está inserido.	-	Melhorar a relação institucional com os governos municipais.
Uso Público		
Potencial para desenvolver o ecoturismo.	Existência de um roteiro de turismo de base comunitária em Acaraú e Camocim (rede tucum).	Estabelecer ações voltadas à visitação de baixo impacto, potencializando diferenças e interesses e harmonizando o uso dos atrativos naturais da região.
Jericoacoara como destino já consolidado, propiciando um fluxo turístico nos atrativos da UC.	Existência de atrativos no entorno do Parque como a Lagoa da Jijoca, Lagoa da Pinguela, Tatajuba, entre outros, que possibilitam integrar os municípios ao Parque.	

FORÇAS IMPULSIONADORAS		Premissas Ofensivas ou de Avanço
Ambiente Interno	**Ambiente Externo**	
Pontos Fortes	**Oportunidades**	
-	Potencial aporte de recursos governamentais para o desenvolvimento do turismo.	Potencializar o ecoturismo, bem como atividades de pesquisa ligadas ao Parque, através da captação e direcionamento de recursos.
Parcerias potenciais		
Instituições ambientais instaladas na região do Parque (ICMBio, SEMACE, CPMA), com potencial de colaboração.	Existência do núcleo de sensoriamento remoto no IBAMA/Ceará (fiscalização, planejamento, ordenamento)	Promover a interação do Parque com as instituições ambientais instaladas em suas proximidades.
-	Escritório da SEMACE em Jericoacoara.	
Infraestrutura de orientação		
Existência de alguma infraestrutura administrativa, de proteção e de orientação da circulação.	Existência de infraestrutura de atendimento e orientação ao turista em Jijoca, Cruz, Camocim e Jericoacoara.	Melhorar o sistema de sinalização e recepção do Parque.
Comunidades do entorno		
A existência do parque valoriza as comunidades do entorno, despertando interesse de membros da sociedade na proteção da UC.	Emprego e renda para as comunidades que vivem no entorno, através da atividade turística.	Difundir a importância do Parque para a economia local e regional captando apoio para a sua proteção
Organizações		
Conselho consultivo formado e atuante	Visão dos moradores, entidades públicas e privadas da real necessidade de mudanças.	Manter e exercitar filosofia participativa e outras formas de parceria na gestão da UC.
-	A organização de algumas associações e conselhos comunitários.	Interagir com as organizações sociais do entorno, assegurando a participação do Parque em seus fóruns de discussão e disseminando a filosofia de proteção do Parque.
-	Existência de um Fórum de gestores ambientais do litoral oeste.	
-	Existência de conselhos municipais de meio ambiente nos municípios do entorno (Camocim, Cruz e Jijoca de Jericoacoara).	

4.3.1 Forças Restritivas

Os participantes da oficina de planejamento apontaram uma série de ocorrências que representam algum tipo de ameaça ou ponto fraco que merecem atenção para que seja possível o pleno cumprimento dos objetivos do PNJ. São elementos internos e externos à UC que podem causar interferências impeditivas ao desenvolvimento pleno do potencial do parque.

O primeiro aspecto institucional restritivo é o quadro reduzido de recursos humanos para acompanhar e desenvolver todas as atividades pertinentes à gestão do parque. O número pequeno de funcionários afeta diretamente a capacidade administrativa da UC de implementar a sua missão. Além do mais, verifica-se uma rotatividade muito grande entre as pessoas que são lotadas no PNJ. O pouco tempo de permanência dos servidores que vão trabalhar no parque tem implicações negativas na continuidade dos trabalhos desenvolvidos e nos processos de médio e longo prazo que necessitam de renovação e conclusão dos ciclos de execução dos trabalhos. Diante dessas deficiências é fundamental disponibilizar para a UC um quadro de recursos humanos compatível com as demandas do parque. E que seja desenvolvida uma política de estímulo à fixação e comprometimento com a unidade por parte dos servidores locais.

Do ambiente externo, naquilo que diz respeito aos recursos humanos, a dificuldade maior é a falta de qualificação dos agentes externos que atuam na área do parque em atividades de acompanhamento aos visitantes e turistas. Falta-lhes capacitação nas questões ambientais em geral e nas especificidades ecológicas do parque. Uma possibilidade para a equipe gestora da unidade de conservação é estabelecer convênios e projetos com instituições que possam oferecer formação adequada aos trabalhadores que atuam na área do turismo dentro e no entorno do PNJ.

Outro desafio interno associado à questão financeira que limita as ações do parque em relação à proteção e manejo é a inexistência de determinados recursos materiais necessários à execução de um trabalho com maior qualidade. O contexto socioambiental da UC requer infraestruturas, instalações e equipamentos específicos que atendam as necessidades locais. Dessa forma, é preciso que se busquem os recursos necessários para suprir essas deficiências, seja no próprio órgão gestor ou por meio de parcerias com instituições que podem financiar tais materiais. É sempre importante observar as demandas materiais e na medida do possível dotar o parque de recursos para a aquisição desses bens. As condições ambientais da área do parque apresentam características de constante transformação, o que exige adaptações e flexibilidade. Como se trata de atributos naturais, não é possível estabelecer ações corretivas ou que possam fixar uma dinâmica única. O fato exige atenção para este aspecto e o monitoramento das mudanças para que as ações correspondam ao que o ambiente proporciona em cada momento. É fundamental que isso seja feito a partir dos instrumentos de planejamento da UC.

A ameaça exterior que chega ao parque, relativa à proteção da natureza, é o desrespeito pelas APP e a desobediência quanto à destinação de parte das propriedades particulares para a reserva legal. A falta de devida valorização por parte da população referente a essas áreas representa um desafio para a gestão do parque, na medida em que a degradação pode se aproximar da área da UC. Dessa forma, é importante acompanhar o uso que se faz dessas áreas situadas no entorno do parque e desenvolver projetos de educação ambiental com a população. Ao mesmo tempo é necessária uma afirmação institucional e legal dos órgãos responsáveis para garantir o cumprimento dos objetivos dessas áreas.

De um modo geral, o uso dos recursos naturais na região é intenso. Das diversas formas de uso surgem ameaças internas e externas. No interior do parque existe a ocorrência da pesca rotineira, uma prática comum que é anterior à instituição da área como UC de proteção integral, categoria que impede a retirada de seus recursos naturais. A pesca, principalmente de camarão, é realizada nas praias que estão de ambos os lados da Vila de Jericoacoara. Fora dos limites do parque os riscos se originam no manejo da agricultura. São práticas como as queimadas e as plantações homogêneas que podem ameaçar a conservação na UC, bem como o extrativismo a exemplo da exploração intensiva da carnaúba. Para combater os possíveis efeitos nocivos dessas ameaças é importante garantir ações fiscalizatórias em toda a região e desenvolver projetos para sensibilizar e capacitar os trabalhadores rurais para adotarem práticas mais sustentáveis no âmbito das atividades agrícolas locais.

Algumas situações externas ao parque estão provocando a degradação dos recursos naturais nas relações de uso e apropriação dos mesmos. Assim, a pesca feita por grandes embarcações que vem de outras regiões pode provocar diminuição dos estoques pesqueiros ou até mesmo alterações na dinâmica de reprodução e sobrevivências das espécies encontradas na região. A retirada de areia de locais próximos ao Parque para uso na construção civil é uma prática local que causa danos ambientais tais como destruição de vegetação e assoreamento.

O lixo é outro problema muito comum de todo o entorno do parque, especificamente nos núcleos comunitários. É apontado pela população como um dos principais problemas ambientais da região. Além da falta de recolhimento e destinação adequada para o lixo, há um lixão a céu aberto entre as comunidades Cavalo Bravo e Caiçara onde é depositado todo o lixo gerado em Jericoacoara. Este conjunto de situações agressoras do meio ambiente demanda ações de fiscalização, conscientização, educação ambiental e projetos de recuperação das áreas degradadas. A atuação dos gestores do parque na busca de minimizar seus efeitos sobre a UC deve ser voltada a apontar tais situações, fazer gestão junto aos órgãos públicos competentes ao cumprimento de suas responsabilidades e se colocar como parceiro. Os moradores e suas organizações associativas precisam ser envolvidos neste trabalho de construir soluções e políticas que combatam a degradação do ambiente em que eles mesmos vivem e precisam manter a qualidade.

Outro tipo de degradação ameaçadora é a criação de camarão que existe na região. Por se tratar de espécies exóticas, o risco delas se misturarem com as espécies nativas pode provocar mutações e perda de diversidade. Uma prática cultural local que se tornou uma ameaça para a conservação ambiental é o hábito de criar animais domésticos soltos. Este é um problema que está tanto dentro quanto fora da área do parque. Nas duas situações, é possível que os donos sejam os mesmos moradores, já que não há nenhum tipo barreira ou cerca que impeça o trânsito livre desses animais entre a área interna e externa do parque. Além do mais, constata-se que é um costume generalizado na região. As principais espécies criadas soltas são: porco, gado bovino, jumento e ovelha. No caso do jumento o problema é mais grave, pois essa espécie se tornou um habitante permanente da área do parque, muito provavelmente porque muitos indivíduos foram abandonados pelos donos e continuam a se reproduzir aumentado a população da espécie. No caso dos outros animais os moradores fazem algum manejo com eles, pois são utilizados para o consumo humano. O caminho para resolver esse problema é mostrar aos moradores os prejuízos ambientais e os riscos à saúde humana decorrentes dessa prática.

Uma situação de pressão decorrente do apelo turístico que existe em Jericoacoara refere-se à circulação de veículos. Com o grande fluxo de visitantes que se dirigem para a Vila de Jericoacoara os veículos automotores acabam sendo uma consequência ainda inevitável. E como a vila é um enclave dentro do parque, todo o tráfego de entrada e saída de veículos é feito obrigatoriamente pela área da UC. Além dos trajetos feitos para entrada e saída da vila atravessando o parque (que são basicamente três caminhos com variações de acordo com a estação do ano) há uma multiplicidade de trilhas em seu interior feitas por veículos que transportam turistas pelos roteiros de visitação às belezas naturais da UC. Outra pressão do trânsito intenso de veículos em áreas de fragilidade ambiental ocorre na travessia existente na Comunidade Guriú, vizinha ao parque, onde os carros circulam em área de mangue. E tudo isso é feito desordenadamente e sem controle efetivo sobre tais práticas. Para reverter estas pressões é necessário o estabelecimento de mecanismos de controle e ordenamento sobre o tráfego de veículos na área do parque e vizinhanças, avaliando os impactos e dando prioridade à conservação ambiental.

No que diz respeito ao fluxo de visitantes na UC, do lado externo o turismo é concentrado geograficamente na Vila de Jericoacoara e em períodos específicos. Nestes casos a ação institucional a ser desenvolvida é a oferta e incentivo à visitação de outros atrativos potencialmente exploráveis. Da mesma forma que é preciso desenvolver junto aos atores da cadeia do turismo que opera em Jericoacoara mecanismos que estimulem a distribuição dos visitantes ao longo do ano inteiro e desconcentre os períodos de maior fluxo.

Outro problema causado ao ambiente interno pelo fluxo de turistas é que ele se concentra em algumas épocas do ano e se dirige a um pequeno número de atrativos dentro do parque. Isso não é benéfico para os recursos naturais na medida em que os impactos também são concentrados numa mesma época e lugar. Externamente também não há regras nem acordos que regulem as atividades desenvolvidas pelos atores que oferecem os serviços de receptivo turístico (guias, hotéis, bugueiros, empresas de transporte) em Jericoacoara. Para

o contexto e as especificidades encontradas no PNJ, quanto a sua relação com o turismo, esses aspectos são forças que reduzem a ação efetiva do parque sobre o seu uso público. Para assegurar o ordenamento da visitação ao parque é necessário buscar parcerias junto a instituições das diversas esferas para implementar e articular o desenvolvimento de uma política de turismo de baixo impacto ambiental. A divulgação que é feita a respeito de Jericoacoara como destino turístico utiliza elementos e apelos que atraem visitantes com perfis pouco sintonizados com as características do PNJ. Portanto, uma solução é negociar e sugerir aos atores que comercializam o turismo em Jericoacoara de acordo com seu potencial, atendendo às demandas turística e ambiental, com a finalidade de atrair visitantes mais afinados com a questão ambiental.

Um problema que é simultaneamente interno e externo são os interesses imediatistas dos empresários, isso porque a atuação desse grupo ocorre nos dois espaços. Verifica-se que a maioria deles pretende apenas explorar o turismo de forma intensiva sem considerar a pressão sobre os recursos naturais e suas belezas visando obter lucro rápido, sem considerar os efeitos dessa atividade sobre o meio ambiente local. Diante dessa realidade, a atuação institucional consiste em aproximar os empresários do PNJ e sensibilizá-los para as questões ambientais. Trata-se de construir e implementar estratégias para que esses atores sintam-se mais comprometidos com a qualidade do serviço e a conservação da natureza como fonte de retorno econômico em seus empreendimentos.

A área da informação e conhecimento oferece desafios de ordem interna e externa. No primeiro caso verifica-se que há pouco conhecimento disponível e divulgado sobre os recursos naturais do parque e o seu valor histórico-cultural, e até mesmo o valor ambiental. Por outro lado a população tem pouca informação sobre as regras de funcionamento do PNJ. Os agentes externos, principalmente os prestadores de serviço na área do turismo, possuem conhecimento raso sobre a importância do parque e suas funções. Outro agente externo é a ausência de um programa de educação ambiental na população do entorno que estimule o uso sustentável dos recursos naturais presentes. Para tanto é necessário intensificar e melhorar a aproximação do Parque junto à comunidade do entorno e toda a cadeia do turismo de Jericoacoara, levando-os a reconhecer o real significado e a grande relevância da unidade de conservação para a presente e futuras gerações.

Diante das fragilidades apontadas no campo do conhecimento um aspecto frágil a ser melhorado é a comunicação do PNJ com a população. Isso ficou evidente tanto na Oficina de Planejamento Participativo quanto no diagnóstico socioeconômico. Os moradores das comunidades reclamam da pouca interação comunicativa que existe entre eles e o parque. Portanto, é importante que se construa mecanismos e canais que permitam fluxos contínuos de informação e interação.

Outra ameaça séria à qualidade dos recursos naturais e à saúde pública é a falta de infraestrutura de saneamento básico no entorno do parque. Não existe sistema de tratamento de esgoto nas comunidades do entorno. Até 2009 o esgoto de Jericoacoara era depositado provisoriamente em fossas rudimentares e depois um prestador de serviços

transportava para áreas dentro do Parque. A primeira iniciativa de solução ocorreu em outubro desse ano com a inauguração da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) de Jericoacoara, com rede de esgoto atendendo a todas as residências da Vila. Também não há água tratada em nenhuma comunidade, exceto em Jericoacoara. Diante dessas limitações é importante trabalhar com as alternativas possíveis, como o diálogo com o poder público para planejar projetos futuros nessas áreas e desenvolver a conscientização da população para minimizar os efeitos prejudiciais que podem ser causados pela inexistência desses serviços básicos.

Um aspecto fundamental na gestão de uma UC é a sua interação com as instituições públicas que tem atuação local e regional. Quanto mais efetiva for a colaboração interinstitucional mais probabilidade há de fortalecer a presença institucional da UC, o cumprimento das suas finalidades e a implementação dos instrumentos de gestão. Desse modo, constata-se que os acordos assumidos pelas instituições locais, em parceria com o PNJ, na perspectiva de uma cooperação para uma gestão participativa não estão acontecendo. Do lado externo existem ameaças tais como a dificuldade de implementação do planejamento urbano das cidades vizinhas e a não consideração dos aspectos ambientais na política urbana. A falta de sintonia entre as políticas de turismo dos municípios da região do PNJ e o planejamento ambiental da UC se constitui em uma ameaça externa cuja origem são as instituições públicas, vale dizer, as prefeituras. É necessário que haja aproximação com os poderes públicos, principalmente os executivos locais, para garantir espaços de participação da população na construção das políticas municipais, de maneira especial as que afetam a questão ambiental. Por outro lado, é importante que os gestores da UC se façam ouvir e garantam que as políticas municipais considerem e respeitem os objetivos e premissas do PNJ.

Uma tendência verificada na região que representa ameaça para o parque é o crescimento demográfico. Essa dinâmica é encontrada tanto na Vila de Jericoacoara quanto nas comunidades e tem como força impulsionadora a ampliação do turismo. Este cenário tem implicações para o uso do espaço e os respectivos impactos ambientais. Um fenômeno comum em Jericoacoara é migração de moradores nativos para comunidades vizinhas. Isso se deve à impossibilidade de expansão horizontal da vila, o que eleva a especulação imobiliária. Daí se torna vantajoso para os moradores tradicionais venderem seus imóveis para a construção de empreendimentos turísticos. Com essa tendência migratória abre-se a possibilidade de gerar ocupações desordenadas no entorno e viabilizar a instalação de novos núcleos urbanos na região. Nas proximidades do parque a especulação imobiliária recorrentemente aponta para a possibilidade de construção de grandes empreendimentos turísticos. Ações dessa natureza, se levadas a efeito de forma descontrolada, podem intensificar ainda mais o turismo regional, o que pode comprometer as condições de preservação na área do parque. Nota-se que o fluxo de turistas tem passado por aumento expressivo na região, o que também representa o crescimento de condições desfavoráveis para a gestão da UC. Soma-se a esses problemas o agravante de que o Plano Diretor do Município de Jijoca de Jericoacoara não definiu a capacidade de carga da Vila de Jericoacoara. As ações que devem ser desenvolvidas para conter esta pressão abrangem:

no âmbito das ocupações irregulares, buscar soluções junto às instituições públicas que orientem as famílias e as coloquem dentro da legalidade (seja realocando para local apropriado ou regularizando onde estão assentadas). E ainda é fundamental monitorar essa tendência de migrações e crescimento populacional para não permitir mais ocupações irregulares, especialmente as que ameacem o estado de conservação do PNJ; e especificamente em relação a Jericoacoara é interessante apoiar a prefeitura na definição da capacidade de carga da Vila.

A última força restritiva que vem do ambiente externo se refere às comunidades do entorno da UC. Esse conjunto de comunidades possui um acervo cultural importante, que se materializa em práticas e costumes com potencial para exploração turística. Contudo, não há devida valorização, visibilidade e reconhecimento dessa riqueza e suas possibilidades. Para descentralizar o turismo da Vila de Jericoacoara é preciso criar roteiros que incluam essas comunidades e seus atributos culturais e um programa de desenvolvimento do turismo de base comunitária.

Internamente a última ameaça é em relação ao processo de gestão participativa do PNJ. Apesar de existirem alguns canais de participação formalmente estabelecidos, como o Conselho Consultivo da UC, adesão e envolvimento ainda são tímidos. Verifica-se que muitas pessoas não têm motivação ou adquiriram resistência à participar das atividades do parque. Esse obstáculo pode ser resolvido a partir da aproximação dos gestores com a população, estimulando e mostrando a importância do parque e de uma gestão compartilhada.

Finalizando, pode-se dizer que todos esses aspectos são preocupantes e podem afetar profundamente a gestão do PNJ. Portanto, requerem acompanhamento e planos de ação para minimização dos seus efeitos nocivos e até reversão de algumas situações em benefício da UC.

4.3.2 Forças Impulsionadoras

Tanto a história do funcionamento do PNJ e o respectivo estágio de consolidação institucional quanto o contexto que se encontra ao seu redor proporcionam um conjunto de aspectos benéficos para a gestão da UC. Trata-se de elementos importantes que podem ser mais valorizados, tendo o seu potencial mais explorado, ou que devem ser mantidos em colaboração ofertada ao parque. Essas idéias foram expostas, partilhadas e discutidas durante a oficina de planejamento participativo em que estavam presentes diversos membros das comunidades, lideranças civis e políticas e o quadro de recursos humanos do PNJ.

O primeiro grupo de pontos fortes dos ambientes interno e externo é a biodiversidade e os ecossistemas encontrados na região. A diversidade de recursos naturais existentes na área do parque e seu entorno possibilita diferentes usos e representa a fonte de sobrevivência

para muitas famílias, destacando-se principalmente o peixe, o camarão e o uso turístico. Além da atividade turística, essas riquezas permitem o desenvolvimento de atividades que podem ser ambientalmente sustentáveis, ecoturismo e extrativismo. O bioma marinho costeiro com sua diversidade é um grande potencial para o parque, bem como a ocorrência de espécies aquáticas (cavalo marinho, cetáceos, tartaruga marinha etc.) que precisam ser protegidas. Os atrativos naturais são numerosos e de beleza singular: as dunas, as lagoas, a pedra furada, o serrote etc. Ao redor do parque é possível encontrar áreas preservadas, além das Unidades de Conservação estadual e municipais. Essas áreas colaboram com a capacidade de conservação do parque, possibilitando até a formação de corredores ecológicos. Desse modo, o reconhecimento desse conjunto diverso de riquezas valorizam a UC e ampliam suas potencialidades como parque nacional.

O fato de o tamanho da área do Parque ser reduzido facilitando o seu manejo soma-se às dificuldades naturais de seu acesso favorecendo o controle e a proteção da área. Portanto, é saudável desenvolver estratégias que tirem proveito desses atributos do parque e tornem o trabalho dos gestores mais eficaz.

Jericoacoara desfruta de reconhecimento no contexto internacional como destino turístico de grande atratividade. Principalmente por causa das condições ambientais propícias à prática de *windsurf* e *kitesurf*. Isso é um aspecto a ser melhor explorado para mostrar a importância do parque e o trabalho de conservação desenvolvido na localidade. Eventualmente podem surgir oportunidades de parcerias e captação de recursos para investimento na UC. A região externa ao parque também é beneficiada com o reconhecimento em âmbito internacional, em decorrência suas belezas cênicas, atrativos naturais e a realização de competições de esportes náuticos. É interessante estimular a criação de mecanismos que abram caminhos para estabelecer contato com esse público através de experiências de recreação e lazer em contato com a natureza, e levar a seu conhecimento a missão do parque e o seu papel nessa localidade.

Do ponto de vista das relações interinstitucionais avalia-se como uma boa perspectiva para o PNJ a disposição dos municípios onde a UC está localizada de estabelecer parcerias e colaborar nas questões relativas à sua gestão. Para cultivar e fortalecer esses laços é recomendável que os gestores façam reuniões, visitas e apresentem as ações do parque periodicamente às prefeituras.

Na área do uso público as forças impulsionadoras internas são: o potencial para desenvolver e aprimorar a prática de ecoturismo, diversificando os roteiros e atrativos turísticos; e o fato de Jericoacoara ser um destino consolidado que mantém regularidade no fluxo de visitantes. Se explorados devidamente, esses fatores dão visibilidade e reconhecimento ao parque. Externamente existe um uso público que também provoca o mesmo efeito daquele uso turístico que é feito na região de entorno do PNJ. As experiências de turismo de base comunitária existentes em Acaraú e Camocim, também região de entorno do PNJ, representam um estímulo para desenvolver esse formato de turismo em Jijoca. Significa que ele é viável na região e pode até se desenvolver de forma articulada

com as experiências em curso. A integração dos municípios vizinhos com o parque pode ser feita também por meio dos atrativos oferecidos no entorno da UC (Tatajuba, Lagoa da Jijoca, etc.) que se somam aos atrativos internos. Pelo fato da região ser um destino consolidado de turismo de massa e dela estar integrada em redes maiores de atrativos turísticos (Rota das Emoções) vislumbra-se possibilidades de investimentos governamentais das esferas estadual e federal para melhorar os serviços de toda a cadeia do turismo. Portanto, esta pode ser uma boa oportunidade para carrear benefícios para a UC. Entre eles a captação de recursos para equipar o parque de infraestrutura adequada para a prática do ecoturismo. Quanto às práticas e potenciais de uso público descritas acima é necessária uma ação planejada e articulada que minimize os impactos e viabilize um turismo afinado com a conservação da área.

Outro fator favorável é o conjunto de possibilidades de parcerias que podem ser construídas e implementadas com diversas instituições. Estas podem ser de natureza educativa, órgãos públicos do executivo das três esferas e ONG. Porém, destacam-se os seguintes órgãos ambientais: SEMACE e CPMA. As áreas de atuação vão desde educação ambiental e fiscalização, passando por geração de trabalho e renda, até a divisão de responsabilidades na gestão do parque e controle de danos ambientais nas proximidades. Outra instituição importante é o Núcleo de Sensoriamento Remoto do IBAMA/CE. O trabalho desenvolvido por essa instituição pode auxiliar no planejamento, ordenamento e fiscalização do PNJ. Desse modo, apresenta-se um cenário importante no âmbito das parcerias, visto que a cooperação interinstitucional e entre a esfera pública e sociedade civil é uma chave importante para tratar as questões ambientais. Naturalmente, diante desse quadro de potenciais parcerias, a indicação mais incisiva é a de maximizar essas possibilidades. Para obter avanços nessa área é interessante promovera interação com essas instituições e mantê-las envolvidas nas atividades do parque.

Mesmo sabendo das deficiências materiais do parque, se reconhece que já existem algumas infraestruturas importantes, tais como guaritas, placas e o complexo da sede da UC que auxiliam a gestão do parque, principalmente contribuindo para demarcar a presença institucional do ICMBio. Do lado de fora da UC registra-se a disponibilidade de infraestrutura de recepção, orientação e atendimento aos visitantes em Jijoca, Cruz, Camocim e Jericoacoara. Nesse aspecto, é importante ampliar as condições receptivas para a visitação e reconhecimento dos limites do parque bem como associar-se aos municípios em um trabalho de ordenamento do turismo na região.

As comunidades do entorno, que somam mais de uma dezena de aglomerados rurais, se constituem numa importante força aliada do parque. O parque como uma área de conservação valoriza essas comunidades, ao mesmo tempo em que as populações podem ser uma fonte de apoio para atividades de preservação da UC. Por outro lado, o apelo turístico de Jericoacoara é uma importante atividade que gera trabalho e renda para os moradores do entorno, impactando diretamente na elevação da qualidade de vida local. Para que esses fatores funcionem de maneira mais articulada trazendo benefícios tanto para a população quanto para o parque é importante incorporar os conhecimentos populares

nas ações da UC e seu entorno. Isso valoriza a bagagem cultural das comunidades e pode estimular os moradores a se envolverem nas questões ambientais.

As últimas forças e oportunidades se referem ao quadro de organizações existentes dentro e fora do PNJ. Internamente o conselho consultivo significa um instrumento de gestão relevante para o cumprimento dos objetivos da UC. Essa instância participativa envolve as comunidades e se constitui em um espaço coletivo de construção de soluções, planejamento e implementação das ações. É fundamental investir na capacitação e engajamento efetivo dos membros do conselho para que este seja um mecanismo de gestão eficiente e não somente para atender a requisitos legais. Organizações externas tais como as associações de moradores e os conselhos comunitários apresentam enorme potencial para contribuir nas discussões e ações do parque. Além disso, muitas instituições públicas e privadas, bem como moradores do entorno, possuem visões bastante sintonizadas com os desafios de cuidar dos recursos naturais na atualidade. Nos quatro municípios do entorno existe Conselho Municipal de Meio Ambiente, o que pode ser um espaço institucional com grande potencial de cooperação. No âmbito político o Fórum de Gestores Ambientais do Litoral Oeste também pode ser espaço de reflexão, sensibilização e apoio. Nesse sentido a atuação do parque é manter a interação com essas instâncias, grupos e espaços que representam potencial de apoio ao parque.

Enfim, este é o conjunto de forças impulsionadoras que é encontrado dentro ou ao redor do PNJ. A identificação desses aspectos possibilita o direcionamento de ações para solidificar e potencializar tais aspectos.

4.4 Objetivos Específicos de Manejo da Unidade de Conservação

A missão do Parque Nacional de Jericoacoara tem como base seu instrumento legal de criação, que define, portanto seu objetivo como:

> *"proteger e preservar amostras dos ecossistemas costeiros, assegurar a preservação de seus recursos naturais, possibilitando a realização de pesquisa científica e o desenvolvimento de atividades de educação ambiental e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico"* (Art. 2º, BRASIL, 2007).

Como fruto da análise estratégica da unidade, soma-se a esta missão principal, as premissas defensivas ou de recuperação e as ofensivas ou de avanço, dentre outros objetivos levantados ao longo do diagnóstico da unidade e eventos participativos, como o seminário de pesquisadores, para a construção dos objetivos específicos de manejo do PNJ.

Vale considerar ainda, a missão definida no âmbito do planejamento participativo do PNJ de 2005, deliberada como: "Preservar e conservar o meio ambiente com a participação social,

considerando as diferentes culturas, na perspectiva da melhoria da qualidade de vida" (IBAMA, 2005).

Sendo assim, com base no exposto, e ainda, no SNUC; na categoria de manejo do Parque; nos seus instrumentos legais de criação e de delimitação; na sua contextualização local, regional, federal e internacional; assim como, nos conhecimentos obtidos sobre a área; seus aspectos físicos, bióticos e socioeconômicos; relacionam-se a seguir, os objetivos específicos do PNJ:

- ✓ Proteger a amostra de vegetação de restinga no ecótono Caatinga e Cerrado, presente no Parque Nacional de Jericoacoara.
- ✓ Preservar a vegetação pioneira com influência flúvio-marinha (manguezal e apicum) do estuário do Rio Guriú, e sua fauna associada, tais como: cavalo marinho *Hippocampus* spp., caranguejos *Uça maracoani*, *U. thayeri*, moluscos *Crassostrea rhizophorae*, formas larvais de vertebrados aquáticos (véliger e misis), e aves *Aramides mangle*, dentre outros.
- ✓ Preservar amostras das formações vegetais de maior significado fitoecológico da faixa litorânea cearense, representadas pela vegetação pioneira psamófila, subperenifolia de dunas e a perenifolia paludosa marítima de manguezal.
- ✓ Garantir os processos de regeneração naturais da vegetação flúvio-marinha, assegurando a recuperação de áreas de manguezais.
- ✓ Proteger a biota marinha e costeira do PNJ, assegurando a manutenção do patrimonio genético e garantindo que o Parque funcione como área fonte e de refúgio dessas espécies, em especial: peixes marinhos *Mycteroperca acutirostris*, *Sphyraena guachancho*, *Trichiurus lepturus*, *Mycteroperca acutirostris*, *Diapterus* spp, *Cynoscion* spp, *Gymnothorax ocellatus*, *Anchoa* spp., *Anisotremus surinamensis*, *Harengula* spp., *Selene vomer*, *Trachinotus cayennensis*; quelonios marinhos *Chelonia mydas*; elasmobrânquios *Rinobhatos percellens* e *Gymnura micruna*; cnidários *Actina equi*ne e *Coscinasterias* spp.; moluscos *Mytilus edulis*, *M. galloprovincialis*, *Fissurella* spp., *Tegula* spp., *Octopus vulgaris*; artrópodos marinhos *Palaemon paivai*, *Xiphopenaeus kroyeri*, *Farfantepenaeus subtilis*, *Farfantepenaeus brasiliensis* e *Litopenaeus schmitti*; poríferos e equinodermos *Echinaster* spp e *Mellita* spp.
- ✓ Proteger as espécies nacional e regionalmente ameaçadas de extinção bem como as consideradas endêmicas de Cerrado e Caatinga no Parque, representadas pelas seguintes espécies: o camarão *Palaemon paivai*, a rã *Pleurodema diplolister*, a rã *Leptodactylus troglodytes*, o pica-pau-anão-da-caatinga *Picumnus limae*, a choca-barrada *Thamnophilus capistratus*, o golinho *Sporophila albogularis*, o cardeal-do-nordeste *Paroaria dominicana*, o corrupião *Icterus jamacaii*, a cigarra-do-campo *Neothraupis fasciata*, o bico-de-pimenta *Saltatricula atricollis*, o aracuã-de-sobrancelhas *Ortalis cf. superciliaris*, a jaguatirica *Leopardus pardalis* e a suçuarana *Puma concolor*.
- ✓ Ampliar o conhecimento sobre a diversidade da biota marinha e costeira, gerando subsídios para a sua proteção e manejo.
- ✓ Preservar ambientes paludícolas, em vegetação de restinga, onde ocorrem espécies da avifauna mais sensíveis a alterações ambientais, a saber: Ortalis cf. superciliares,

Aramides cajanea, *Aramides mangle*, *Charadrius collaris*, *Sternula superciliaris*, *Phaetusa simplex* e *Compsothraupis loricata*.

- ✓ Preservar espécies marinhas de importância ecológica e comercial, contribuindo para a manutenção dos estoques pesqueiros nas áreas adjacentes ao Parque.
- ✓ Proteger a vegetação arbustiva-arbórea ocorrente nas áreas entre o campo de dunas e a vegetação de restinga, em especial nas áreas onde cumprem a função de minimizar o avanço das dunas móveis.
- ✓ Assegurar a dinâmica natural do campo dunar, composto predominantemente por dunas barcanas isoladas, garantindo a perpetuidade da paisagem cênica da região de Jericoacoara.
- ✓ Proteger o patrimonio geológico do promontório constituído por quartzitos pré-cambrianos ferruginosos avermelhados, ocorrentes no Serrote.
- ✓ Proteger os recursos hídricos representados pelos aquíferos subterrâneos (cristalino e sedimentar), livres (rio Guriú e riacho Doce) e semi-confinados (lagoas temporárias e permanentes), assegurando a sua dinâmica natural e a qualidade da água nos trechos localizados no interior do Parque.
- ✓ Proporcionar aos visitantes a oportunidade de vivenciar uma diversidade de atrativos ligados aos ambientes marinho-costeiros, com a disponibilidade de diferentes atividades de lazer e recreação em contato com dunas, lagoas e formações rochosas.
- ✓ Empregar os ambientes naturais do Parque no desenvolvimento de iniciativas de educação e interpretação ambiental.
- ✓ Propiciar oportunidades para o aprofundamento dos conhecimentos relacionados com as condições de vida e história das populações pretéritas e atuais, do Parque e entorno, respectivamente.
- ✓ Promover a sensibilização ambiental direcionada ao reconhecimento da importância da preservação da área do parque por parte dos visitantes e comunidades lindeiras, assegurando um comportamento mais adequado aos princípios conservacionistas.
- ✓ Oferecer e associar oportunidades de visitação e turismo como alternativa de desenvolvimento econômico para a população do entorno e região, potencializando o papel do Parque como indutor da adequação da atividade em bases sustentáveis.
- ✓ Promover o conhecimento e a valorização da cultura local como forma de integrar a temática ambiental às manifestações culturais.
- ✓ Proporcionar meios para que o PNJ se torne um pólo de referência para a pesquisa em turismo sustentável em ambientes costeiros.

4.5 Zoneamento

O Zoneamento constitui um instrumento de ordenação territorial, cujo objetivo é estabelecer unidades ambientais homogêneas em termos de elementos bióticos, abióticos e, especialmente, de uso e ocupação espacial. Essa metodologia permite o estabelecimento de regras específicas, estabelecidas por áreas, visando o alcance de melhores resultados

no manejo da Unidade, pois estabelece usos diferenciados para cada zona, segundo seus objetivos.

De acordo com o Art. 2º do SNUC (2000), entende-se por zoneamento a "definição de setores ou zonas em uma Unidade de Conservação com objetivos de manejo e normas específicas, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da UC possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz".

As zonas estabelecidas neste documento estão baseadas ainda, no Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros, aprovado pelo Decreto № 84.017, de 21 de setembro de 1979 e pelo "Roteiro Metodológico de Planejamento: Parque Nacional, Reserva Biológica e Estação Ecológica" (Galante *et alii.*, 2002).

É fundamental observar que a categoria de manejo da UC também é um dos fatores determinantes para a definição das zonas que serão estabelecidas. Somado a isso, foram avaliados critérios físicos mensuráveis ou espacializáveis, critérios de vocação de uso e da indicação de singularidade das áreas, levantados e mapeados pelos pesquisadores do Plano de Manejo para iniciar a construção do zoneamento.

Para o Parque Nacional de Jericoacoara (PNJ) foram estabelecidas sete categorias de zonas: 1) Zona Primitiva; 2) Zona de Ocupação Temporária; 3) Zona de Recuperação; 4) Zona de Uso Conflitante; 5) Zona de Uso Especial; 6) Zona de Uso Extensivo e 7) Zona de Uso Intensivo.

Cada zona pode ser composta por uma ou mais poligonais distribuídas ao longo da UC, conforme ilustrado no

Mapa 4-1, com características de uso, ocupação e/ou manejo similares, e que, portanto, devem ser trabalhadas de formas similares. Sendo assim, o zoneamento do PNJ foi estruturado com 38 poligonais ou segmentos pertencentes a sete zonas estabelecidas, conforme pode ser visualizado na Tabela 4-1.

Tabela 4-1 – Características das zonas estabelecidas para o Parque Nacional de Jericoacoara quanto ao perímetro, área e representatividade de cada poligonal.

Zonas/Segmentos		Área		Perímetro (m)
		(m²)	Porcentagem	
1	**Zona Primitiva (ZP)**	24.939.519,51	28,1663	51.021
1.1	ZP Manguezal	1.450.989,48	1,6387	8.274
1.2	ZP Junco e Dunas Oeste	16.848.814,27	19,0288	28.948
1.3	ZP Dunas Leste	6.639.715,75	7,4988	13.800
2	**Zona de Ocupação Temporária (ZOT)**	183.248,58	0,2070	3.951
2.1	ZOT Sítio Morais	9.251,36	0,0104	592
2.2	ZOT Lagoa Grande – Leste	67983,72	0,0768	1.128
2.3	ZOT Lagoa Grande – Oeste	106.013,50	0,1197	2.231
3	**Zona de Recuperação (ZR)**	5.248.320,17	5,9274	28.201

Zonas/Segmentos		Área		Perímetro (m)
		(m²)	Porcentagem	
3.1	ZR Leste	1.238.367,52	1,3986	6.184
3.2	ZR Oeste	2.022.426,13	2,2841	8.590
3.3	ZR Base Serrote Norte	1.057.311,44	1,1941	7.482
3.4	ZR Base Serrote Sul	930.215,09	1,0506	5.945
4	**Zona de Uso Conflitante (ZUC)**	9.855.966,89	11,1312	33.747
4.1	ZUC Farol	628,21	0,0007	104
4.2	ZUC Assentamento Guriú	640.881,44	0,7238	5.212
4.3	ZUC Assentamento Mangue Seco/Junco	2.302.563,76	2,6005	8.575
4.4	ZUC Assentamento Guarita Mangue Seco	142.749,36	0,1612	1.782
4.5	ZUC Estrada Lagoa Grande	6.769.144,12	7,6450	18.074
5	**Zona de Uso Especial (ZUEsp)**	2.974.043,85	3,3588	41.757
5.1	ZUEsp Sítio do Papai Noel	52.700,59	0,0595	1.227
5.2	ZUEsp Limite Centro Sul	308.477,57	0,3484	6.879
5.3	ZUEsp Sítio do Amâncio	176.987,89	0,1999	2.896
5.4	ZUEsp Limite Leste	40.762,20	0,0460	1.027
5.5	ZUEsp Estrada Olavo	1.451.696,39	1,6395	10.609
5.6	ZUEsp Limite Sudeste	943.419,21	1,0655	19.119
6	**Zona de Uso Extensivo (ZUExt)**	38.417.249,33	43,3879	151.809
6.1	ZUExt Junco	111.394,68	0,1258	7.296
6.2	ZUExt Mangue Seco	892.111,57	1,0075	12.977
6.3	ZUExt Central	1.255.111,34	1,4175	8.413
6.4	ZUExt Marinha Oeste	7.648.544,11	8,6382	20.471
6.5	ZUExt Entre Dunas	1.704.111,53	1,9246	16.007
6.6	ZUExt Serrote	1.503.903,26	1,6985	6.831
6.7	ZUExt Marinha Leste	11.976.294,18	13,5259	27.047
6.8	ZUExt Leste	6.269.970,63	7,0812	21.526
6.9	ZUExt Sudeste	2.529.800,52	2,8571	8.635
6.10	ZUExt Riacho Doce	3.778.968,99	4,2679	15.260
6.11	ZUExt Exclusão dos Esportes de Vento	15.017,05	0,0170	579
6.12	ZUExt Exclusão Kitesurf Norte	192.835,26	0,2178	1.925
6.13	ZUExt Exclusão Kitesurf Sul	255.269,97	0,2883	2.230
6.14	ZUExt Exclusão Windsurf	283.916,24	0,3207	2.612
7	**Zona de Uso Intensivo (ZUInt)**	6.925.356,80	7,8214	75.071
7.1	ZUInt Acessos Mangue Seco	3.355.843,59	3,7900	24.948
7.2	ZUInt Acessos Preá e Serrote	2.723.074,96	3,0754	32.992
7.3	ZUInt Linha de Transmissão	846.438,25	0,9560	17.131

A maior zona estabelecida no PNJ, com 43,39% de sua área, é a Zona de Uso Extensivo. É uma zona com grau médio de intervenção e características naturais, em maior parte, e também com intervenções antrópicas. Sua representatividade é seguida pela Zona Primitiva, que é normalmente alta nas Unidades de Conservação de proteção integral, onde elas são estabelecidas. No entanto, no PNJ esta representa cerca de 28% da área da UC (ver Figura 4-1). Esta zona possui um baixo nível de intervenção, o que representaria um aspecto mais favorável à proteção do Parque. É ainda, a zona do PNJ com menor intervenção e maior grau de primitividade dos ambientes.

Em seguida, a zona com terceira maior abrangência é a Zona de Uso Conflitante com cerca de 11% da área do PNJ. As demais zonas são menos representativas e juntas somam menos de 18% da UC, conforme a seguinte ordem: Zona de Recuperação (5,93%), Zona de Uso Especial (3,36%), Zona de Uso Intensivo (7,82%).

A ausência de áreas com alto grau de primitividade ecológica e baixa acessibilidade justificou a ausência de poligonais passíveis de serem enquadradas em Zona Intangível. Já, as áreas com presença de patrimônio arqueológico, optou-se por categorizar na Zona de Uso Extensivo e não estabelecer uma Zona Histórico-Cultural até que sejam realizadas mais pesquisas a respeito desse material e análise da possibilidade de sua exposição turística.

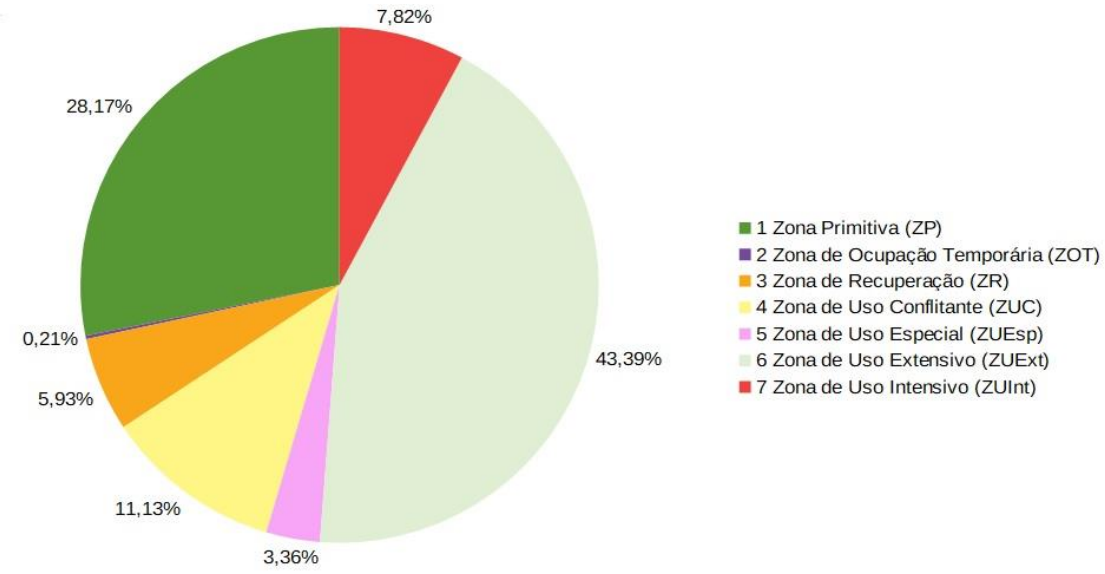
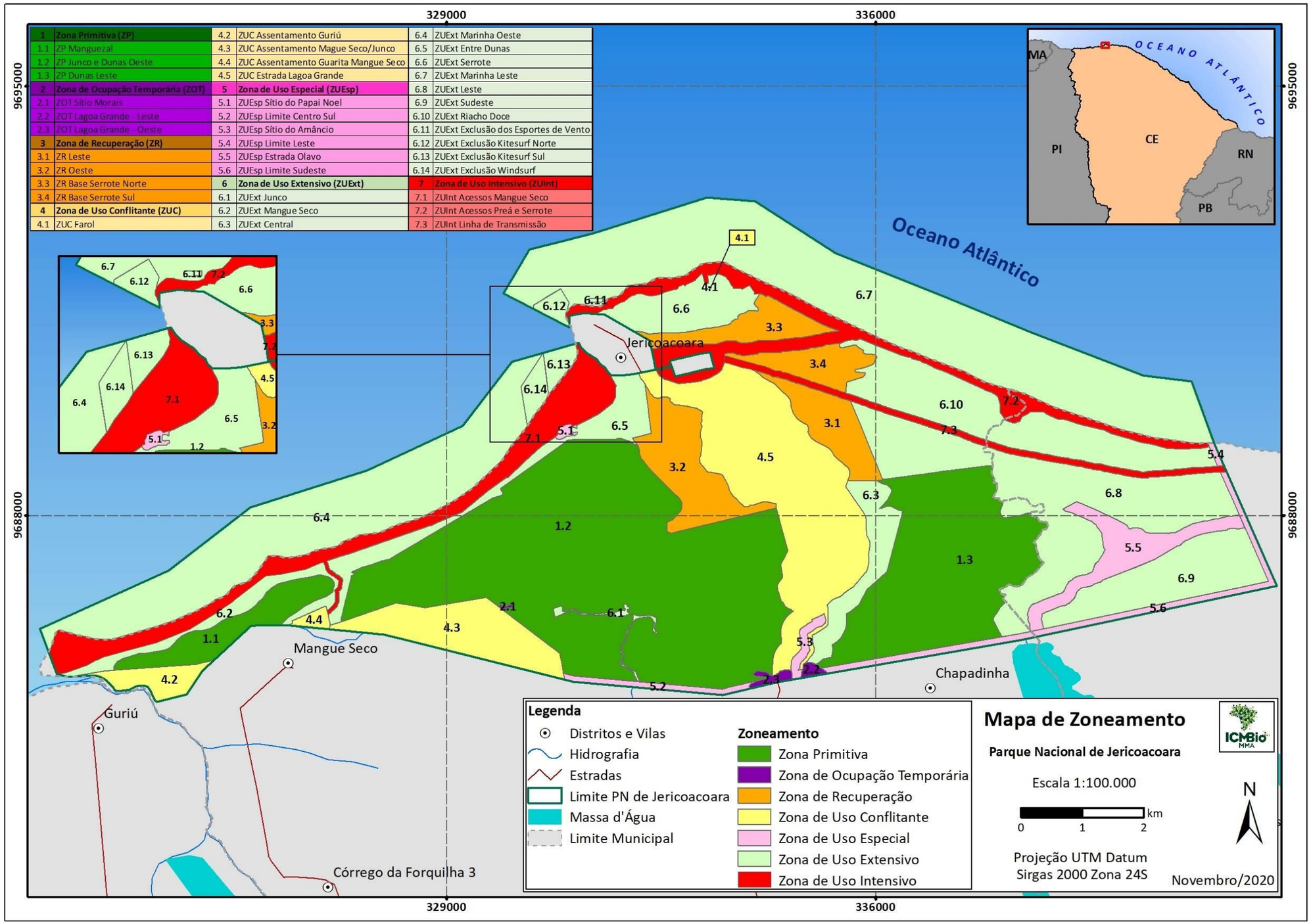


Figura 4-1 – Representatividade das zonas estabelecidas no Parque Nacional de Jericoacoara, em função das áreas de abrangência.



Mapa 4-1 – Mapa do Zoneamento do PN de Jericoacoara**.**

Uma análise da situação apresentada mostra que 28% da área do PNJ encontra-se enquadrada em zona de baixa intervenção, aproximadamente 43% em zona de média intervenção, enquanto o restante, cerca de 29% estão em zona de maior intervenção. Não obstante, das zonas de maior intervenção, cerca de 6% representam zonas temporárias (Zona de Ocupação Temporária e Zona de Recuperação), que podem ser convertidas em zona de média intervenção conforme sejam minimizadas suas interferências antrópicas e a medida que for restabelecida sua primitividade.

4.5.1 Organização do Zoneamento

Para melhor caracterização, cada uma das zonas foi descrita segundo seus critérios de zoneamento, objetivos, limites, normas, entre outros, conforme segue:

1 - ZONA PRIMITIVA
Definição
"É aquela onde tenha ocorrido pequena ou mínima intervenção humana, contendo espécies da flora e da fauna ou fenômenos naturais de grande valor científico. Deve possuir características de transição entre a Zona Intangível e a Zona de Uso Extensivo" (Galante *et alii.*, 2002).
Caracterização
1.1 – ZP Manguezal: Este segmento abrange o ecossistema de manguezal do Guriú, sendo composto ainda, pelos meandros das drenagens do rio de mesmo nome. **1.2 – ZP Junco e Dunas Oeste:** Compreende uma região de restinga arbórea e arbustiva, nas proximidades da região conhecida como "Junco". E, mais ao norte, engloba diversas dunas móveis. Mais a oeste, abrange a lagoa do "V" e a região conhecida como "Tingui". **1.3 – ZP Dunas Leste:** Engloba um conjunto de dunas móveis e vegetação rasteira interdunar, na porção centro-leste do PNJ.
Limites
A Zona Primitiva abrange grande parte do PNJ. É representada pelos três polígonos que são descritos logo abaixo, que totalizam uma área de 28,17% do Parque. **1.1 – ZP Manguezal:** Está situado a sudoeste do Parque Nacional de Jericoacoara e abrange toda a extensão do mangue na área do Parque. Cercada em grande parte pela Zona de Uso Extensivo Mangue Seco e fazendo limite também com a Zona de Uso Conflitante Assentamento Guriú. Sua área é de quase 1,5km², correspondendo à 1,64% da área total do Parque. Seu perímetro é de 8,274km.

1 - ZONA PRIMITIVA

1.2 – ZP Junco e Dunas Oeste: Localizada na porção centro-oeste do Parque, é o segmento que apresenta a maior área com 16,848 km², correspondendo a 19,03 % da área total. Tem um perímetro de 28,948km, onde pode-se observar um terreno com grande quantidade de dunas e lagoas. A poligonal a norte e a noroeste é delimitada pelas dunas próximas da praia, a sudoeste pela Gleba do INCRA e a sul é por um *buffer* de 100m dos limites do parque do ponto de coordenada UTM Fuso 24 330907E/9685428N ao ponto de coordenada UTM Fuso 24 334244E/9685352N.Por ser uma região de grande abrangência, faz limite com zonas de várias categorias. A Zona de Uso Extensivo Junco, por exemplo, está praticamente "envolvida" por sua poligonal. Em sua extensão oriental, limita-se com a Zona de Recuperação Oeste e com a Zona de Uso Conflitante Estrada Lagoa Grande,; com a Zona de Ocupação Temporária Lagoa Grande Oeste no extremo sudeste, a sul com a Zona de Uso Especial Limite Centro Sul, com a Zona de Uso Conflitante Assentamento Mangue Seco/Junco a sudoeste e com a Zona de Uso Extensivo Entre Dunas ao longo de sua faixa norte e ocidental.

1.3 – ZP Dunas Leste: Consiste numa poligonal situada na região centro-leste do PNJ. Cercada em grande parte por Zonas de Uso Extensivo, mais especificamente, pela Zona de Uso Extensivo Central e com a Zona de Uso Extensivo Leste. Ao sul, é limitada pela Zona de Uso Especial Limite Sudeste. A zona tem como descrição ao sul um *buffer* de 100 metros dos limites do Parque do ponto 1 de coordenada UTM Fuso 24 335116E/9685508N ao ponto 2 de coordenada UTM Fuso 338060E/9686017N, que segue a norte sobre o limite do Município de Jijoca de Jericoacoara e Cruz até o ponto 3 de coordenada UTM Fuso 337914E/9688816N. Cabe ressaltar que esse segmento de traçado do ponto 2 ao ponto 3 sobrepondo o limite municipal, mas próximo ao Sítio do Silveira o traçado muda de trajetória não inserindo o sítio dentro da zona. Após o ponto 3 o traçado segue em um reta até o ponto 4 de coordenada UTM Fuso 24 336026E/9688568N, onde segue ao sul contornando o pé das dunas até fechar a poligonal no ponto inicial. Sua área é de aproximadamente 6,63km², o que representa 7,50 % da área total do Parque, e seu perímetro é de 13,8km.

Objetivos Específicos

- Propiciar o desenvolvimento de pesquisa e proteger espécies da região, raras, endêmicas, vulneráveis, em perigo ou ameaçadas de extinção tais como o camarão *Palaemon paivai,* a rã *Pleurodema diplolister*, a rã *Leptodactylus troglodytes,* o pica-pau-anão-da-caatinga *Picumnus limae*, a choca-barrada *Thamnophilus capistratus*, o golinho *Sporophila albogularis*, o cardeal-do-nordeste *Paroaria dominicana*, o corrupião *Icterus jamacaii*, a cigarra-do-campo *Neothraupis fasciata*, o bico-de-pimenta *Saltatricula atricollis,* o aracuã-de-sobrancelhas *Ortalis cf. superciliaris,* a jaguatirica *Leopardus pardalis* e a suçuarana *Puma concolor*.
- Proteger o banco de germoplasma natural existente na área.

1 - ZONA PRIMITIVA

- Proteger a paisagem primitiva, devido a sua raridade e beleza cênica de sua geomorfologia.
- Propiciar o monitoramento ambiental em áreas que são de baixa intervenção.
- Assegurar a dinâmica natural de movimentação das dunas.
- Proporcionar atividades de recreação, de forma rústica, e interpretação ambiental, propiciando ao visitante uma experiência/vivência do ambiente natural e com isso levá-lo a valorizar a importância da conservação dos ambientes naturais.
- Possibilitar a obtenção de conhecimentos técnicos e científicos, através do apoio à realização de pesquisas científicas e monitoramento ambiental para acompanhamento da evolução dos ambientes naturais e das espécies.

Resultados Esperados

- Integridade dos recursos naturais assegurada.
- Conhecimentos científicos sobre a área ampliados.
- Dinâmica geomorfológica assegurada.
- Refúgio para a fauna assegurado.

Indicadores

- Número de animais avistados.
- Número de alterações na paisagem primitiva.
- Número de pessoas transitando nessa área.
- Número de animais exóticos avistados.
- Número de espécies raras ou endêmicas.

Normas Gerais

- As atividades permitidas são: a pesquisa, proteção e visitação de baixo grau de intervenção.
- As atividades permitidas devem prever o mínimo de intervenção/impacto negativo sobre os recursos, especialmente no caso da visitação.
- As atividades prioritárias nas lagoas abrangidas por essa zona são o banho e a recreação de baixo impacto. A realização de atividades esportivas não motorizadas somente será permitida se previstas em instrumento específico de gestão do uso público.
- As atividades de recreação, interpretação e sensibilização ambiental deverão ter caráter rústico e primitivo.
- É permitida a instalação de infraestrutura física, quando estritamente necessária às ações de busca e salvamento, contenção de erosão e segurança do visitante, bem como outras indispensáveis à proteção do ambiente da zona.

1 - ZONA PRIMITIVA

- Fica proibida a permanência de animais domésticos nesta zona.
- A abertura de novas trilhas nesta zona, salvo em casos emergenciais, deverá ser precedida de estudo específico que indique essa necessidade, indicando, no entanto, medidas que minimizem seus impactos, e seguindo orientações prévias da administração do PNJ.
- Não será permitida a entrada, nesta zona, com veículos motorizados, salvo para atividades de proteção e fiscalização quando houver indícios de ilícitos. e
- As atividades de proteção e fiscalização, nesta zona, deverão ser feitas preferencialmente a pé ou em operações especiais com quadriciclos ou motos, desde que estes últimos estejam de acordo com o previsto em legislação.

Ilustração

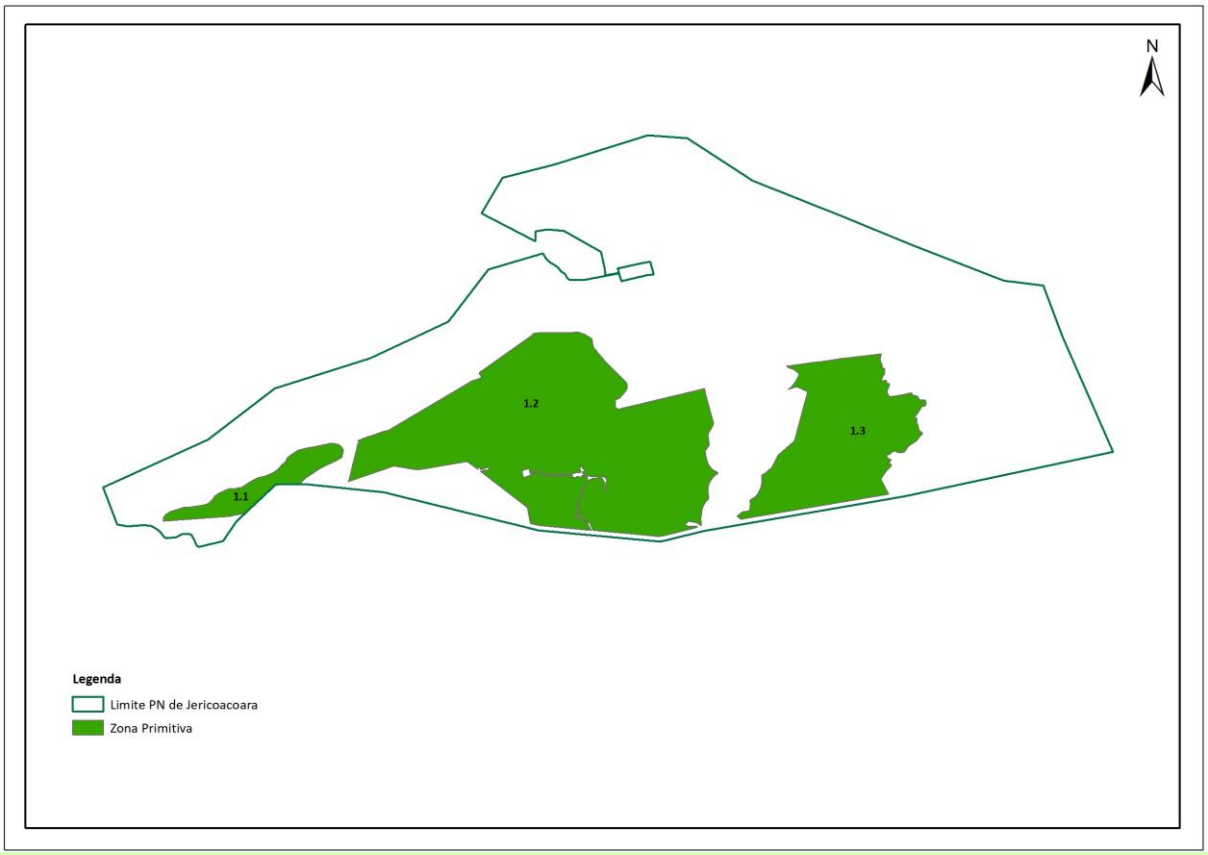


Figura 4-2 – Localização da Zona Primitiva.

2 - ZONA DE OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA

Definição

"São áreas dentro da Unidade de Conservação onde ocorrem concentrações de populações

2 - ZONA DE OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA

humanas residentes e as respectivas áreas de uso. Zona Provisória, uma vez realocada a população, será incorporada a uma das Zonas Permanentes" (Galante *et alii.*, 2002).

Caracterização

Na época de criação do Parque, já existiam habitações e usos na área mapeada como zona de ocupação temporária passando então a constituir uma incompatibilidade legal a sua presença no interior da UC.

Dessa forma, ao se traçar o zoneamento faz-se necessária a categorização desses espaços físicos ocupados pelas comunidades, tanto para moradia, quanto para roçados, pastos e outras atividades de subsistência, em uma das zonas temporárias. Nesse caso, foi estabelecida a Zona de Ocupação Temporária, que permanecerá até que sejam adotadas as medidas legais de realocação da população residente do interior do PNJ.

Essa zona é constituída por três poligonais, assim distribuídas:

2.1 – ZOT Sítio Morais: Corresponde a um sítio sazonalmente ocupado, com área de aproximadamente 0,92ha. Seu acesso com uso de veículos, atualmente, só é possível a partir do Mangue Seco. Não foram identificadas atividades agropecuárias recentes no local.

2.2 – ZOT Lagoa Grande – Leste e 2.3 – ZOT Lagoa Grande – Oeste: Na comunidade da Lagoa Grande concentra-se o maior número de residências no interior do Parque. Somam-se 16 residências ou abrigos, dentre os quais, 13 estão permanentemente ocupados. Alguns moradores possuem declaração de posse, na maior parte, solicitada em 2008, após o evento da demarcação. A maior parte ocupa a região há cerca de 30 ou 40 anos e subdividiu a moradia para seus sucessores legais. São, na maior parte, agricultores, que possuem uma pequena área de plantio, vivem da coleta da castanha, da agricultura de subsistência e dos programas de transferência de renda.

Limites

A Zona de Ocupação Temporária ocupa uma área pequena em relação à área total do PN. É constituída pelos três polígonos que se seguem:

2.1 – ZOT Sítio Morais: Corresponde a um segmento localizado na porção sul do PNJ, mais precisamente no ponto de coordenada UTM Fuso 24 329981E/9686510N, próximo de algumas lagoas temporárias. Limitada a oeste com a Zona de Uso Conflitante Assentamento Mangue Seco/Junco e, com a Zona Primitiva Junco e Dunas Oeste circundando o restante de seu limite. Sua área é de 9.251,35 m² e seu perímetro de 592m.

2.2 – ZOT Lagoa Grande - Leste: Esse polígono está situado na extremidade sul do PN, limitando-se a oeste com a Zona de Uso Especial Sítio do Amâncio no ponto de coordenada UTM Fuso 24 334784E/9685349N e a leste com a Zona Especial Limite Sudeste no ponto

2 - ZONA DE OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA

de coordenada UTM Fuso 24 335214E/9685423N. Ainda se limita a noroeste com a Zona de Uso Conflitante Estrada Lagoa Grande, a norte com a Zona de Uso Extensivo Central e a nordeste com a Zona Primitiva Dunas Leste. Sua área é de 67.984m² e seu perímetro de 1.128m.

2.3 – ZOT Lagoa Grande - Oeste: Este segmento está localizado na extremidade sul do PNJ, limitando-se com a Zona de Uso Especial Limite Centro Sul a oeste, com a Zona Especial Sítio do Amâncio a leste e com a Zona de Recuperação Oeste e Zona de Uso Primitivo Junco e Dunas Oeste a norte no ponto de coordenada UTM Fuso 24 334321E/9685390N. Sua área é de 106.014m² e seu perímetro de 2.231m.

Objetivo Geral

Possibilitar a normatização da ocupação e uso do solo dentro da UC de forma harmonizada e temporária, até que se estabeleça uma solução para a mudança desses habitantes.

Objetivos Específicos

- Controlar o acesso e a quantidade de famílias residentes nessas áreas.
- Ordenar o uso da área e a permanência da comunidade no interior do PNJ, até sua indenização e realocação.
- Evitar que as famílias moradoras utilizem a área em desacordo com as normas estabelecidas neste Plano de Manejo.

Resultados Esperados

- Quantidade de famílias, que ocupam essa zona, reduzido ou estagnado.
- Atividades desenvolvidas pelas comunidades regulamentadas.
- Eliminação de ações que comprometam a integridade do PNJ.
- Retirada de animais domésticos.

Indicadores

- Número de animais domésticos presente nessa zona.
- Número de famílias habitando essa zona.
- Percentual da área com atividades pactuadas.
- Número de notificações ou infrações cometidas nesta zona.

Normas Gerais

- A regularização fundiária é a ação prioritária para esta zona.
- Ë proibida a entrada de novos moradores nessa zona, sendo de responsabilidade do ICMBio, o controle, o monitoramento e o cadastramento das ocupações para subsidiar as ações de regularização fundiária.
- Deverão ser cadastrados todos os residentes nesta zona, número de ocupantes, características das residências, área plantada, tipo de cultura, eventuais criações, dentre

2 - ZONA DE OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA

outros.

- A fiscalização deverá ser constante nessa zona, para evitar a entrada de novos moradores.
- Para os moradores já existentes, deverá ser estabelecido, de forma prioritária, um TAC com a participação dos interessados e envolvimento do Ministério Público a ser observado até a regularização da situação fundiária.
- O processo de realocação e indenização deverão ocorrer de forma participativa, com as famílias residentes no interior do PNJ.
- A manutenção das edificações deverá ser previamente comunicada ao ICMBio, na sede do PNJ.
- Novas edificações não serão permitidas.
- É permitido o acesso de veículos motorizados e animais de montaria que sejam intrínsecos às atividades dessas comunidades.
- A criação de animais domésticos, bem como, a prática agrícola, só serão permitidos desde que a atividade esteja devidamente cadastrada junto ao ICMBio.

Ilustração

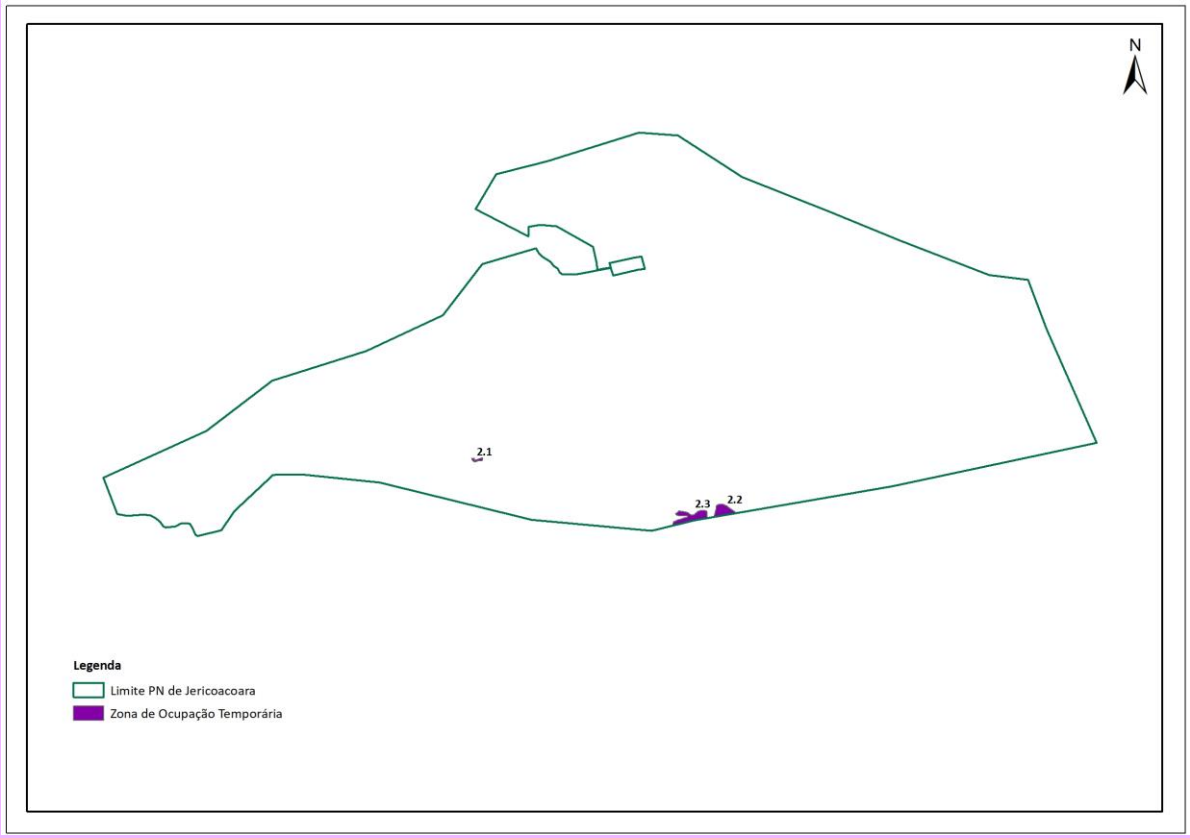


Figura 4-3 – Localização da Zona de Ocupação Temporária.

3 - ZONA DE RECUPERAÇÃO

Definição

"É aquela que contém áreas consideravelmente antropizadas. Zona provisória, uma vez restaurada, será incorporada novamente a uma das Zonas Permanentes." (Galante *et alii.*, 2002).

Caracterização

Uma vez que as áreas são descontínuas, a Zona de Recuperação ficou dividida em quatro segmentos, conforme segue:

3.1 – ZR Leste: É composta pela planície de aspersão eólica e vegetação rasteira, apresentando diversos impactos decorrentes do pastoreio e do tráfego desordenado de veículos.

3.2 – ZR Oeste: Abrange uma no extremo oeste da via de acesso Lagoa Grande – Jericoacoara, composta de vegetação rasteira e interdunar. Compreende dunas móveis, dentre as quais, destaca-se a Duna do Lixão, e engloba vegetação rasteira e interdunar.

3.3 – ZR Base Serrote Norte: Engloba toda a base do Serrote em direção sul, até encontrar a via de acesso que liga a Vila de Jericoacoara ao Preá. Trata-se de uma intensa região de aspersão eólica que forma um corredor que dá origem, em especial, à Duna do Pôr-do-sol.

3.4 – ZR Base Serrote Sul: Consiste também num segmento de planície de aspersão eólica, porém, coberto em parte por vegetação rasteira.

Limites

A Zona de Recuperação ocupa a parte central do Parque Nacional. Sua área é de aproximadamente 5,25km² que correspondem a 5,927% da área total do PNJ e é composta por quatro poligonais que são descritas logo abaixo:

3.1 – ZR Leste: Esta poligonal é limitada ao norte pela Zona de Uso Intensivo Linha de Transmissão no ponto 1 de coordenada UTM Fuso 24 334011E/9690370N ao ponto 2 de coordenada UTM Fuso 24 335589E/9689866N. A Zona de Uso Extensivo Leste está localizada ao longo do seu limite oriental e a Zona de Uso Conflitante Estrada Lagoa Grande, ao longo do seu limite ocidental. Do ponto 2 o segmento segue em uma reta em direção ao sul até o ponto 3 de coordenada UTM Fuso 24 336123E/9688582N que segue a oeste até o ponto 4 de coordenada UTM Fuso 24 335543E/9688567N.. Possui uma área aproximada de 1,24km², correspondendo à 1,40% da área total do Parque, e um perímetro de 6,18km.

3.2 – ZR Oeste: Essa poligonal está localizada na porção central do PNJ. Limita-se a leste

3 - ZONA DE RECUPERAÇÃO

com a Zona de Uso Conflitante Estrada Lagoa Grande e a oeste com a Zona Primitiva Junco e Dunas Oeste. Sua área é de 2,02km², representando 2,28% do PNJ, e seu perímetro é de 8,6km.

3.3 – ZR Base Serrote Norte: Esse polígono encontra-se ao norte do PNJ. Faz limite norte com a base do Serrote e o restante de sua área (do ponto de coordenada UTM Fuso 24 334166E/9691601N ao ponto de coordenada UTM Fuso 24 332345E/9690714N) está limitada com a Zona de Uso Intensivo Acessos Preá e Serrote. Possui uma área aproximada de 1km², que corresponde à 1,19% da área total do Parque, e um perímetro de 7,5km.

3.4 – ZR Base Serrote Sul: Essa zona é limitada a leste pela Zona de Uso Extensivo Riacho Doce, a norte faz limite com as estradas de acesso do Preá e Serrote e a sul pelo limite área de proteção da Linha de Transmissão. Sua área é de 930.215m² e seu perímetro de 5.945m.

Objetivo Geral

A Zona de Recuperação tem como objetivo geral cessar a degradação dos recursos naturais, facilitando uma regeneração natural e/ou restauração da área degradada por ações interventivas dentro da UC.

Objetivos Específicos

- Limitar e controlar o tráfego de veículos motorizados nessa área, visando a recuperação das vias que atravessam a zona.
- Pesquisar estratégias de recuperação e contenção da degradação nesses locais.
- Recuperar, de forma induzida as vias cuja vegetação fora removida pelo tráfego de veículos.
- Remover a fauna exótica desta zona.
- Monitorar as medidas de recuperação dessas áreas.
- Reduzir a dispersão de sedimentos em direção à Vila de Jericoacoara.

Resultados Esperados

- Vegetação natural recomposta.
- Espécies exóticas eliminadas.
- Solo recuperado.
- Reocupação da fauna nativa.
- Riqueza e diversidade biológica local ampliada.
- Dunas contidas junto aos limites do PNJ com a Vila de Jericoacoara.

Indicadores

- Número de espécies exóticas.

3 - ZONA DE RECUPERAÇÃO

- Número de avistamentos de animais raros e ameaçados.
- Porcentagem de área degradada dentro do PNJ.
- Número de indivíduos plantados nos limites do PNJ com a Vila de Jericoacoara.

Normas Gerais

- São atividades permitidas nesta zona: proteção, pesquisa (especialmente sobre os processos de recuperação), monitoramento ambiental, recuperação ambiental (deter a degradação dos recursos e recuperar a área), visitação de médio grau de intervenção e educação ambiental.
- A visitação não pode comprometer os resultados dos esforços de recuperação.
- As áreas em recuperação, induzida, poderão ser cercadas para evitar a entrada de animais exóticos.
- A fiscalização deverá ser constante a fim de evitar a entrada de gado, jegue ou cavalos, pois não será permitida a presença de animal doméstico nesta zona.
- Poderão ser utilizadas espécies exóticas da flora quando necessário para contenção emergencial de sedimentos, desde que sejam gradualmente substituídas por espécies nativas.
- A recuperação induzida em áreas de preservação permanente deverá ser precedida de um projeto específico, nos moldes da legislação vigente (Resolução CONAMA № 369, de 28 de março de 2006).
- Não será permitida a instalação de infraestrutura permanente nessa zona, exceto aquelas imprescindíveis aos trabalhos de recuperação induzida, ações de proteção e manejo dos recursos naturais.
- Os resíduos sólidos gerados nessas instalações deverão ser retirados no mesmo dia em que forem produzidos, sem que haja estocagem do mesmo no local.
- O trânsito de veículos motorizados é permitido para todas as atividades autorizadas nesta Zona, desde que não comprometa os resultados dos esforços de recuperação, devendo privilegiar as estradas já existentes.

3 - ZONA DE RECUPERAÇÃO

Ilustração

Figura 4-4 – Localização da Zona de Recuperação.

4 - ZONA DE USO CONFLITANTE

Definição

"Constituem-se em espaços localizados dentro de uma unidade de conservação, cujos usos e finalidades, estabelecidos antes da criação da unidade, conflitam com os objetivos de conservação da área protegida." (Galante *et. alii.,* 2002).

Caracterização

Esta zona corresponde a áreas onde ocorrem atividades que conflitam com o objetivo de criação do PNJ. São basicamente três categorias de uso distribuídas em cinco poligonais. Trata-se da sobreposição com três porções do Assentamento de Reforma Agrária do INCRA; do Farol da Marinha, localizado no Serrote e do acesso Lagoa Grande – Jericoacoara. São áreas com variadas condições de uso e conservação do patrimônio natural, conforme descrito a seguir:

4 - ZONA DE USO CONFLITANTE

4.1 – ZUC Farol: Corresponde à área delimitada pelo muro de aproximadamente 30x15m, que cerca o Farol, localizado no ponto de coordenada UTM Fuso 24 333303E/9691727N. Fica no ponto mais elevado do Serrote, a cerca de 93m de altitude.

4.2 – ZUC Assentamento Guriú: É uma das três poligonais do Assentamento Guriú/Mangue Seco que se sobrepõe à área do PNJ. Possui cerca de 64ha e abrange especialmente áreas de manguezal, sem ocupação humana.

4.3 – ZUC Assentamento Mangue Seco/Junco*:* Corresponde à maior poligonal de sobreposição, com 230ha, abrangendo parte da vegetação de restinga e algumas residências, que por sua vez, terão sua ocupação comprometida pela movimentação das dunas. O terreno de mais outras duas residências, ocupados por pequenas criações de galináceos, hortas, cajueiros e coqueiros, encontram-se abrangidas por esta poligonal.

4.4 – ZUC Assentamento Guarita Mangue Seco: Trata-se de uma pequena poligonal de sobreposição do assentamento, com 14,27ha. Abrange dois terrenos cujas casas estão situadas fora do Parque. Este segmento está localizado nas proximidades da guarita do PNJ nas proximidades do Mangue Seco.

4.5 – ZUC Estrada Lagoa Grande: Foram delimitados dois caminhos principais, bifurcados a partir da Lagoa do Amâncio, representando o trajeto mais ocidental e mais oriental da malha de trilhas utilizadas para o trajeto Lagoa Grande - Jericoacoara. A poligonal foi limitada a 100m para cada lado desses caminhos, somando assim, uma área de aproximadamente 676ha.

Limites

A Zona de Uso Conflitante é constituída por cinco polígonos, são eles:

4.1 – ZUC Farol: Constitui um polígono com 104m de perímetro, ocupando uma pequena porção ao extremo norte do PNJ e cercado pela Zona de Uso Extensivo Serrote. Sua área é de 628m² correspondentes à apenas 0,0007% da área do Parque. Pegando-se quatro pontos de seu limite, tem-se a norte o ponto de coordenada UTM Fuso 24 333299E/9691734N, a leste o ponto de coordenada UTM Fuso 24 333317E/9691715N, a sul o ponto 333302E/9691715N e a oeste o ponto de coordenada UTM Fuso 24 333284E/9691715N.

4.2 – ZUC Assentamento Guriú: Essa zona situa-se na fronteira sudoeste do PNJ, fazendo divisa com a gleba por mais de 3km. Limitada ainda ao norte pela Zona Primitiva Manguezal e ao oeste na praia fazendo limite com a Zona de Uso Extensivo Mangue Seco. Seu perímetro é de 5.212m.

4.3 – ZUC Assentamento Mangue Seco/Junco: Esse segmento está situado ao sudoeste

4 - ZONA DE USO CONFLITANTE

do PNJ, abrangendo grande parte da extensão da Gleba do INCRA localizada no interior do PNJ. É limitado a norte em sua maior extensão pela Zona Primitiva Junco e Dunas Oeste. Limita-se também, em sua extremidade oeste com a Zona de Uso Extensivo Entre Dunas e em sua extremidade leste com a Zona de Uso Especial Limite Centro Sul. Seu perímetro é de 8,57km e sua área de pouco mais de 2km², correspondente à 2,60% da área total do Parque Nacional de Jericoacoara.

4.4 – ZUC Assentamento Guarita Mangue Seco: Trata-se de uma pequena poligonal de sobreposição do assentamento do INCRA localizada na extremidade sudoeste do PNJ, no acesso da vila de Jericoacoara via Mangue Seco. Limitada a leste pela Zona de Uso Extensivo Entre Dunas e a oeste pela Zona de Uso Extensivo Mangue Seco. Abrange uma pequena área com cerca de 142.749m² e tem um perímetro de 1.782m.

4.5 – ZUC Estrada Lagoa Grande: Essa zona compreende a extensão dos caminhos na parte central do Parque que da acesso, partindo da guarita na porção sul da Unidade, à Vila de Jericoacoara. Limita-se com a Zona de Uso Intensivo Acessos Preá e Serrote a norte; com a Zona de Recuperação Oeste e Zona Primitiva Junco e Dunas Oeste ao longo de sua fronteira ocidental; Zona de Uso Extensivo Central e Zona de Recuperação Leste ao longo do seu limite oriental. Sua área é de 6,76km², representando 7,64% da área total do Parque, e seu perímetro é de 18,07km.

Objetivo Geral

Minimizar os impactos decorrentes do uso conflitante relacionado ao assentamento Mangue Seco/Guriú, ao acesso da Lagoa Grande e Farol, contemporizando a existência dessas ocupações dentro no PNJ.

Objetivos Específicos

- Regularizar o uso dessas áreas para que as mesmas tenham em seu interior somente atividades voltadas para a atribuição de utilidade pública e interesse social.
- Readequar ações e atividades que possam ser lesivas à Unidade, propondo alternativas viáveis para o processo.
- Minimizar os impactos decorrentes das atividades de manutenção das áreas no PNJ.
- Promover alternativas, quando viáveis, para a eliminação da atividade conflitante, em especial para a ZUC Estrada Lagoa Grande e ZUC relativas ao Assentamento Guriú/Mangue Seco.
- Estabelecer normas que minimizem os impactos sobre o PNJ.

Resultados Esperados

- Atividades de manutenção ao Farol conhecidas e supervisionadas.
- Conflitos de sobreposição de áreas com o INCRA solucionado.
- Impactos no acesso à Vila de Jericoacoara, pela Lagoa Grande reduzido.

4 - ZONA DE USO CONFLITANTE

Indicadores

- Número de atividades supervisionadas ao Farol.
- Número de veículos particulares na estrada Lagoa Grande – Jericoacoara.
- Percentual de sobreposição de áreas do PNJ com Assentamento Guriú/Mangue Seco.

Normas Gerais

- Para a ZUC Farol, só será permitido o acesso de veículos para fins de manutenção.
- As atividades de manutenção, salvo casos justificadamente emergenciais, deverão ser previamente comunicados à chefia do PNJ.
- Não será permitido o acesso de veículos particulares na ZUC Farol e ZUC Assentamento do Guriú.
- O acesso de veículos particulares na ZUC Estrada Lagoa Grande e ZUC Guarita Mangue Seco só será feito dentro dos critérios definidos na AGGI Operacionalização Interna.
- A supressão de vegetação nesta zona ocorrerá somente na manutenção de vias de acesso, ou instalação de estruturas de controle, mediante manifestação fundamentada.
- O uso das trilhas ao longo da ZUC Estrada Lagoa Grande deverá ser orientado pelo resultado apontado em estudos específicos que indiquem o manejo adequado para a área.
- A trilha da Lagoa Grande deverá ser constantemente monitorada quanto aos impactos gerados pelo tráfego de veículos, com vistas a uma avaliação sobre a viabilidade da trilha.
- Deverão ser impulsionadas, nesta zona, atividades de pesquisa, monitoramento ambiental e fiscalização.
- É permitida a visitação de médio grau de intervenção na ZUC Estrada Lagoa Grande.

4 - ZONA DE USO CONFLITANTE

Ilustração

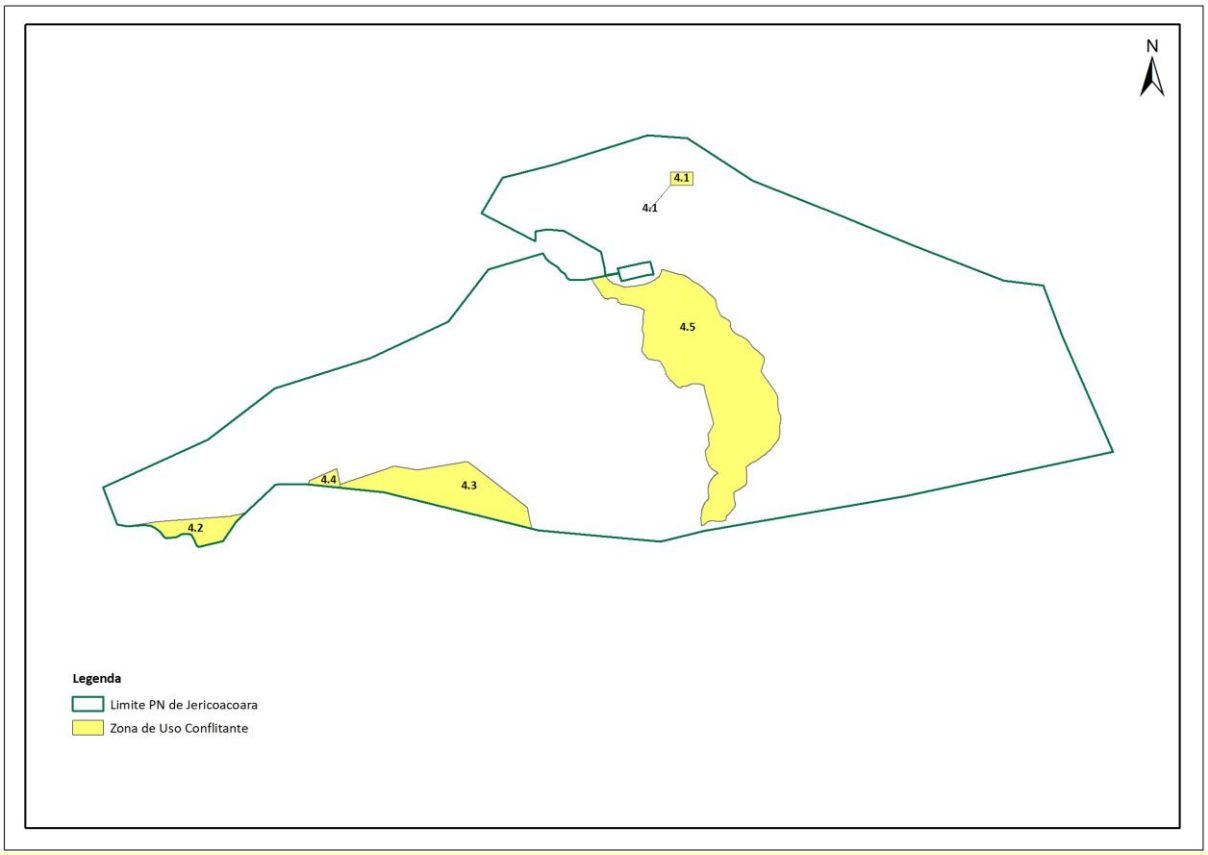


Figura 4-5 – Localização da Zona de Uso Conflitante

5 - ZONA DE USO ESPECIAL

Definição

"É aquela que contém as áreas necessárias à administração, manutenção e serviços da unidade de conservação, abrangendo habitações, oficinas e outros" (Galante *et alii.*, 2002).

Caracterização

5.1 – ZUEsp Sítio do Papai Noel: Essa região corresponde a uma área modificada, com edificações, pastagem e plantações de subsistência. Dentro desta Zona corre um riacho de água doce, muito importante para a fauna e flora. Além da presença de água doce permanente, a região oferece outro atrativo especial para a fauna: proteção contra vento, enseada voltada para Oeste, contra a direção predominante do vento. A paisagem dominante é de um coqueiral cercado de mangues em recuperação.

5.2 – ZUEsp Limite Centro Sul: Corresponde a uma área tampão de 100 metros a partir do

5 - ZONA DE USO ESPECIAL

limite do PNJ, mais especificamente entre a região do Junco e a Lagoa Grande. É representada por uma vegetação de restinga arbustiva e arbórea bem inalterada, abrangendo ainda, algumas lagoas permanentes e temporárias.

5.3 – ZUEsp Sítio do Amâncio: Abrange a estrada de acesso entre a comunidade da Lagoa Grande e o Sítio do Amâncio, e ainda, todo o sítio. Trata-se de uma área de restinga arbórea, com alguns mosaicos de cajueiros plantados, sendo progressivamente tomados pelas dunas móveis.

5.4 – ZUEsp Limite Leste: Trata-se da área tampão de 100m a partir do limite do PNJ, nas proximidades do acesso a partir da Vila do Preá.

5.5 – ZUEsp Estrada Olavo: Essa poligonal acompanha boa parte de uma das estradas alternativas do PNJ, que dá acesso ao Sítio do Silveira e a outros lugares. Corresponde a uma estrada antiga, porém bem preservada, coberta por piçarra. Consiste numa paisagem dominante de planície com vegetação herbácea, e mais ao sul, abrange dunas móveis e lagoas interdunares.

5.6 – ZUEsp Limite Sudeste: Corresponde a uma área tampão de 100m a partir da extremidade sudeste do PNJ. Abrange ao sul, uma vegetação preservada de restinga arbustiva e ao leste a planície de aspersão eólica.

Limites

A Zona de Uso Especial possui um perímetro de quase 42.000m, sua área é de aproximadamente 3km², que equivalem a 3,36% da área total do Parque Nacional de Jericoacoara. É constituída por seis polígonos, são eles:

5.1 – ZUEsp Sítio do Papai Noel: Esse segmento está localizado na região noroeste do Parque Nacional de Jericoacoara, abrangendo toda área do sítio (denominado Sítio do Papai Noel). É limitado a norte e a oeste pela Zona de Uso Intensivo Acessos Mangue Seco, que está em zona de praia, e a leste e sul pela Zona de Uso Extensivo Entre Dunas. Sua área é de 52.700m² e seu perímetro de 1.227m.

5.2 – ZUEsp Limite Centro Sul: Essa poligonal situa-se na fronteira sul do PNJ, possuindo uma largura tampão de aproximadamente 100 metros do limite do PNJ. Limita-se a oeste com a Zona de Uso Conflitante Assentamento Mangue Seco/Junco e com o limite do PNJ no ponto de coordenada UTM Fuso 24 330927E/9685320N, a leste com a zona de Ocupação Temporária Lagoa Grande – Oeste no ponto de coordenada UTM Fuso 24 333949E/9685174N e ao longo de sua fronteira norte, faz limite com a Zona Primitiva Junco e Dunas Oeste, exceto por uma faixa de 33,5m que vai do ponto coordenada UTM Fuso 24 332123E/9685291N ao ponto de coordenada UTM Fuso 24 332162E/9685287N, onde é faz divisa com a Zona de Uso Extensivo Junco. Sua área é de 308.478m² e seu perímetro de

5 - ZONA DE USO ESPECIAL

pouco menos de 7km.

5.3 – ZUEsp Sítio do Amâncio: Esse polígono está localizado na região centro-sul do PNJ, acompanhando a estrada de acesso até o Sítio do Amâncio com um *buffer* de aproximadamente 50m para cada lado da estrada, partindo da guarita ao sul do PNJ. Sua fronteira ocidental é limitada com a Zona de Ocupação Temporária Lagoa Grande - Oeste e com a Zona de Uso Conflitante Estrada Lagoa Grande, já pela face oriental, faz divisa com a Zona de Ocupação Temporária Lagoa Grande - Leste e com a Zona de Uso Conflitante Estrada Lagoa Grande. Sua área é de 176.988m² e seu perímetro é de quase 3km.

5.4 – ZUEsp Limite Leste: Essa poligonal ocupa uma pequena parte da fronteira leste do PNJ. Tem uma largura de 100m e se estende por 404,24m no limite do Parque. Limita-se ao norte com a praia e ao sul com a Zona de Uso Intensivo Linha de Transmissão que se sobrepõem com o limite da Unidade no ponto de coordenada UTM Fuso 24 341688E/9688811N. A maior parte do seu limite oeste faz divisa com a Zona de Uso Extensivo Riacho Doce. Sua área é de 40.762m² e seu perímetro é de pouco mais de 1km.

5.5 – ZUEsp Estrada Olavo: Essa poligonal acompanha boa parte das estradas alternativas do PNJ que dá acesso ao Sítio do Silveira e a outros lugares, do ponto de coordenada UTM Fuso 24 338640E/9686156N sudeste do limite do Parque e no ponto de coordenada UTM Fuso 341986E/9687883N a leste do limite do Parque. Possuindo um *buffer* de 100m da estrada, liga-se em suas extremidades leste e oeste com a Zona de Uso Especial Limite Sudeste e é limitada a norte pela Zona de Uso Extensivo Leste e a sul pela Zona de Uso Extensivo Sudeste. Apresenta a maior área entre os polígonos pertencentes à Zona de Uso Especial. Sua área de 1,45km² corresponde à 1,64% da área total do Parque. Seu perímetro é de aproximadamente 10km.

5.6 – ZUEsp Limite Sudeste: Esse polígono ocupa toda a extremidade sudeste do PNJ. Apesar de não possuir uma área muito extensa (943.419m²), seu perímetro é o maior entre as Zonas de Uso Especial, com aproximadamente 19.119m. A poligonal abrange uma largura de 100m de distância do limite do Parque em toda sua extensão do ponto de coordenada UTM Fuso 24 341729E/9688717N a leste ao ponto de coordenada UTM Fuso 24 335214E/9685423N a sul da Unidade. Por ser uma zona bastante extensa, limitando-se com vários outros polígonos. Ao norte faz divisa com a Zona Primitiva Dunas Leste, a oeste com a Zona de Ocupação Temporária Lagoa Grande - Leste, sendo que com as Zonas de Uso Extensivo Leste, Uso Extensivo Sudeste e Uso Especial Estrada Olavo é limitada a norte e a oeste de suas divisas.

Objetivo Geral

Minimizar o impacto da implantação das atividades e infraestruturas necessárias à gestão da unidade, concentrando-as nesta zona.

5 - ZONA DE USO ESPECIAL

Objetivos Específicos

- Proporcionar condições para a gestão e manejo do PNJ.
- Dar suporte para as atividades de pesquisa, educação ambiental, acesso às informações científicas, divulgação e valorização do PNJ.
- Facilitar o monitoramento das atividades propostas nesse plano.
- Propiciar as atividades de fiscalização, controle de acesso e monitoramento.
- Garantir a segurança de pessoas e do patrimônio imobiliário e equipamentos existentes.

Resultados Esperados

- Atividades de administração, fiscalização, pesquisa e educação ambiental facilitadas.
- Alternativa de acesso emergencial possibilitada.
- Gestão e manejo das outras zonas implementado.

Indicadores

- Quantidade de infraestrutura de proteção instalada nesta zona.
- Número de ações de manejo em funcionamento.
- Número de autuações de infração no PNJ.

Normas Gerais

- A fiscalização deverá ser permanente nessa zona.
- Esta zona deverá ser utilizada prioritariamente como área de apoio e serviços, salvo em casos emergenciais, que possa ser aberta para o trânsito de pessoas ou veículos.
- As obras e serviços autorizados deverão interferir o mínimo possível no ambiente.
- As vias de acesso deverão ser monitoradas quanto à necessidade de reformas ou manutenção.
- Para atividades de reformas ou manutenção das estradas, as mesmas só poderão ser executadas com projetos específicos que contemplem contenção de erosão e viabilização da circulação de veículos nos diferentes períodos do ano.
- O tratamento do leito e a pavimentação das estradas são permitidos, devendo privilegiar alternativas que minimizem a impermeabilização do terreno, conforme recomendações de projeto técnico de engenharia.
- O trânsito de veículos será feito a baixas velocidades (máximo de 60km/h).
- A ZUEsp Sítio do Amâncio deverá abrigar animais domésticos apreendidos no PNJ, até a resolução do conflito junto aos proprietários desses animais.
- Na ZUEsp Sítio do Amâncio, deverá contar com captação de energia fotovoltaica (solar).
- O lixo orgânico gerado nessa zona deverá ser utilizado em programas específicos de adubação orgânica a ser implementado em parceria com a comunidade do entorno.
- Deverão ser implementadas, nas instalações administrativas, as normas relacionadas ao

5 - ZONA DE USO ESPECIAL

programa A3P, no que tange à gestão de resíduos, conforme previsto na AGGI Operacionalização Interna.

- Os resíduos sólidos não-orgânicos deverão ser dispostos de forma segregada, contando com o mínimo de acondicionamento e estocagem, e destinados para fora do PNJ.
- Essa zona deverá conter local apropriado para o acondicionamento temporário, de no máximo uma semana, para resíduos sólidos recicláveis antes que estes sejam enviados para local adequado.
- O sistema de tratamento de efluentes deverá priorizar tecnologias ecológicas e de baixo impacto.
- A instalação, construção, manutenção e o uso das estruturas deverão alterar minimamente o ambiente local.
- Nas Zonas de Uso Especial 5.4 – Limite Leste e 5.5 – Estrada Olavo, fica permitida a instalação de infraestruturas necessárias para apoio e controle das atividades de visitação.

Ilustração

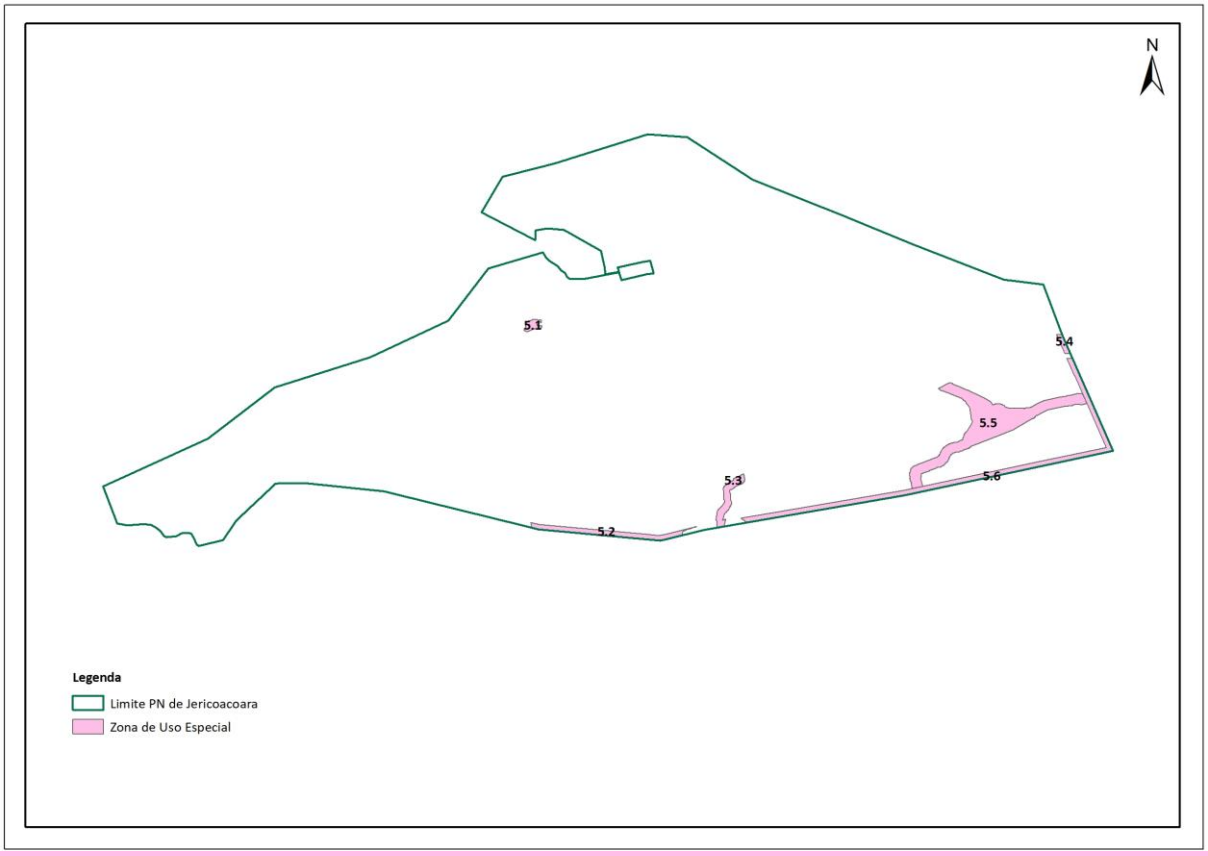


Figura 4-6 – Localização da Zona de Uso Especial.

6 - ZONA DE USO EXTENSIVO

Definição

"É aquela constituída em sua maior parte por áreas naturais podendo apresentar algumas alterações humanas" (Galante *et alii.*, 2002). Essa zona é caracterizada por um grau médio de intervenção.

Caracterização

A Zona de Uso Extensivo representa a maior zona, com pouco mais de 3,8 mil ha ou cerca de 44% da área do PNJ. É constituída pelas demais áreas do PNJ que não estão incluídas nas demais zonas. Está concentrada principalmente na porção marinha do Parque, e na região oriental deste.

Com a fragmentação imposta pela distribuição das outras zonas, a ZUExt se divide em 10 poligonais assim organizadas:

6.1 – ZUExt Junco: Encontra-se nas dunas móveis de segunda geração, com solos formados basicamente por areias quartzosas distróficas. A área é formada por vegetação marginal composta por restinga arbustiva e sua fauna é constituída de espécies importantes para a conservação na área da Unidade, e também possui algumas propriedades rurais no junco que posteriormente serão desapropriadas. A poligonal fica próxima as lagoas do Junco e da Capivara.

6.2 – ZUExt Mangue Seco: É caracterizada com vegetação marginal e composta por espécies herbáceas localizadas na faixa que contorna o mangue até a praia. Sua fauna e de baixa riqueza de espécie, que em sua maioria assemelha-se com outras espécies encontradas do Parque.

6.3 – ZUExt Central: Está inserida na porção mais central do parque localizado nos cordões interdunares com dunas móveis de segunda geração. O solo da área é formado basicamente por areais quartzosas distróficas e quartzosas marinhas. A vegetação do segmento caracteriza-se por uma cobertura rasteira e bastante impactada e sua fauna possui algumas espécies importantes para a conservação da Unidade.

6.4 – ZUExt Marinha Oeste: Corresponde à grande parte da porção marinha a oeste da Unidade possuindo como principal tipo de uso a pesca, o turismo e os esportes náuticos. Apresenta uma fauna marinha tropical de diversidade elevada, com algumas espécies de importância econômica.

6.5 – ZUExt Entre Dunas: O segmento e formado por areia quartzosa marinha e se encontra na faixa entre a praia e o tabuleiro prélitorâneo. Sua formação vegetal corresponde à vegetação de restinga com herbáceas e arbustos. Na área podem ser encontrados alguns animais domésticos soltos.

6 - ZONA DE USO EXTENSIVO

6.6 – ZUExt Serrote: O Serrote fica a norte do Parque próximo a praia, sendo a parte mais alta da Unidade. O solo predominante e basicamente de formação litólica com alta fragilidade. A fauna que constitui o local e de espécies comuns em ambientes alterados e sua vegetação é rasteira com alguns arbustos voltados para o mar. A presença de animais domésticos é muito frequente.

6.7 – ZUExt Marinha Leste: Corresponde a uma grande parte da porção marinha a leste do Parque possuindo como principal tipo de uso a pesca, o turismo e os esportes náuticos. O polígono e caracterizado por ter uma fauna marinha tropical de diversidade elevada, com algumas espécies de importância econômica.

6.8 – ZUExt Leste: Encontra-se na planície de aspersão eólica formada por areia quartzosa distrófica e areia quartzosa marinha, com presença de lagoas intermitentes. A área possui ainda formações de vegetação rasteira e em sua fauna é possível encontrar espécies importantes para a conservação da Unidade. O segmento é caracterizado por haver a presença de animais domésticos soltos e tráfego de veículo. A área também possui um ponto bastante conhecido pela população local que é o Sítio do Silveira que fica a noroeste do centro da poligonal.

6.9 – ZUExt Sudeste: O segmento fica a sudeste do Parque fazendo limites em todo seu perímetro com a Zona de Uso Especial. A área está situada na planície de aspersão eólica e é formada por área quartzosa distrófica e quartzosa marinha. O local é caracterizado por possuir vegetação rasteira e as espécies de fauna são comuns em outras áreas do Parque, típicas de ambientes alterados.

6.10 – ZUExt Riacho Doce: A vegetação da poligonal é caracterizada como sendo uma vegetação rasteira, já sua fauna é caracterizada por espécies encontradas em outras áreas da unidade, típicas de ambientes alterados. A área está próxima a praia da porção leste no Parque na planície de aspersão eólica formada por areia quartzosa distrófica e areia quartzosa marinha, nos cordões interdunares.

6.11 – ZUExt Exclusão dos Esportes de Vento: Corresponde à porção marinha logo a frente da Praia da Malhada, próxima ao cemitério da Vila, possuindo como principal tipo de uso a pesca, o turismo e os esportes náuticos. O polígono e caracterizado por ter uma fauna marinha tropical de diversidade elevada, com algumas espécies de importância econômica.

6.12 – ZUExt Exclusão *Kitesurf* Norte: Corresponde à porção marinha a noroeste do Parque, logo a frente da Praia da Ponta das Pedras, e possui como principal tipo de uso a pesca, o turismo e os esportes náuticos. O polígono e caracterizado por ter uma fauna marinha tropical de diversidade elevada, com algumas espécies de importância econômica.

6.13 – ZUExt Exclusão *Kitesurf* Sul: localiza-se a noroeste da Duna do Pôr-do-sol

6 - ZONA DE USO EXTENSIVO

correspondendo à porção marinha logo a frente da praia. A poligonal possui como principal tipo de uso a pesca, o turismo e os esportes náuticos. O fragmento é caracterizado por ter uma fauna marinha tropical de diversidade elevada, com algumas espécies de importância econômica.

6.14 – ZUExt Exclusão *Windsurf*: O fragmento corresponde à porção marinha da praia a oeste do Parque possuindo como principal tipo de uso a pesca, o turismo e os esportes náuticos. O polígono e caracterizado por ter uma fauna marinha tropical de diversidade elevada, com algumas espécies de importância econômica.

Limites

Os polígonos dos segmentos que compõem a Zona de Uso Extensivo, totalizando dez, estão descritos abaixo:

6.1 – ZUExt Junco: Esse polígono encontra-se na parte sul do PNJ, limitando-se em toda sua fronteira com a Zona Primitiva Junco e Dunas Oeste, exceto por uma pequena faixa ao sul, onde faz divisa com a Zona de Uso Especial Limite Centro Sul. Possui uma área de 111.395m² e um perímetro de 7.296m.

6.2 – ZUExt Mangue Seco: Essa poligonal está cercada em grande parte pela Zona de Uso Intensivo Acessos Mangue Seco, entretanto, ainda é limitada pela Zona Primitiva Manguezal e uma pequena parte pelas Zonas de Uso Conflitante Assentamento Guriú e Assentamento Guarita Mangue Seco. Com uma área de 892.112m² e um perímetro de 12.977m, abrange a região de mangues situada na extremidade sudoeste do PNJ.

6.3 – ZUExt Central: Situada na porção central do PNJ, abrangendo as Dunas da Casa Rica esse segmento faz limite com outras quatro zonas: a leste com a Zona Primitiva Dunas Leste, a norte com a Zona de Recuperação Leste, a oeste com a Zona de Uso Conflitante Estrada Lagoa Grande e a sul com a Zona de Ocupação Temporária Lagoa Grande - Leste. Possui um perímetro de 8,413km e uma área de cerca de 1,25km², que, por sua vez, representam 1,42% da área total do PNJ.

6.4 – ZUExt Marinha Oeste: Essa poligonal possui uma largura de 2,5 milhas náuticas ou 8,63km, que vão do ponto de coordenada UTM Fuso 24 322507E/9685776N ao ponto de coordenada UTM Fuso 24 330320E/9689458N, mesmos pontos de limite com a Zona de Uso Intensivo Acessos Mangue Seco, situada ao longo de sua fronteira leste, está localizada ao longo da maior parte do limite ocidental do PNJ. Seu perímetro é de pouco menos de 21km e sua área de aproximadamente 7,64km², correspondente à 8,64% da área total do Parque Nacional de Jericoacoara.

6.5 – ZUExt Entre Dunas: Esse segmento se estende desde a região norte, fazendo divisa com a Vila Jericoacoara, até a extremidade sul, na fronteira do PNJ. É limitada

6 - ZONA DE USO EXTENSIVO

principalmente, pela Zona de Uso Intensivo Acessos Mangue Seco, ao longo de sua fronteira ocidental, exceto em uma pequena parte, que vai do ponto de coordenada UTM Fuso 24 331122E/9689473N ao ponto UTM Fuso 24 330782E/9689291N, onde se encontra a Zona de Uso Especial Sítio do Papai Noel e por outra parte, localizada na extremidade sul, do ponto de coordenada UTM Fuso 24 327066E/9686382N, onde está situada a Zona de Uso Conflitante Assentamento Guarita Mangue Seco. Já ao longo de seu limite oriental, faz divisa com a Zona de Recuperação Oeste, com a Zona Primitiva Junco e Dunas Oeste e uma pequena porção ao sul com a Zona de Uso Conflitante Assentamento Mangue Seco/Junco. Sua área é de 1,70km², representando 1,92% da área total do PNJ, e seu perímetro é de 16km.

6.6 – ZUExt Serrote: Apresentando uma área de 1,5km² e perímetro de 6,8km, esse segmento circunda a Zona de Uso Conflitante Farol e situa-se nas proximidades da Vila Jericoacoara, localizada a oeste deste segmento. Ainda limita-se a norte com a Zona de Uso Intensivo Acessos Preá e Serrote e a sul com a Zona de Recuperação Base Serrote Norte.

6.7 – ZUExt Marinha Leste: Consiste numa poligonal bem extensa, com 27km de perímetro e uma área de aproximadamente 12km². Possui uma largura de 2,5 milhas náuticas, cobrindo toda região nordeste do PNJ. Em sua maior parte, é limitada pela Zona de Uso Intensivo Acessos Preá e Serrote, exceto em sua extremidade sul que faz divisa com a Zona de Uso Especial Limite Leste e em sua extremidade norte com a Vila Jericoacoara.

6.8 – ZUExt Leste: Esse polígono possui uma grande área, com cerca de 6,2km² e um perímetro de mais de 21km. Limita-se com outros cinco polígonos: a oeste com a Zona de Recuperação Leste e com a Zona Primitiva Dunas Leste; a norte com a Zona de Uso Intensivo Linha de Transmissão; a sul pela Zona de Uso Especial Estrada Olavo e a leste com a Zona de Uso Especial Limite Sudeste, que também faz divisa em sua extremidade sudoeste.

6.9 – ZUExt Sudeste: Esse segmento está localizado na extremidade sudeste do PNJ. Limita-se com outras duas zonas, ao norte e a oeste com a Zona de Uso Especial Estrada Olavo e ao sul e leste com a Zona de Uso Especial Limite Sudeste. Sua área é de pouco mais de 2,5km², correspondendo a 2,86% da área total do PNJ, e seu perímetro é de 8,6km.

6.10 – ZUExt Riacho Doce: Esse polígono encontra-se na região leste do PNJ, circundado por outras quatro zonas. A norte pela Zona de Uso Intensivo Acessos Preá e Serrote, a oeste pela Zona de Recuperação Serrote Sul, a sul pela Zona de Uso Intensivo Linha de Transmissão e a leste pela Zona de Uso Especial Limite Leste. Sua área é de aproximadamente 3,78km² e seu perímetro de 15,26km.

6.11 – ZUExt Exclusão dos Esportes de Vento: Localiza-se na Praia da Malhada, ao norte da Vila de Jericoacoara. É uma faixa de 50m de área submersa, contada a partir da linha de

6 - ZONA DE USO EXTENSIVO

maré mais baixa. O polígono representado por um quadrilátero, cuja base é o segmento de reta entre do ponto 1 de coordenada UTM Fuso 24 331322E/9691473N, identificado visualmente pela intersecção da linha de maré mais baixa e da "linha dos coqueiros", e o ponto 2, caracterizado pelo fim da faixa de areia na maré mais baixa e início dos rochedos do Serrote, na direção aproximada leste do ponto 1. O ponto 3 de coordenada UTM Fuso 24 331551E/9691544N encontra-se a 50m ao norte do ponto 2 e o ponto 4 de coordenada UTM Fuso 24 331328E/9691543N está 50m ao norte do ponto 1, fechando o polígono. Possui uma área de 15.017m² e um perímetro de apenas 579m.

6.12 – ZUExt Exclusão Kitesurf Norte: O polígono é composto por seis pontos (vértices) principais, de ponto 1 ao ponto 6. O ponto 1 de coordenada 330996E/9691462N corresponde à grande pedra na Praia da Malhada, alinhada com a linha de maré média e os fundos do cemitério de Jericoacoara. O ponto 2 de coordenada 330864E/9691699N demarca o polígono ao norte, dentro do mar, posicionado a 500m ao norte da bandeira no ponto de coordenada 330862E/9691200N que sinaliza as rochas na maré cheia. O ponto 3 de coordenada 330418E/9691430N marca uma distância de 500m a partir da bandeira, na direção paralela à linha da poligonal do Parque Nacional. O ponto 4 de coordenada 330417E/9691369N é uma projeção do ponto 3 na direção norte-sul, sobre a linha da poligonal do Parque. O ponto 5 de coordenada 331084E/9691153N corresponde ao ponto PNJ024 do polígono do Parque Nacional de Jericoacoara, na praia de Jericoacoara, conforme memorial descritivo da Unidade. O ponto 6 de coordenada 331004E/9691069N corresponde ao ponto PNJ025 do polígono do Parque Nacional de Jericoacoara, localizado próximo ao final dos demarcadores de concreto.

6.13 – ZUExt Exclusão Kitesurf Sul: O segmento tem a forma de um triângulo, com aproximadamente 0,25km² e um perímetro de 2,23km. É abrangido em quase sua totalidade pela Zona de Uso Extensivo Marinha Leste. Num pequeno segmento a sudeste faz divisa com a Zona de Uso Intensivo Acessos Preá e Serrote e situa-se próximo à Vila Jericoacoara.

6.14 – ZUExt Exclusão Windsurf: O fragmento está definido por quatro pontos (vértices), de ponto 1 a ponto 4. É caracterizado por um paralelogramo de, aproximadamente, 500m de altura, cuja base é a linha da maré mais baixa, que mede 654.872 metros, começando pelo ponto 1 de coordenada 330320E/9689458N marcado pelo limite do "Sítio do Papai Noel", na praia entre Jericoacoara e Mangue Seco. O ponto 2 de coordenada 330667E/9689972N corresponde à intersecção do prolongamento da cerca da Duna do Pôr-do-sol com a linha de maré mais baixa e forma, com o ponto 1, a base do polígono. O ponto 3 de coordenada 330574E/9690651N é a intersecção da linha paralela com a base, a 500m de distância para dentro do mar, com a linha do polígono do Parque Nacional.. O ponto 4 de coordenada 330217E/9690099N é o ponto na reta paralela à linha de praia (base do polígono), distante desta 500m e distante 654.872m do ponto 3. O polígono se fecha unindo os pontos 4 ao

6 - ZONA DE USO EXTENSIVO

ponto 1.

Objetivo Geral

O objetivo desta zona é manter o ambiente natural, com baixo impacto antrópico e oferecer acesso ao público com facilidades e para fins educativos.

Objetivos Específicos

- Propiciar o acesso ordenado da comunidade no Parque.
- Propiciar oportunidades de recreação e lazer em ambiente marinho.
- Oferecer maior proteção à Zona Primitiva.
- Implementar atividades educativas no interior da Unidade.
- Divulgar os trabalhos e a importância da Unidade.
- Sensibilizar a sociedade quanto aos aspectos ambientais e histórico-culturais da região.

Resultados Esperados

- Maior divulgação do PNJ.
- Maior interesse pela visitação e conhecimento do PNJ.
- Maior ordenamento das atividades de recreação e uso público no PNJ.
- Redução das invasões e entradas não autorizadas no PNJ.
- Incremento do conhecimento científico e das atividades de interpretação ambiental.
- Maior respeito à natureza, com a redução do lixo jogado dentro do PNJ.
- A atividade de educação ambiental implantada e sua prática estimulada.

Indicadores

- Número de visitantes com objetivos educacionais.
- Número de projetos de pesquisa realizados no PNJ.
- Número de projetos de interpretação ambiental implementados.
- Número de invasores ou de pessoas não autorizadas dentro do PNJ.
- Número de infrações de degradação ambiental no interior do PNJ.
- Número publicações divulgando a visitação ao PNJ.

Normas Gerais

- Essa zona será voltada especialmente para a prática de esportes náuticos, recreação, interpretação e a educação ambiental.
- Serão permitidas, nesta zona, a pesquisa, o monitoramento ambiental, a fiscalização e visitação de médio grau de intervenção.
- A pesquisa e o monitoramento serão autorizados nesta zona desde que não causem impacto visual.

6 - ZONA DE USO EXTENSIVO

- A fiscalização deverá ser intensiva e incluída na rotina sistemática.
- O trânsito motorizado, desde que compatível com as características do ambiente, será facultado para as atividades permitidas nesta zona, devendo ser regulamentado em instrumento específico.
- Serão elaborados estudos para avaliar e orientar a definição das estradas e rotas a serem utilizadas nas atividades de visitação, especialmente nas áreas de dunas e restingas, a fim de minimizar os impactos ambientais no PNJ.
- Na porção marinha, o uso de embarcações motorizadas será permitido para a fiscalização, visitação e demais atividades de apoio.
- Toda a área marítima é considerada livre para banhistas e para a prática de qualquer esporte náutico, exceto nas zonas de exclusão (Zona de Exclusão de Esportes de Vento - ZEEV; Zona de Exclusão de Kitesurf – ZEK; e Zona de Exclusão de Windsurf – ZEW), que se destinam aos esportes especificados na AGGI Visitação.
- A sinalização das zonas de exclusão deverá ser feita através da colocação de bóias náuticas, com bandeiras, na área marinha e de placas explicativas na parte terrestre.
- Deverão ser incentivadas atividades de educação ambiental nas Dunas da Casa Rica, interpretação no Junco, bem como, novas alternativas de uso público de baixo impacto, a serem devidamente regulamentadas mediante estudo prévio, como passeios com embarcações ao longo da costa no PNJ.
- A pesca artesanal será autorizada mediante Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), em períodos determinados, malhas específicas e rodízios de locais, a serem definidos junto à comunidade de pescadores e colônias de pesca, observando os objetivos de proteção do PNJ e a legislação vigente.
- Fica proibido nesta zona: o emprego de arrasto mecanizado; o aumento do esforço de pesca e o descarte de rejeitos de pesca na praia.
- O gado bovino, ovino, caprino e equinos, dentre outros animais domésticos, deverão ser eliminados desta zona.
- Estruturas e equipamentos de apoio a visitação de médio grau de intervenção poderão ser instalados nessa zona, em conformidade com o projeto aprovado pelo órgão gestor do PNJ e demais disposições deste plano de manejo.

6 - ZONA DE USO EXTENSIVO

Ilustração

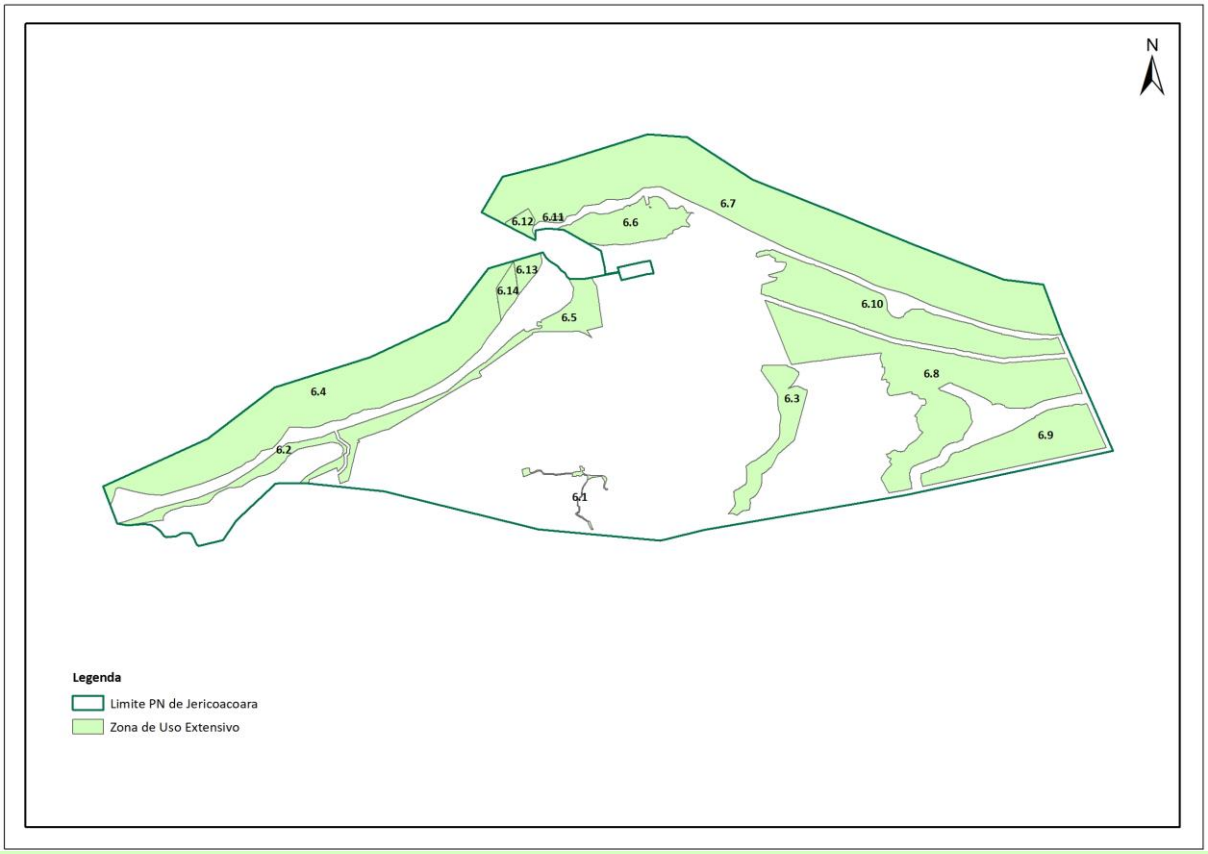


Figura 4-7 – Localização da Zona de Uso Extensivo.

7 - ZONA DE USO INTENSIVO

Definição

"É aquela constituída por áreas naturais e/ou alteradas pelos seres humanos. O ambiente é mantido o mais próximo possível do natural, devendo conter: centro de visitantes, museus, mirantes, observatórios e outras facilidades e serviços. O objetivo geral do manejo é o de facilitar a recreação intensiva e a educação ambiental em harmonia com o meio ambiente natural" (Galante *et al.*, 2002).

Caracterização

7.1 – ZUInt Acessos Mangue Seco: A poligonal representa toda a extensão da praia a oeste do Parque e abrange em seu interior, próximo a vila de Jericoacoara, os pontos turísticos da Lagoa dos Homes e da Duna do Pôr-do-sol. Na maior parte da porção não é encontrado nenhum tipo de vegetação e sua fauna se constitui de espécies comuns a outras áreas da Unidade encontradas em ambientes alterados. Como a praia é um dos principais

7 - ZONA DE USO INTENSIVO

acessos a Vila de Jericoacoara, o segmento possui um elevado tráfego de veículos, sendo um dos grandes problemas desta Zona.

7.2 – ZUInt Acessos Preá e Serrote: O segmento engloba uma das estradas que dá acesso a vila de Jericoacoara na porção leste do Parque. Na área é possível identificar a presença de vegetação marginal composta por espécies herbáceas e a fauna e caracterizada por possuir espécies comuns de ambientes alterados. O elevado tráfego de veículos é um dos principais problemas desta Zona.

7.3 - **ZUInt Linha de Transmissão:** Foi delimitada uma poligonal ao longo da Linha de Transmissão (LT), que corta o PNJ numa extensão aproximada de 8,3Km, tomando como área tampão (*buffer*) 30m para cada lado do eixo da LT.

Limites

Agrega dois polígonos que acompanham as estradas de acesso ao PNJ. Possui um grande perímetro de mais de 17,13km e uma área de 0,84km².

7.1 – ZUInt Acessos Mangue Seco: Compreende toda parte da praia da porção oeste do PNJ e abrangendo a norte do fragmento a Duna do Pôr-do-sol e a Lagoa dos Homens. Limita-se principalmente com as Zonas de Uso Extensivo Marinha Oeste, Entre Dunas e Mangue Seco. Apresenta uma área de 3,35km² e um perímetro de mais de 24km**.**

7.2 – ZUInt Acessos Preá e Serrote: Essa zona situa-se na costa leste do PNJ. Tem um perímetro de quase 33km e sua área, de 2,7km, corresponde a 3,1% da área total do Parque. A poligonal abrange toda a praia leste, nordeste e norte do Parque e no ponto de coordenada UTM Fuso 24 335505E/9690961N a zona segue oeste abrangendo uma área de 100m de cada lado da estrada que dá acesso a Vila de Jericoacoara.

7.3 - ZUInt Linha de Transmissão: Esse polígono delimita a área de proteção da Linha de Transmissão (LT) que se insere dentro do PNJ até a Vila de Jericoacoara, tomando como área tampão um50m para cada lado do eixo da LT. Cobre uma extensa faixa na região oriental do Parque, indo do ponto 1 de coordenada UTM Fuso 24 333542E/9690601N (fronteira do PNJ) em linha reta ao ponto 2 de coordenada UTM Fuso 24 335353E/9690058N, de onde parte até o ponto 3 de coordenada UTM Fuso 24 337388E/9689384N que por sua vez se encontra com o ponto 4 de coordenada UTM Fuso 24 333345E/9690629N, limitando-se a partir daí com a Zona de Uso Intensivo Acessos Preá e Serrote, já próximo à estação de esgoto da Vila Jericoacoara.

Esse polígono delimita a área de proteção da Linha de Transmissão (LT) que se insere dentro do PNJ até a Vila de Jericoacoara, tomando como área tampão um *buffer* de 50m para cada lado do eixo da LT. Limita-se, predominantemente, com as Zonas de Uso

7 - ZONA DE USO INTENSIVO

Extensivo Riacho Doce e Leste. Na porção oeste, faz divisa com as Zonas de Recuperação Leste e Base Serrote Sul; e numa pequena faixa próxima ao limite do PNJ, faz fronteira com as Zonas de Uso Especial Limite Leste e Limite Sudoeste.

Objetivo Geral

O objetivo desta zona é facilitar o desenvolvimento de atividades de visitação pública intensivas em harmonia com o meio e oferecer infraestrutura e equipamentos para as atividades de administração e proteção.

Objetivos Específicos

- Construir, implantar e garantir a manutenção de infraestrutura voltada à visitação e recreação.
- Disponibilizar informações para o visitante sobre o Parque e demais assuntos relacionados à conservação ambiental.
- Proporcionar a visitação pública intensiva por meio de caminhadas, trilhas interpretativas, banhos, passeios de barcos, bicicletas, veículos automotores, entre outros.
- Ampliar, diversificar e ofertar atividades de visitação pública em locais propícios e de fácil acesso, reduzindo a concentração e o impacto em recursos específicos do Parque.
- Descentralizar a visitação em setores específicos, proporcionando meios para o desenvolvimento do turismo de base comunitária.

Resultados Esperados

- Infraestrutura de visitação implantada.
- Atividades de visitação ordenadas no PNJ e entorno próximo.
- Tráfego de veículos ordenado na orla marítima do PNJ.
- Atividades de recreação e lazer diversificadas.

Indicadores

- Número de ingressos vendidos.
- Número de placas, totens e estruturas de sinalização instaladas.
- Número de infrações ou notificações de veículos fora das trilhas.
- Número de atrativos em funcionamento e recebendo visitantes.
- Número de infraestruturas de apoio à visitação instaladas.

Normas Gerais

- São atividades permitidas nesta zona: proteção, pesquisa, monitoramento ambiental, recuperação ambiental, visitação com alto grau de intervenção e administração.
- O principal acesso de veículos à Vila de Jericoacoara se dará por estrada paralela à linha de distribuição de energia, na ZUInt Linha de Transmissão.

7 - ZONA DE USO INTENSIVO

- O tratamento do leito, a pavimentação e/ou colocação de obras de arte de engenharia que ofereçam segurança aos usuários, proteção do ambiente do PNJ e mitigação dos impactos ambientais, serão permitidos na estrada da ZUInt Linha de Transmissão, mediante recomendações de estudos específicos, devido processo de licenciamento ambiental e observando a legislação vigente.
- A supressão de vegetação na ZUInt Linha de Transmissão ocorrerá somente na manutenção de vias de acesso ou instalação de estruturas de controle, mediante autorização prévia.
- Poderão trafegar apenas veículos cadastrados, nos locais definidos e devidamente demarcados.
- Deverão ser instaladas, nesta zona, estruturas para facilitação do controle, da visitação e educação ambiental.
- Esta área deverá ser intensamente fiscalizada.
- Deverá ser estabelecido um controle sistematizado de visitação.
- As estruturas implantadas nesta zona deverão priorizar o uso de arquitetura e tecnologias ecológicas e de baixo impacto, estando harmonizadas e integradas a paisagem local.
- Os resíduos sólidos gerados nesta zona deverão ser coletados diariamente, evitando seu armazenamento dentro do PNJ.
- As trilhas, caminhos e estradas deverão ser avaliados periodicamente quanto sua trafegabilidade.
- Esta zona poderá ter o tráfego de veículos interrompido, limitado ou redirecionado, para a devida proteção de desovas de tartarugas marinhas.
- O controle de visitação deverá ser rigorosamente cumprido.
- As trilhas, caminhos e estradas serão de boa qualidade, funcionais e, quando couber, mediante recomendação de estudos específicos, será permitida o tratamento de seus leitos e/ou colocação de estruturas que ofereçam segurança aos visitantes, pesquisadores e funcionários.
- Os serviços relacionados à visitação, a serem oferecidos, deverão seguir as orientações quanto ao procedimento de contratação, permissão, autorização ou concessão especificadas na AGGI Uso Público.
- Deverá ser empregada a sinalização indicada nas respectivas AEI.

7 - ZONA DE USO INTENSIVO

Ilustração

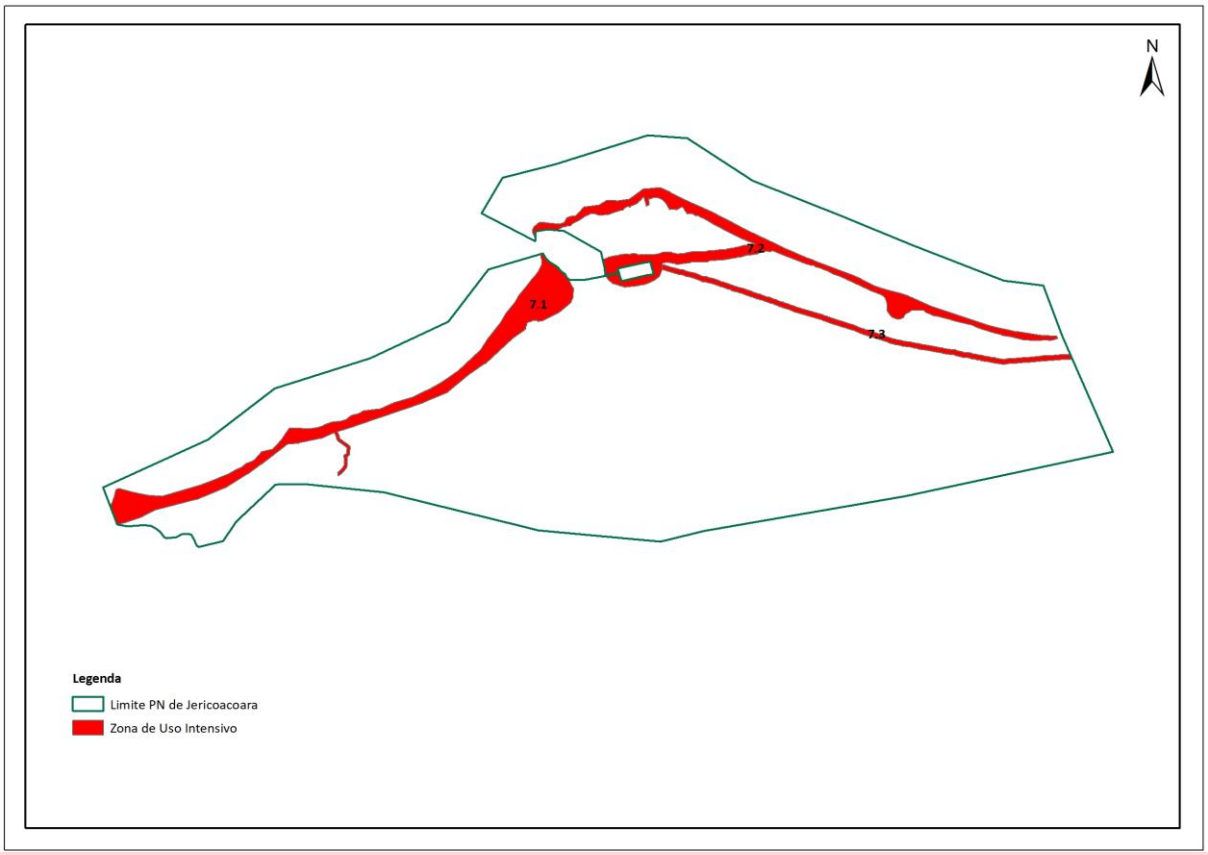


Figura 4-8 – Localização da Zona de Uso Intensivo.

4.5.2 Zona de Amortecimento

O SNUC define ainda, a Zona de Amortecimento, composta pela área do entorno da UC, estando também, sujeita às normas e restrições específicas. Considerando as colocações observadas no SNUC e no Roteiro Metodológico (Galante *et alii.*, 2002).

A proposta de Zona de Amortecimento, contida no Mapa 4-2 foi definida, em conjunto com a comunidade, pesquisadores e equipe de planejamento e seguiu os critérios apontados no supra mencionado Roteiro Metodológico.

Os critérios de ajuste esboçados para a Zona de Amortecimento do Parque Nacional de Jericoacoara foram orientados pelos resultados da Avaliação Ecológica Rápida das áreas temáticas pesquisadas e pelas discussões conduzidas na OPP, seminário de pesquisadores e na reunião de estruturação do planejamento. Nesse contexto, o limite inicial de 10km ao

redor da UC, em conformidade com a Resolução CONAMA № 13 de 1990, foi ajustado, considerando as premissas estabelecidas por Galante *et alii.* (2002):

- A inclusão de importantes áreas de vegetação com menor grau de intervenção, conferindo conectividade do fluxo gênico à flora e fauna local e regional, representado pelas Reservas Legais do assentamento do Guriú/Mangue Seco, na porção ocidental da Zona de Amortecimento;
- Inclusão de importantes formações geomorfológicas, principalmente ao longo da passagem entre o Guriú e o Lago Grande, que mantém a dinâmica do *by pass* natural das deposições sedimentares e das dunas instaladas sobre os terraços marinhos e o tabuleiro pré-litorâneo.
- Inclusão de Áreas de Proteção Ambiental como a APA da Lagoa da Jijoca, assim como Áreas de Preservação Permanente dos principais corpos hídricos que drenam em direção ao Parque, dando proteção às águas da região.
- Inclusão da Vila de Jericoacoara, por exercer significativa influência no trânsito de pessoas ao longo do Parque e também ser um pólo atrativo de turismo para a região.
- Foram excluídas áreas de núcleos urbanos adensados como Jijoca de Jericoacoara.

A Zona de Amortecimento foi caracterizada de acordo com sua definição, limites, objetivos, resultados esperados, indicadores e normas conforme segue:

ZONA DE AMORTECIMENTO
Definição
"É o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade" (Galante *et alii.*, 2002).
Caracterização
A Zona de Amortecimento do PNJ possui uma área de 44.712ha (subtraindo a área do Parque) e um perímetro de 128.239m. Ela engloba a oeste, importantes áreas de preservação permanente (APP), como as dunas móveis da APA de Tatajuba até a foz do Lago Grande, e ainda parte das APP do Córrego da Forquilha e do Córrego do Cajueiro. Na porção centro-sul da ZA encontram-se importantes remanescentes de vegetação que criam condições de conectividade e ampliação da vegetação de restinga. Predominam aí, propriedades rurais de tamanhos diversificados, com predominância da atividade de agricultura de subsistência, extrativismo do caju e pecuária extensiva em menor escala. Ao sul, a ZA encontra-se limitada pela ocupação conurbada das Vilas do Córrego da Forquilha e da sede municipal de Jijoca de Jericoacoara. Ela engloba ainda toda a extensão da APA

ZONA DE AMORTECIMENTO

da Lagoa da Jijoca.

A leste, é possível encontrar propriedades rurais ainda menores, com maior concentração urbana, representada pelas Vilas de Caiçara, Cavalo Bravo, Preá, Castelhano e Barrinha, com atividade mais direcionada para o comércio. São vilas com maior densidade populacional.

Ao norte da ZA, foi abrangida a região marinha, ao longo de 2,5 milhas náuticas, o que poderá proporcionar um melhor ordenamento da pesca nessa região e maior proteção aos recursos marinhos do Parque.

Em síntese os impactos principais da área proposta para a Zona de Amortecimento do PNJ são: as queimadas; a criação de animais soltos, a implantação de empreendimentos eólicos, o extrativismo de caju; a exploração de areia e o turismo desordenado.

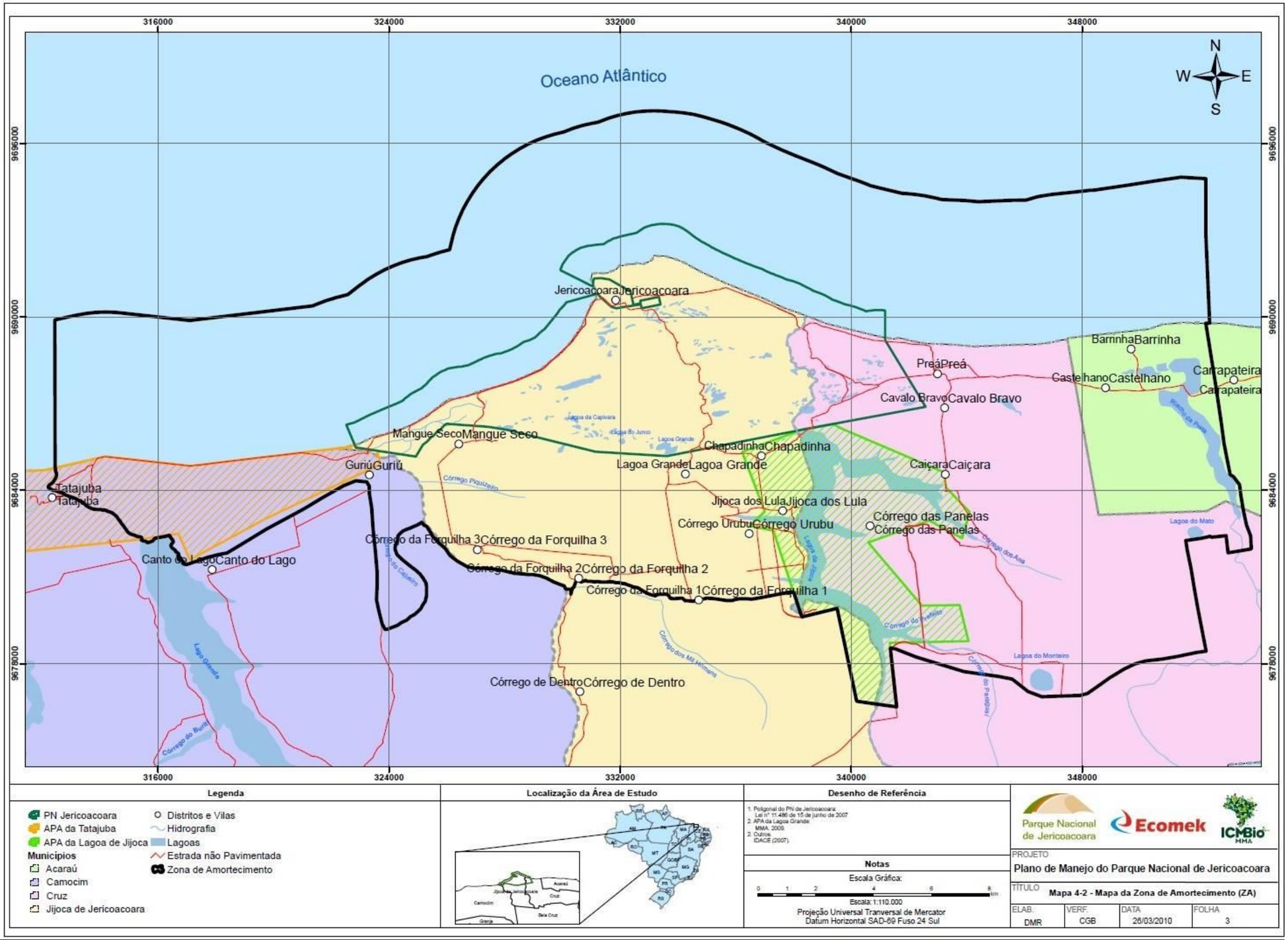
Limites

A poligonal da Zona de Amortecimento (ZA) têm seus limites estendidos em sua porção marinha, partindo do Ponto 1 UTM Fuso 24 352255,1E/9694788,8S ao Ponto 2 UTM Fuso 24 312439,8E/9684775,9S a oeste do PN, um buffer de 2,5 milhas náuticas da linha da costa em sentido norte.

Já em sua porção continental partindo do Ponto 2 segue junto a foz do Lago Grande, em direção deste, fazendo o contorno das dunas e parte da vila do Guriú, onde se encontra com a estrada que dá acesso à vila, seguindo em direção sul até o Córrego do Cajueiro, por onde segue por sua margem direita, à jusante do Córrego do Cajueiro até o seu encontro com o Córrego da Forquilha, por onde a ZA segue, por sua calha principal, à montante até a ponte da Vila do Córrego da Forquilha 2, por onde a ZA passa a seguir a estrada, em direção à Jijoca de Jericoacoara. Nesta estrada, passa pela Vila do Córrego da Forquilha 2 em direção à sede municipal de Jijoca de Jericoacoara até o encontro com a poligonal da APA da Lagoa da Jijoca no Ponto 3 UTM Fuso 24 337993,7E/960490,3S. Do ponto 3 a ZA acompanha em sentido ao sul o limite da APA até o Ponto 4 UTM Fuso 24 343262,2E/9684621,1S onde encontra-se com a estrada que dá acesso ao Distrito de Caiçara. A ZA segue a leste até o Ponto 5 UTM Fuso 24 352260,1E/9678424,1S. Do ponto 5, a ZA segue a norte até o Ponto 6 UTM Fuso 24 351589,1E/9682276,2S, nas proximidades da Lagoa do Mato. Seguindo a leste, encontra-se com o Ponto 7 UTM 353861,3E/9681987,3S. Do Ponto 7 a ZA segue a norte onde retorna ao Ponto 1.

Objetivo Geral

Garantir maior proteção ao PNJ, minimizando os impactos porventura gerados no entorno da UC.



Mapa 4-2 – Mapa da Zona de Amortecimento do Parque Nacional de Jericoacoara.

ZONA DE AMORTECIMENTO

Objetivos Específicos

- Reduzir os impactos indiretos advindos do entorno sobre a UC.
- Proporcionar o cumprimento dos objetivos de criação do PNJ.
- Permitir conectividade das áreas com vegetação de restinga do PNJ com o entorno.
- Orientar o uso e ocupação do entorno de acordo com critérios ambientais.
- Promover o cumprimento da legislação ambiental.
- Proporcionar uma área tampão de proteção ao PNJ.
- Estimular a conscientização ambiental das populações vizinhas ao PNJ.

Resultados Esperados

- Redução da pressão de ocupação, invasões e acessos ilegais no PNJ.
- Aumento da diversidade da fauna e flora no PNJ.
- Diminuir o número de animais domésticos no interior do PNJ.
- Maior proteção conferida à vegetação nos limites do PNJ.
- Descentralização das atividades turísticas da Vila de Jericoacoara para o entorno.
- Maior conscientização ambiental da população do entorno.
- Redução das infrações ambientais no PNJ e no entorno.

Indicadores

- Número de autuações de infrações ambientais.
- Número de escolas com programas de educação ambiental implementados.
- Número de parcerias estabelecidas com instituições do entorno e o PNJ.
- Número de projetos de turismo de base comunitária implementados.
- Número de visitantes que procuram o PNJ.
- Número de animais domésticos no interior do PNJ.
- Montante de investimentos destinados ao PNJ.
- Número de instituições da sociedade civil com projetos relacionados ao PNJ.

Normas

- As atividades a serem implantadas na Zona de Amortecimento (ZA) não poderão conflitar com os objetivos e normas de manejo do Parque Nacional de Jericoacoara (PNJ), nem comprometer a integridade do seu patrimônio natural.
- Os procedimentos de gestão da Zona de Amortecimento do PNJ deverão sempre considerar as normas mais restritivas incidentes sobre as áreas em análise.
- O PNJ deverá planejar, em parceria com a Companhia da Polícia Militar Ambiental (CPMA), rondas sistemáticas da região da Zona de Amortecimento e em parceria com a Polícia Militar da Companhia Independente de Policiamento Turístico (PMTur) nos

ZONA DE AMORTECIMENTO

atrativos localizados na ZA.

- Todos empreendimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva e potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, segundo a Lei № 6.938 de 31 de agosto de 1981, as Resoluções do CONAMA № 001, de 23 de janeiro de 1986 e a de № 237 de 19 de dezembro de 1997, dependerão de prévia manifestação da chefia do PNJ.
- Dentre as atividades passíveis de licenciamento nesta ZA, incluem-se: a extração de areia ou barro, infraestrutura de empreendimentos turísticos acima de 500m^2, o parcelamento do solo, e empreendimentos agrícolas ou monoculturas maiores que 50ha.
- Na Vila de Jericoacoara deverão ser seguidas as recomendações do Plano Diretor do município de Jijoca de Jericoacoara estabelecidos para a Vila bem como as já existentes, relativas a edificações, a saber: limite de altura de 7,5m, ou dois pavimentos, e taxa de ocupação máxima de 40% do lote.
- No processo de licenciamento de empreendimentos novos para a Zona de Amortecimento do PNJ deverão ser observados o grau de comprometimento da conectividade dos remanescentes, da vegetação nativa e de seus corredores ecológicos, prevendo ações mitigatórias para a circulação da fauna.
- Fica proibida nesta zona a disposição de resíduos sólidos, industriais, químicos, inclusive agrotóxicos, ou nucleares.
- Fica proibida a criação e instalação de refinarias, usinas sucroalcooleiras, matadouros ou abatedouros, curtumes, indústrias têxteis e olarias, tendo em vista os impactos dispersos e permanentes, inerentes a esses tipos de empreendimentos.
- As atividades de terraplanagem, dragagem e escavação, ou aquelas que venham a causar danos ou degradação ao meio ambiente e/ou perigo para as pessoas e para a biota só serão permitidas mediante a autorização dos órgãos competentes e, especialmente da Chefia do PNJ, o qual analisará a pertinência da realização dos estudos necessários.
- O transporte de produtos perigosos deverá seguir as normas dispostas em legislação específica (Decreto № 96.044, de 18 de maio de 1982, que aprova o regulamento para o transporte rodoviário de produtos perigosos).
- Não deverão ser autorizados novos empreendimentos de carcinicultura, tendo em vista o risco de introdução de espécies exóticas e impactos ambientais decorrentes.
- Não poderão ser instalados empreendimentos eólicos dentro desta ZA tendo em vista a conservação da biota, dos corredores ecológicos e a beleza cênica do PNJ e entorno.
- A vegetação nativa das APP deverá ser protegida ou, se necessário, recuperada, conforme disposições legais vigentes.
- As propriedades situadas na Zona de Amortecimento que não tenham averbação da

ZONA DE AMORTECIMENTO

Reserva Legal nas suas escrituras deverão providenciar sua regularização, conforme a legislação vigente (Decreto № 23.793, de 23 de janeiro de 1934, Lei № 7.803, de 18 de julho de 1989, Lei № 4.771, de 15 de setembro de 1965, Medida Provisória № 1.956/50, de 27 de maio de 2000; Decreto № 6.686 de 10 de dezembro de 2008).

- Obriga-se o proprietário rural, quando for o caso, a recompor em sua propriedade, a Reserva Florestal Legal (RFL), conforme Lei № 8.171, de 17 de janeiro de 1991, mediante o plantio, em cada ano, de pelo menos um trinta avos da área total para complementar a referida Reserva Florestal Legal.
- As Reservas Legais das propriedades rurais, confrontantes com o PNJ, deverão ser localizadas preferencialmente junto aos seus limites, com o objetivo de reduzir eventuais efeitos de borda na vegetação do PNJ.
- As queimadas controladas a serem realizadas em áreas contíguas aos limites PNJ deverão ser previamente comunicadas e anuídas pela Chefia da UC.
- Deverá ser providenciada a obtenção de outorga para o uso da água quando seu fornecimento for destinado ao uso recreativo, desportivo, para irrigação, e outros de caráter comercial.
- As atividades de turismo não poderão comprometer a integridade dos recursos naturais da região.
- Ficam proibidos, na região marinha desta ZA, e na Lagoa da Jijoca, o arrasto e/ou pesca mecanizados.
- Fica proibida, na região marinha da ZA, a pesca comercial a partir de embarcações provenientes de outras regiões.
- Fica proibido o uso de redinha, lacinho ou escavação nas atividades de coleta do caranguejo.
- Todas as propriedades situadas no raio de um quilometro do PNJ deverão obrigatoriamente manter as criações de suínos, equinos, bovinos, caprinos e ovinos devidamente confinadas.
- É proibida a introdução de espécies invasoras da fauna, tais como: grande-caramujo-africano *Achatina fulica*, Carpa *Cyprinus carpio*, bagre-africano *Clarias gariepinus*, Tilápia *Oriochromis niloticus* e black-bass *Micropterus salmoides*, entre outras.
- Ficam reiteradas as proibições das seguintes atividades no território da APA da Lagoa da Jijoca:
    a. A implantação ou ampliação de atividades potencialmente poluidoras ou degradadoras, capazes de afetar os mananciais de água, formas de relevo, o solo e o ar.
    b. A realização de obras de terraplanagem e a abertura de estradas, bem como sua manutenção, quando essas iniciativas importarem em sensíveis alterações das

ZONA DE AMORTECIMENTO

condições ecológicas regionais.

c. A supressão total ou parcial de vegetação de preservação permanente definida na Lei № 4.771 de 15 de setembro de 1965, Resolução CONAMA № 303 de 20 de março de 2002, Lei Estadual № 12.488, de 13 de setembro de 1995 e no Decreto Estadual № 24.221, de 12 de setembro de 1996.
d. O trânsito de veículos nas áreas de preservação permanente.
e. O exercício de atividades que impliquem em matança, captura, extermínio ou molestamento de espécies de animais silvestres de qualquer espécie.
f. Projetos urbanísticos, parcelamento do solo e loteamentos, sem a prévia autorização da SEMACE, antecedida dos respectivos estudos de impacto ambiental, nos termos das prescrições legais e regulamentares e de acordo com os arts.11 e 14 da Lei № 11.411, de 28 de dezembro de 1987.
g. O uso de agrotóxicos, em desacordo com as normas ou recomendações técnicas da SEMACE.
h. Qualquer forma de utilização que possa poluir ou degradar os recursos hídricos, como também, o despejo de efluentes, resíduos ou detritos, capazes de provocar danos ao meio ambiente.
i. Atividades de mineração, dragagem e escavação que venham a causar danos ou degradação do meio ambiente e/ou perigo para pessoas ou para a biota.
j. O exercício de atividades capazes de provocar uma acelerada erosão das terras e/ou um acentuado assoreamento das coleções hídricas.
k. As demais atividades danosas previstas na legislação ambiental.
l. As áreas não ocupadas e recobertas com vegetação somente poderão ser desmatadas para qualquer tipo de atividade mediante licença prévia apreciada pelo Comitê Gestor da APA, com a posterior homologação do órgão ambiental competente.
m. A construção ou reforma de unidades multifamiliares, conjuntos habitacionais, hotéis, clubes e assemelhados dependerão do prévio licenciamento da SEMACE que somente poderá ser concedido após a realização do estudo prévio de impacto ambiental, exame das alternativas possíveis e a avaliação de suas consequências ambientais.
n. Em nenhuma hipótese, será concedido o licenciamento de empreendimentos, quando se tratar de área de preservação permanente.

- Todos os empreendimentos ou atividades que não estejam de acordo com as normas estabelecidas para a Zona de Amortecimento, terão um prazo de dois anos após a sua aprovação para buscarem sua regularização.

ZONA DE AMORTECIMENTO

Ilustração

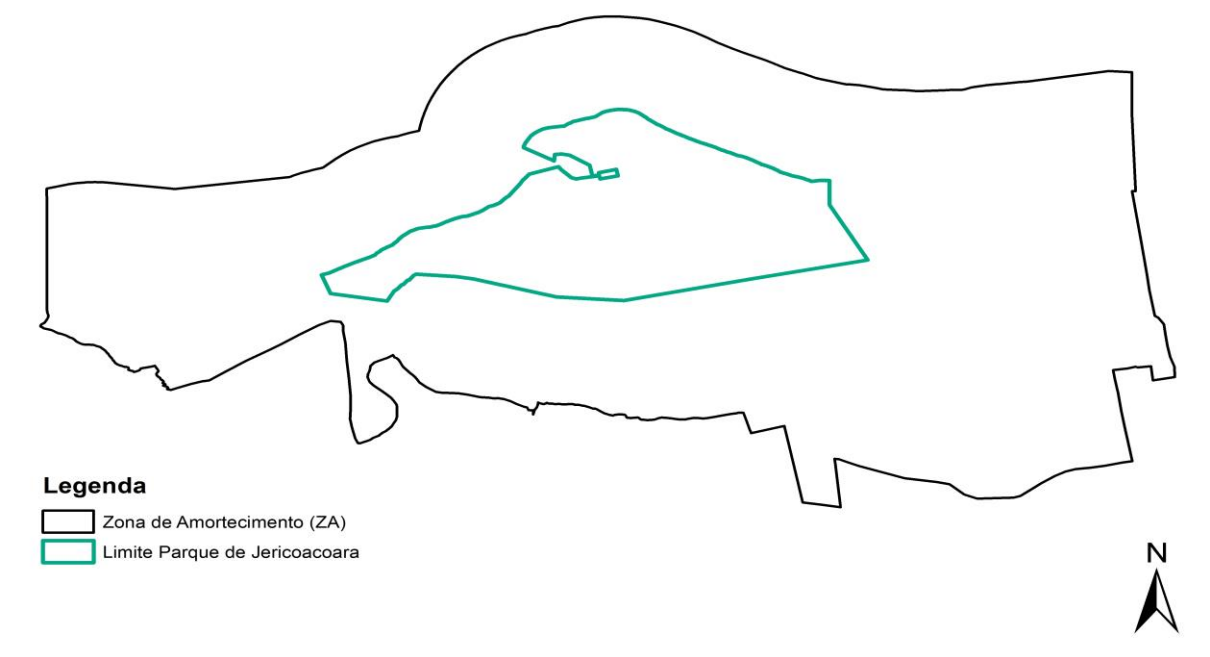


Figura 4-9 – Ilustração da Zona de Amortecimento do Parque Nacional de Jericoacoara.

4.6 Normas Gerais de Manejo do Parque de Jericoacoara

Com a finalidade de traçar normas gerais para o Parque foram listados a seguir alguns princípios ou preceitos que estabelecem, regulamentam e esclarecem as atividades a serem desenvolvidas no interior da UC.

- Os horários de funcionamento do PNJ serão definidos pela sua administração, que os divulgará amplamente.
- É proibido retirar, mover ou danificar qualquer objeto, peça, construção e vestígio do patrimônio cultural, histórico e arqueológico da UC, exceto para fins de pesquisa ou resgate do material, de acordo com a legislação vigente e desde que com autorização do órgão gestor.
- Os servidores do PNJ, no exercício de suas atividades, deverão estar devidamente uniformizados e identificados.

- Os pesquisadores munidos de autorização ou licença, poderão utilizar-se de seus instrumentos e equipamentos para a realização de pesquisas e monitoramento ambiental.
- Toda pessoa ou instituição que produzir material científico, jornalístico ou cultural sobre o PNJ, deverá entregar uma cópia à administração para arquivamento no acervo do PNJ, possibilitando a sua utilização por parte da Unidade e, quando pertinente, dos demais interessados.
- Qualquer material de divulgação elaborado sobre o Parque por pesquisadores, concessionários, terceirizados, ou outros parceiros habilitados, deverá ser autorizada pelo órgão gestor da unidade antes de sua publicação.
- Todo e qualquer material utilizado para pesquisa dentro da Unidade deverá ser retirado e o local reconstituído após a finalização dos estudos.
- A restauração ou recuperação de áreas degradadas na UC, inclusive com o uso de defensivos agrícolas químicos (agrotóxicos e biocidas) e espécies exóticas, deverá ter projeto específico previamente aprovado pelo órgão gestor da UC.
- É proibida a presença de animais domésticos, bem como o ingresso e a permanência no PNJ de pessoas acompanhadas de animais domésticos, animais domesticados e/ou amansados, exceto nos casos de ocupantes de áreas não indenizadas, desde que mantidos em confinamento, e pessoas portadoras de necessidades especiais acompanhadas de cão de assistência.
- O uso de animais de carga e montaria poderá ser permitido em atividades de visitação, exceto na Zona Primitiva. Esta atividade será restrita às áreas de visitação e percursos definidos nos instrumentos de gestão do uso público, podendo ser objeto de delegação de serviço.
- Todas as intervenções ambientais devem levar em conta a adoção de alternativas de baixo impacto ambiental, com o mínimo de impermeabilização do solo e permitindo regeneração natural da vegetação, sempre que possível.
- Não será permitido qualquer tipo de poluição sonora, acima de 70 decibéis (dB), no interior do PNJ.
- É proibido o uso de fogo na UC, exceto nas seguintes situações: a) Em atividades da UC relativas a prevenção e combate a incêndios e; b) Na zona de uso intensivo, o uso de fogueiras nas atividades de visitação é permitido em atividades coletivas e locais fixos, pré determinados nos instrumentos de gestão do uso público e com material para queima proveniente de fora da UC.
- Fica proibido o uso de fogos de artifícios no interior do PNJ.
- É proibido escrever, pichar ou danificar as grutas e rochas no interior do PNJ.
- Não é permitido o comércio de alimentos ou bebidas no interior do Parque, salvo os casos indicados neste Plano de Manejo, e devidamente autorizados ou regularizados por concessão, terceirização, permissão específica.

- É proibido lançar quaisquer produtos ou substâncias químicas, efluentes líquidos ou resíduos sólidos não tratados de qualquer espécie, que sejam nocivas à vida animal e vegetal em geral, nos recursos hídricos do PNJ, bem como no solo e no ar.
- Não é permitido trafegar pelas faixas marginais de proteção dos cursos d'água, nascentes, lagoas naturais, restingas, manguezais, praias e dunas, exceto quando houver vias devidamente demarcadas e sinalizadas para essa finalidade.
- É proibido o abandono de lixo, detritos ou outros materiais, que prejudiquem a integridade física, biológica, paisagística ou sanitária do PNJ.
- Os despejos, dejetos e detritos não orgânicos e que se originem de atividades de manejo da Unidade, deverão ser segregados e retirados dos limites do PNJ, com destinação final adequada.
- Deverá ser estabelecido um TAC com as populações residentes no Parque, o qual definirá as normas específicas de uso temporário, até a conclusão do processo de desapropriação, indenização e de reassentamento.
- A ampliação ou construção de infraestrutura, nas propriedades ainda não indenizadas, assim como o uso das áreas de cultivo, ficarão restritas àquelas definidas pelos TAC.
- Não será permitida a soltura de animais invasores, exóticos ou alóctones, salvo em casos de pesquisa, com aprovação de projeto específico de monitoramento e com acompanhamento do Setor de Proteção e Manejo do PNJ.
- Placas de cunho publicitário, político ou de interesses particulares em geral não serão admitidos na área da UC.
- Toda infraestrutura existente na Unidade que possa gerar efluentes sanitários deverá contar com um tratamento adequado evitando assim a contaminação da área.
- Todas as obras ou serviços de engenharia ou infraestrutura necessárias à gestão da UC devem considerar a adoção de alternativas de mínimo impacto ambiental para sua construção e utilização, preservar a harmonia com a paisagem local, seguir as diretrizes institucionais e legislação vigente e ter seu projeto previamente aprovado pelo órgão gestor.
- As infraestruturas físicas permanentes de apoio à visitação deverão ser instaladas preferencialmente em áreas já degradadas e não poderão comprometer a continuidade da dinâmica natural do campo dunar.
- As edificações existentes, quando indenizadas, deverão ser aproveitadas para as atividades do PNJ, de acordo com o estabelecido neste Plano de Manejo.
- Sempre que viável, deverá ser dada prioridade à instalação de fontes alternativas de energia para as edificações do Parque.
- Quando for necessária a instalação de linha de transmissão de energia para atendimento às instalações do PNJ, esta deverá ser preferencialmente subterrânea.
- O PNJ deverá implantar um sistema de fiscalização permanente e sistemático

- Cada visitante, guia ou condutor e seu grupo, bem como pesquisadores e funcionários, tem responsabilidade individual e como grupo na remoção de todos os resíduos sólidos (incluindo restos de alimentos) gerados nas áreas internas do PNJ.
- Os parceiros habilitados deverão fornecer aos visitantes informações sobre todas as normas e procedimentos definidos para a visitação ao Parque, dando especial enfoque as normas pertinentes aos atrativos a que se destinarem.
- Em atendimento ao art. 6º do Decreto № 4.430 de 22 de agosto de 2002, o espaço aéreo da UC fica limitado a 914,4m ou 3.000 pés de altitude.
- O sobrevôo panorâmico é permitido no espaço aéreo do PNJ, exceto sobre áreas indicadas como sensíveis ambientalmente. Essa atividade será disciplinada em instrumento de gestão do uso público, que deverá tratar das questões relacionadas às rotas, altura, entre outras definições técnicas, ouvindo o Centro de Pesquisa e Conservação de Aves (CEMAVE) do ICMBio, e seguindo as orientações das autoridades aeronáuticas competentes, podendo ser objeto de delegação de serviço.
- O pouso e a decolagem de aeronaves dentro dos limites da UC serão admitidos para casos de emergência, resgate e salvamento e atividades de proteção, pesquisa e monitoramento da UC. Os demais casos dependerão de autorização do órgão gestor do PNJ.
- O pouso e a decolagem no interior da UC para voos panorâmicos dependerá da análise de impacto sobre a fauna e a visitação, devendo ser precedido de estudos técnicos, ouvido o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Aves (CEMAVE) e regulamentado por instrumento específico.
- O uso de veículos aéreos não tripulados na UC poderá ser permitido desde que de acordo com as normas da ANAC e mediante autorização do órgão gestor da UC.
- O número balizador da visitação - NBV para acesso de visitantes e veículos às áreas e atrativos de visitação do PNJ será definido pelo ICMBio, no âmbito do protocolo de monitoramento da visitação, conforme o Roteiro de Manejo de Impactos da Visitação (ICMBio, 2011) e demais orientações institucionais.
- Será instituído o protocolo de gestão de segurança para o uso público no PNJ, conforme orientações institucionais vigentes.
- A mobilidade no interior do PNJ será definida por instrumento específico que deverá levar em consideração as diferentes finalidades de trânsito e alternativas de transporte, além de estratégias para implantação de práticas sustentáveis, de acordo com as melhores tecnologias viáveis disponíveis.
- Será elaborado projeto específico que indicará as condições de acesso, a modalidade de funcionamento, o sistema de transporte interno e os estacionamentos para o PNJ, obedecidas as diretrizes e normas contidas deste plano de manejo.

- Deverão ser editados instrumentos normativos complementares que abarquem toda a gama de possibilidades necessárias para o adequado controle de acesso, incluindo eventuais medidas transitórias.
- O comércio e consumo de alimentos e bebidas, incluindo bebidas alcoólicas, será permitido nas áreas de visitação na UC, em locais pré-definidos, conforme instrumentos de gestão do uso público e termos de compromisso.
- Estas normas deverão constar no Regimento Interno do PNJ e ser amplamente divulgado, e ser de conhecimento de todos os funcionários, pesquisadores e gestores do PNJ.

4.7 Planejamento por Área de Atuação

O Planejamento por Áreas de Atuação contempla um modo combinado de organização das ações e normas previstas para a UC, considerando uma divisão espacial e programática. Dessa forma, o planejamento contempla Áreas Estratégicas, como uma forma de estruturar o planejamento de forma espacial, e Ações Gerenciais Gerais, com organização programática.

4.7.1 Ações Gerenciais Gerais

As Ações Gerenciais Gerais se referem ainda, a ações que possuem aplicação ou abrangência em todos os conjuntos de áreas da UC e região. Elas são organizadas, por sua vez, em tópicos ou programas, e não justificam sua espacialização nas áreas estratégicas.

Nesse tópico são estabelecidas as ações gerais para o interior e para a Zona de Amortecimento, abordando atividades de caráter abrangente que se aplicam ao PNJ ou sua região como um todo.

Para tanto, as Ações Gerenciais Gerais foram divididas em ações internas (AGGI), voltadas para o manejo do PNJ, e externas (AGGE) voltadas para o entorno ordenadas por programas temáticos, conforme segue:

AGGI (Internas)

I. Proteção e Manejo
II. Pesquisa e Monitoramento
III. Sensibilização Ambiental
IV. Visitação
V. Operacionalização Interna

AGGE (Externas)

I. Proteção
II. Pesquisa e Monitoramento
III. Sensibilização Ambiental
IV. Integração Externa
V. Operacionalização Externa
VI. Alternativas de Desenvolvimento

4.7.1.1 Ações Gerenciais Gerais Internas (AGGI) do Parque Nacional de Jericoacoara.

I – AGGI PROTEÇÃO E MANEJO

1) Estabelecer um programa de fiscalização sistemática para o PNJ.

- A fiscalização deverá ocorrer também em feriados e finais de semana, em roteiro a ser definido.
- As equipes de fiscalização deverão trabalhar em sistema de revezamento.
- Deverá ser estabelecido o direito a folgas para compensar trabalhos extras.
- O programa deverá ser revisto semestralmente, de forma a atender problemas emergenciais e sazonais;
- Os fiscais deverão ser treinados para que, além da fiscalização, exerçam uma atividade educativa e de orientação à população do entorno.

1.1) Estabelecer equipes de fiscalização compostas, no mínimo por duas pessoas.

- As equipes deverão fazer rodízio de áreas e de seus componentes, conforme escala a ser estabelecida pelo responsável do Setor de Proteção e Manejo e aprovada pela chefia do PNJ.

1.2) Definir rotas de fiscalização e periodicidade de uso dessas rotas.

- As rotas deverão ser agrupadas por setores de fiscalização, a serem definidos pelo Setor de Proteção e Manejo, conforme questões de logística.

1.3) Realizar operações especiais, envolvendo a Capitania dos Portos, Polícias Militar (Ambiental e Turística), Civil ou Federal, equipe de fiscalização da CGPRO/ICMBio e de outras UC, SEMACE e parceiros, assim como o Ministério Público, e ainda, a Coordenadoria Regional.

- As operações especiais poderão ser planejadas para combater suspeitas de ações criminosas ou atender denúncias.
- Em operações especiais, poderá ser dispensado o uso do uniforme, caso seja necessário.

1.4) Priorizar objetivos nas ações de fiscalização:

- Combate ao tráfego irregular no interior do PNJ.
- O ordenamento de atividades turísticas.
- O controle de atividades acordadas em TAC.
- O controle de ocupações indevidas.
  - Atividades irregulares de pesca.

I – AGGI PROTEÇÃO E MANEJO

- O cumprimento de todas as normas do PNJ estabelecidas neste Plano de Manejo e na legislação vigente (Código Florestal, SNUC, Lei de Crimes Ambientais, Lei de Proteção a Fauna, entre outras).

1.5) Adquirir equipamentos necessários para a fiscalização.

- Dentre os equipamentos a serem adquiridos, destacam-se: Equipamentos de segurança pessoal (botas e perneiras), Facão, Machado, Máquina fotográfica digital, Notebook, GPS, Rádios de comunicação (um para cada funcionário), Lanternas, Cantil, Capas de chuva, Binóculos, Armamento pessoal e Equipamentos de primeiros socorros.

1.6) Dotar a equipe de fiscalização de equipamentos necessários ao exercício de suas funções.

- Todos os equipamentos necessários para o funcionamento da fiscalização ficarão dispostos nas instalações do Setor de Proteção e Manejo e parte nos Postos de Fiscalização e Postos de Informação e Controle (PIC).
- Os Postos de Fiscalização e Postos de Informação e Controle (PIC) serão providos, assim que implantados, de sistema de rádio-comunicação, GPS, telefones e lanternas.

1.7) Avaliar e repor periodicamente os equipamentos para a fiscalização.

1.8) Promover rotas de fiscalização no mar.

- A fiscalização marinha deverá coibir o uso de petrechos de pesca ilegais, captura irregular de pescado, assim como garantir o respeito ao acordo (TAC) de pesca.
- Essa fiscalização deverá ser articulada com o IBAMA e Capitania dos Portos.

1.9) Observar o disposto no Sistema de Proteção e Fiscalização do Parque Nacional de Jericoacoara quanto às normas gerais.

1.10) Revisar anualmente o programa de fiscalização, adotando medidas corretivas.

2) Estabelecer parceria com a Polícia Ambiental (CPMA) e Polícia Militar da Companhia Independente de Policiamento Turístico (PMTur) para fins de fiscalização.

- Deverão ser realizadas reuniões periódicas com a CPMA e PMTur para avaliar as atividades de proteção e planejar novas estratégias de atuação.

3) Estabelecer parcerias com o Ministério Público e Justiça em âmbito estadual e federal visando fiscalizar e ajuizar medidas ao cumprimento das leis ambientais, bem como a realização de campanhas educativas de proteção do ambiente.

I – AGGI PROTEÇÃO E MANEJO

4) Capacitar e atualizar, adicionalmente, os funcionários que atuam nas atividades de fiscalização e proteção, em:

- Fiscalização e proteção de Unidades de Conservação.
- Utilização e manejo de armas curtas e longas (no caso dos policiais e fiscais devidamente autorizados a portar armas).
- Identificação de alterações e/ou evolução na conformação das atuais áreas de ocupação irregular a fim de impedir a implantação de novas estruturas.
- Reconhecimento das áreas que sofreram alterações ambientais, por meio de queimadas, desmatamentos, entre outras.
- Orientação aos moradores sobre a correta disposição e destino do lixo gerado pelos mesmos.
- Orientação aos habitantes sobre os objetivos e normas do PNJ.

➢ Para a ocupação desses cargos, os funcionários deverão ser fiscais, preparados com curso específico de formação do ICMBio.

➢ Poderão ser identificados no quadro funcional do ICMBio funcionários com conhecimentos específicos, acima indicados, para auxiliar na realização dos cursos.

➢ Deverão ser solicitados o auxílio do Corpo de Bombeiros, da Polícia Militar, Civil ou Federal, das universidades locais, órgãos governamentais e não-governamentais, dentre outros, para a realização desses cursos.

➢ A participação dos funcionários do PNJ em cursos oferecidos por essas instituições deverá ser sempre incentivada e motivada.

5) Estabelecer como rotina de trabalho da fiscalização, o preenchimento de relatórios de atividades.

➢ Todo o percurso realizado nas atividades de fiscalização deverá ser georreferenciado, bem como os fatos mais relevantes observados durante a atividade.

➢ Deverão constar no relatório, pelo menos: eventuais materiais apreendidos, o volume, a quantidade e os instrumentos legais lavrados (autos de infração, termos de apreensão e depósito), avistamento de fauna ou os indícios de sua presença, as alterações na vegetação, anomalias no funcionamento dos empreendimentos, acidentes ambientais, indícios de caça, pesca ilegal, entre outros fatos.

➢ As informações relativas à apreensão de animais e recursos pesqueiros deverão indicar a origem (proprietário, nome da propriedade e localização geográfica) dos mesmos.

➢ Os dados registrados no relatório deverão ser consolidados mensalmente, com o

I – AGGI PROTEÇÃO E MANEJO

objetivo de compor um banco de dados, inclusive em base cartográfica.

- As informações obtidas nas vistorias deverão ser consolidadas em relatório e em base cartográfica, em linguagem compatível com o Sistema de Informações Geográficas (SIG) do PNJ.

6) Retirar os ambulantes do interior do PNJ.

- A presença de ambulantes no PNJ será permitida apenas aos autorizados, limitada ao início dos serviços concessionados.

7) Avaliar anualmente a integridade dos ecossistemas no PNJ através de sobrevoos programados, com apresentação de relatórios, registros e indicação de programas ou medidas de manejo.

7.1) Articular o sobrevoo como convênio de parceria com as empresas dotadas de passivos ambientais junto à Coordenação Regional 5 (CR-5).

7.2) Adotar providências para que o sobrevoo preceda as monitorias anuais do plano de manejo com vistas a permitir uma avaliação dos resultados da implantação das ações executadas.

8) Solicitar ao Programa Brasileiro de Conservação das Tartarugas Marinhas (TAMAR) a instalação de viveiros e incubadoras para ovos das tartarugas marinhas.

- O cercado de incubação dos ovos deverá localizar-se nas instalações do PIC Guriú e poderá ser utilizado também para fins de visitação e de educação ambiental.

9) Adotar medidas de proteção para os sítios arqueológicos mapeados e homologados pelo IPHAN.

- Deverá ser solicitada orientação e apoio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) para a conservação desses sítios.
- Alguns sítios devidamente identificados e homologados deverão passar a integrar os atrativos do PNJ, após o estabelecimento de critérios específicos de visitação à essas áreas conforme orientação a ser solicitada ao IPHAN.

10) Desenvolver uma estratégia para apreender e retirar do PNJ as espécies exóticas da fauna e animais domésticos ali encontrados.

- Caso o estudo previsto na AGGI Pesquisa e Monitoramento indique outras ações de manejo para espécies exóticas, estas deverão ser observadas e atendidas.

10.1) Desenvolver uma campanha de divulgação informando da proibição de soltura de animais domésticos no PNJ e entorno.

I – AGGI PROTEÇÃO E MANEJO

- Esta campanha deverá ser permanente, enquanto durar o problema.
- A campanha terá como população alvo todas as comunidades presentes na Zona de Amortecimento do PNJ.
- Durante a campanha, deverá ser comunicado um prazo para que os proprietários de animais domésticos retirem os mesmos da área do PNJ, sob pena de notificação e apreensão dos animais.

10.2) Estabelecer operações para identificação, notificação e apreensão de animais domésticos soltos no PNJ.

- Deverá ser montada uma estratégia para a retirada dos animais, fazendo uso dos procedimentos de notificação, prazos e multa.
- Os donos que forem identificados deverão ser orientados, sob uma abordagem educativa e explicativa, para que procedam ao confinamento dos animais, sob pena de retenção dos mesmos;
- Aqueles animais cujos donos não forem identificados deverão ser apreendidos e leiloados.
- Todos os animais apreendidos deverão ser encaminhados para a Zona de Uso Especial do Sítio do Amâncio.

10.3) Articular com as prefeituras municipais a elaboração de um instrumento legal que vise a necessidade de confinar os animais e não deixá-los soltos em locais públicos.

11) Elaborar um plano de resgate para atendimentos emergenciais no interior do PNJ, assegurando a proteção dos seus usuários.

- O plano deverá contemplar, separadamente, a região marinha e terrestre do PNJ.
- Deverão ser descritos, para cada estratégia de resgate, os meios, os equipamentos e o pessoal envolvido.
- Deverá ser criada uma câmara técnica no conselho consultivo do PNJ que se responsabilizará pela elaboração do plano de resgate em conjunto a um funcionário do Setor de Proteção e Manejo a ser designado.
- Todos os parceiros habilitados (prestadores de serviços, terceirizados, concessionários, entre outros) deverão ser envolvidos na elaboração do plano de resgate.

11.1) Divulgar o plano de resgate para todos os parceiros habilitados (prestadores de serviços, terceirizados, concessionários, entre outros), que deverão ser orientados sobre os procedimentos de primeiros socorros e atendimento emergencial dos visitantes.

I – AGGI PROTEÇÃO E MANEJO

12) Analisar a necessidade e a viabilidade de abertura e manutenção de aceiros ao longo de alguns trechos do limite do PNJ.

Esta ação deverá ser priorizada dentre as linhas de pesquisa necessárias ao manejo do PNJ.

II – AGGI PESQUISA E MONITORAMENTO

1) Fomentar e divulgar a realização das pesquisas prioritárias para o PNJ, priorizando sua execução, especialmente as relacionadas a:

- Levantamento sistemático arqueológico.
- Diagnóstico dos lençóis freáticos por meio da implantação de piezometros.
- Monitoramento de recursos hídricos (incluir um ponto na travessia do Riacho Doce e analisar contaminação por óleos e graxas).
- Determinação de sentidos de fluxo do aquífero livre.
- Estudo da morfodinâmica das praias arenosas.
- Análise da dinâmica de movimentação das dunas (com uso de anemometros e quantificação de material transportado).
- Estimativa do tamanho da primeira maturação do caranguejo do mangue.
- Monitoramento de roedores exóticos no manguezal do PNJ.
- Monitoramento dos impactos gerados pelos jegues nos ecossistemas naturais do PNJ, comparando áreas controladas, com e sem a presença do mesmo.
- Projeto de monitoramento das comunidades da fauna marinha e terrestre, e espécies endêmicas em cada ambiente do PNJ.
- Ecologia de crustáceos do manguezal do PNJ.
- Ecologia dos peixes do manguezal do PNJ.
- Ecologia dos moluscos do manguezal do PNJ.
- Monitoramento e avaliação da pesca do camarão branco *L schimitti* no PNJ, com foco nos impactos sobre o *bycath* e sobre o pescado.
- Distribuição e abundância do camarão branco *L. schimitti* no PNJ.
- Estudo da reprodução e mapeamento dos berçários dos elasmobrânquios do PNJ.
- Monitoramento da Flora e da Recuperação (restauração) da vegetação natural nas áreas degradadas, com uso de parcelas permanentes a fim de analisar a

II – AGGI PESQUISA E MONITORAMENTO

dinâmica das comunidades vegetais.

- Complementação do inventário e monitoramento de aves no interior do PNJ e Zona de Amortecimento.
- Estudo de viabilidade para o desenvolvimento de *Birdwatching*.
- Monitoramento das espécies invasoras e/ou exóticas da avifauna.
- Variação sazonal na composição do Zooplâncton no PNJ.
- Análise dos impactos do passeio de canoa e das travessias em balsa, no manguezal do Rio Guriú sobre as populações de cavalos marinhos.
- Estudo da viabilidade da retirada de espécies exóticas da flora.
- Estudos de modelagem de perda de biodiversidade em função do uso e ocupação do solo, dentro e fora do PNJ.

1.1) Estimar o tamanho de primeira maturação da ostra do mangue:

- Identificação de polinizadores e dispersores de espécies vegetais.
- Estudo populacional dos cavalos marinhos e mapeamento das populações na região.
- Análise da distribuição geográfica das espécies que tiveram ampliação de suas distribuições a partir do diagnóstico deste Plano de Manejo.
- Nas áreas de visitação, avaliar impacto do pisoteio, afugentamento de fauna, entre outros, sobre a biodiversidade.
- Inventário de invertebrados terrestres.
- Análise da identidade biogeográfica do PNJ.
- Estudo sobre as formas de implementação da cobrança de ingressos no PNJ.

➢ Outras linhas de pesquisas prioritárias poderão ser definidas pelo Setor de Proteção e Manejo conforme a demanda for necessária.

➢ A divulgação das pesquisas prioritárias poderá ser feita via Internet, veículos de comunicação, no encontro de pesquisadores do PNJ, entre outros.

➢ As pesquisas prioritárias acima elencadas terão prioridade para receber o apoio logístico da UC.

2) Submeter, à Diretoria de Conservação da Biodiversidade (DIBIO) do ICMBio/sede, projetos emergenciais de interesse para a gestão do PNJ.

2.1) Acompanhar os cronogramas de chamada interna, para a submissão de projetos.

2.2) Desenvolver e submeter projetos de pesquisa para o manejo do PNJ, para as seguintes linhas de pesquisa:

II – AGGI PESQUISA E MONITORAMENTO

- Levantamento de indicadores de capacidade suporte da trilha da Lagoa Grande.
  - Deverá ser levantado neste estudo, quais indicadores devem ser monitorados para fins de limitação do tráfego de veículos nesta trilha. Deverão ser considerados indicadores do meio biótico e físico.

3) Solicitar ao Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas (CECAV), as pesquisas espeleológicas necessárias para o mapeamento e descrição das grutas existentes na área do PNJ.

4) Solicitar recursos ao Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), do MMA, para o desenvolvimento dos projetos constantes nas linhas de pesquisas prioritárias do PNJ.

4.1) Preparar projetos de interesse à gestão do PNJ ou em conformidade com as linhas de pesquisa prioritárias.

- Esses projetos poderão ser elaborados com o apoio do Conselho Consultivo ou com instituições de ensino e pesquisa.

4.2) Acompanhar o calendário de submissão de projetos em demanda induzida.

4.3) Submeter projetos, também, em demandas espontâneas.

5) Compilar as especificidades locais das pesquisas biológicas, geológicas, espeleológicas e histórico-culturais para agregar curiosidades dessas temáticas na divulgação dos atrativos.

- Um funcionário designado, do Setor de Visitação, em conjunto com representantes do Conselho Consultivo, deverá buscar essas informações junto aos pesquisadores e produtos decorrentes de suas pesquisas, agregando as informações aos projetos de folhetos, folderes e à sinalização do PNJ.

6) Organizar as informações monitoradas através da estação meteorológica.

- Deverão ser implantados, preferencialmente, dispositivos de leitura automática.
- A estação deverá receber manutenção periódica, podendo, ainda, essa função ser repassada a uma instituição de pesquisa e/ou universidade.
- Deverão ser coletados dados de precipitação, temperatura, umidade relativa do ar, direção e velocidade dos ventos.
- O Setor de Proteção e Manejo deverá dispor de pelo menos dois funcionários treinados para operar o equipamento e fazer a leitura e coleta periódica de dados na central da estação, cujos dados serão registrados em planilha e analisados.
- Os dados obtidos pela estação meteorológica deverão ser armazenados no banco de dados do PNJ.

II – AGGI PESQUISA E MONITORAMENTO

- Os dados serão de acesso livre e gratuito.

7) Proporcionar logística de apoio para a realização de pesquisas no PNJ.

- Designar funcionário do Setor de Proteção e Manejo para acompanhar as incursões com finalidade de pesquisa.

7.1) Prever residência e alojamento para funcionários no Sítio do Papai Noel, conforme descrito na AEI Casas Funcionais.

7.2) Vincular a autorização de pesquisa à entrega de relatório impresso e digital para compor o banco de dados do PNJ.

- Todos os resultados das pesquisas realizadas no PNJ deverão ser divulgados e disponibilizados para o PNJ e para a comunidade.

8) Designar um funcionário do Setor de Proteção e Manejo como operador do SISBIO.

- Esse funcionário deverá fazer análise e parecer das solicitações de pesquisa encaminhadas ao PNJ, solicitação dos resultados da pesquisa, organização do banco de dados da UC e acompanhamento *in situ* dos projetos de pesquisa.
- Deverá ser incluída, como condicionante das autorizações emitidas, a passagem do pesquisador titular na sede do PNJ para seu devido credenciamento.

8.1) Designar ainda, um operador substituto que se responsabilize pelas atividades descritas, nos momentos de ausência do primeiro.

9) Orientar os pesquisadores interessados em fazer pesquisas no PNJ a solicitar autorização seguindo as normas estabelecidas pela Instrução Normativa № 154 de 1 de março de 2007 ou legislação vigente.

- Todo pesquisador deverá ser credenciado e portar uma identificação quando estiver realizando pesquisa de campo, em terras públicas, no interior do PNJ.
    - O Setor de Proteção e Manejo será responsável pelo credenciamento dos pesquisadores.
- No ato do credenciamento deverá ser fornecido um documento de identificação ao pesquisador, em papel timbrado, o qual deverá conter:
    - Nome do pesquisador.
    - Número do processo de solicitação de autorização para pesquisa do SISBIO.
    - Nome do projeto.
    - Instituição de vínculo.
    - Período de duração das atividades.

II – AGGI PESQUISA E MONITORAMENTO

- Assinatura do chefe do PNJ ou seu substituto.

➢ O pesquisador deverá ser orientado a portar esse documento, durante a realização de suas atividades em campo.

10) Elaborar e entregar aos pesquisadores, quando em passagem pela sede do PNJ, um folheto contendo as normas da UC, o zoneamento, orientações de como usar e manter as instalações da UC, acondicionar o lixo, entre outros.

11) Buscar apoio e parcerias para a realização de pesquisas no PNJ.

11.1) Contatar universidades, fundações, organizações e instituições de pesquisas para desenvolver estudos, monografias, teses e pesquisas no PNJ.

11.2) Verificar a interrelação das temáticas das pesquisas prioritárias do PNJ com o portfólio de projetos da Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo visando o estabelecimento de convênios.

11.3) Desenvolver projetos de pesquisas de interesse regional via Programas de Extensão Universitários (PROEX).

12) Divulgar para as associações, cooperativas, moradores locais e instituições governamentais ou não governamentais, a possibilidade de parceiras, visando inclusive o fomento de projetos, intercâmbio técnico, entre outros.

- As instituições potenciais são: Programa das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), *World Wildlife Fund* (WWF), *Conservation International* (CI), *Wildlife Conservation Society* (WCS), *The Nature Conservancy* (TNC) e *The World Conservation Union* (IUCN); Universidade Federal de Sergipe, Universidade Federal de Alagoas, ONG, FNMA, entre outros.

13) Elaborar um Programa de Recuperação das Áreas Degradadas.

➢ O programa deverá ser desenvolvido em parceria com instituições de pesquisa, na formulação e desenvolvimento, e orientado por resultados das pesquisas direcionadas a esse fim.

➢ O programa deverá ter como meta a restauração da estabilidade pedológica e geomorfológica e manutenção da dinâmica dunar.

➢ O programa deverá ser desenvolvido em parceria com instituições de pesquisa, na formulação e desenvolvimento, e orientado por resultados das pesquisas direcionadas a esse fim.

➢ Sempre que possível, envolver voluntários e estagiários na implementação desse

II – AGGI PESQUISA E MONITORAMENTO

programa.

- Este programa será aplicado na Zona de Recuperação.
- Só poderão ser utilizadas espécies exóticas, se os estudos assim indicarem como única alternativa.

13.1) Identificar e mapear os fragmentos de restinga existentes no PNJ e no entorno próximo.

- Deverá ser calculado o índice de forma e planejadas poligonais com potencial para a recuperação dessas áreas, tendo em vista o restabelecimento da conectividade entre fragmentos.
- Deverão ser mapeadas todas as APP e Reservas Legais, assim como seu estado de conservação.
- Serão identificadas e quantificadas as áreas desmatadas para acompanhar o processo de recuperação e/ou verificar a reincidência de impactos.
- As áreas destinadas para a recuperação natural deverão ser cercadas para evitar a entrada de gado ou outros animais domésticos.
- Todas as áreas de recuperação deverão ser fiscalizadas com frequência, buscando evitar a entrada de gado, invasores ou focos de incêndio.
- Na necessidade de fazer uso da recuperação induzida, a mesma deverá ser realizada preferencialmente com espécies nativas.

14) Fazer monitoramento com uso de sensoriamento remoto por imagens de satélite com atualização semestral, para o acompanhamento constante dos remanescentes de vegetação do PNJ.

14.1) Fazer acompanhamento do processo de migração das dunas, especialmente ao longo do segundo semestre.

- Deverão ser utilizadas imagens de satélite disponíveis, a exemplo do CBERS, para esse acompanhamento.
- Deverá ser solicitado apoio ao Centro de Sensoriamento Remoto (CSR), bem como de instituições parceiras, para a seleção, processamento e envio das imagens.

15) Atualizar um mapeamento da vegetação e fauna do PNJ, contando com um estudo fitossociológico.

16) Criar um banco de dados que centralize as informações provenientes das pesquisas sobre a região.

- Deverão ser abrangidas todas as pesquisas desde aquelas para fins de diagnóstico

II – AGGI PESQUISA E MONITORAMENTO

até as voltadas para a elaboração de laudos ambientais, dissertações, teses, monografias, artigos científicos ou similares.

17) Designar uma Câmara Técnica do Conselho Consultivo para o gerenciamento das atividades previstas nesta AGGI.

- A Câmara Técnica (CT) deverá ter caráter permanente e ser denominada CT Pesquisa e Monitoramento.
- ACT Pesquisa e Monitoramento deverá contar com um representante do Setor de Proteção e Manejo e da comunidade científica.

III – AGGI SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL

1) Elaborar e implementar um Programa de Sensibilização Ambiental para o PNJ.

- O programa deverá ser elaborado pelos técnicos do PNJ, do Setor de Proteção e Manejo, com auxílio de pesquisadores ad hoc e representantes designados do Conselho Consultivo do PNJ.
- Deverão ser considerados no planejamento das ações de educação ambiental as seguintes etapas:
  - Identificação do público alvo.
  - Identificação dos objetivos ou resultados esperados para cada público.
  - A escolha do tema a ser trabalhado.
  - Seleção de atividades, meios e técnicas a serem utilizados na transmissão da mensagem.
  - Avaliação dos resultados por meio de indicadores.
  - Avaliação da necessidade de reformulação das normas.
- Com a finalidade de promover a sensibilização ambiental, deverão ser estabelecidas diferentes estruturas de sinalização educativa e atividades, conforme descrito em cada área estratégica.

1.1) Identificar parceiros, como as secretarias de educação municipais e estaduais, secretarias de meio ambiente, ONG e universidades, para elaboração e implantação do programa.

1.2) Definir ações que visem mudanças de comportamento do público-alvo em prol da conservação do ambiente e do seu envolvimento na proteção do PNJ.

III – AGGI SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL

1.3) Avaliar o programa periodicamente, visando corrigir eventuais lacunas e distorções na sua implementação.

1.4) Elaborar material educativo, informativo e de divulgação.

- Esse material poderá ser confeccionado em forma de cartilhas, jogos, folhetos, cartazes, mapas, postais e audiovisuais.

1.5) Promover eventos de sensibilização.

- Os eventos devem prever temas relacionados à importância do PNJ na vida da população local.
- Deverão ser previstos como eventos de sensibilização, debates, oficinas, seminários, cursos, visitas orientadas, palestras, comemorações, representações teatrais, eventos musicais, exposições, dentre outros.

1.6) Estruturar o programa para o atendimento dos seguintes temas:

- Histórico da criação do PNJ e seus objetivos.
- Importância do patrimonio histórico-cultural do PNJ.
- Importância dos espaços protegidos, em termos ambientais, socioculturais, históricos e econômicos.
- Atividades permitidas, normas e uso do espaço em Unidades de Proteção Integral.
- Valores ambientais protegidos pelo PNJ.
- Relevância ambiental do PNJ, frente ao seu *status* nacional e internacional de conservação.
- Normas estabelecidas para o PNJ e sua Zona de Amortecimento.
- Informação sobre as pesquisas desenvolvidas no PNJ, suas funções e objetivos.
- Meios de participação da comunidade nas atividades de proteção.
- Extrativismo vegetal, caça, lixo, água, e demais relações antrópicas que causem impacto ao restante da natureza.
- Alternativas econômicas de desenvolvimento sustentável.
- Mananciais hídricos do PNJ e seus usos atuais.
- Tecnologias e técnicas de produção sustentáveis.
- A importância da proteção dos recursos hídricos e a legislação que rege seu uso.

III – AGGI SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL

2) Incorporar os moradores residentes no PNJ ao Programa de Sensibilização Ambiental, especialmente no que tange ao conhecimento da Legislação Ambiental, visando a correta utilização e a conservação dos recursos naturais.

- As atividades de sensibilização ambiental poderão ter a participação das lideranças das comunidades em sua concepção.

3) Planejar campanhas de conscientização e divulgação do meio ambiente.

- O calendário comemorativo poderá ser utilizado para a seleção de temas para as campanhas (ex: dia mundial da água, dia mundial dos animais, dia internacional do meio ambiente, aniversário do PNJ, entre outros).
- A divulgação das campanhas deverá ser articulada junto às prefeituras e secretarias municipais.
- A divulgação e distribuição de folhetos deverão ser articulados junto à Polícia Militar da Companhia Independente de Policiamento Turístico (PMTur).
- As campanhas deverão ser realizadas em conjunto com atividades comunitárias, contemplando gincanas, atividades esportivas, degustação, culinária, exposição, feiras, entre outros.

3.1) Consultar as prefeituras municipais do entorno para realizar atividades integradas nos eventos comemorativos.

4) Utilizar, adicionalmente, como meio de comunicação social e divulgação, a roda de capoeira da Vila de Jericoacoara.

4.1) Contatar os líderes da capoeira e propor o fortalecimento da roda como meio de divulgação do PNJ.

5) Obter material informativo já produzido pelo ICMBio/sede.

5.1) Obter cópias de vídeos junto ao ICMBio/sede, sobre os temas: água, lixo, saneamento básico, tráfico de animais, entre outros.

- Os vídeos deverão ser divulgados como atividade prevista no programa de sensibilização ambiental.
- Os folhetos deverão ser distribuídos para os grupos de visitantes do PNJ e nas escolas do entorno.

6) Elaborar vídeos sobre o PNJ.

- Os vídeos devem abordar, no mínimo, as características do PNJ, seus objetivos e ações desenvolvidas por esta, tais como proteção e manejo, educação ambiental e

III – AGGI SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL

pesquisa.

- O vídeo deve abordar, também, ações desenvolvidas junto às comunidades.

7) Desenvolver estratégia de comunicação e produzir material de comunicação sobre o PNJ em diversas mídias.

7.1) Confeccionar folheto específico sobre as dunas móveis e ecossistemas do PNJ.

8) Repassar em todas as atividades de sensibilização ambiental:

- As informações sobre o PNJ.
- Seu objetivo.
- Os atributos naturais que abriga.
- Sua importância para a conservação da biodiversidade local, regional e nacional.
- Os tipos de problemas que enfrenta e as soluções que estão sendo adotadas para contorná-los.

- A linguagem adotada será compatível com o perfil dos visitantes e em idiomas diversos principalmente em português, inglês e espanhol.
- Deve-se fazer uso de todos os meios de comunicação disponíveis, de forma a despertar o interesse dos mesmos na conservação do PNJ.

9) Capacitar os funcionários, voluntários, parceiros e estagiários para atuarem na implantação do Programa de Sensibilização Ambiental.

10) Empregar as datas e eventos locais, nacionais e internacionais, como oportunidades e para temas de sensibilização ambiental e divulgação do PNJ em seu interior e na Zona de Amortecimento.

- O dia 20/09 - Dia internacional da limpeza de praia deverá ser amplamente divulgado por meio de campanhas específicas com essa finalidade e vinculadas a ações de limpeza.

11) Designar uma Câmara Técnica, no Conselho Consultivo do PNJ, para organizar eventos e detalhar ações de sensibilização ambiental.

11.1) Designar um funcionário como responsável pela coordenação do programa de sensibilização ambiental, dentro do Setor de Proteção e Manejo, a trabalhar em conjunto e coordenar a Câmara Técnica.

12) Reativar os meios de comunicação e divulgação do PNJ.

III – AGGI SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL

12.1) Voltar a editar o Jornal Riacho Doce, a partir do formato já existente para divulgar ações de fiscalização do Parque, matérias sobre Educação Ambiental, notícias do sítio do ICMBio e informes locais.

- O jornal deverá ter periodicidade mínima anual.
- O jornal deverá ser distribuído na Vila de Jericoacoara e em todas as comunidades lindeiras ao Parque. Também será encaminhado por correio para outras UC e instituições parceiras.

12.2) Retomar a publicação dos boletins eletrônicos do PNJ.

- Os boletins deverão ser divulgados com periodicidade mensal.
- O boletim deverá ser enviado às pousadas da Vila de Jericoacoara e aos servidores do ICMBio cadastrados na lista.

12.3) Designar um funcionário do Setor Administrativo como responsável por esta atividade.

IV – AGGI VISITAÇÃO

1) Estruturar e regulamentar o uso público no PNJ, conforme detalhado nas respectivas Áreas Estratégicas.

1.1) Estabelecer as estruturas de apoio à visitação, conforme previsto nas respectivas Áreas Estratégicas.

- Deverão ser implementados pelo menos quatro Postos de Informação e Controle (PIC):
  - No acesso pela Lagoa Grande (AEI Lagoa Grande).
  - No acesso pelo Preá (AEI Preá).
  - No acesso pelo Mangue Seco (AEI Mangue Seco).
  - No acesso oeste, pelo Guriú (AEI Guriú).
- A infraestrutura de apoio a visitação será definida em projeto específico, prevendo a implantação de centro de visitantes, considerando a melhor alternativa locacional.

1.2) Regulamentar a operação dos atrativos do PNJ.

- A visitação no Parque se dará no formato de ingresso unificado para todos os principais atrativos, sendo franqueado livre acesso aos visitantes regulares, portadores do ingresso único. Eventuais limitações de acesso poderão ser estabelecidas a áreas com desenvolvimento de atividades, mediante instrumentos de gestão do uso público.
- A oferta de produtos e serviços será objeto de delegação, na modalidade de

concessão, permissão ou autorização.

- Os principais atrativos da unidade são:
  - Praia da Malhada (AEI Serrote e Malhada) - Praia de areia clara, com areia relativamente grossa e formações rochosas à beira-mar. Usada pelos pescadores para a prática do arrasto. Não tem sombra. Nos meses de verão, pode apresentar ondas de até 1,5m. Indicada para desenvolvimento de atividades de visitação compatíveis com o zoneamento.
  - Praia do Mangue Seco (AEI Estrada de Acesso Oeste) - Praia bem plana e extensa, é usada para caminhadas, banho, passeios à cavalo e prática de *windsurf* e *kitesurf*, conforme zonas de exclusão definidas neste Plano de Manejo. Não tem sombra. É usada pelos pescadores para a prática do arrasto e para a saída dos barcos. É também um dos principais acessos à Jericoacoara, com tráfego intenso de bugues, motos, caminhonetes, ciclistas e pedestres. Liga a Vila de Jericoacoara às comunidades do Guriú e Mangue Seco e é parte do caminho que leva à Camocim, como início da Rota das Emoções.
  - Praia do Preá (AEI Estrada de Acesso Leste) - Praia de areia clara, extensa, é cortada pelo Riacho Doce e pelo Riacho Verde, é usada pelos pescadores para a prática do arrasto e saída de barcos. Apresenta pequenas estruturas rústicas para o apoio à pesca e guarda de material. É um dos acessos à Vila de Jericoacoara, apresentando trânsito intenso de veículos.
  - Pedra da Sereia (AEI Serrote e Malhada) - Formação rochosa que pode ser acessada com a maré baixa. Possui uma piscina de pedras dentro do mar. As pedras formam bancos e os visitantes podem permanecer sentados dentro da água do mar.
  - Pedra Furada (AEI Serrote e Malhada) - Formação rochosa em forma de arco ou portal. Durante o solstício de inverno, pode-se assistir ao Pôr-do-sol através do vão. Consiste num dos atrativos mais conhecidos e divulgados do PNJ. Deverá ser desenvolvido meios de interpretação do aspecto geológico. A Pedra Furada pode ser acessada a partir de três trilhas diferentes:
  - Riacho Doce (AEI Acampamento Silveira) - Riacho que liga a Lagoa da Jijoca ao mar, cortando a praia do Preá.
  - Praia da Pedra Furada (AEI Serrote e Malhada) - Praia pouco extensa onde se localiza a Pedra Furada.
  - Duna do Pôr-do-sol (AEI Duna do Pôr-do-sol e Lagoa dos Homens) - Duna barcana que se encontra em fase final de existência, por ter atingido a beira-mar. No fim de tarde, é o principal local para se contemplar o Pôr-do-sol, ficando quase que inteiramente tomada por visitantes.
  - Duna do Lixão ou Duna Da Arraia - Uma das dunas mais altas nas

proximidades da Vila de Jericoacoara, com 48m de altura, é uma alternativa para a visualização do pôr-do-sol. Era feito depósito de lixo no seu caminho, sendo encoberto com o "caminhar" da duna, daí o nome original que se pretende alterar mediante o desenvolvimento de atividades compatíveis com o zoneamento da área.

- Duna da Lagoa dos Homens (AEI Duna do Pôr-do-sol e Lagoa dos Homens) - Duna barcana que envolve e forma a Lagoa dos Homens. Utilizada para caminhadas e passeios a cavalo.
- Serrote (AEI Serrote e Malhada) - Pequena elevação rochosa e sedimentar recoberta por vegetação, o Serrote tem pouco menos de 90m de altitude em sua parte mais alta, onde se localiza o farol. É um ótimo local para a contemplação da paisagem da Vila e do PNJ. É utilizado para caminhadas, sendo principal caminho para a Pedra Furada.
- Praias do Serrote (AEI Serrote e Malhada) - Pequenas enseadas, separadas por formações rochosas. Na maré mais baixa, permitem o acesso a pé pela areia.
- Piscina da Princesa, Sofá da Princesa, Pedra do Frade, Pedra da Tartaruga e Pedra do Sapo (AEI Serrote e Malhada) - Pequenas formações rochosas situadas ao longo do caminho entre a Praia da Malhada e Pedra Furada, são atrativos complementares do passeio em função da forma, associadas à imagem de animais ou as Lendas da Princesa.
- Gruta da princesa, Gruta encantada e outras pequenas grutas (AEI Serrote e Malhada) - Pequenas grutas situadas ao longo do caminho entre a Praia da Malhada, Pedra Furada e estacionamento no Preá, são atrativos complementares do passeio associadas à Lenda da Princesa.
- Manguezal do Guriú (AEI Guriú) – Formação do ecossistema de manguezal, com fauna abundante e possibilidade de observação da carcinofauna e avifauna, especialmente, além da vegetação característica, com árvores rizóforas, exclusivas desse ecossistema. Ambiente com possibilidade de desenvolver atividades de visitação desde que em conformidade com as normas específicas de zoneamento.
- Cavalos Marinhos (AEI Guriú) - A observação dos cavalos marinhos *Hippocampus reidi* são o principal atrativo do passeio de mesmo nome. É um passeio interpretativo, que depende de embarcações. Proporciona meios de interpretação do manguezal e da avifauna.
- Rio Guriú (AEI Guriú) – Com potencial para a prática de caiaquismo, possui uma foz em diagonal, que abriga diversos barcos de pesca artesanal. É o mesmo local por onde passam os carros, em balsa, que vêm ou se dirigem para o Município de Camocim.

IV – AGGI VISITAÇÃO

- Árvore da Preguiça (AEI Estrada de Acesso Leste) - Formação vegetal do mangue-de-botão *Conocarpus erectus* que parece uma árvore recostada, devido ao efeito do vento. Atualmente é um dos cartões postais da região.
- Lagoa dos Homens (AEI Duna do Pôr-do-sol e Lagoa dos Homens) - Lagoa interdunar próxima à Vila de Jericoacoara, utilizada no período da cheia para a prática de kitesurf.
- Lagoa do Amâncio (AEI Estrada e Lagoa do Amâncio) – Consiste num conjunto de lagoas interdunares que podem ser utilizadas para atividades de visitação desde que compatíveis com as normas do zoneamento.
- Lagoa do Coração (AEI Lagoa do Coração) - Lagoa interdunar, funciona como atrativo para atividades de visitação compatíveis com as normas do zoneamento, no roteiro para a Lagoa do Paraíso.
- Lagoa do “V” - Lagoa interdunar em formato de “V” é utilizada para banho principalmente pelos moradores da comunidade de Mangue Seco e Guriú.
- Lagoas do Sítio Silveira (AEI Acampamento Silveira) - Complexo de dunas e lagoas interdunares. Destaque para a Duna Alta, com aproximadamente 53 metros, oferecem a oportunidade desenvolver atividades de visitação compatíveis com as normas do zoneamento com excelente vista para a Lagoa do Amâncio.
- Junco (AEI Junco) – Consiste numa pequena comunidade, com várias casas desocupadas, inserida no interior das restingas do PNJ, com grande possibilidade de atividades de visitação, desde que compatíveis com as normas do zoneamento.
- Dunas da Casa Rica (AEI Estrada e Lagoa do Amâncio) – Consiste num conjunto de grandes dunas barcanas, com grande potencial de desenvolvimento de atividades de sensibilização ambiental. Consiste numa área com elevado grau de primitividade.
- Esportes náuticos (AEI Marinha Leste e AEI Marinha Oeste) - A região apresenta características eólicas que propiciam condições ideais para a prática de esportes náuticos como o Kitesurf e Windsurf e diversas atividades de visitação compatíveis com as normas do zoneamento.

IV – AGGI VISITAÇÃO

Figura 4-10 – Trilhas e atrativos previstos para o Parque Nacional de Jericoacoara.

- Poderão ser implementados novos atrativos, desde que devidamente regulamentados por instrumentos de gestão de uso público, e em consonância com as normas previstas para cada zona.

2) Estabelecer e regulamentar um sistema de cobrança de ingresso e visitação no PNJ.

- Definir sistemas e condições de venda de ingressos, agendamento e mecanismos de controle de entrada de visitantes, moradores e prestadores de serviço, por meio instrumento de gestão de uso público compatível com a delegação de serviços, considerando a prerrogativa de ingresso unificado para os principais atrativos do Parque.

2.1) Elaborar Estudo de Viabilidade Econômica (EVE) para concessão de serviços de

IV – AGGI VISITAÇÃO

apoio a visitação no PNJ.

- Poderão ser incluídos no escopo da contratação ou concessão, conforme o EVE indicar:
  - O gerenciamento de todas as atividades previstas nesta AGGI.
  - Serviços de implantação, manutenção ou recuperação de estruturas ou espaços ligados à visitação.
  - O controle do acesso de veículos no PNJ.
  - Sistemas e condições de venda de ingressos, agendamento e mecanismos de controle e monitoramento de entrada de visitantes, moradores e prestadores de serviço.
  - Aquisição de equipamentos e materiais ligados à visitação.
  - Confecção de folheteria e demais materiais de divulgação/orientação dos visitantes.
  - Projetos de sinalização e exposição interpretativa.
  - Projeção e construção de estruturas para estacionamentos, passarelas, guarda caiaque, píer de acesso, mirante em balanço no serrote, camping, entre outros, como: banheiros químicos, portarias, cancelas, cercados, guaritas, lanchonetes, lojas de souvenir, áreas de acampamento e atividades ou serviços específicos de uso público.
  - Elaboração de estudo de viabilidade, para o fornecimento de transporte coletivo interno e estabelecimento desse transporte.
  - Cercamento da unidade de conservação.
- Os projetos construtivos executivos, da contratada, deverão ser submetidos à aprovação prévia do Setor Administrativo do PNJ e estarem de acordo com as normas deste Plano de Manejo.
- Deverá ser estabelecido um percentual mínimo de contrapartida da contratada, de acordo com o estudo de viabilidade econômica no contrato global.
- Poderão ser habilitadas para contratação, também, fundações ou instituições sem fins lucrativos, desde que haja concorrência pública para seleção.
- A contratação deverá prever um tempo de prestação de serviços conforme indicação do estudo de viabilidade econômica.

2.3) Elaborar e disponibilizar formulários de avaliação dos serviços prestados no PNJ, bem como, da experiência vivida pelos visitantes.

- O formulário deverá conter, pelo menos: perfil do visitante, desempenho do condutor, atrativos visitados, impressão sobre o PNJ e sugestões, dentre outros.

IV – AGGI VISITAÇÃO

2.4) Gerenciar o treinamento e capacitação de empresas, instituições ou associações que fornecerão serviços específicos para a visitação ao Junco, o passeio do Cavalo Marinho e do Manguezal.

2.5) As empresas deverão contar com capacitação adicional especializada, voltada especificamente aos ecossistemas e contextos a serem interpretados, o que deverá ser exigido no âmbito das autorizações ou dos contratos de concessão.

2.6) Avaliar periodicamente todos os serviços terceirizados ou concedidos.

3) Estimular a prática de *birdwatching*.

3.3) Divulgar esse potencial no CV, PIC e nos meios de divulgação do PNJ.

4) Estimular caminhadas ecológicas no Circuito das Dunas.

- O circuito deverá se iniciar nas barracas do Cavalo Marinho, seguindo pela praia até a entrada do Mangue Seco, passando pelo apicum, pela ponte do Mangue Seco, ao final da vegetação de manguezal, segue em direção leste até a lagoa do V, passando pelas dunas. Segue então pela lagoa da Coca-cola, retornando para a guarita do Mangue Seco, onde finaliza o percurso.

5) Garantir ampla sinalização indicativa e interpretativa em todas as trilhas e atrativos autoguiados, conforme previsto no projeto de sinalização na AGGI Operacionalização Interna.

5.3) Avaliar e adaptar a sinalização a partir do projeto de recuperação do Serrote, já existente.

6) Articular com as prefeituras do entorno a divulgação dos atrativos do PNJ.

7) Projetar e instalar estruturas para facilitar o acesso e dar segurança aos usuários nas atividades de uso público.

8) Elaborar estratégias de visitação no Povoado do Junco.

- Deverá ser considerado a instalação de infraestrutura, módulos sanitários ou equipamentos para recepção de visitantes; viabilidade e meios de alimentação e pernoite de visitantes; entre outros.

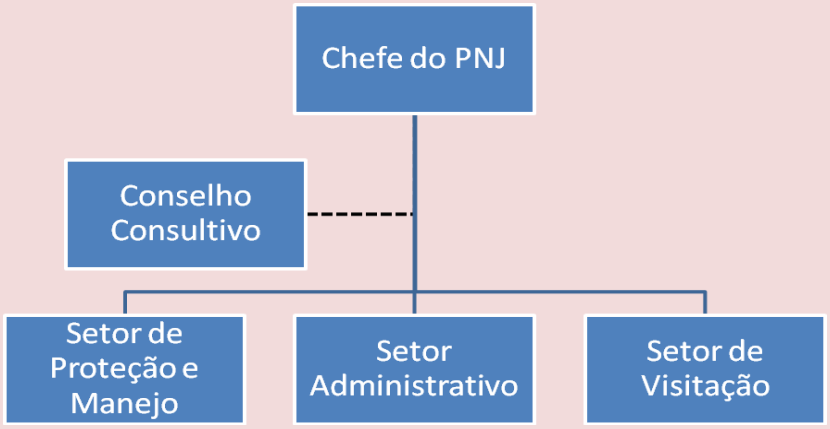
9) Avaliar o público visitante, no final da visita, por meio do preenchimento de um formulário ou de outros instrumentos que avalizem os conhecimentos adquiridos ou previamente existentes.

V – AGGI OPERACIONALIZAÇÃO INTERNA

1) Elaborar o Regimento Interno do PNJ.

- O Regimento Interno deverá contemplar: As normas administrativas; O horário de funcionamento da administração; As atribuições dos diferentes setores; Perfil das funções do organograma; Normas de ocupação das instalações; Padrão arquitetônico do PNJ, a ser seguido pelas novas construções ou em eventuais reformas das instalações já existentes; dentre outros.
- O Regimento será elaborado pelo Setor Administrativo e submetido à aprovação pelo ICMBio/sede de acordo com as normas vigentes.

2) Estruturar a administração do PNJ conforme o organograma a ser estabelecido no Regimento Interno, a saber:



3) Distribuir as tarefas conforme as atribuições de cada setor.

- Ficam estabelecidas para cada setor as seguintes atribuições:
  - Setor Administrativo: Administração de recursos humanos e financeiros; controle de patrimônio; manutenção de veículos e equipamentos; implantação e manutenção das instalações prediais e infraestruturas de acesso e facilidades; acompanhamento de convênios e cooperação bem como, contratos e serviços terceirizados; e atividades de logística.
  - Setor de Proteção e Manejo: Fiscalização; vistoria em empreendimentos, operações de patrulhamento; coordenação e execução de ações de recuperação e controle; acompanhamento de pesquisas e monitoramento; disseminação de alternativas de desenvolvimento para o entorno; elaboração de relatórios de fiscalização e informações de controle e monitoramento; monitoria da implementação do plano; e regularização fundiária.

V – AGGI OPERACIONALIZAÇÃO INTERNA

- Setor de Visitação: Relações públicas; educação e conscientização ambiental, comunicação social; interação com as comunidades do entorno; acompanhamento e coordenação das atividades de uso público; concessões; promoção de campanhas educativas; e divulgação da UC.

➢ Para as ações integradas, a exemplo da emissão de pareceres, deverão ser montados Grupos de Trabalho com pelo menos um responsável de cada setor envolvido.

➢ O Setor de Proteção e Manejo se encarregará de articular as atividades de monitoramento, controle e fiscalização integrados com a CPMA, SEMACE, APA de Tatajuba e APA da Lagoa da Jijoca, entre outros.

➢ Poderão ser criadas câmaras técnicas para dar suporte técnico às decisões do conselho consultivo e poderão ter caráter permanente.

4) Complementar o quadro funcional do PNJ para atender a demanda necessária.

➢ Esta demanda está definida no Quadro de Recursos Humanos necessários a seguir:

Setor	Cargo/Função	Quantidades			
		ns	**nm**	**te**	**pa**
Setor Administrativo	Analista Administrativo	01			
	Técnico Administrativo			01	
	Serviços Gerais e Manutenção (Limpeza)			03	
	Técnico de Informática			01	
	Vigilante Patrimonial			12	
Setor de Proteção e Manejo	Coordenador do Setor	01			
	Motorista e piloteiro (CNH e Arrais amador)		02		
	Serviços Gerais e Manutenção			04	
	Analista Ambiental/Fiscal	03			
	Especialista em SIG				01
	Estagiários	03			
	Voluntários	03			
Setor de Visitação	Coordenador do Setor	01			
	Técnico Ambiental (recepção, CV)		03		
	Estagiários	05			
	Voluntários	03	03		
		20	08	21	01
		50			

ns = nível superior; **nm** = nível médio; **te** = terceirizados; **pa** = parceiros

➢ Os Recursos Humanos previstos poderão ser supridos por remanejamento de funcionários do ICMBio e cedidos por concessionários, prefeituras, ONG e outras organizações, além dos prestadores de serviços voluntários e estagiários.

➢ Os funcionários cedidos, assim como os voluntários, estagiários e parceiros, trabalharão subordinados à administração do PNJ, respeitando as mesmas premissas a que estão sujeitos os funcionários do ICMBio.

5) Manter e consolidar a efetividade do Conselho Consultivo.

➢ Deverá ser garantida a participação do maior número possível de conselheiros, nas

V – AGGI OPERACIONALIZAÇÃO INTERNA

reuniões, com o uso de diversos meios de comunicação.

- Os conselheiros deverão ser constantemente sensibilizados da importância da sua participação nas reuniões.

5.1) Divulgar, para os conselheiros, a realização de cursos de capacitação, conforme previsto nesta AGGI.

5.2) Promover a revisão e adequação do Regimento Interno do Conselho.

5.3) Prever recursos para apoiar as reuniões do conselho.

- Os recursos se destinarão: ao transporte de conselheiros que vivem em locais mais isolados, para os dias de reunião; e à alimentação no dia da reunião.

6) Instalar infraestrutura necessária para a operacionalização do PNJ.

- Deverão ser ampliadas ou construídas novas estruturas, que passarão a funcionar como centro de visitante e Postos de Informação e Controle (PIC), conforme planejamento específico.
- Avaliar a viabilidade de aproveitamento das estruturas já existentes para as instalações

6.1) Desenvolver um projeto específico para a construção dessas infraestruturas, considerando a melhor localização para as mesmas conforme recomendação técnica.

- Deverá participar da avaliação dos projetos, um funcionário da coordenação de visitação do ICMBio/Sede.

7) Equipar as instalações do PNJ para o atendimento das necessidades e o bom funcionamento da Unidade.

- Os equipamentos a serem adquiridos deverão ser anualmente avaliados pela chefia da unidade e solicitados conforme necessidade.

7.1) Ampliar e atualizar, sempre que necessário, os equipamentos de informática do PNJ.

8) Adquirir os seguintes veículos:

- Um veículo com tração 4x4, com cabine de fibra de vidro (anticorrosiva).
- Três veículos com tração 4x4.
- Quatro quadriciclos ou motos.
- Bote inflável com fundo de fibra de vidro e motor 50HP (4 tempos), com carreta.
- Barco de alumínio com motor elétrico para fiscalização no manguezal.

V – AGGI OPERACIONALIZAÇÃO INTERNA

8.1) Adotar providência para o licenciamento dos veículos do PNJ, com especial atenção aos quadriciclos (Resolução CONTRAN № 205/2006).

8.2) Instalar nos quadriciclos de propriedade do PNJ os itens obrigatórios (lanternas, faróis, luz de freio, piscas, espelhos retrovisores e suporte de placa com iluminação).

8.3) Adquirir capacetes para os condutores e demais usuários dos quadriciclos.

- Os condutores dos quadriciclos deverão ser habilitados e usar capacete.

8.4) Planejar recursos para a manutenção periódica desses veículos.

9) Promover treinamentos para os funcionários do PNJ.

- Deverão ser abordados os seguintes temas: Relações públicas, comunicação e marketing; Prevenção e combate a incêndios; Primeiros socorros e ofidismo; Conserto de veículos (mecânica básica); Operação de equipamentos de comunicação; Legislação ambiental; Línguas estrangeiras; Identificação de alterações e/ou evolução da paisagem; Orientação ao público sobre a legislação; Educação ambiental; Gestão sócio-ambiental; Cartografia; Ecologia e conservação dos recursos naturais; Utilização de GPS (*Global Positioning System*); Planejamento e elaboração de projetos; Procedimentos administrativos (licitações, gerenciamento de documentação etc), visitação, ecoturismo e Informática.
- Os funcionários que passarem pelos treinamentos deverão garantir a disseminação dos conhecimentos adquiridos para os demais funcionários e conselheiros.
- Poderão ser identificados no quadro funcional do ICMBio, funcionários com conhecimentos específicos, acima indicados, para auxiliar na realização dos cursos.
- Em todo treinamento as vagas disponíveis deverão ser priorizadas para servidores do quadro do ICMBio.
- Deverá ser solicitado o auxílio do Corpo de Bombeiros, universidades da região, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Ministério Público e órgãos governamentais.
- Sempre deverá ser incentivada e motivada a participação dos funcionários do PNJ em cursos oferecidos por estas instituições.
- Os funcionários responsáveis pela fiscalização deverão ser treinados para que, além da fiscalização, exerçam uma atividade educativa e de orientação.

9.1) Garantir fomento para o treinamento dos conselheiros.

10) Garantir a participação dos funcionários em congressos, encontros e simpósios

V – AGGI OPERACIONALIZAÇÃO INTERNA

científicos, visando a divulgação do PNJ e obtenção de conhecimento técnico para o planejamento e gestão ambiental.

- Deverá ser estruturado um cronograma anual desses eventos.
- O Chefe da UC designará um funcionário para representar o PNJ nesses eventos.
- Os funcionários elencados para a participação nesses eventos deverão apresentar os resultados para os demais funcionários e nas reuniões do conselho.

11) Promover palestras periódicas, ministradas pelos funcionários do PNJ ou convidados.

- Deverão ser estabelecidas datas e temas, conforme especialidade do palestrante.
- As palestras deverão ser abertas ao público.
- Todo pesquisador, que tenha executado estudos no PNJ ou entorno, deverá apresentar os seus resultados por meio dessas palestras, e com linguagem acessível;
- As palestras deverão ser divulgadas por variados meios de comunicação, como: grupos de mensagens, pela homepage do PNJ, pela homepage das instituições dos conselheiros, rádios comunitárias, e informes escolares, dentre outros.

12) Estabelecer as escalas de trabalho e plantão no PNJ, para atendimento ao público.

- As escalas de trabalho e plantão deverão ser oficializadas, prevendo folgas compensatórias para trabalhos extras.

13) Providenciar uniformes para o desempenho das atividades laborais.

- Os uniformes deverão ser fornecidos semestralmente.
- Os prestadores de serviço, terceirizados, estagiários e voluntários deverão usar uniforme.

13.1) Providenciar crachás para os funcionários, prestadores de serviço, terceirizados, estagiários e voluntários.

- Os crachás deverão conter nome, foto e número do documento de identificação pessoal, identificação funcional, além do logotipo do PNJ e do ICMBio.

14) Estabelecer TAC com pescadores e famílias com ocupações no interior do PNJ.

- Os TAC de regularização deverão apresentar os prazos para a adequação das ocupações e atividades não ordenadas.
- Deverão conter requisitos, a serem estabelecidos para cada uma das atividades, contando com a participação dos envolvidos.
- Ao longo do processo de estabelecimento do TAC junto aos pescadores, deverão estar envolvidas: a Capitania dos Portos e as Colonias de Pesca.

V – AGGI OPERACIONALIZAÇÃO INTERNA

- Deverá ser analisada a possibilidade de formalização e inclusão do atual acordo de pesca no TAC, nos moldes existentes ou com ajustes baseados em discussão com a comunidade de pescadores.

14.1) Buscar envolvimento com o Ministério Público para o estabelecimento dos TAC.

14.2) Vincular o salvamento da biota acompanhante nas redes de arrasto ao TAC dos pescadores.

15) Elaborar projetos básicos e implantar as infraestruturas necessárias à gestão no PNJ.

- Os projetos deverão contemplar minimamente as seguintes estruturas:
  - Residências funcionais.
  - Alojamentos para policiais.
  - Alojamentos (colaboradores, voluntários, pesquisadores, etc.)
  - Sede administrativa
  - Auditório

15.1) Desenvolver projetos específicos de: sinalização, folheteria, interpretação (exposição e outros meios interpretativos) manual de identidade visual, material de divulgação bilíngue.

15.2) Promover periodicamente a remoção, limpeza, mudança ou renovação das placas.

- Deverão ser previstos recursos para a instalação da sinalização e para sua manutenção e troca periódica.

15.3) Demarcar o perímetro marinho do PNJ com sinalização náutica.

15.4) Contatar a marinha para que sejam identificados, nas cartas náuticas, os limites marinhos do PNJ e os usos determinados nas AEI marinhas.

16) Delimitar e cercar o PNJ ao longo do seu limite terrestre.

- Elaborar projeto específico para o cercamento.

16.1) Instalar sistemas mata-burro nas principais vias de acesso cercadas.

17) Prever atividades de coleta de lixo no interior do PNJ.

- Todo lixo gerado no interior do PNJ deverá ser destinado para local adequado, fora de seus limites

17.1) Vincular a coleta de resíduos gerados em atividades terceirizadas ou licenciadas atribuindo sua responsabilidade aos parceiros habilitados, envolvidos em atividades

devisitação.

- Essa atividade deverá constar como norma nos acordos, contratos e portarias de concessão, terceirização ou TAC.

18) Implementar projeto Agenda Ambiental na Administração Pública A3P na sede do PNJ.

18.1) Criar e regulamentar a comissão da A3P.

- A comissão deverá envolver servidores de diferentes setores.

18.2) Elaborar um diagnóstico da situação.

- Deverão ser identificados pontos críticos e procedimentos, avaliando-se os impactos ambientais e os desperdícios gerados.

18.3) Definir projetos e atividades, atribuindo prioridades para atividades de maior urgência e relevância.

- Deverá ser feito um planejamento integrado, envolvendo colaboradores de outras instituições.

18.4) Prever a instalação de uma composteira na sede do PNJ, no âmbito do projeto A3P.

18.5) Prever a coleta seletiva, de lixo seco e orgânico, nas instalações da sede do PNJ.

19) Garantir, por parte das prefeituras municipais, a coleta periódica dos resíduos nos locais indicados pelo PNJ e solicitar que a mesma seja intensificada em épocas de alta temporada.

19.1) Estabelecer os locais de coleta no PNJ e repassar às prefeituras.

20) Proceder à regularização fundiária do PNJ.

- O registro de imóvel deverá ser solicitado ao Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará (IDACE).
- A documentação das terras deverá ter uma cópia autenticada arquivada no PNJ, estando disponível para eventuais consultas.

20.1) Articular com a Assembléia Legislativa do Ceará, a efetivação da doação das terras do PNJ, transferindo-as para a União/ICMBio por meio de Lei Estadual.

20.2) Proceder à desocupação das terras comprovadamente de propriedade pública, e ocupadas indevidamente.

- A Procuradoria do ICMBio deverá ser consultada, após a obtenção de toda a

V – AGGI OPERACIONALIZAÇÃO INTERNA

documentação das terras, para orientar como proceder para a desocupação das áreas ocupadas indevidamente.

- A população residente no Parque deverá ser realocada gradativamente e durante este processo deverá ser desenvolvido um projeto de realocação, que contemple o monitoramento das famílias.

20.3) Fazer um cadastro de todas as famílias e ocupações situadas na poligonal do PNJ.

20.4) Negociar com o INCRA, a resolução de conflito institucional a respeito da sobreposição de terras, conforme previsto nas AEI Assentamento e Mangue Seco.

- Deverá ser estudada a possibilidade de se estabelecer uma portaria conjunta com diretrizes de uso dessa região de sobreposição.

20.5) Proceder anualmente a monitoria da execução do plano de manejo fazendo os ajustes necessários e após três anos de sua aprovação monitorar a sua efetividade para a UC.

- As recomendações do Roteiro Metodológico de Planejamento sobre a monitoria deverão ser observadas.
- Quando os ajustes necessários apresentarem alterações significativas na programação do plano de manejo, a monitoria deverá contar com a assistência da CPLAM e resultará em uma portaria da Presidência do ICMBio para sua aprovação.

21) Estabelecer sistema de circulação interna concentrando o fluxo de veículos a partir do PIC Preá.

- Prever meios e ações de adaptação ou correção desta e das demais vias de circulação de veículos.

21.1) Planejar ações de realocação e manejo dos balizadores e trilhas no caso das dunasse aproximarem ou atingirem o eixo da trilha.

21.2) Definir, com base em pesquisa e monitoramento, o melhor traçado para as vias de acesso do PNJ.

21.3) Prever meios para a extinção da trilha de acesso pela Vila do Guriú e Barra do Rio Guriú, como forma de proteger a vida silvestre do manguezal e as desovas de tartaruga marinha que ocorrem frequentemente no local.

22) Estabelecer um sistema de transporte coletivo conforme estudo de viabilidade

4.7.1.2 Ações Gerenciais Gerais Externas (AGGE) do Parque Nacional de Jericoacoara.

I – AGGE PROTEÇÃO

1) Estabelecer um sistema de fiscalização para a área proposta como Zona de Amortecimento (ZA).

- O sistema de fiscalização da área proposta como ZA deve ser implantado com a finalidade de minimizar os impactos sobre a UC e assegurar o cumprimento de todas as normas de uso indicadas neste Plano de Manejo e na legislação vigente.
- As equipes de fiscalização deverão trabalhar em sistema de revezamento e em atividades e rotas integradas ao sistema de fiscalização do interior do PNJ.
- Periodicamente uma equipe de no mínimo duas pessoas deverá percorrer as áreas abrangidas pela proposta de Zona de Amortecimento, com estratégia a ser definida de acordo com programação estabelecida pelo Setor de Proteção e Manejo.
- Os fiscais deverão ser treinados para que, além da fiscalização, exerçam uma atividade educativa e de orientação à população do entorno.
- Todos os funcionários envolvidos com a fiscalização deverão usar uniforme conforme definido pelo ICMBio e portar identificação pessoal e funcional.
- Deverá ser buscado apoio de instituições parceiras para a fiscalização desta área
- A fiscalização na área proposta para a Zona de Amortecimento do PNJ deverá priorizar:
    - O combate à caça e ao extrativismo desordenado.
    - O controle de atividades poluentes nas propriedades vizinhas.
    - O cumprimento de exigências ambientais e da legislação relativa às APP, ao uso de agrotóxicos, às Reservas Legais, entre outras.
    - O cumprimento das normas ambientais e de uso e ocupação da terra na Zona de Amortecimento, principalmente, por parte das propriedades lindeiras.

2) Monitorar a criação extensiva de animais domésticos nos limites da UC, de modo a evitar sua entrada e permanência na Unidade.

- Os criadores de rebanhos bovinos, caprinos e suínos deverão ser orientados para a necessidade de retirada desses animais do interior do PNJ.

3) Orientar os moradores com propriedades lindeiras ao PNJ sobre o uso do fogo e sobre os procedimentos de licenciamento para tal.

- Quando tais procedimentos forem ocorrer, solicitar que os mesmos sejam agendados e acompanhados pelo Setor de Proteção e Manejo do PNJ.

4) Avaliar a integridade da área proposta como Zona de Amortecimento através de

I – AGGE PROTEÇÃO

sobrevoos programados, com apresentação de relatórios, registros e indicação de programas ou medidas de manejo.

4.1) Articular o sobrevoo como convênio de parceria com as empresas dotadas de passivos ambientais junto à Coordenação Regional 5 (CR-5).

5) Estabelecer parceria com a Polícia Militar para fins de fiscalização das áreas do entorno.

- Deverão ser realizadas reuniões periódicas com a Polícia Militar para avaliar as atividades de proteção e planejar novas estratégias de atuação.

6) Buscar junto ao Ministério Público, quando pertinente, os meios para se fazer cumprir as leis ambientais na região, assim como as normas deste Plano de Manejo.

7) Registrar no relatório previsto na AGGI Proteção e Manejo as ocorrências verificadas na área proposta para ZA.

8) Estabelecer um programa para efetivar as Reservas Legais nas propriedades localizadas na área proposta para a Zona de Amortecimento.

- O programa deverá divulgar as normas e legislações pertinentes para o estabelecimento das Reservas Legais.
- O Ministério Público poderá ser chamado para efetuar um TAC entre os proprietários rurais e o IBAMA, a fim de legalizar a situação irregular perante o Código Florestal.

8.1) Viabilizar o programa por meio de parceria com universidades e instituições ambientais, dentro da proposta de realizar atividades de extensão.

- Deverão ser observados os corredores ecológicos e as áreas prioritárias, visando a conectividade de fragmentos ecológicos.

9) Delimitar no SIG as APP.

- Deverá ser solicitado apoio ao Centro de Sensoriamento Remoto (CSR), bem como de instituições parceiras, para o desenvolvimento desta atividade.

9.1) Verificar a conformidade das propriedades urbanas e rurais com relação ao que preconiza o Código Florestal.

- A verificação deve ser feita com uso de imagens de satélite recentes e com checagem em campo.

9.2) Informar aos proprietários acerca do estado de proteção e da necessidade da recuperação e manutenção das APP.

9.3) Criar estratégias para notificar e autuar os proprietários que não adequarem suas

I – AGGE PROTEÇÃO

propriedades à legislação ambiental vigente.

- As notificações e autuações deverão ocorrer em parceria com a Polícia Militar e contar preferencialmente com a presença de promotores do Ministério Público.

9.4) Identificar ainda, nesse processo, áreas potenciais para recuperação ambiental.

10) Desenvolver e implementar um projeto de sinalização informativa e indicativa sobre o PNJ à serem instaladas principalmente nas vias de acesso e áreas lindeiras.

10.1) Promover periodicamente a remoção, mudança ou renovação das placas de sinalização.

11) Estabelecer convênio institucional entre ICMBio e órgãos municipais, com o intuito de efetivar a gestão e proteção da área proposta para a Zona de Amortecimento.

- Os convênios deverão prever o acompanhamento de emissão de licenciamentos ambientais para o estabelecimento de empreendimentos industriais, agrícolas e turísticos; a aplicação do Código Florestal quanto ao impedimento do uso e ocupação das Áreas de Preservação Permanente e quanto à averbação da Reserva Legal; e o cumprimento das exigências legais determinadas pela legislação ambiental na implantação das atividades potencialmente poluidoras tais como posto de combustível, matadouros, indústrias e outros.

12) Monitorar a qualidade da água e a biota nas proximidades dos tanques de carcinicultura do Guriú.

13) Fazer gestão junto às prefeituras de Camocim e Jijoca de Jericoacoara para a instalação de pontes e vias de acesso com mínima interferência com os ambientes de mangue nas travessias para o Parque.

14) Emitir pareceres a respeito de atividades em licenciamento na Zona de Amortecimento do PNJ

14.1) Designar um funcionário do Setor de Proteção e Manejo para analisar estudos e emitir pareceres.

15) Comunicar oficialmente à SEMACE da obrigatoriedade do parecer ou da manifestação da Chefia do PNJ quando do licenciamento de empreendimentos no seu território e área circundante.

II – AGGE PESQUISA E MONITORAMENTO

1) Monitorar as áreas desmatadas, Áreas de Proteção Permanente e Reservas Legais averbadas.

- Serão identificadas e quantificadas as áreas desmatadas para acompanhar o processo de recuperação e/ou verificar a reincidência de impactos.
- Serão analisados dados cartográficos, de sensoriamento remoto e registros documentados num período histórico de, pelos menos, 10 a 15 anos, quando disponível.

1.1) Levantar em cartório as Reservas Legais já averbadas e identificá-las no SIG do PNJ.

- Os monitoramentos deverão ser feitos através de parcerias com Universidades ou outras instituições afins.

1.2) Indicar as áreas mapeadas como potenciais para recuperação à SEMACE e IBAMA, para que sejam áreas prioritárias ao reflorestamento compensatório ou reposição florestal previsto na Portaria MMA № 06 de 15 de dezembro de 2006.

2) Oferecer infraestrutura básica do PNJ para o desenvolvimento de pesquisas na área proposta para a ZA.

- Os alojamentos do PNJ poderão estar disponibilizados como estrutura de apoio à pesquisa, de acordo com as prioridades da UC e mediante autorização do chefe do PNJ.
- Terão prioridade na utilização das instalações os pesquisadores que estiverem desenvolvendo trabalhos que tragam benefícios diretos ou indiretos à conservação do PNJ ou temas indicados neste Plano de Manejo.

3) Incentivar o desenvolvimento de estudos na ZA do PNJ com os seguintes enfoques:

- Definição de um número limite para a pecuária (caprino e ovino) e agricultura de subsistência.
- Esse estudo deverá considerar o mínimo impacto sobre a compactação das dunas e degradação dos ecossistemas de restinga.
- Dinâmica de uso e ocupação da terra.
- Variação sazonal da produtividade primária marinha na região do PNJ.
- Análise da conectividade funcional do PNJ com outras áreas na região;
- Estudos sobre biodiversidade e paisagem no entorno visando ampliação da UC ou identificação de corredores ecológicos;
- Levantamento florístico na Zona de Amortecimento.

II – AGGE PESQUISA E MONITORAMENTO

- Origem das populações locais e fluxos.
- Relações e conhecimentos das populações locais com a fauna e a flora (nativa e introduzida).
- Aprofundamento da história da ocupação da região e de seus impactos ambientais.
- Levantamento detalhado sobre as tradições populares (reisado, serestas, etc) a fim de embasar ações de resgate na escola e na rua.
- Cálculo de indicadores econômicos do turismo: PIB turismo municipal e multiplicador econômico.
- Monitoramento do fluxo e a qualidade da experiência turística.
- Estudo de viabilidade socioeconômica e ambiental das alternativas para alavancar o desenvolvimento do turismo.
- Motivações relacionadas com a implementação de negócios na Vila de Jericoacoara e comportamentos relacionados com a sustentabilidade.
- Vetores de crescimento demográfico.
- Tendências de crescimento econômico.
- Consequências ou efeitos negativos de atividades humanas desenvolvidas nessas áreas.
- Avaliação do grau de intensidade de atividades antrópicas sobre a UC.
- Identificação de formas de ocupação da terra e de intervenções causadoras de um menor grau de alteração.
- Visão das comunidades locais sobre o PNJ.
- Mapeamento da cobertura vegetal, classificando as áreas mais degradadas e conservadas e relacionando-as com o tipo de ocupação antrópica.
- Identificação de ambientes naturais que apresentam maior fragilidade.
- Biologia de espécies raras, ameaçadas e endêmicas do entorno.

4) Encaminhar à Diretoria de Conservação da Biodiversidade (DIBIO) do ICMBio/sede toda informação resultante de pesquisas obtidas pelo PNJ, com o objetivo de manter o controle, registro e atualização do banco de dados.

- Todos os pesquisadores que solicitarem, terão acesso às informações armazenadas no banco de dados, com prévia autorização.

5) Avaliar a viabilidade de remanescentes de ambientes naturais, para sua conversão em Corredores Ecológicos que se integrariam aos esforços de proteção da UC.

- Para a identificação desses corredores, deverão ser desenvolvidos projetos

II – AGGE PESQUISA E MONITORAMENTO

específicos.

6) Realizar análise dos aspectos socioculturais envolvidos com as atividades produtivas.

6.1) Analisar meios de evidenciar o potencial cultural da produção da tapioca, mocororó, cajuína, entre outros produtos artesanais locais, como subsídios à descentralização do turismo na Vila de Jericoacoara.

7) Identificar as áreas do entorno com potencial para criação de RPPN (Reserva Particular do Patrimônio Natural) e estimular a criação dessas reservas.

- Os proprietários receberão informações sobre os benefícios advindos da criação de RPPN e potenciais fontes de financiamento para a implementação de tais UC.
- O PNJ poderá incentivá-los a contratar mão-de-obra local como forma de se engajar ao processo de desenvolvimento, a partir da figura das áreas protegidas.

7.1) Sugerir a conversão das Reservas Legais do assentamento do Mangue Seco em RPPN.

7.2) Propor a substituição da reserva legal do assentamento do Guriú (próximo ao Córrego da Forquilha II) por uma área adjacente ao Parque e contígua às outras duas reservas legais.

7.3) Orientar a averbação das RL de forma a constituírem corredores ecológicos e criar outras UC.

7.4) Desenvolver atividades de interpretação da restinga arbórea e *birdwatching* nessas áreas.

III – AGGE SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL

1) Elaborar e implementar um programa de sensibilização ambiental para as comunidades do entorno do PNJ.

- O programa deverá ser elaborado pelos técnicos do PNJ, do Setor de Proteção e Manejo, contando com o apoio de especialistas de instituições parceiras.
- O objetivo principal do programa é conscientizar a população com relação à importância da preservação do PNJ.
- Deverão ser considerados no planejamento das ações de sensibilização ambiental os seguintes passos:

III – AGGE SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL

- Identificação do público alvo.
- Identificação dos objetivos ou resultados esperados para cada público.
- A escolha do tema a ser trabalhado.
- Seleção de atividades, meios e técnicas a serem utilizados na transmissão da mensagem.
- Avaliação dos resultados por meio de indicadores.
- Avaliação da necessidade de reformulação das normas.

➢ O programa deverá contemplar as seguintes questões socioambientais:

- Reciclagem de lixo para geração de renda.
- Campanhas educativas contínuas.
- Pescas de arrasto e seus impactos.
- Diagnóstico sócio ambiental.
- Incentivo à pesquisa e extensão desenvolvida dentro do PNJ com resultados positivos.
- Levantamento dos trabalhos realizados e a serem realizados na região.

1.1) Identificar parceiros, como as secretarias de educação municipal e estadual, secretarias de meio ambiente, ONG, universidades e empresas de comunicação para elaboração e implantação do programa.

1.2) Definir ações que visem mudanças de comportamento do público-alvo em prol da conservação do ambiente e do seu envolvimento na proteção do PNJ.

1.3) Avaliar o programa periodicamente, visando corrigir eventuais lacunas e distorções na sua implementação.

1.4) Manter a integração dos residentes do PNJ a este programa, especialmente no que tange à Legislação Ambiental, visando a correta utilização e a conservação dos recursos naturais.

➢ As atividades de sensibilização ambiental nos povoados do Mangue Seco e Guriú deverão ser desenvolvidas em comum acordo com suas respectivas lideranças locais.

1.5) Promover debate junto à população, ao longo das atividades de sensibilização ambiental, sobre o atual acordo informal de defeso.

1.6) Promover mais estudos com o objetivo de rever o período do acordo de defeso.

1.7) Promover um curso de formação, na área ambiental, para gestores do município e

III – AGGE SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL

professores, voluntários e auxiliares da área científica.

1.8) Promover cursos preparatórios e capacitação nas comunidades, para formação de multiplicadores.

1.9) Divulgar práticas e atividades econômicas sustentáveis (horta orgânica, plantio de arvores nativas/frutíferas etc);

- Programa deve conter no mínimo noções de saneamento básico (para coleta, armazenamento e disposição de lixo, tratamento de água e esgoto).

1.10) Estruturar o programa de sensibilização ambiental para o atendimento dos seguintes temas:

- Histórico da criação do PNJ e seus objetivos.
- Importância do patrimônio histórico-cultural do PNJ.
- Importância dos espaços protegidos, em termos ambientais, socioculturais, históricos e econômicos.
- Atividades permitidas, normas e uso do espaço em Unidades de Proteção Integral.
- Valores ambientais protegidos pelo PNJ.
- Relevância ambiental do PNJ, frente ao seu status nacional de conservação.
- Normas estabelecidas para a UC.
- Informação sobre as pesquisas desenvolvidas no PNJ, suas funções e objetivos.
- Meios de participação da comunidade nas atividades de proteção.
- Pesca, caça, lixo, água, e demais relações antrópicas que causem impacto a natureza.
- Alternativas econômicas de desenvolvimento sustentável.
- Tecnologias e técnicas de produção sustentáveis.
- A importância da proteção dos recursos hídricos e a legislação que rege seu uso.

2) Elaborar e editar caderno sobre Legislação Ambiental e os Planos e Programas Governamentais.

2.1) Distribuir este material entre os moradores da Zona de Amortecimento.

- A linguagem contida no caderno considerará o nível médio de escolaridade dos cidadãos locais e sua capacidade de entendimento quanto aos textos e ilustrações.

III – AGGE SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL

- Deverão ser consideradas na formulação dos cadernos as peculiaridades do município direcionando a legislação de acordo com o problema identificado.

2.2) Contatar a Procuradoria do ICMBio para a formulação e edição desse caderno

3) Planejar campanhas de conscientização e divulgação do meio ambiente.

- O calendário comemorativo poderá ser utilizado para a seleção de temas para as campanhas (ex: dia mundial da água, dia mundial dos animais, dia internacional do meio ambiente, aniversário do PNJ, entre outros).
- A divulgação das campanhas deverá ser articulada junto às prefeituras e secretarias municipais.
- As campanhas deverão ser realizadas em conjunto com atividades comunitárias, contemplando gincanas, atividades esportivas, degustação, culinária, exposição, feiras, entre outros.

3.1) Elaborar projetos educativos e de divulgação do Parque, junto com secretarias de educação do Estado e dos Municípios.

3.2) Realizar parceria com entidades locais para implantar projetos de sensibilização, divulgação e comunicação.

3.3) Agregar os valores ambientais por meio dos esportes e atividades recreativas.

- Essas atividades deverão ser planejadas junto às escolas, nas suas atividades de educação física e eventos recreativos.

4) Obter cópias de vídeos e folhetos, sobre os temas: água, lixo, saneamento básico, tráfico de animais, queimadas controladas, Áreas de Preservação Permanente, Reservas Particulares do Patrimônio Natural, Unidades de Conservação, entre outros.

- Os vídeos deverão ser divulgados como atividade prevista no programa de comunicação e educação ambiental.

5) Desenvolver o *site* do PNJ na *homepage* do ICMBio.

- O site deverá ser desenvolvido em, pelo menos, inglês, espanhol, italiano e francês, além da língua portuguesa.

5.1) Disponibilizar a lista das pesquisas prioritárias nesse site.

5.2) Disponibilizar também, fotos e mapas do PNJ e o Plano de Manejo.

5.3) Divulgar, no site, o telefone, endereço do PNJ e demais contatos para denúncias, bem como, informações sobre reservas para atrativos, procedimentos, normas de visitação,

III – AGGE SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL

entre outras informações pertinentes.

6) Adotar meios de divulgação e comunicação diversificados e atuais.

- O funcionário responsável pelas atividades de divulgação do PNJ ficará encarregado de atualizar os informativos.

6.1) Criar um grupo de discussões online.

6.2) Cadastrar e divulgar endereços de mensagens instantâneas para o PNJ.

- Poderá ser utilizado o programa Skype®.

6.3) Criar um informe periódico e divulgar as ações e notícias nos meios de comunicação do PNJ.

7) Confeccionar publicações (folhetos, livros, cartilhas, etc), sobre o PNJ, divulgando seus objetivos, normas e zoneamento do PNJ, assim como, o horário, os procedimentos para visitação da sede, as características ambientais relevantes, os mapas e os trabalhos já realizados.

- O folheto deverá ter uma tiragem correspondente à ampla divulgação desse tema.
- Sua distribuição poderá ocorrer ao longo das campanhas de conscientização.

8) Articular com instituições de pesquisa e ensino locais o fornecimento de publicações sobre alternativas econômicas de desenvolvimento sustentável.

- As potencialidades da região deverão ser divulgadas nesse folheto.
- A apresentação desse folheto deverá ser simples e com linguagem adequada aos níveis de escolaridade da população do entorno, das distintas faixas etárias.
- Sua distribuição poderá ocorrer nas escolas e durante as atividades educativas desenvolvidas pelo PNJ.

9) Designar um técnico como responsável pela coordenação da sensibilização ambiental, dentro do Setor de Proteção e Manejo.

10) Realizar atividades de educação ambiental, envolvendo as escolas e as comunidades locais.

- Consultar os professores das escolas quanto ao seu interesse em se envolver em eventos de atualização e capacitação com o objetivo de atuarem como multiplicadores de educação e conscientização ambiental.
- Realizar cursos de capacitação de promotores ambientais, voluntários para atuação nas atividades da UC.

III – AGGE SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL

- Fazer capacitação de agentes multiplicadores (professores diretores de escola, agentes de saúde).

11) Colaborar no treinamento e na capacitação em educação ambiental de pessoal e professores da rede escolar.

11.1) Contatar as diretorias das escolas municipais apresentando uma proposta de curso para capacitação.

11.2) Buscar apoio na prefeitura para a realização desses cursos.

12) Incentivar a realização de eventos voltados para a sensibilização ambiental.

- Deverá ser garantida a presença de funcionários ou voluntários do PNJ nesses eventos.
- Esses eventos poderão ser gincanas, concursos de redação e de desenhos, mutirão de limpeza, dentre outros.
- Poderão ser atribuídos prêmios e certificados para os participantes desses eventos.

12.1) Estimular, junto à prefeitura municipal, a realização de eventos municipais nas datas comemorativas ligadas ao meio ambiente e pertinentes ao contexto do PNJ.

13) Estimular a mobilização popular para a criação de associações e outras formas organizacionais de defesa da UC e dos recursos ambientais locais.

13.1) Fazer parcerias com instituições governamentais e não-governamentais com essa finalidade.

14) Difundir a importância e o papel da Agenda 21 no desenvolvimento local em consonância com a proteção ambiental inclusive como fonte de recursos para várias iniciativas municipais.

15) Desenvolver campanhas de coleta seletiva do lixo e saneamento básico, em conjunto com as comunidades.

- Os procedimentos de coleta seletiva previstos para o PNJ deverão servir como modelo nas atividades de conscientização ambiental.

15.1) Articular parcerias para a execução dessa atividade.

16) Promover reuniões com a comunidade do PNJ para sensibilizá-la quanto à importância da proteção dos ecossistemas costeiros.

- Deverá ser divulgada a existência dos programas de zoneamento e

III – AGGE SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL

gerenciamento costeiro.

- As alternativas de desenvolvimento econômico sustentável, utilizadas nesse bioma.

17) Promover reuniões abertas para divulgação do Plano de Manejo, dos limites do PNJ, das normas e usos permitidos.

- Essa divulgação ocorrerá através de meios de comunicação escrito, falado e eletrônico, em parceria com o município, Governo do Estado, IBAMA e iniciativas privadas.
- A divulgação também deverá ser feita junto aos órgãos estaduais e municipais.
- Nessas reuniões serão divulgados o zoneamento e as restrições que constarão da regulamentação do uso e ocupação do PNJ.
- O Ministério Público e a SEMACE deverão ser envolvidos nas reuniões abertas promovidas pelo PNJ.

17.1) Resgatar as pesquisas socioeconômicas junto às comunidades, apresentado o resultado desse diagnóstico como forma de dar ciência e retorno dessa pesquisa para a população.

18) Divulgar informações sobre a proibição ou regulamentação das atividades de caça, pesca, coleta de material biológico e extração de espécies vegetais na natureza, por meio de:

- Folhetos.
- Campanhas nas rádios locais.
- Visitas aos moradores.

19) Desenvolver uma campanha para aproveitar os resíduos orgânicos oriundos dos cultivos agrícolas e criação de bovinos, praticados nas propriedades rurais.

19.1) Integrar essa iniciativa com as atividades de agricultura orgânica, a serem disseminadas no PNJ.

20) Realizar atividades de divulgação do PNJ e de informações ambientais em veículos como rádio e TV.

- Deverão ser divulgados, ainda, os horários de funcionamento do PNJ.

21) Estabelecer mecanismo de comunicação com as comunidades do entorno para esclarecimento de dúvidas e procedimentos relativos à regularização fundiária, visitação, atividades de licenciamento, fiscalização, entre outros.

IV – AGGE INTEGRAÇÃO EXTERNA

1) Articular com as outras unidades de conservação regionais e a Coordenadoria Regional (CR-5) uma gestão compartilhada.

- Dentre as unidades de conservação, considerar em especial:
  - APA de Tatajuba.
  - APA da Lagoa da Jijoca.
  - Parque Ecológico de Acaraú.

1.1) Estimular e participar das iniciativas para promover a integração da gestão do PNJ com a gestão das Unidades do seu entorno constituindo um mosaico conforme determina o artigo 26 do SNUC.

1.2) Firmar parceria com essas UC para o desenvolvimento conjunto de atividades no tocante a pesquisa, monitoramento, sensibilização ambiental, entre outros temas de interesse.

1.3) Articular para que o Conselho Consultivo das unidades da região tenham representantes da outra.

2) Fazer gestão, junto às Prefeituras Municipais de Jijoca de Jericoacoara e Cruz, para a implantação do sistema de resíduos sólidos para o município e para o abastecimento de água, de forma adequada nas comunidades do entorno.

- O sistema de gestão de resíduos sólidos deverá contemplar as ações e estruturas previstas para este programa na AGGI Operacionalização.

3) Promover a cooperação interinstitucional de modo a obter apoio para o PNJ.

3.1) Agendar visitas periódicas às prefeituras, secretarias municipais e estaduais, órgãos de extensão rural, instituições de pesquisa, universidades, entre outros, na tentativa de estabelecer convênios e parcerias.

3.2) Formalizar convênios, acordos técnicos e outros instrumentos com instituições públicas e privadas, a exemplo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Secretarias de Agricultura, Universidades, ONG e associações.

- O convênio com essas instituições deverá visar o apoio para a elaboração de pesquisas, implementação de atividades em parceria, captação de recursos financeiros e para assegurar pessoal capacitado.
- O foco principal desses convênios deverá ser o estabelecimento de medidas

IV – AGGE INTEGRAÇÃO EXTERNA

alternativas e sustentáveis do uso dos recursos naturais no PNJ.

3.3) Solicitar às instituições conveniadas, a apresentação de palestras sobre o portfólio de projetos dessas instituições.

- Essas palestras deverão ocorrer preferencialmente nas reuniões do conselho, para que sejam debatidas as possibilidades de inclusão do PNJ no portfólio de projetos das instituições.
- O potencial de beneficiamento de frutos silvestres, melhoria no manejo da pesca e o beneficiamento do coco, deverão ser debatidos nessas palestras.

4) Participar dos eventos municipais como exposições, feiras e atividades de caráter educativo e informativo.

- Essa ação deverá estar vinculada e articulada com as atividades previstas de comunicação, educação e conscientização ambiental.

4.1) Deixar preparado um kit de exposição com materiais apreendidos, banners, folders, e outros materiais de divulgação do PNJ.

4.2) Providenciar brindes sobre o PNJ, para sorteio nesses eventos.

4.3) Incentivar a promoção de festivais e cultura popular.

4.4) Estimular, junto à prefeitura municipal, a realização de eventos municipais nas datas comemorativas ligadas ao meio ambiente e pertinentes ao contexto do PNJ.

5) Estabelecer convênio institucional entre ICMBio e órgãos estaduais e municipais, com o intuito de efetivar a gestão e proteção do PNJ, no que se refere ao:

- Acompanhamento de emissão de licenciamentos ambientais para o estabelecimento de empreendimentos industriais, agrícolas e turísticos.
- À aplicação do Código Florestal quanto ao impedimento do uso e ocupação das Áreas de Preservação Permanente e quanto à averbação da Reserva Legal.
- Cumprimento das exigências determinadas pela legislação ambiental na implantação das atividades potencialmente poluidoras tais como posto de combustível, oficinas mecânicas e postos de beneficiamento de pescados.

6) Manifestar apoio operacional, logístico ou técnico para o fortalecimento da Rota das Emoções.

7) Solicitar à Rede Tucuns, a inclusão das comunidades do entorno, no seu portfólio de visitação.

IV – AGGE INTEGRAÇÃO EXTERNA

- Deverá ser valorizada a atividade de pesca artesanal, produção de derivados do caju e mandioca, além dos artesanatos em renda.

8) Articular com as prefeituras municipais a implantação de políticas públicas ou programas que viabilizem a logística do consumo de produtos locais, estimulando o consumo da cadeia produtiva local.

- Deverá ser prevista a redução de impostos e taxação, bem como, subsídios financeiros e tecnológicos para a valorização dos produtos locais.

9) Articular com as receitas municipais para que sejam fiscalizadas, notificadas e conscientizadas as empresas comerciais da região, em especial da Vila de Jericoacoara, de forma que sejam regularizadas sua situação fiscal e os municípios venham a arrecadar os tributos de direito.

9.1) Exigir que as empresas que utilizam o PNJ como atrativo ou objeto de negócios, esteja regularizada perante às juntas comerciais e que emitam regularmente notas fiscais.

9.2) Articular com as prefeituras para que parte das receitas advindas desses tributos, bem como, provenientes do ICMS Ecológico, sejam empregadas para melhoramentos ambientais na região.

V – AGGE OPERACIONALIZAÇÃO EXTERNA

1) Consolidar a efetividade do Conselho Consultivo.

- A elaboração do Regimento e do cronograma de ações do Conselho deverá ser estimulada.
- A realização das reuniões com o Conselho Consultivo deverá ser estimuladas.
- A participação do maior número possível de conselheiros deverá ser garantida.
- Deverão ser enviados convites e lembretes aos conselheiros antes das reuniões.
- A comunidade poderá ser convidada a participar das reuniões.

2) Articular com as outras UC regionais e a Superintendência Estadual a criação de um Fundo Monetário Ambiental para aplicação de recursos na região.

3) Promover a cooperação interinstitucional de modo a obter apoio para o PNJ e sua Zona de Amortecimento.

V – AGGE OPERACIONALIZAÇÃO EXTERNA

4) Fazer gestão junto aos Municípios de Acaraú e Camocim para que sejam elaborados os Planos de Manejo das APA situadas na região do Parque.

- Quando da elaboração dos referidos planos de manejo, deverá ser garantida a participação do PNJ nas discussões acerca do zoneamento indicativo e normativo dessas APA.

5) Estimular e participar das iniciativas para promover a integração da gestão do PNJ com a gestão das Unidades do seu entorno constituindo um mosaico conforme determina o artigo 26 do SNUC.

6) Fazer gestão junto às prefeituras municipais da região do PNJ para a elaboração de Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos em seus municípios.

7) Fazer gestão junto às prefeituras para priorizar o saneamento básico, entre suas obras, nos distritos e cidades localizadas na região do PNJ.

7.1) Cobrar a resolução dos problemas de destinação final de resíduos sólidos na região do PNJ.

7.2) Cobrar a extinção e recuperação da área do Lixão do Cavalo Bravo.

7.3) Articular, com apoio do Ministério Público, a criação de um aterro sanitário devidamente licenciado e reativação da usina de reciclagem.

8) Dar apoio aos municípios do entorno do PNJ na elaboração de seus respectivos Planos Diretores, observando os dispositivos da Agenda 21 estadual, inclusive quanto à disponibilidade de recursos para tal.

VI – AGGE ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO

1) Estimular o uso dos recursos naturais locais de forma sustentada, tais como os frutos nativos, meliponicultura, caju, carnaúba, pesca artesanal e outros, de forma a agregar valor econômico, com vistas a gerar ocupação e renda para as comunidades.

1.1) Solicitar apoio a instituições, tais como, a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA), EMATER, Ministério da Pesca e similares para prestar assessoria técnica às comunidades.

1.2) Incentivar a agroecologia, a agricultura orgânica e agrofloresta.

VI – AGGE ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO

1.3) Incentivar o desenvolvimento de projetos para criação e aplicação de tecnologias sociais para responder a problemas locais (compostagem do lixo, aproveitamento de caju, energia solar).

2) Articular com os sistemas SEBRAE, SENAI e SENAC, a realização de cursos de profissionalização nas comunidades do PNJ.

2.1) Direcionar os cursos de acordo com a vocação e potencialidade regional, contemplando as questões socioambientais e de desenvolvimento econômico sustentável, a exemplo dos temas:

- Elaboração e captação de recursos para projetos sociais.
- Condução de mínimo impacto em ambientes naturais.
- Ecoturismo e unidades de conservação.
- Geoprocessamento para projetos ambientais.
- Perícia ambiental.
- Educação Profissional Técnica de Nível Médio.
- Especialização em meio ambiente para técnico em segurança no trabalho.
- Técnico ambiental.
- Técnico em paisagismo.
- Aperfeiçoamento para camareira.
- Condução de grupos para a terceira idade.
- Cozinheiro.
- Garçom.
- Gestão sustentável para os meios de hospedagem.
- Organização de roteiros turísticos.
- Recepcionista de meios de hospedagem.
- Técnicas de reserva em hotéis.
- Guia de excursão internacional.
- Técnico em alimentos e bebidas.
- Técnico em hospitalidade.
- Técnico em lazer e recreação.
- Técnico em turismo.
- Técnico artesão na conservação de alimentos.

VI – AGGE ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO

- Processamento mecânico de doces e frutas.
- Associativismo e cooperativismo.
- Aperfeiçoamento de técnicas de beneficiamento pesqueiro.
- Aproveitamento do pedúnculo do caju.
- Meliponicultura.
- Paisagismo; entre outros.

3) Articular com as instituições governamentais e não-governamentais, bancos, para apoiar tecnicamente e financeiramente, com as comunidades, no sentido de estimulá-las a adotarem alternativas produtivas sustentáveis.

3.1) Recomendar a estas instituições que, ao analisarem as realidades locais, se baseiem nas informações previamente dispostas no plano de manejo, estimulando o uso de técnicas mais adequadas à preservação e conservação ambiental da região.

- Deverão ser encaminhadas às instituições financeiras as restrições estabelecidas neste PM, de forma a subsidiá-los nos procedimentos adequados para a concessão de financiamentos de empreendimentos no interior do PNJ.
- As instituições como a Embrapa, ONG e Universidades deverão ser preferencialmente, consultadas e envolvidas na prestação de serviços que visem alcançar o desenvolvimento sustentável.

4) Promover, em conjunto com as ações previstas para a AGG Pesquisa, Monitoramento e Recuperação Ambiental, a realização de pesquisas para definir a capacidade de suporte de atividades produtivas.

- Deverão ser priorizadas ações para o manejo sustentável da cultura do coco.

5) Divulgar as linhas de financiamentos disponíveis, bem como as alternativas de desenvolvimento apresentadas nos programas propostos, juntamente com seus respectivos resultados.

- O site do PNJ deverá ser utilizado como um dos meios de divulgação.

6) Incentivar e apoiar as comunidades no desenvolvimento de atividades ambientalmente sustentáveis, a saber:

- Ecoturismo.
- Consorciamento de monoculturas produtivas com espécies nativas da flora.
- Agrosilvopastoreio.
- Permacultura.

VI – AGGE ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO

- Projetos de recuperação de áreas degradadas ou reflorestamento.
- Certificação ambiental para produtos naturais.
- Beneficiamento de produtos naturais.
- Produção e melhoramento dos produtos artesanais (derivados de caju e mandioca).
- Desenvolvimento da navegação turística à vela.
- Extrativismo sustentável, entre outros.

➢ Esses temas deverão ser focados nas atividades de sensibilização ambiental e nos cursos a serem desenvolvidos ou apoiados pelo PNJ, contemplando a transversalidade com a sustentabilidade ambiental.

➢ As atividades relativas às alternativas de desenvolvimento deverão ser apresentadas às associações existentes, colonias de pesca, moradores locais e demais interessados.

Quando da apresentação das atividades, todos os atores envolvidos (financeiros, de pesquisa, apoio tecnológico, dentre outros) deverão estar presentes para sanar as dúvidas dos interessados.

VI – AGGE ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO

7) Incentivar e apoiar as comunidades no desenvolvimento de atividades ambientalmente sustentáveis, a saber:

- Ecoturismo.
- Consorciamento de monoculturas produtivas com espécies nativas da flora.
- Agrosilvopastoreio.
- Permacultura.
- Projetos de recuperação de áreas degradadas ou reflorestamento.
- Certificação ambiental para produtos naturais.
- Beneficiamento de produtos naturais.
- Produção e melhoramento dos produtos artesanais (derivados de caju e mandioca).
- Desenvolvimento da navegação turística à vela.
- Extrativismo sustentável, entre outros.

➢ Esses temas deverão ser focados nas atividades de sensibilização ambiental e nos cursos a serem desenvolvidos ou apoiados pelo PNJ, contemplando a transversalidade com a sustentabilidade ambiental.

➢ As atividades relativas às alternativas de desenvolvimento deverão ser apresentadas às associações existentes, colonias de pesca, moradores locais e demais interessados.

➢ Quando da apresentação das atividades, todos os atores envolvidos (financeiros, de pesquisa, apoio tecnológico, dentre outros) deverão estar presentes para sanar as dúvidas dos interessados.

8) Incentivar o cooperativismo para o desenvolvimento, a melhoria e o aproveitamento das oportunidades oferecidas pelo PNJ.

8.1) Articular a realização de cursos de cooperativismo com instituições governamentais e não-governamentais.

9) Estimular a capacitação dos profissionais envolvidos com o turismo para inserção de suas atividades nos princípios do ecoturismo.

➢ Deve-se focalizar a capacitação dos agentes de viagem, guias, condutores, profissionais dos meios de hospedagem, transportes, entre outros.

➢ Instituições como SESC, SEBRAE e SENAC deverão ser convidadas para a realização desta atividade.

VI – AGGE ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO

9.1) Incentivar a atividade turística de base comunitária no entorno do PNJ.

9.2) Incentivar pequenas indústrias comunitárias que agreguem valor à produção do caju, farinha de mandioca, entre outros, que possam servir como atrativos.

10) Incentivar o plantio comercial de árvores e outras plantas nativas no PNJ.

- Deverá ser dada ênfase às práticas de silvicultura para o suprimento de lenha, madeira, frutos comerciais.

10.1) Estimular a implantação de projetos comunitários de silvicultura.

11) Buscar a participação Prefeitura Municipal, para a criação de florestas municipais.

- As florestas municipais deverão ter como objetivo, o manejo sustentável da vegetação nativa e de florestas plantadas.

12) Estimular a implantação de projetos municipais e regionais de conservação e uso sustentável.

- A gerência do PNJ deverá apoiar tais iniciativas, inclusive ajudando na definição de prioridades e fontes de financiamento.
- Os funcionários do PNJ deverão participar dos eventos dos lançamentos desses programas e das campanhas de conscientização lideradas por outras instituições, quando as mesmas tiverem caráter ambiental ou social.
- A gerência do PNJ deverá procurar integrar os projetos às diretrizes contidas no Plano de Manejo.

13) Incentivar os Arranjos Produtivos Locais (APL)

13.1) Articular com as prefeituras municipais, Ministério do Turismo, SEBRAE, o Centro de Estratégias de Desenvolvimento (CED/SEPLAN) e Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), a criação de subsídios à instalação de APL no entorno do PNJ, voltados especialmente à produção artesanal e turismo de base comunitária.

14) Promover o resgate das atividades de artesanato.

14.1) Incentivar a qualificação das rendeiras, para alavancar a qualidade de seus produtos.

15) Articular ajustes de conduta da carcinicultura existente na região do Guriú.

- Deverá ser avaliada e proposta a substituição do camarão exótico pelo nativo.

4.7.2 Áreas Estratégicas

As Áreas Estratégicas (AE) são espaços relevantes para o planejamento e gestão do Parque visando o alcance dos seus objetivos de criação. São áreas que, diferentemente das zonas estabelecidas, necessitam de ações muito específicas e distintas de suas áreas homogêneas.

As propostas para as áreas estratégicas foram iniciadas a partir da Oficina de Planejamento contando com a colaboração de alguns dos conselheiros e convidados, representando diversos segmentos da sociedade civil e organizações governamentais. A caracterização e delimitação das áreas estratégicas foram finalmente consolidadas na reunião de estruturação do planejamento, pela equipe responsável pelo planejamento deste Plano de Manejo.

Sendo assim, as Áreas Estratégicas foram estabelecidas, de acordo com suas características, fundamentada nas suas vocações para atividades específicas ou em atributos ecológicos peculiares, para os quais serão direcionadas estratégias diferenciadas visando otimizar forças ou reverter as fraquezas do Parque.

Considerando o exposto, o interior do Parque Nacional de Jericoacoara foi dividido em dezessete Áreas Estratégicas Internas (AEI), conforme listado abaixo e exposto no Mapa 4-3.

1. AEI Estrada de Acesso Oeste
2. AEI Preá
3. AEI Casas Funcionais
4. AEI Acampamento Silveira
5. AEI Lagoa do Coração
6. AEI Lagoa Grande
7. AEI Junco
8. AEI Assentamento
9. AEI Mangue Seco
10. AEI Linha de Transmissão
11. AEI Guriú
12. AEI Marinha Oeste
13. AEI Marinha Leste
14. AEI Serrote e Malhada
15. AEI Estrada de Acesso Leste
16. AEI Estrada e Lagoa do Amâncio
17. AEI Duna do Pôr-do-sol e Lagoa dos Homens

A seguir, são apresentadas, para cada Área Estratégica Interna, suas inserções no zoneamento, a descrição geográfica do espaço, os resultados esperados, seus indicadores, atividades, subatividades e normas a serem desenvolvidas para cada AE.

1 - AEI Estrada de Acesso Oeste

Inserção no Zoneamento

A maior parte desta área está inserida na Zona de Uso Intensivo Acesso Mangue Seco, outra parte na Zona de Uso Extensivo Entre Dunas, e uma pequena porção central na Zona Primitiva Dunas Oeste.

Descrição Geográfica do Espaço

Esta AEI se localiza no Município de Jijoca de Jericoacoara, na porção oeste do PNJ, com área de aproximadamente 95,005ha e corresponde a uma faixa de 950.047m² de praia, localizada no sentido noroeste do PNJ. Tem como ponto inicial a coordenada UTM E= 330852,693 e N= 9690099,115 (ponto 1), localizado na porção norte do segmento. Do ponto 1 segue no sentido sudoeste junto ao limite municipal, por uma estrada não pavimentada, até o ponto E= 326049,221 e N= 9687146,415 (ponto 2), localizado a leste, onde faz intersecção com a área estratégica do Guriú. Seguindo em linha reta, perpendicular ao limite municipal, até o ponto E= 326122,765 e N= 9686863,985 (ponto3), daí segue pela linha costeira até chegar ao ponto inicial (ponto 1).

Resultados Esperados

- Tráfego de veículos ordenado.
- Serviços de apoio ao turismo melhorado.
- Atividade de pesca regularizada e normatizada.
- Atividades de esportes náuticos ordenadas, a partir da estrutura do quiosque de treinamento.

Indicadores

- Número de veículos que trafegam pela AEI.
- Número de praticantes de esportes náuticos, frequentando a praia.
- Quantidade de material de divulgação do PNJ distribuído.
- Número de pescadores observando as normas do TAC, com relação à pesca.
- Número de autuações.

Atividades, Subatividades e Normas

1) Instalar sinalização nesta AEI.

   - A sinalização deverá ter caráter indicativo, informativo e educativo.

- As placas deverão indicar o local sugerido pra banho, a ser evitado pelos praticantes de atividades náuticas.
- Deverá haver uma placa informativa para os banhistas sobre os riscos de acidentes na interação com áreas de prática de *kitesurf*.

2) Limitar a velocidade de tráfego a 60km/h.

- O limite deverá ser divulgado nas placas informativas e indicativas.

3) Realizar fiscalização constante nesta AEI a fim de garantir o cumprimento das normas previstas.

- Esse trecho deverá ser incluído nas rotas de fiscalização, com elevada periodicidade de rondas.

4) Estabelecer um ponto de apoio para as atividades de visitação em especial ao *Kitesurf*.

- O local para a estrutura deverá ser definido em conjunto com as associações e escolas relacionadas.
- A construção do ponto de apoio deverá estar prevista na contratação de empresa concessionária.

5) Definir e projetar um ponto de apoio para banhistas.

- O local para a estrutura deverá ser definido em conjunto com as associações e escolas de atividades náuticas, marinha, representantes dos segmentos do turismo local, dentre outros.
- Deverá ser localizado preferencialmente nas proximidades do apicum, que é uma praia frequentemente visitada por moradores do Mangue Seco.
- A construção do ponto de apoio deverá estar previsto na contratação de empresa concessionária.

6) Fazer gestão junto a Policia Militar Estadual e/ou Corpo de Bombeiros para disponibilizar um salva-vidas para garantir a segurança dos visitantes banhistas.

7) Adquirir o equipamento necessário para que o salva-vidas possa promover o resgate e a monitoria dos visitantes, como caiaques, boias, coletes salva-vidas e outros equipamentos que se fizerem necessários.

- A compra destes equipamentos será de responsabilidade do concessionário que explorar as atividades de uso público na área ficando este ainda responsável pela segurança do visitante.

8) Definir, em conjunto com os envolvidos, as normas a serem contempladas no TAC da pesca.

- Dentre as normas a serem incluídas, destaca-se a limitação da abrangência dos direitos à pesca de arrasto, para a atual geração de pescadores.
- Deverá ser observado o período já acordado para a pesca, entre os meses de maio a agosto, quando a produtividade é máxima, e os ventos não dificultam a atividade da pesca.

9) Estabelecer local de embarque e desembarque do pescado.

- Essa área deverá ser sinalizada, orientando que os banhistas evitem o local, para não interferir nas atividades pesqueiras.
- A área deverá se localizar nas proximidades na infraestrutura de apoio à pesca (barraca do Manelim).
- A infraestrutura existente não poderá ser ampliada e não será permitida a instalação de outros serviços em seu interior.

Ilustração

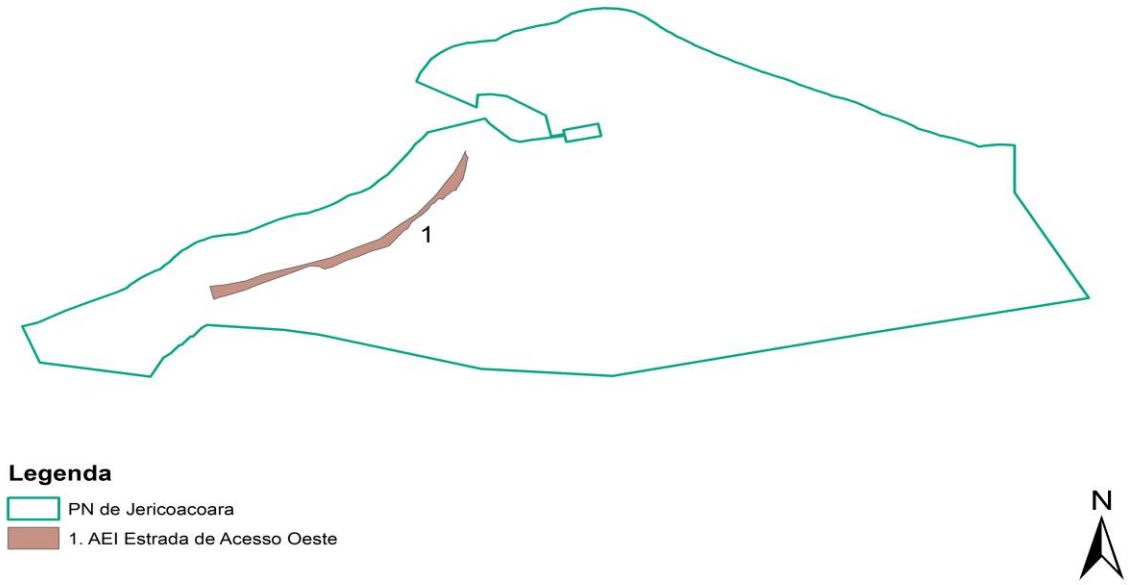


Figura 4-11 **– Localização da Área Estratégica Interna Estrada de Acesso Oeste do Parque Nacional de Jericoacoara, no Estado do Ceará.**

2 - AEI Preá

Inserção no Zoneamento

Esta área estratégica é uma faixa de 358.761m², no limite oriental do PNJ, inserida na Zona de Uso Especial Limite Leste. A poligonal possui uma área aproximada de 5.607m² fora dos limites do PNJ, na Praia do Preá, onde localiza-se atualmente uma guarita, do PNJ.

Descrição Geográfica do Espaço

Esta AEI encontra-se no Município de Cruz, no limite leste do PNJ, com área aproximada de 35,876ha. Sua área abrange um buffer de 100m dos limites leste-sul do PN em seu interior, com início na Praia do Preá, onde faz intersecção com a área estratégica Marinha Leste até o ponto onde faz limite com a área estratégia Lagoa do Coração, ao sul do PN no ponto de coordenada E= 342233 e N= 9686829. O polígono possui uma área aproximada de 5.607m² fora dos limites do PN, na Praia do Preá. Esta AEI é cortada ao sul por algumas estradas não pavimentadas. Sua vegetação é constituída principalmente por cordões interdunares com restinga herbácea, porém, ao sul, há formações de tabuleiro. Há a formação de uma planície de aspersão eólica constituída por Areias Quartzosas Distróficas. A maior parte desta AEI é composta por areia e argila, mas na porção sul há Argilito Arenoso e Arenito Conglomerático. Com formação de Podzólico vermelho-amarelo.

Resultados Esperados

- Maior conhecimento e divulgação do PNJ.
- Regularização fundiária efetivada.
- Quantidade de visitantes conhecido e controlado.
- Projetos específicos para visitação pública, elaborados e infraestrutura necessária instalada.

Indicadores

- Quantidade de pessoas que passam a ter ciência do PNJ.
- Número de documentos das terras, transferidos para o ICMBio.
- Numero de vias de acessos ao PNJ, a partir do Preá, sendo utilizadas pelos visitantes.
- Número de edificações em bom estado de conservação.
- Número de publicações distribuídas.
- Número de atendimentos aos visitantes no local.
- Número de equipamentos disponíveis para o desenvolvimento das atividades locais.

Atividades, Subatividades e Normas

1) Fazer o cercamento em todo o limite do PNJ ao longo desta AEI.

2) Estudar a possibilidade de refazer a demarcação ao longo dos limites do PNJ nesta AEI.

   ➢ Deverá ser verificada a titularidade dessas terras, a fim de incorporá-las ao PNJ.

3) Elaborar o projeto específico e implantar o PIC Preá.

   ➢ O Projeto deverá atender as seguintes demandas da gestão da UC:

   - Controlar a entrada de visitantes no PNJ.

- Recepção, informação, orientação e triagem dos visitantes.
- Divulgação do Parque.
- Apoio à fiscalização.
- Entre outras

4) Dotar o PIC Preá dos equipamentos necessários ao seu funcionamento.

5) Instalar placa informativa no início da estrada.

5.1) A placa deve ser instalada junto à portaria e ao estacionamento, com informações sobre os atrativos e as normas para a sua visitação.

6) Instalar lixeiras próximas ao estacionamento.

7) Dotar o PIC de pessoal.

8) Promover o treinamento do pessoal que atuará no PIC.

9) Realizar monitoramento contínuo do fluxo e tipo de veículos que acessam o PNJ.

- Deverá ser registrada a entrada de todos os veículos no PNJ, que passarem pelo PIC Preá.

10) Realizar fiscalização permanente e restringir o acesso a apenas veículos autorizados.

Ilustração

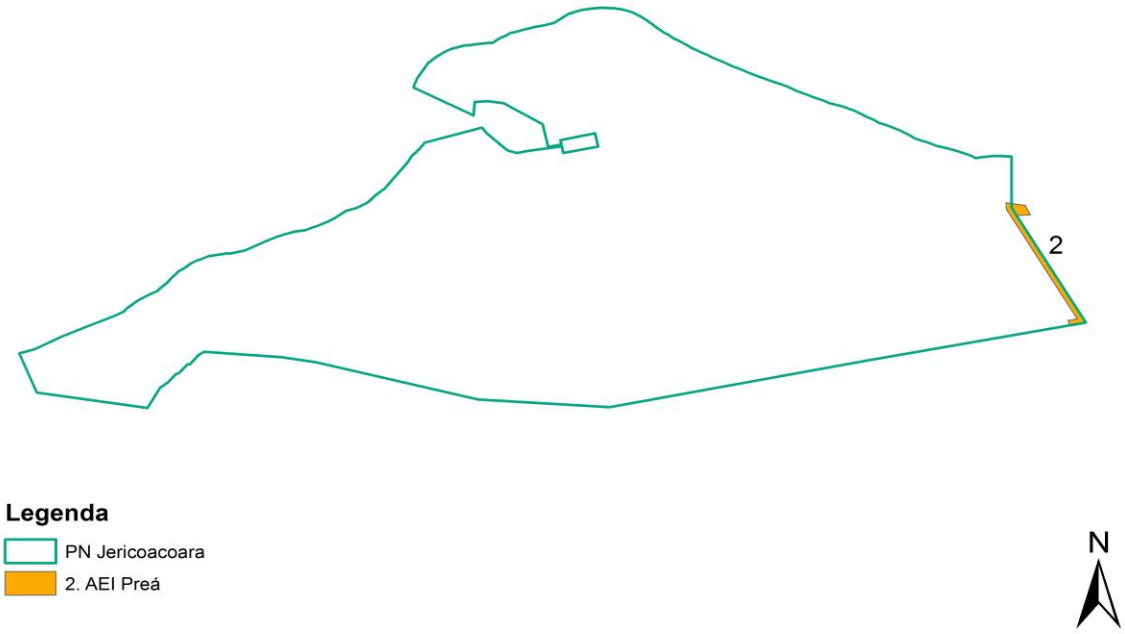


Figura 4-12 – Localização da Área Estratégica Interna Preá do Parque Nacional de Jericoacoara, no Estado do Ceará.

3 - AEI Casas Funcionais

Inserção no Zoneamento

Esta AEI se sobrepõe à Zona de Uso Especial Sítio do Papai Noel, com pequenas variações.

Descrição Geográfica do Espaço

Esta AEI está localizada a NW do limite do PNJ. Com área aproximada de 6,56ha, este segmento abrange todo o perímetro da área de uso antrópico, próximo à Duna Pôr-do-sol ao NE do segmento. Tem sua área formada por um polígono com os seguintes pontos: ponto 1 E= 331175,482 e N= 9689546,024; ponto 2 E= 331181,354 e N= 968937,442; ponto 3 E= 330838,817 e N= 9689259,118; ponto 4 E= 330827,107 e N= 9689329,378; ponto 5 E= 330859,309 e N= 9689464,055; ponto 6 E= 330917,869 e N= 9689487,487; até o ponto 1.

Consiste em uma área com edificações e coqueiros, com dunas móveis de segunda geração nos seus extremos norte e sul. Ao longo do perímetro há pequenas formações de restinga arbustiva com cordões interdunares, na porção oeste; e de restinga arbórea, na porção leste. O solo é formado por Areias Quartzosas Marinhas, onde há a formação de uma planície de aspersão eólica.

Resultados Esperados

- Regularização fundiária das ocupações.
- Melhor aproveitamento da infraestrutura funcional do PNJ.
- Casas funcionais disponíveis e dotadas de equipamentos.

Indicadores

- Quantidade de funcionários residindo na AEI.
- Quantidade de equipamentos adquiridos.
- Número de casas reformadas ou adequadas.

Atividades, Subatividades e Normas

1) Realizar a regularização fundiária desta AEI.

1.1) Garantir a desapropriação dos atuais moradores ou frequentadores.

- A conversão das estruturas existentes nas casas funcionais dependerá, primeiramente, da total regularização fundiária.

2) Elaborar projeto para a reforma e adequação da estrutura existente.

- O alojamento a ser instalado na área, deverá conter quarto masculino com banheiros privativo; quarto feminino com banheiros privativos; sala de refeições; sala de

descanso com TV; área de serviço; cozinha; despensa; depósito; garagem e sala de trabalho com bancadas e pias.

2.1) Dotar as instalações de mobiliário, equipamentos e materiais necessários ao seu funcionamento.

- O alojamento deve ser equipado com:
  - Aparelho de televisão.
  - Aparelho reprodutor/gravador de DVD.
  - Estante para televisor e DVD.
  - Quadro branco.
  - Filtro para água potável refrigerado.
  - Mesas com 4 lugares para refeições.
  - Cadeiras para as mesas de refeições.
  - Beliches.
  - Armário de quarto aberto.
  - Fogão industrial 6 bocas com dois botijões.
  - Geladeira grande com freezer.
  - Armário de cozinha.
  - Utensílios de cozinha.
  - Lixeiras.
  - Estantes; dentre outros.

3) Esses equipamentos serão de uso exclusivo dos ocupantes do alojamento e restritos a essa área.

4) Prever recursos para a manutenção periódica das instalações e de mobiliário.

5) Adaptar uma das instalações para casa de funcionário, incluindo garagem.

Ilustração

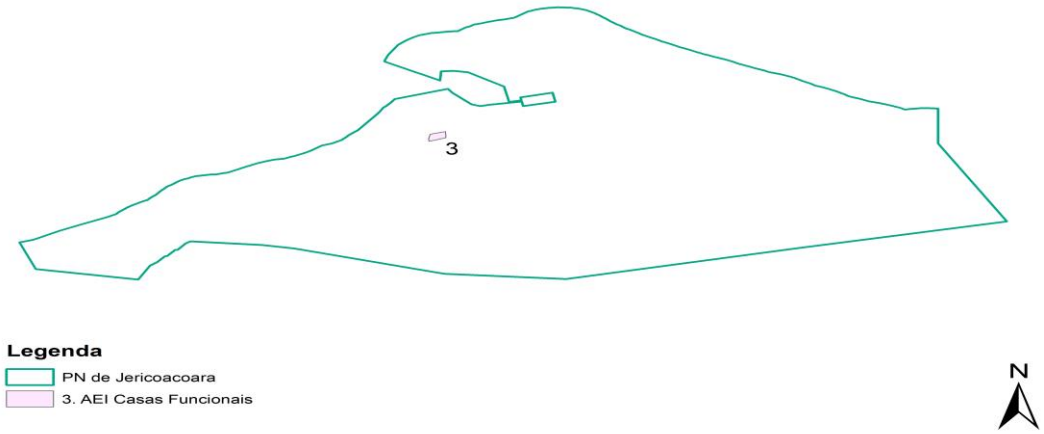


Figura 4-13 – Localização da Área Estratégica Interna Casas Funcionais do Parque Nacional de Jericoacoara, no Estado do Ceará.

4 - AEI Acampamento Silveira

Inserção no Zoneamento

Esta área consiste num buffer de 100m da estrada de acesso ao acampamento Silveira, e está quase totalmente inserida na Zona de Uso Extensivo Leste. Um pequeno trecho à oeste está abrangido pela Zona Primitiva Dunas Leste. Na porção norte, é atravessada pela Zona de Uso Intensivo Linha de Transmissão.

Descrição Geográfica do Espaço

Esta AEI localiza-se na porção leste do PNJ, com área aproximada de 56,023ha. A poligonal tem ponto inicial de coordenada E= 338474 e N= 9689358. Em direção oeste encontra-se o Riacho Doce.

A vegetação é composta por cordões interdunares com restinga herbácea. Área totalmente constituída por Areias Quartzosas Distróficas, que formam uma planície de aspersão eólica. Possui sedimentos aluvias e lacustres ao sul, onde há um trecho do Riacho Doce e uma pequena formação de pasto.

Resultados Esperados

- Conhecimento dos atributos naturais, culturais e históricos por parte dos visitantes obtido.
- Atividade de uso público implantada.
- Visitação pública em andamento e monitorada, com avaliação dos diferentes tipos de

impacto.

- Projetos para visitação pública, elaborados e infraestrutura necessária instalada.
- Maior apoio a pesquisadores.

Indicadores

- Número de edificações em bom estado de conservação.
- Número de agendamento para a visitação ao acampamento.
- Número de pesquisas desenvolvidas na porção leste do PNJ.
- Número de equipamentos disponíveis para o desenvolvimento de pesquisas.

Atividades, Subatividades e Normas

1) Elaborar projeto e implementar a visitação nesta AEI segundo diretrizes institucionais vigentes.

2) Considerar a possibilidade de se estabelecer acampamento ou outras modalidades de pernoite rústico no local.

3) Instalar uma área de piquenique, conforme projeto específico.

4) Realizar levantamentos do perfil do visitante que acessa esta AEI.

- O levantamento deve considerar: origem do visitante, faixa etária, escolaridade, faixa salarial, interesses em atividades da UC, tempo disponível para permanência na região, dentre outros aspectos que podem auxiliar o manejo da visitação na UC.

5) Adotar uma das metodologias de manejo do impacto da visitação para o segmento e aplicar as ferramentas por ela indicada, de modo a aprimorar os números de visitantes nos atrativos e dos praticantes das diversas atividades.

6) Dotar a AEI de vigilância patrimonial 24 horas.

7) Proceder à manutenção anual das instalações desta AEI.

Ilustração

Figura 4-14 – Localização da Área Estratégica Interna Acampamento Silveira do Parque Nacional de Jericoacoara, no Estado do Ceará.

5 - AEI Lagoa do Coração

Inserção no Zoneamento

A maior parte desta área estratégica está inserida na Zona de Uso Especial Limite Sudeste, no limite do PNJ. Na porção norte, é abrangida pela Zona de Uso Especial Estrada Olavo, onde é cortada pela estrada de acesso ao acampamento Silveira. Uma pequena porção está nas Zonas de Uso Extensivo Leste e Sudeste.

Descrição Geográfica do Espaço

Este trecho, de aproximadamente 61,446ha de área, está localizado no Município de Cruz, no extremo SE, onde faz limite com o PN. Tem início na área estratégica Preá a oeste, e segue até o ponto de coordenada aproximada de E= 339169 e N= 9686314, onde sua área é um buffer de 100m do limite do PNJ.

Nesta AEI há dunas móveis de segunda geração, com vegetação de Tabuleiro Pré-Litorâneo e dunas, ao norte. O solo é composto principalmente por Argilito Arenoso, Arenito Conglomerático, mas na porção oeste há areia e argila. Com sedimentos eólicos à oeste, que formam uma planície de aspersão eólica.

Resultados Esperados

- Visitação ordenada na Lagoa do Coração.
- Redução dos impactos sobre a visitação da Lagoa.
- Cercamento implantado.
- Área estruturada para apoio à visitação.

Indicadores

- Número mensal de veículos trafegando nas proximidades da Lagoa.
- Número médio de visitantes frequentando a área.
- Número de ambulantes no local.
- Número de instalações de apoio a visitação implantada.

Atividades, Subatividades e Normas

1) Fazer cercamento dos limites do parque ao longo da AEI.

2) Implantar ações de fiscalização e proteção neste segmento.

- A fiscalização deverá ser permanente e intensificada nos períodos de alta temporada de visitação, feriados e finais de semana.
- Os fiscais exigirão dos visitantes, quando necessário, a apresentação do ingresso a esta área.

3) Adotar uma das metodologias de manejo do impacto da visitação para a AEI e aplicar as ferramentas por ela indicada, de modo a aprimorar os números de visitantes nos atrativos e dos praticantes das diversas atividades.

3.1) Registrar os números de visitação de acordo com o protocolo de monitoramento da unidade.

4) Proibir a entrada e o trânsito de animais domésticos em toda a AEI.

5) Promover interpretação do atrativo Lagoa do Coração.

5.1) Projetar e instalar sinalização indicativa, interpretativa e educativa ao longo da trilha e no atrativo.

Ilustração

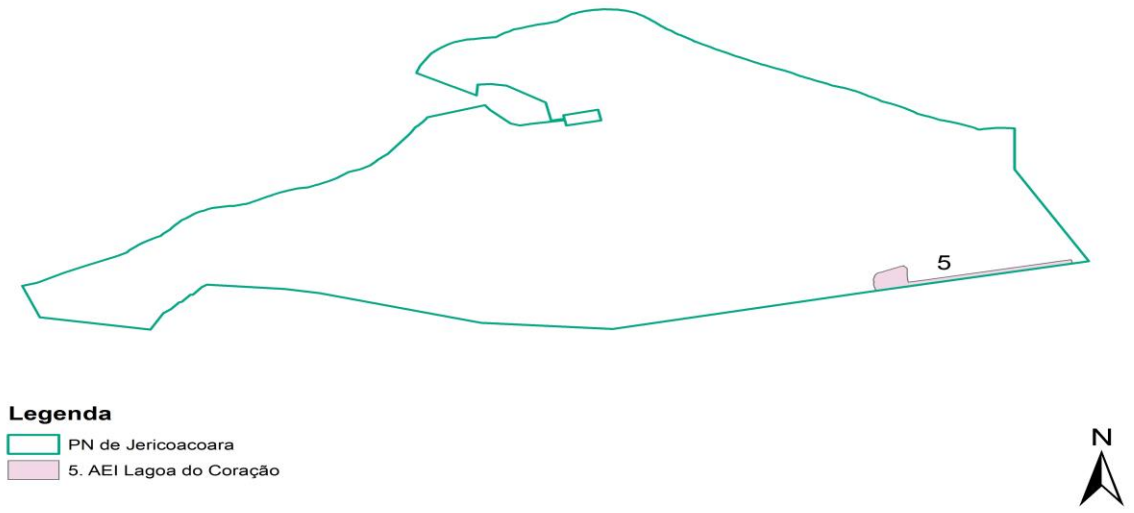


Figura 4-15 – Localização da Área Estratégica Interna Lagoa do Coração do Parque Nacional de Jericoacoara no Estado do Ceará.

6 - AEI Lagoa Grande

Inserção no Zoneamento

Uma pequena porção ao sul desta área estratégica é abrangida pela Zona de Uso Especial Limite Centro Sul, no limite sul do PN. A área remanescente está inserida na Zona Primitiva Junco e Dunas Oeste.

Descrição Geográfica do Espaço

Este segmento está no município de Jijoca de Jericoacoara, na porção sul do PN. No lado leste faz limite com a área estratégica Estrada e Lagoa Amâncio. Com área de aproximadamente 21,015ha. Este segmento compreende toda a área da Lagoa Grande, e faz limite com o PN na porção sul da área. No centro tem coordenada E= 333633,918 e N= 9685411,529, aproximadamente.

Com vegetação em bom estado de conservação, constituída por espécies herbáceas e arbustos, bem como formação de Tabuleiro Pré-Litorâneo, ao sul. Com formações de lagoas Interdunares, em diversos pontos. E cordões Interdunares com Dunas Móveis de Segunda

Geração. A formação do solo é dada por Areias Quartzosas Distróficas, ao sul, e por Areias Quartzosas Marinhas, no restante do limite.

Resultados Esperados

- Visitação pública em andamento e monitorada, com avaliação dos diferentes tipos de impacto.
- Áreas degradadas recuperadas e em recuperação.
- Maior interação da comunidade nas ações de proteção do Parque.

Indicadores

- Diminuição do número de impactos ambientais da área.
- Número de moradores e público em geral participando em reuniões e eventos comunitários organizados pelo Parque.
- Número de eventos de sensibilização promovidos pelo PNJ.

Atividades, Subatividades e Normas

1) Elaborar projeto para a recuperação da área.

2) Prever a fixação de placas informativas e direcionais de modo a evitar o acesso de veículos.

3) Realizar o bloqueio do acesso para trilhas secundárias.

4) Executar o manejo das áreas degradadas com a proibição do acesso de veículos.

5) Prever uso para recreação dos moradores da Lagoa Grande.

- Poderão ser desenvolvidas atividades de educação ambiental junto às escolas, com visitas a esta AEI.
- Deverão ser feitas campanhas específicas, com isenção de ingressos, para as famílias da Lagoa Grande para a visitação dos atrativos desta AEI.

6) Realizar um estudo específico pra identificar melhor acesso com a participação da comunidade.

6.1) Definir o trajeto das trilhas a partir desse estudo.

7) Garantir fiscalização e sinalização da AEI.

Ilustração

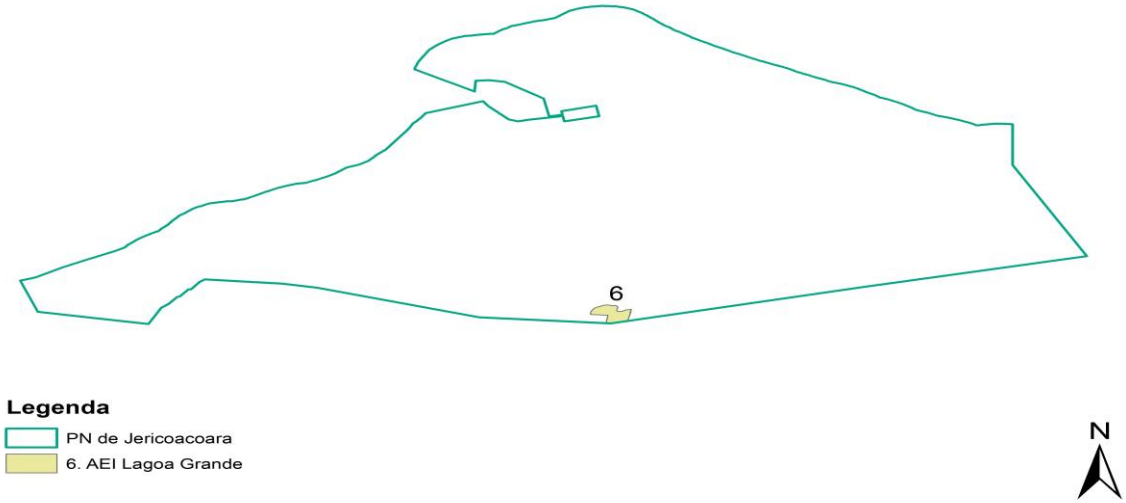


Figura 4-16 – Localização da Área Estratégica Interna Lagoa Grande do Parque Nacional de Jericoacoara, no Estado do Ceará.

7 - AEI Junco

Inserção no Zoneamento

Este segmento localiza-se, principalmente na Zona Primitiva Junco e Dunas Oeste, no entanto há uma pequena porção ao sul, no limite sudoeste do PN, que está inserida na Zona de Uso Especial Limite Centro Sul. E em todo o seu perímetro oeste e norte está a Zona de Uso Extensivo Junco.

Descrição Geográfica do Espaço

Este segmento localiza-se no Município de Jijoca de Jericoacoara, na porção sul do PN, e possui uma área aproximada de 64,734ha. Esta área abrange todo o perímetro da Lagoa do Junco, e algumas estradas de areia. No centro de sua extensão tem a coordenada UTM E= 332232,629 e N= 9685798,319, aproximadamente.

A vegetação é estabelecida por restinga arbórea, em alguns pontos do limite; e, na maior parte, por espécies herbáceas e arbustivas. O meio físico é constituído por Tabuleiro Pré-Litorâneo, ao sul; por Dunas Móveis de Segunda Geração, ao longo do perímetro leste da AEI; e, na maior parte da área total, por Lagoas Interdunares, com Cordões Interdunares formado por Dunas Móveis de Segunda Geração. O solo é formado por Areias Quartzosas Distróficas e por Areias Quartzosas Marinhas.

Resultados Esperados

- Problemas fundiários regularizados.
- Cercamento implantado.
- Atividades de recuperação ambiental implantadas.
- Visitação ordenada à área estabelecida.

Indicadores

- Porcentagem de área regularizada.
- Porcentagem de área em processo de recuperação.
- Quantidade (km) de cerca implantada.
- Número de visitantes.

Atividades, Subatividades e Normas

1) Regularizar a situação fundiária das terras que compõem a comunidade do Junco.

2) Demarcar e cercar os limites do PNJ nas áreas que compõem esta AEI.

3) Elaborar projeto de recuperação da área.

- Deverão ser priorizadas ações que visem a regeneração natural.
- Para tanto, deverão ser cercadas as áreas mais alteradas, para evitar a entrada de animais domésticos ou exóticos.

4) Incentivar e proporcionar a observação de fauna e vida silvestre.

5) Avaliar a utilização das casas já desocupadas para visitação, considerando a possibilidade de valorização do modo e vida local como mote para interpretação do local, analisando a viabilidade de implantação de um museu no local

- As casas reformadas deverão ser decoradas ao estilo rústico local, retratando os modos de vida tradicional da região.
- Essas casas reformadas deverão ser destinadas a abrigar os visitantes durante o passeio de pernoite.
- Deverão ser disponibilizadas redes para os visitantes pernoitarem.

6) Projetar uma trilha ao longo da estrada do Junco e nas proximidades das lagoas para observação da fauna.

7) Levantar, indenizar, realocar e recuperar locais atualmente ocupados.

- Apenas após a saída dos atuais habitantes, que as atividades de uso público poderão ser iniciadas.

Ilustração

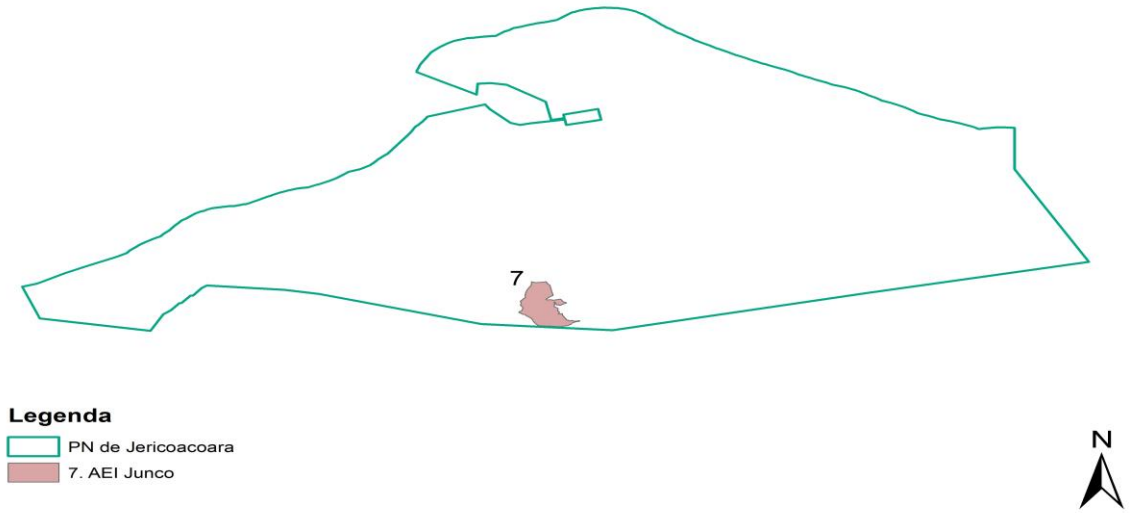


Figura 4-17 – Localização da Área Estratégica Interna Junco do Parque Nacional de Jericoacoara, no Estado do Ceará.

8 - AEI Assentamento

Inserção no Zoneamento

Esta área estratégica coincide integralmente com o limite da Zona de Uso Conflitante Assentamento Mangue Seco/Junco, no limite sudoeste do PN. Abrangendo também boa parte do limite da Zona de Ocupação Temporária Sítio Morais. E limitando-se ao norte com a Zona Primitiva Junco e Dunas Oeste.

Descrição Geográfica do Espaço

Esta área localiza-se no Município de Jijoca de Jericoacoara, com área aproximada de 220ha. Ao sul seu limite coincide com limite do Parque. É constituída por duas glebas sem denominação e por algumas lagoas internas, como a Lagoa Azeda e a Lagoa do Carapeba. No centro de sua extensão tem a coordenada E= 329442,55 e N= 9686145,415, aproximadamente.

Todo o limite desta AEI é coincidente com o limite de um assentamento do INCRA. Sua vegetação é principalmente arbustiva, mas em alguns pontos, há a presença de espécies arbóreas. Com formação de Tabuleiro Pré-Litorâneo, e de Dunas Móveis de Segunda Geração, ao norte. Há uma lagoa sem denominação em seu interior

Resultados Esperados

- Conflito de sobreposição solucionado.
- Maior conhecimento acerca dos usos e ocupações do solo na área de sobreposição.

Indicadores

- Porcentagem de área regularizada.
- Número de moradias e famílias cadastrados.

Atividades, Subatividades e Normas

1) Negociar com o INCRA, a resolução de conflito institucional a respeito da sobreposição de terras do Assentamento Guriú com o PNJ.

- Deverá ser estudada a possibilidade de se estabelecer uma portaria conjunta com diretrizes de uso dessa região de sobreposição, até que seja definido o destino da área.
- O Ministério Público deverá ser envolvido no acordo a ser celebrado.

2) Fazer o levantamento de moradias e famílias residentes na área de sobreposição, bem como das atividades realizadas no local.

3) Realizar estudo para redefinição dos limites do PNJ, de acordo com o resultado das negociações com o INCRA.

Ilustração

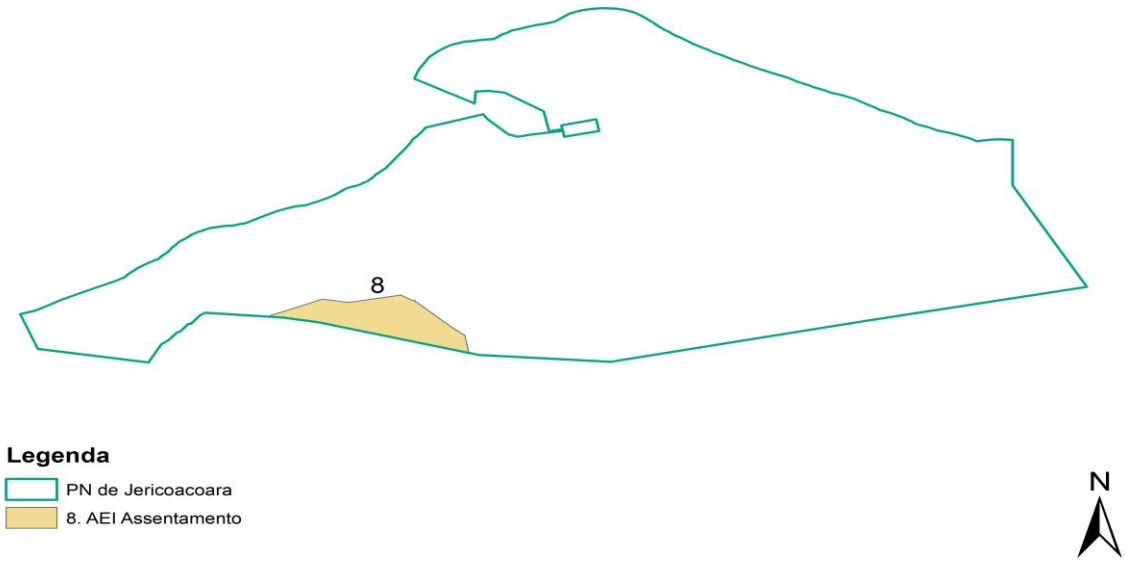


Figura 4-18 – Localização da Área Estratégica Interna Assentamento do Parque Nacional de Jericoacoara, no Estado do Ceará.

9 - AEI Mangue Seco

Inserção no Zoneamento

Este segmento está inserido, na porção norte, em três zonas. Na Zona de Uso Intensivo Acessos Mangue Seco; nas Zonas de Uso Extensivo Mangue Seco, no sentido oeste, e Entre Dunas, no sentido leste; na Zona Primitiva Manguezal, onde abrange parte do Mangue Seco. Na porção sul, sua poligonal é coincidente com limite da Zona de Uso Conflitante Assentamento Guarita Mangue Seco.

Descrição Geográfica do Espaço

Este segmento localiza-se no Município de Jijoca de Jericoacoara, ao sul do limite do PN, externamente. Tem como área aproximada 51,762ha. Na porção sul tem parte de uma gleba sem denominação. Ao longo de sua extensão há uma estrada que dá acesso a praia, onde ao norte faz limite com esta. No centro de sua extensão tem a coordenada E= 327111,439 e N= 9686761,024, aproximadamente.

Devido ao encontro de água doce e do mar dos estuários e planícies flúvio-marinhas, há a formação de mangues, na porção oeste desta AEI. Bem como a formação de cordões de restinga herbácea e arbustiva, em vários pontos. No interior do limite, há uma pequena porção ao norte que é composta por planície de aspersão eólica, logo abaixo há planície flúvio marinha e manguezal, e uma pequena porção no sul do limite com Tabuleiro Pré-Litorâneo interdunares.

Resultados Esperados

- Quantidade de visitantes conhecido e controlado.
- Tráfego de veículos ordenado.
- Melhoria dos serviços de apoio a visitação implantada.

Indicadores

- Número de veículos que trafegam pela AEI.
- Quantidade de material de divulgação do PNJ distribuído.

Atividades, Subatividades e Normas

1) Avaliar a ponte existente e adotar as medidas pertinente para adequação à demanda.

1.1) Manter a ponte do mangue seco em condições trafegáveis

1.2) Executar ampliação da ponte de madeira de modo a proteger o acesso sobre o apicum.

1.3) Desenvolver sinalização interpretativa ao longo da ponte e do apicum.

2) Incentivar o desenvolvimento de pesquisa de fauna e flora nesta AEI.

- Deverão ser utilizados os conhecimentos gerados para a interpretação ambiental do local.

3) Prever a regularização da barraca de apoio à atividade pesqueira (Barraca Manelim) junto ao TAC de pesca a ser estabelecido.

4) Elaborar o projeto específico e implantar o PIC Mangue Seco.

- O Projeto deverá atender as demandas da gestão da UC:
  - Controlar a entrada de visitantes no PNJ.
  - Recepção, informação, orientação e triagem dos visitantes.
  - Divulgação do Parque.
  - Apoio à fiscalização.
  - Entre outras.

5) Dotar o PIC Mangue Seco dos equipamentos necessários ao seu funcionamento.

6) Dotar o PIC de pessoal necessário ao seu funcionamento.

- O pessoal necessário ao funcionamento do PIC deve abranger: dois técnicos com capacitação para fiscalização e 02 vigilantes patrimoniais.

7) Promover a capacitação e treinamento dos funcionários que atuarão no PIC.

Ilustração

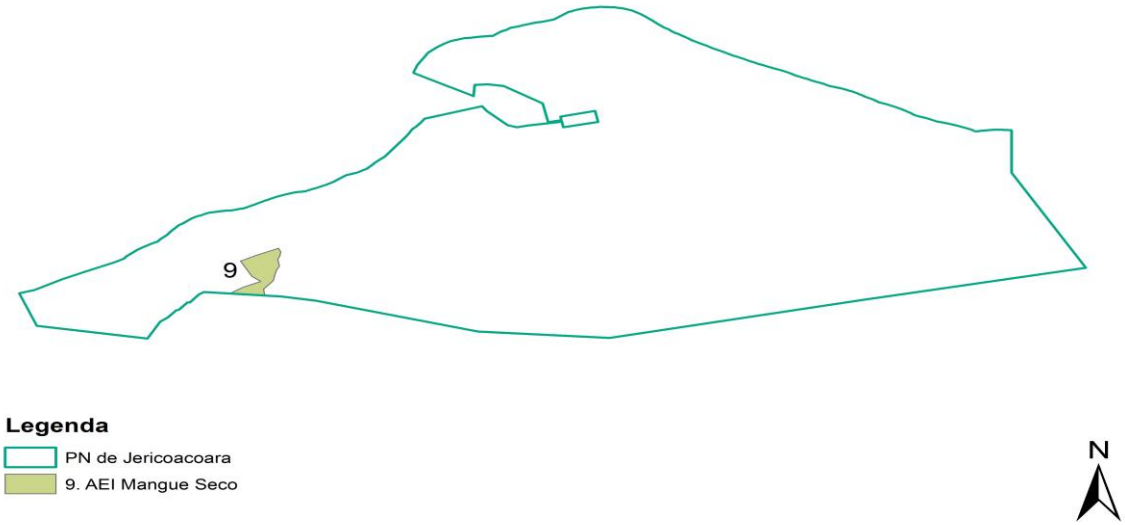


Figura 4-19 – Localização da Área Estratégica Interna Mangue Seco do Parque Nacional de Jericoacoara, no Estado do Ceará.

10 - AEI Linha de Transmissão

Inserção no Zoneamento

Embora uma pequena porção do lado oeste deste segmento esteja inserida na Zona de Uso Intensivo Acessos Preá e Serrote, a maior parte desta AEI é coincidente com a Zona de Uso Intensivo Linha de Transmissão, no sentido nordeste do PN.

Descrição Geográfica do Espaço

Este segmento é divido em duas porções pela AEI Acampamento Silveira. Tem parte da sua área no município de Cruz e a outra parte no município de Jijoca de Jericoacoara, na porção NE do PNJ. A área 1 tem extensão de aproximadamente 15,767ha, e a área 2 tem 12,818ha, aproximadamente.

Com a presença de cordões interdunares, ao centro e, nas laterais, uma planície de aspersão eólica formada por Areias Quartzosas Distróficas. Onde a vegetação é composta somente por restinga herbácea.

Resultados Esperados

- Normas de conduta implementadas.
- Maior controle das invasões no PNJ.
- Conhecimento e controle das ações de manutenção da Linha de Transmissão.
- Implementação de via de acesso à vila de Jericoacoara.

Indicadores

- Número de normas estabelecidas e divulgadas.
- Quantidade de acessos não-autorizados no PNJ.
- Quantidade de comunicações e ofícios formalizando as atividades de manutenção.

Atividades, Subatividades e Normas

1) Zelar para que as atividades da manutenção da LT causem o mínimo impacto ambiental negativo ao PNJ.

- É proibido deixar qualquer resíduo sólido inerente às atividades de manutenção da LT.
- É proibida a abertura de novos acessos para a área de servidão da LT.

2) Comunicar à empresa responsável pela LT que solicite autorização por escrito para a realização de atividades relacionadas à mesma, indicando nominalmente o pessoal autorizado, identificação funcional, datas e período das ações e acompanhamento de funcionário do PNJ.

3) Exigir soluções técnicas para diminuir as intervenções de manutenção na área de servidão da LT, até que seja modificada.

4) Desenvolver projeto para estruturação de via de acesso com estruturação do leito, de forma a comportar o fluxo de veículos, considerando essa via o principal acesso rodoviário à vila de Jericoacoara.

- É permitido tratamento do leito, a pavimentação e a colocação de estruturas e obras de arte de engenharia, que ofereçam segurança aos usuários, proteção ao ambiente e a mitigação de impactos ambientais.

Ilustração

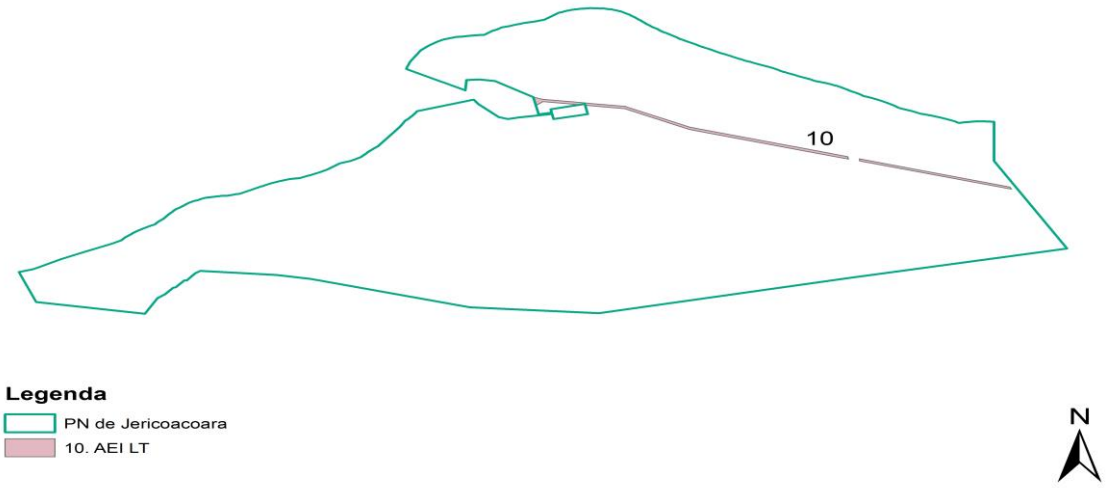


Figura 4-20 – Localização da Área Estratégica Interna Linha de Transmissão do Parque Nacional de Jericoacoara, no Estado do Ceará.

11 - AEI Guriú

Inserção no Zoneamento

Uma pequena faixa, que percorre todo o lado oeste, na beira da praia, desta AEI, está inserida na Zona de Uso Intensivo Acessos Mangue Seco; outra porção está na Zona de Uso Extensivo Mangue Seco, logo abaixo da ZUInt. Acessos Mangue Seco. Há inserção dos limites desta área também na Zona Primitiva Manguezal, onde é demarcado pelo Rio Guriú; e na Zona de Uso Conflitante Assentamento Guriú.

Descrição Geográfica do Espaço

Este segmento está no limite do município de Jijoca de Jericoacoara e do PNJ, no sentido oeste. Com área de aproximadamente 184,880ha é delimitada na porção sul pelo Rio Guriú,

que deságua no mar. Ao logo de sua extensão tem a praia. No centro de sua extensão tem a coordenada UTM E= 324685,051 e N= 9686000,92.

Esta AEI é formada, principalmente, por planície flúvio-marinha, com solos indiscriminados de mangue. No entanto, há a presença de praia, ao longo do limite norte. Na vegetação, estão presentes espécies típicas de mangue. Toda a sua extensão é cortada pelo Rio Guriú, e há a presença de lagoas costeiras.

Atividades, Subatividades e Normas

1) Garantir a fiscalização desta AEI, bem como, vigilância patrimonial 24hs.
   - A fiscalização embarcada deverá contar com motor elétrico.
   - Projetar um sistema de rampa e reboque para colocar o bote, previsto na AGGI Operacionalização Interna, no mar.
   - O sistema de rampa e reboque deverá estar associado ao PIC Guriú.
   - O trânsito na praia desta AEI deverá ser considerado temporário até que sejam estabelecidas novas rotas de acesso à Vila de Jericoacoara pelo Mangue Seco.

2) Ordenar a atividade de visitação do passeio do cavalo marinho.

2.1) Cadastrar e autorizar os condutores e barqueiros do passeio cavalo marinho.

2.2) Prever a capacitação dos condutores, em especial com relação à biologia do cavalo marinho.

3) Contratar projeto específico para identificar melhor circuito para caiaque e passeio do cavalo marinho.

4) Elaborar o projeto específico e implantar o PIC do Guriú.
   - Projeto deverá atender as demandas da gestão da UC:
     - Controlar a entrada de visitantes no PNJ.
     - Recepção, informação, orientação e triagem dos visitantes.
     - Divulgação do Parque.
     - Apoio à fiscalização.
     - Entre outras.

5) Dotar o PIC do Guriú dos equipamentos necessários ao seu funcionamento.

6) Instalar sinalização nesta AEI.
   - Deverá ser indicada a velocidade máxima de 60km/h.
   - Deverá ser destacada a informação de que o visitante está dentro do PNJ.

- Deverão ser alertadas, pela sinalização, a presença de banhistas e transeuntes ao longo da praia.

6.1) Prever a instalação de placas sobre possível desova de tartaruga.

7) Projetar e desenvolver uma trilha para passeio no mangue para observação de vida silvestre.

- Deverão ser previstas trilhas suspensas.

8) Avaliar a viabilidade e implementar conforme indicação atividades aquáticas no Rio Guriú.

- Monitorar a visitação após a implementação da atividade e definir o número balizador da visitação (NBV) para acesso de visitantes ao atrativo conforme o Roteiro de Manejo de Impactos da Visitação (ICMBio, 2011) e demais orientações institucionais.

9) Adotar uma das metodologias de manejo do impacto da visitação para o segmento e aplicar as ferramentas por ela indicada, de modo a aprimorar os números de visitantes nos atrativos e dos praticantes das diversas atividades.

10) Elaborar projeto de manejo, recuperação e proteção do manguezal, na margem direita do Rio Guríu, na área de embarque das balsas, no interior do PNJ.

11) Solicitar apoio aos institutos de pesquisa para o Monitoramento do Cavalo Marinho.

- Deverá ser consultado o Labaquac para fornecer esse apoio.

Ilustração

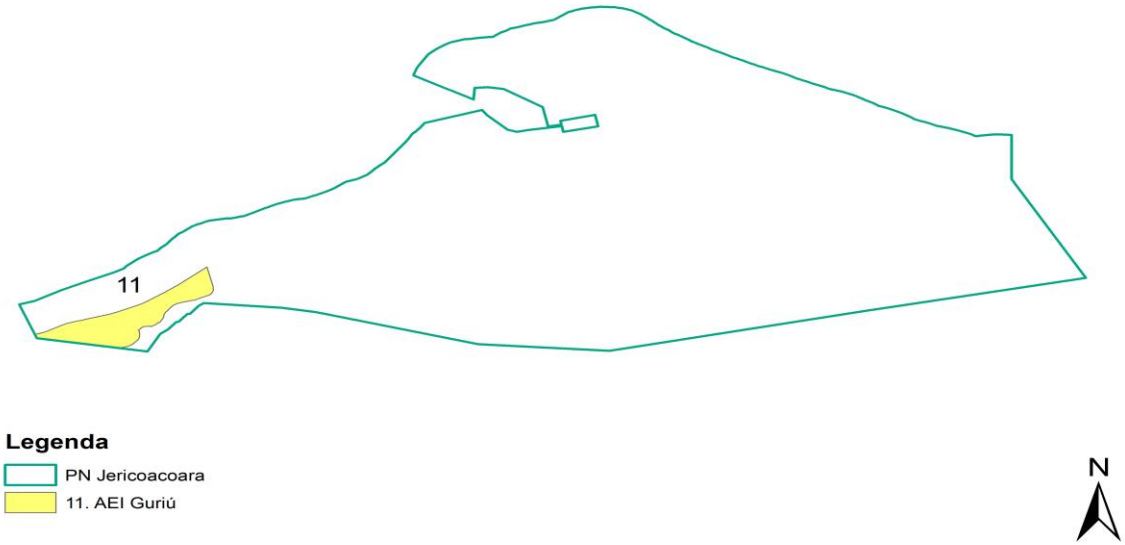


Figura 4-21 – Localização da Área Estratégica Interna Guriú do Parque Nacional de Jericoacoara, no Estado do Ceará.

12 - AEI Marinha Oeste

Inserção no Zoneamento

Esta AEI configura uma faixa do oceano de 3 milhas náuticas (correspondente a 5,55km), no sentido noroeste do PN. Sendo totalmente inserida na Zona de Uso Extensivo Marinha Oeste.

Descrição Geográfica do Espaço

Esta área é uma longa faixa do oceano que fica na porção NW do parque, possuindo área de 3 milhas náuticas.

Esta AEI é formada pela porção de oceano que está no limite do PNJ, no sentido oeste. Nesta área há a pesca desembarcada de arrasto na porção sul, e mais adentro, há a pesca com embarcações.

Atividades, Subatividades e Normas

1) Implantar sinalização de delimitação do PNJ.

- Deverá ser utilizada sinalização náutica de bóias junto aos limites do PNJ.
- A AEI deverá ser amplamente sinalizada quanto às restrições das zonas de exclusão previstas no zoneamento, especialmente no que tange aos esportes náuticos.

2) Ordenar as atividades de esportes e recreação nesta AEI.

- O *Kitesurf*, *windsurf* serão permitidos ao longo da AEI, respeitadas as zonas de exclusão.
- A prática dos esportes náuticos previstos nesta AEI fica condicionada ao uso de equipamentos de segurança inerentes a cada atividade.

2.1) É proibido o uso de embarcações motorizadas para recreação, tais como *jet sky* e *banana boat*

- É admitido o uso de embarcações motorizadas somente para atividades de mergulho, resgate e salvamento

3) Retirar e proibir a instalação de currais de pesca.

4) Promover pesquisas sobre os impactos das atividades pesqueiras na dinâmica populacional das espécies.

5) Incentivar pesquisa sobre o hábito e distribuição das tartarugas marinhas

6) Proibir embarcações de pesca nesta AEI, salvo aquelas devidamente contempladas no TAC da pesca ou voltadas para as atividades regulamentadas de uso público.

Ilustração

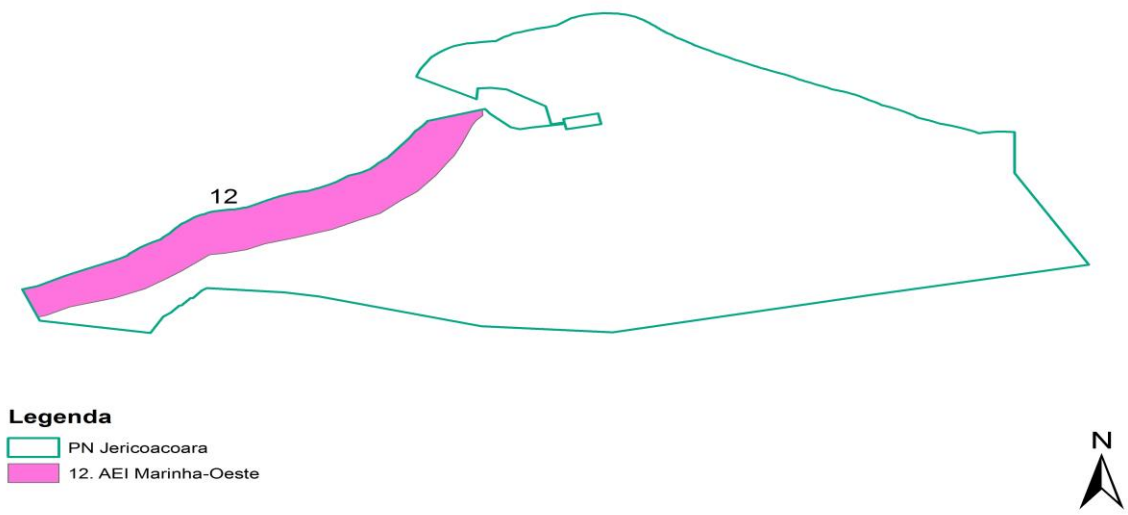


Figura 4-22 – Localização da Área Estratégica Interna Marinha Oeste do Parque Nacional de Jericoacoara, no Estado do Ceará.

13 - AEI Marinha Leste

Inserção no Zoneamento

Esta AEI configura uma faixa do oceano de 3 milhas náuticas ou 5,55 quilometros, no sentido nordeste do PN. Sendo totalmente inserida na Zona de Uso Extensivo Marinha Leste.

Descrição Geográfica do Espaço

Esta área é uma longa faixa do oceano que fica na porção NE do PN, possuindo área de 3 milhas náuticas.

Esta AEI é formada pela porção de oceano que está no limite do PNJ, no sentido leste. Nesta área também há a pesca desembarcada de arrasto na porção sul, e mais adentro, há a pesca com embarcações.

Atividades, Subatividades e Normas

1) Implantar sinalização de delimitação do PNJ.

- Deverá ser utilizada sinalização náutica de bóias junto aos limites do PNJ.
- A AEI deverá ser amplamente sinalizada quanto às restrições das zonas de exclusão previstas no zoneamento, especialmente no que tange aos esportes náuticos.

2) Ordenar as atividades de esportes e recreação nesta AEI.

- O *Kitesurf*, *windsurf* serão permitidos ao longo da AEI, respeitadas as zonas de exclusão.
- A prática dos esportes náuticos previstos nesta AEI fica condicionada ao uso de equipamentos de segurança inerentes a cada atividade.

2.1) É proibido o uso de embarcações motorizadas para recreação, tais como *jet sky* e banana *boat*

- É admitido o uso de embarcações motorizadas somente para atividades de mergulho, resgate e salvamento.

3) Ordenar a pesca e estabelecer o TAC da pesca para as atividades desenvolvidas nesta AEI.

- Deverão ser observados os acordos já existentes entre os pescadores desta AEI e a SEMACE quanto aos petrechos de pesca, malhas de redes, entre outros.

3.1) Envolver o Ministério Público e o Ministério da Pesca e a Colonia de Pescadores Z-22.

3.2) Ordenar as estruturas utilizadas para as atividades de pesca.

3.3) Limitar a atividade a três meses ao ano.

4) Promover pesquisas sobre os impactos das atividades pesqueiras na dinâmica populacional das espécies.

5) Incentivar pesquisa sobre o hábito e distribuição das tartarugas marinhas.

6) Proibir embarcações de pesca nesta AEI, salvo aquelas devidamente contempladas no TAC da pesca ou voltadas para as atividades regulamentadas de uso público.

7) Realizar estudo de viabilidade da atividade de passeio de barco nesta AEI.

- O passeio poderá ser feito preferencialmente com escuna.
- Deverá ocorrer sem porto de embarque, mas com o uso de transporte por barco menor (embarque e desembarque remoto).
- Esta atividade deverá ser concessionada.
- O passeio terá como objetivo avistar a Pedra Furada e o Serrote a partir do mar.
- Deverão ser resgatadas, de forma interpretativa, as histórias de descobrimento dessa região por Vincente Pinzón.

8) Estudar viabilidade econômica e a sazonalidade para esse passeio, antes da concessão.

9) Contatar instituições para o estudo de viabilidade e para a seleção de eventuais operadoras para o passeio.

10) Observar e repassar ao instrumento legal de concessão, todas as condições de segurança para a regulamentação deste passeio, conforme o que dispuser estudo específico para tal.

11) Realizar fiscalização periódica nesta AEI, com uso de embarcações apropriadas.

12) Adquirir equipamentos de apoio à fiscalização náutica.

- Deverá ser adquirido bote inflável com motor de popa 40 HP, de quatro tempos, com carreta e equipamentos de segurança individual (coletes), GPS e Rádio de comunicação para viabilizar as ações de fiscalização.

12.1) Prever pessoal e capacitação com Arrais e mestre amador para pilotagem das embarcações.

12.2) Solicitar à marinha seu apoio para a fiscalização.

Ilustração

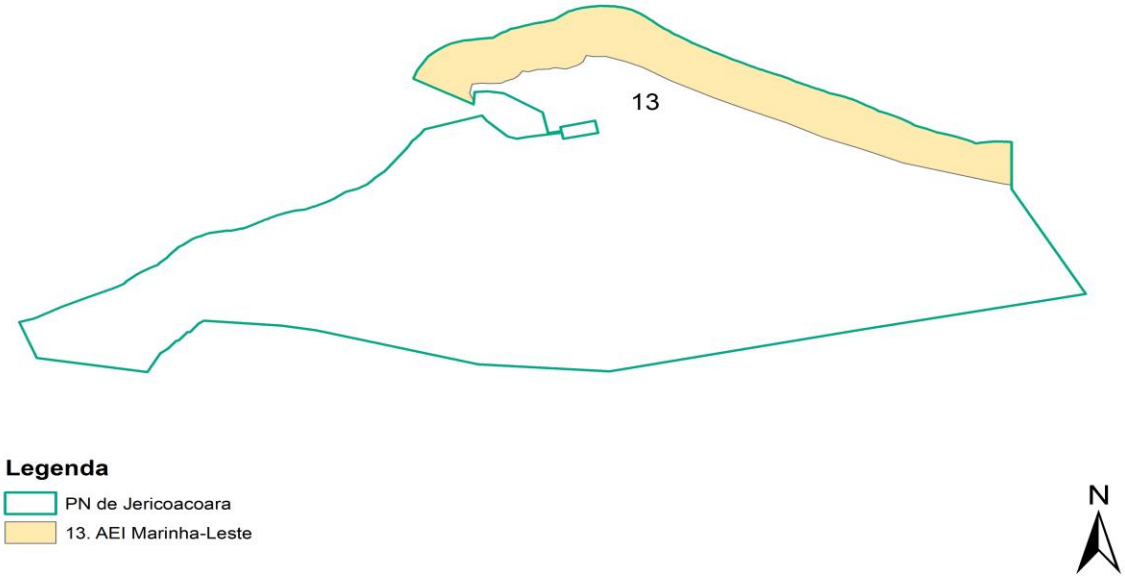


Figura 4-23 – Localização da Área Estratégica Interna Marinha Leste do Parque Nacional de Jericoacoara, no Estado do Ceará.

14 - AEI Serrote e Malhada

Inserção no Zoneamento

Ao norte, uma pequena porção desta AEI é englobada pela Zona de Uso Intensivo Acessos Preá e Serrote, fazendo limite com a Zona de Uso Extensivo Marinha Leste, onde está inserida a AEI Marinha Leste. Porém a maior porção deste segmento está inserida na Zona de Uso Extensivo Serrote; e uma pequena porção ao sul está na Zona de Recuperação Base Serrote Norte. Nesta AEI está contida toda a área da Zona de Uso Conflitante Farol.

Descrição Geográfica do Espaço

Este segmento fica no Município de Jijoca de Jericoacoara, no extremo norte do PN, com área aproximada de 236,048ha. Na porção norte limita-se com a praia. Nesta área tem Farol de Jericoacoara, bem como estradas de areia ao longo de sua extensão. Na porção oeste faz limite com o Vilarejo de Jericoacoara. No centro de sua extensão tem a coordenada UTM E= 332874,67 e N= 9691441,608.

Em toda a extensão do limite norte esta AEI é formada por praia. Logo abaixo da praia, há a formação de solos Litólicos, que são solos pouco desenvolvidos, muito rasos e com textura arenosa, geralmente em encostas de morros e bordas de chapadas, onde há grande susceptibilidade à erosão, conferindo uma fragilidade alta à este local, havendo a formação de serrote. Estão presentes dunas móveis de terceira geração, que estão posicionadas sobre os terraços marinhos holocênicos e que bordejam o litoral de forma contínua, onde a vegetação encontrada é rasteira. No limite sudoeste há a área de uso antrópico Água Tratada.

Resultados Esperados

- Conhecimento dos atributos naturais, culturais e históricos, por parte dos visitantes, obtido.
- Trilhas implantadas.
- Segurança e orientação dos visitantes garantida.
- Venda ordenada de produtos, alimentos e bebidas.
- Informações, serviços e atividades disponíveis no Parque implantados e divulgados aos visitantes.
- Visitação pública em andamento e monitorada, com avaliação dos diferentes tipos de impacto.
- Áreas degradadas recuperadas e em recuperação.
- Sinalização implantada.
- Projetos específicos para visitação pública, elaborados e infraestrutura necessária instalada.

Indicadores

- Diminuição do número de impactos ambientais da área.
- Número de edificações em bom estado de conservação.
- Número de publicações distribuídas.
- Número de atendimentos aos visitantes no CV.
- Número de equipamentos disponíveis para o desenvolvimento da visitação.

Atividades, Subatividades e Normas

1) Instalar lixeiras próximas ao CV e onde hoje é a sede do Parque, observando as adaptações necessárias apresentadas nas Ações Gerenciais Gerais.

2) Implantar ações específicas do projeto de recuperação já existente, de modo a favorecer a retomada da cobertura vegetal.

- Conforme previsto no projeto, deverá ser feita fixação de placas informativas e educacionais a respeito da recuperação da vegetação.

2.1) Bloquear do acesso de animais para o pastoreio com uso de cercas nos lugares mais frágeis.

2.2) Realizar fiscalização permanente para garantir o mínimo de intervenção e a recuperação da área.

3) Adotar uma das metodologias de manejo do impacto da visitação para a AEI e aplicar as ferramentas por ela indicada, de modo a aprimorar os números de visitantes nos atrativos e dos praticantes das diversas atividades.

3.1) Registrar os números atuais de visitação, ao longo de um ano.

- Enquanto não tiver início a aplicação da metodologia de manejo do impacto da visitação para o atrativo, serão adotados os seguintes números atuais para permanência de pessoas por dia, números de pessoas por grupo e tempo de visitação.

4) Elaborar projeto específico para visitação pública desta AEI que inclua adequações ambientais relacionadas ao ordenamento do fluxo de visitantes.

4.1) Sinalizar as entradas dos acessos secundários a essa área com placas informativas sobre a sua desativação.

4.2) Instalar em cada trilha e atrativo, banheiro, lixeiras e locais de dessedentação.

4.3) Elaborar e implantar projeto de interpretação ambiental e histórico-cultural para as trilhas.

- A interpretação das trilhas deverá ser realizada durante todo o seu percurso, devendo haver pontos de parada para uma interpretação mais direcionada.

- O projeto levará em conta as possibilidades de interpretação ambiental pelo guia ou condutor de visitantes, por meio de um folheto interpretativo da trilha.
- Quando o projeto previr, os instrumentos interpretativos a serem fixados na Trilha deverão ter baixo impacto visual e harmonizar com o ambiente.

4.4) Elaborar e disponibilizar um folheto interpretativo para cada trilha.

- O folheto deverá ser utilizado como apoio ao trabalho de interpretação pelos visitantes, servidores do PNJ ou parceiros habilitados.
- O folheto deve ser comprado nos PIC e nos CV do PNJ.

5) Desenvolver projeto específico para implantação de complexo de trilhas do Serrote, que contemple sinalização, interpretação ambiental e estruturas de apoio à visitação.

- A trilha do serrote tem como objetivo principal propiciar ao visitante oportunidades de um contato com a natureza e seus valores naturais (vegetação, geologia e geomorfologia). O ponto culminante dessa trilha é a Pedra Furada, um dos ícones do PNJ.
- No contexto dessa trilha a Pedra Furada pode ser alcançada por quatro trilhas, que compõe, no seu conjunto, a trilha do Serrote.
- Será proibido acesso com veículos motorizados no complexo de trilhas do Serrote.

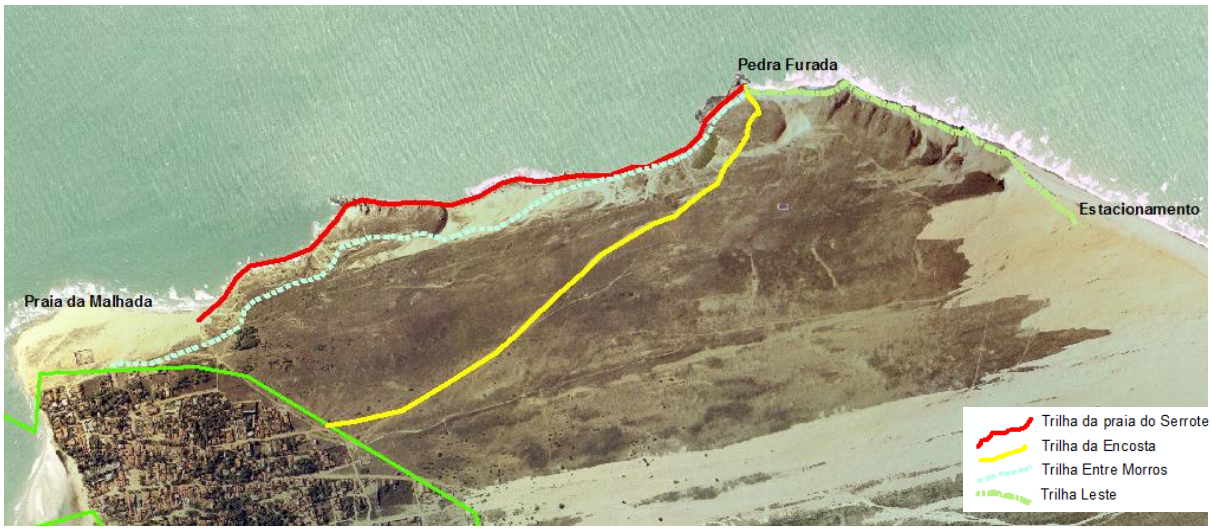


Figura 4-24 – Ilustração do complexo de trilhas do serrote.

6) Elaborar Projeto específico de estruturas de apoio à visitação.

6.1) Prever um projeto de recuperação do local e sistema de contenção de erosão.

6.2) Monitorar a trafegabilidade da trilha, estabelecendo indicadores e número balizador da visitação

6.3) Instalar um ponto de descanso ao longo desta trilha, conforme projeto específico.

6.4) Interpretar os atrativos e lendas existentes ao longo deste caminho.

- Deverão ser contemplados: a Pedra da Sereia, Gruta da princesa, Gruta Encantada e outras pequenas grutas, Piscina da Princesa, Sofá da Princesa, Pedra do Frade, Pedra da Tartaruga e Pedra do Sapo.

7) Projetar o traçado da trilha leste, a partir do estacionamento.

7.1) Fazer interpretação da trilha.

7.2) Instalar estruturas de apoio e facilitação para a trilha.

8) Promover uma interpretação geológica e geomorfológica dos atrativos.

- Deverão ser consultados pesquisadores das universidades da região para orientar monitores e condutores quanto às formações geológicas e geomorfológicas e suas curiosidades.

9) Projetar um mirante conforme projeto específico.

10) Prever monitores permanentes na Pedra Furada.

- Deverá ser feito um ordenamento em épocas de alta temporada, para facilitar a contemplação dos solstícios de verão e inverno, bem como o Pôr-do-sol nesse local.

11) Solicitar o mapeamento e descrição das grutas, junto ao CECAV.

12) Promover a retirada de todos os animais exóticos e domésticos.

- Os animais deverão ser encaminhados para a AEI Lagoa do Amâncio, no PIC a ser instalado nessa AEI até que tenham sua destinação estabelecida.

13) Elaborar estudo específico para avaliar a necessidade e o meio de erradicar a flora exótica desta AEI.

14) Solicitar a retirada de um muro caído nesta AEI, por parte da Marinha.

15) Incentivar a realização de pesquisa sobre dinâmica costeira.

Ilustração

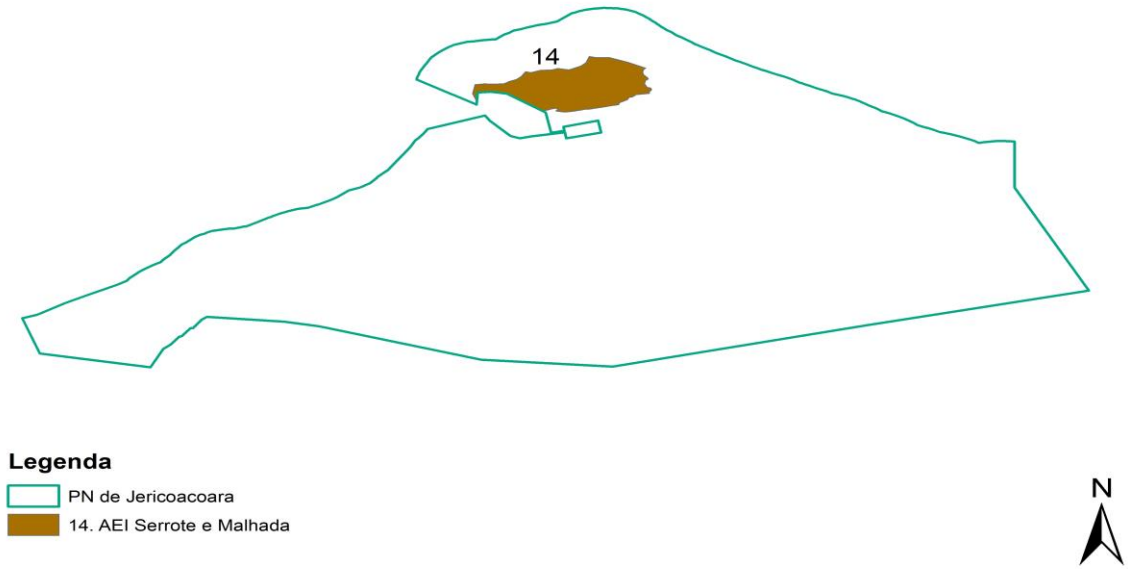


Figura 4-25 – Localização da Área Estratégica Interna Serrote e Malhada do Parque Nacional de Jericoacoara, no Estado do Ceará.

15 - AEI Estrada de Acesso Leste

Inserção no Zoneamento

Esta AEI é uma faixa que abrange a Zona de Uso Intensivo Acessos Preá e Serrote, que faz limite, no sentido norte, com a Zona de Uso Extensivo Marinha Leste da AEI Marinha Leste. Outra porção, no sentido oeste, está inserida entre as Zonas de Recuperação Base Serrote Norte e Base Serrote Sul; e na porção leste está inserida na Zona de Uso Intensivo Riacho Doce.

Descrição Geográfica do Espaço

A maior parte desse segmento está localizada no município de Jijoca de Jericoacoara, mas uma pequena porção está no Município de Cruz. Situa-se ao norte do PN, fazendo limite com a Praia do Riacho Doce. Sua área é de aproximadamente 392,884ha. Na porção oeste faz limite com a AEI Serrote e Pedra Malhada, e possui uma Estação de Tratamento. No centro de sua extensão tem a coordenada UTM E= 337178,295 e N= 9690344,463.

Esta AEI é composta principalmente por uma estrada de areia, que dá acesso ao vilarejo de Jericoacoara, com a presença de espécies herbáceas na vegetação marginal. É cortada, a leste, pela extensão do Riacho Doce, que deságua no mar.

Resultados Esperados

- Redução do tráfego de veículos na praia.
- Tráfego de veículos ordenado.
- Melhoria dos serviços de apoio ao turismo.
- Atividade de pesca regularizada e normatizada.

Indicadores

- Número de veículos que trafegam pela AEI.
- Quantidade de material de divulgação do PNJ distribuído.
- Atividades do TAC da pesca atendidas.

Atividades, Subatividades e Normas

1) Desenvolver projeto de interpretação ambiental nessa AEI.

2) Fazer interpretação da árvore da preguiça.

   - Poderão ser selecionadas outras formações similares do botão de mangue – *Conocarpus erectus* para atividade interpretativa.

3) Instalar placas informativas ao longo da estrada informando e destacando aspectos ambientais, culturais ou históricos relevantes.

   - Deverá ser indicada a passagem pelo Riacho Doce e Riacho Verde.
   - Deverá ser colocado um tóten ou placa interpretativa e informativa sobre o botão do mangue *Conocarpus erectus*, nas proximidades da árvore da preguiça.

4) Regulamentar o acesso de veículos na estrada que dá acesso à vila de Jericoacoara.

   - Estudo específico definirá as condições de acesso e de manejo da via.

5) Fazer monitoramento constante da qualidade da água no Riacho Doce e Riacho Verde.

   - Deverão ser analisados os parâmetros de óleos e graxas, monitorando os efeitos da passagem dos veículos dentro da água.

Ilustração

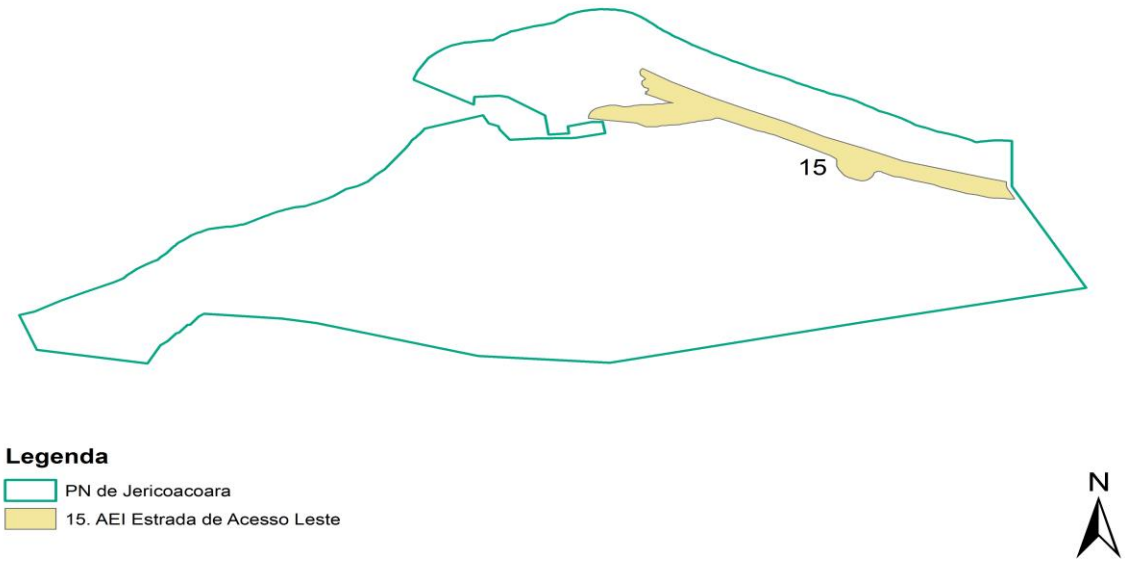


Figura 4-26 – Localização da Área Estratégica Interna Estrada de Acesso Leste do Parque Nacional de Jericoacoara, no Estado do Ceará.

16 - AEI Estrada e Lagoa do Amâncio

Inserção no Zoneamento

A Zona de Uso Conflitante Estrada Lagoa Grande, localizada no centro do limite do PN; a Zona de Uso Especial Sítio do Amâncio; e as Zonas de Ocupação Temporária Lagoa Grande – Leste e Lagoa Grande – Oeste possuem seus limites totalmente abrangidos por esta AEI. E no sentido sudeste esta AEI abrange quase todo o limite da Zona de Uso Extensivo Central, que faz limite com a Zona Primitiva Dunas Leste. Em sua porção oeste, esta área estratégica está inserida dentro da Zona de Recuperação Oeste. Limitando-se, na porção norte, com a área de uso antrópico Água Tratada; e na porção leste com a Zona de Recuperação Leste.

Descrição Geográfica do Espaço

Este segmento atravessa praticamente todo o parque, no sentido norte-sul. Com uma área de aproximadamente 670ha, abrange a Lagoa Murici, além de outras lagoas sem denominação. No centro de sua extensão tem a coordenada UTM E= 334724,121 e N= 9688784,436.

Nesta AEI são estabelecidos cordões interdunares com dunas móveis de segunda geração e por uma porção, ao sul, de Tabuleiro Pré-Litorâneo. O solo é formado por Areias Quartzosas Distróficas e por Areias Quartzosas Marinhas. Na vegetação há a presença de restinga arbórea; e vegetação rasteira, que é frágil e bastante impactada, devido à presença de diversas estradas de areia que dão acesso à porção norte do PNJ. No limite norte há a área de uso antrópico Água Tratada. Há ainda a presença de algumas lagoas em seu interior.

Resultados Esperados

- Quantidade de visitantes conhecido e controlado.
- Tráfego de veículos ordenado.
- Melhoria dos serviços de apoio ao turismo.

Indicadores

- Número de veículos que trafegam pela AEI.
- Número, que quilômetros, de trilhas não recuperadas.
- Quantidade de material de divulgação do PNJ distribuído.

Atividades, Subatividades e Normas

1) Elaborar o projeto específico e implantar o PIC da Lagoa Grande.

   ➢ Projeto deverá atender às demandas da gestão da UC:
   - Controlar a entrada de visitantes no PNJ.
   - Recepção, informação, orientação e triagem dos visitantes.
   - Divulgação do Parque.
   - Apoio à fiscalização.
   - Entre outras.

2) Dotar o PIC Lagoa Grande dos equipamentos necessários ao seu funcionamento.

3) Instalar placa informativa do acesso ao PNJ.

3.1) A placa deve ser instalada junto à portaria e ao estacionamento, com informações sobre: i) os atrativos e as normas para a sua visitação; ii) tempo estimado para a realização das atividades; iii) características ambientais e históricas da área; iv) outras informações pertinentes sobre o ambiente local ou as atividades a serem executadas.

4) Solicitar à Oi instalação de telefones públicos juntos ao PIC.

5) Instalar lixeiras próximas ao estacionamento.

6) Dotar o PIC de pessoal.

7) Promover o treinamento do pessoal que atuará no PIC.

8) Realizar monitoramento contínuo do fluxo e tipo de veículos que acessam o PNJ.

- Deverá ser registrada a entrada de todos os veículos no PNJ, que passarem pelo PIC.

9) Ordenar o tráfego de veículos.

- Não poderão passar caminhões, veículos a partir de 3 eixos, carros particulares, inclusive moto.
- Os carros de servidores, trabalhadores e moradores da Vila de Jericoacoara terão acesso livre mediante cadastro prévio.

9.1) Cadastrar os prestadores de serviços de transporte coletivo.

9.2) Delimitar e demarcar a trilha eixo da Lagoa Grande e das trilhas intermediárias associadas às do Riacho Doce e da trilha do finado Olavo.

9.3) Implantar placas informativas. Mapear a trafegabilidade constantemente

9.4) Elaborar um projeto específico para o remanejamento de balisadores nesta trilha.

- Deverão ser implantadas placas informativas sobre a existência e a importância dos balisadores.

9.5) Mapear a trafegabilidade das trilhas constantemente, ouvindo inclusive os prestadores de serviço de transporte, como um dos indicadores a determinar o remanejamento de balisadores.

9.6) Promover conscientização dos usuários e sensibilização para que se mantenham nos trilheiros.

- Eventuais descumprimentos quanto ao uso das trilhas, poderão implicar em advertência, notificação e suspensão da autorização dos prestadores de serviço de transporte cadastrados que utilizam esta trilha.

9.7) Monitorar a sazonalidade climática para o direcionamento de acesso.

10) Indenizar, demolir e recuperar as edificações inseridas dentro do limite desta AEI.

- Apenas as edificações do Sítio do Amâncio serão reformadas e adequadas ao uso do PNJ.

11) Cercar o PNJ, no seu limite, ao longo desta AEI.

12) Intensificar a fiscalização para esta AEI.

- O foco principal da fiscalização deverá estar voltado para o cumprimento das normas relacionadas ao tráfego de veículos, obedecendo as trilhas demarcadas.

13) Instalar sinalização educativa e interpretativa na Lagoa do Amâncio, Duna do Lixão e Dunas da Casa Rica.

13.1) Prever painel informativo.

14) Fazer projeto e reformar a casa do Sitio do Amâncio.

- Deverá ser prevista a ampliação e reforma da casa principal e o reforço da cerca.
- Todos os animais apreendidos deverão ser confinados no cercado deste sítio.
- A casa deverá contar ainda com alojamento para pesquisadores e para conveniados.

14.1) Prever instalações de apoio para a fiscalização e para a PMTur.

15) Desenvolver trilha interpretativa nas dunas da casa rica.

15.1) Prever um estacionamento para o acesso a este segmento.

Ilustração

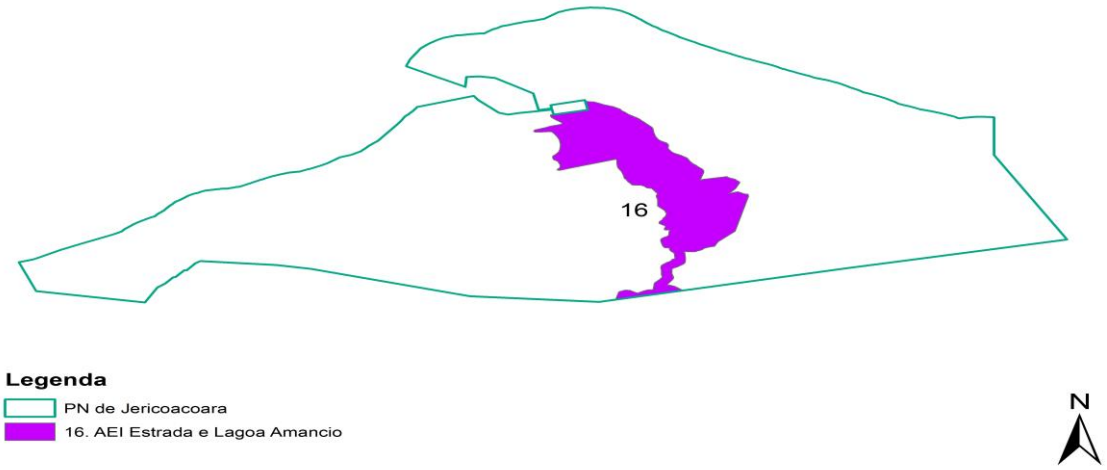


Figura 4-27 – Localização da Área Estratégica Interna Estrada e Lagoa do Amâncio do Parque Nacional de Jericoacoara, no Estado do Ceará.

17 - AEI Duna do Pôr-do-sol e Lagoa dos Homens

Inserção no Zoneamento

Esta área estratégica possui todo o seu limite inserido na Zona de Uso Intensivo Acessos Mangue Seco, localizado ao norte do PN, onde faz limite com a Zona de Uso Extensivo Marinha Oeste da AEI Marinha Oeste.

Descrição Geográfica do Espaço

Este segmento localiza-se no Município de Jijoca de Jericoacoara, e no extremo norte do limite do PN. Sua área é de aproximadamente 51,313ha. Na porção leste se encontra o vilarejo de Jericoacoara e do lado oeste, a praia. Toda a sua extensão é constituída principalmente por dunas.

É principalmente composta por dunas móveis de segunda geração com sedimentos eólicos; e por cordões interdunares com uma pequena porção de praia, ao norte. Não há vegetação nesta área.

Atividades, Subatividades e Normas

1) Autorizar a prática de *Kitesurf* na Lagoa dos Homens.

2) Instalar, nas proximidades da lagoa, um tóten com mapa e informação.

3) Solicitar à Prefeitura de Jijoca de Jericoacoara o ordenamento do estacionamento na Duna.

- Deverá ser proibido o estacionamento na base da Duna.

4) Demarcar o limite do Parque nesta AEI.

5) Instalar, nas proximidades da Duna do Pôr-do-sol, um totem com mapa e informação.

6) Direcionar o tráfego entre as dunas do Pôr-do-sol e da lagoa dos homens.

- É proibido o fluxo de veículo na faixa entre marés na face norte da Duna do Pôr-do-Sol.
- É proibido o fluxo de veículo sobre as dunas da AEI Duna do Pôr-do-sol e Lagoa dos Homens.

Ilustração

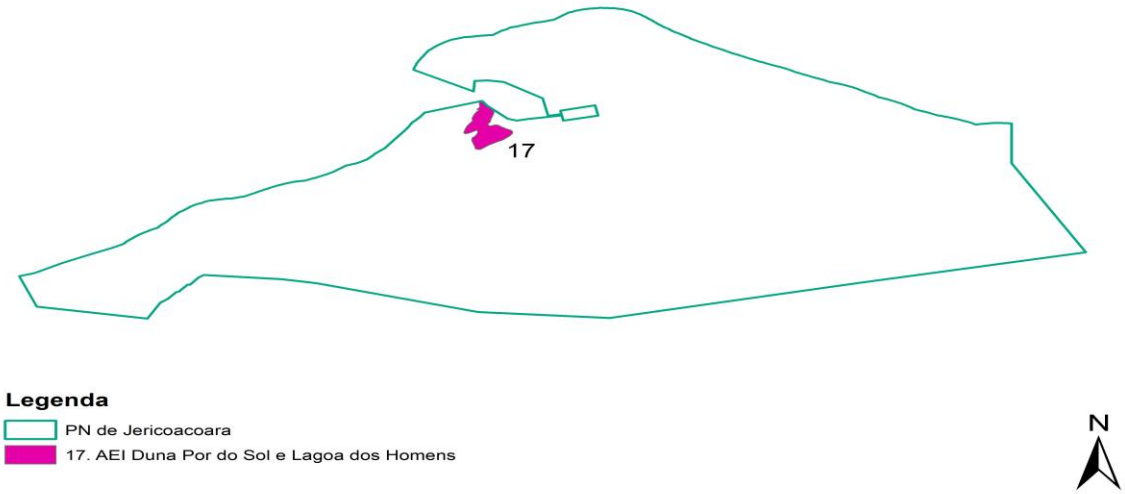
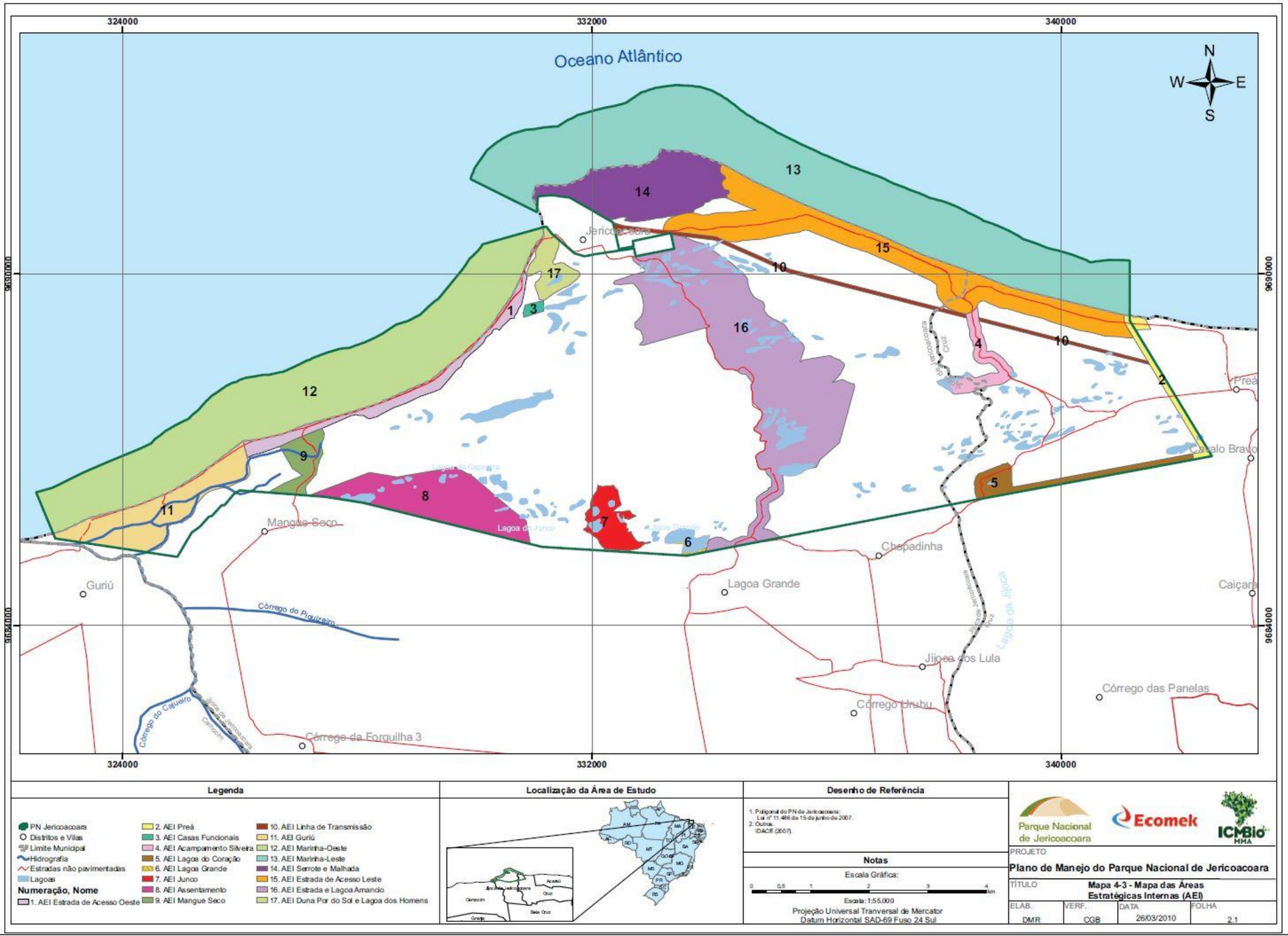


Figura 4-28 – Localização da Área Estratégica Interna Duna do Pôr-do-sol e Lagoa dos Homens do Parque Nacional de Jericoacoara, no Estado do Ceará.

Documento alterado pela Portaria ICMBio Nº 377, de 21 de julho de 2021



Mapa 4-3 – Mapa das Áreas Estratégicas Internas do Parque Nacional de Jericoacoara.

4-161

Em uma análise da Região do Parque Nacional de Jericoacoara foram identificadas ainda, quinze Áreas Estratégicas Externas (AEE), conforme ilustrado no Mapa 4-4, a saber:

1. AEE APA da Lagoa de Jijoca
2. AEE APA de Tatajuba
3. AEE Assentamento
4. AEE Córrego da Forquilha
5. AEE Integração
6. AEE Lagoa Grande
7. AEE Marinha
8. AEE Povoados da Barrinha, Castelhano e Carrapateira
9. AEE Povoados do Preá, Cavalo Bravo e Caiçara
10. AEE Reserva Legal
11. AEE Sede Municipal de Acaraú
12. AEE Sede Municipal de Camocim
13. AEE Sede Municipal de Cruz
14. AEE Sede Municipal de Jijoca de Jericoacoara
15. AEE Vila de Jericoacoara

O detalhamento das atividades, subatividades e normas, além das características espaciais de cada AEE, segue descrito abaixo:

1 - AEE APA da Lagoa de Jijoca

Descrição Geográfica do Espaço

A maior parte deste segmento está localizada no Município de Cruz, e uma pequena porção, na porção noroeste, está no Município de Jijoca de Jericoacoara, no limite sul do PNJ. Da coordenada E= 336072,9 e N= 9685665,334 até a coordenada E= 338120,72 e 9686062,428, no sentido leste, numa distância aproximada de 2.086 metros, a porção norte deste segmento faz limite com o PNJ. Com área de aproximadamente 3975,756ha, este segmento circunda quase toda a extensão da Lagoa da Jijoca. Abrangendo a Lagoa do Meio e a nascente do Córrego das Panelas, na parte norte; e a nascente do Córrego do Prefeito na porção sul.

Atividades, Subatividades e Normas

1) Iniciar uma articulação com as instituições gestoras da APA, buscando um entendimento para a criação de um mosaico.

2) Criar um Grupo de Trabalho (GT) composto por representantes das instituições gestoras das UC localizadas no entorno do PNJ, bem como seus respectivos chefes, com o intuito de discutir a gestão regional da área através do Mosaico.

- O GT deverá definir a viabilidade do mosaico, bem como a responsabilidade das partes envolvidas.
- O GT deverá elaborar projetos para a captação de recursos para a implementação do mosaico.
    - Os projetos poderão ser apresentados a instituições para captação de recursos e demais instituições que estejam interessadas.
    - Deverá ser solicitado apoio e parceria de pesquisadores para a elaboração desses projetos.

3) Definir normas conjuntas de uso e ocupação no mosaico.

3.1) Limitar o uso de agrotóxicos, o desenvolvimento de atividades significativamente poluidoras, a instalação de indústrias, lixões, depósitos de rejeitos, e empreendimentos de grande impacto ambiental.

4) Incentivar a prática de atividades ambientalmente sustentáveis nessas áreas, tais como o turismo ecológico, a agricultura orgânica, o artesanato, o beneficiamento de frutos e produtos de origem natural, entre outros.

5) Promover uma gestão participativa, com a criação de um conselho consultivo, contando com as lideranças locais.

6) Programar atividades integradas de educação e sensibilização ambiental para as comunidades e escolas do entorno.

- Deverão ser realizados debates, reuniões e palestras junto às comunidades locais sobre assuntos relativos a questões como geração e destinação do lixo, tempo de decomposição do lixo, importância da preservação dos recursos hídricos, potencialidade e aproveitamento das plantas, desmatamento, caça e pesca predatórias, queimadas, malefícios para o Parque com a criação de animais domésticos e exóticos, dentre outros.

7) Fazer gestão junto ao órgão gestor da APA para inclusão de um representante do PNJ no seu conselho consultivo.

Ilustração

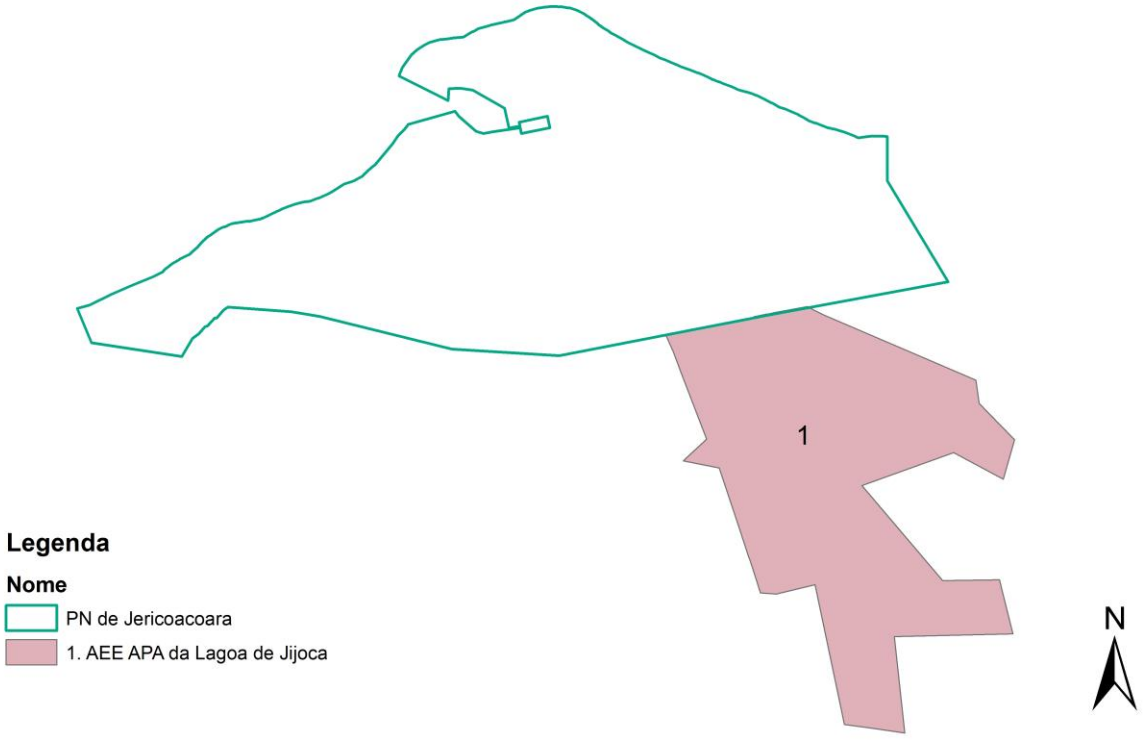


Figura 4-29 – Localização da Área Estratégica Externa Área de Proteção Ambiental da Lagoa de Jijoca.

2 - AEE APA de Tatajuba

Descrição Geográfica do Espaço

Com área aproximada de 4094,565ha, este segmento está localizado do lado oeste do PNJ, no Município de Camocim. Do ponto de coordenada E= 304394,754 e N= 9684814,703 até o ponto E= 322811,393 e N= 9685574,424 segue, rumo leste pela linha costeira no perímetro sul deste segmento, segue percorrendo uma distância aproximada de 18.435 metros. Esta zona é composta basicamente por dunas; pela foz do Lago Moréia e do Lago Grande.

Atividades, Subatividades e Normas

1) Iniciar uma articulação com as instituições gestoras da APA, buscando um entendimento para a criação de um mosaico.

2) Criar um GT composto por representantes das instituições gestoras das UC localizadas no entorno do PNJ, bem como seus respectivos chefes, com o intuito de discutir a gestão regional da área através do Mosaico.

- O GT deverá definir a viabilidade do mosaico, bem como a responsabilidade das partes envolvidas.
- O GT deverá elaborar projetos para a captação de recursos para a implementação do mosaico.
    - Os projetos poderão ser apresentados a instituições para captação de recursos e demais instituições que estejam interessadas.
    - Deverá ser solicitado apoio e parceria de pesquisadores para a elaboração desses projetos.

3) Definir normas conjuntas de uso e ocupação no mosaico.

3.1. Limitar o uso de agrotóxicos, o desenvolvimento de atividades significativamente poluidoras, a instalação de indústrias, lixões, depósitos de rejeitos, e empreendimentos de grande impacto ambiental.

4) Propor o enfrentamento conjunto da questão da carcinicultura, que afeta as duas UC.

5) Incentivar a prática de atividades ambientalmente sustentáveis nessas áreas, tais como o turismo ecológico, a agricultura orgânica, o artesanato, o beneficiamento de frutos e produtos de origem natural, entre outros.

6) Promover uma gestão participativa, com a criação de um conselho consultivo, contando com as lideranças locais.

7) Fazer gestão junto ao órgão gestor da APA para inclusão de um representante do PNJ no seu conselho consultivo.

Ilustração

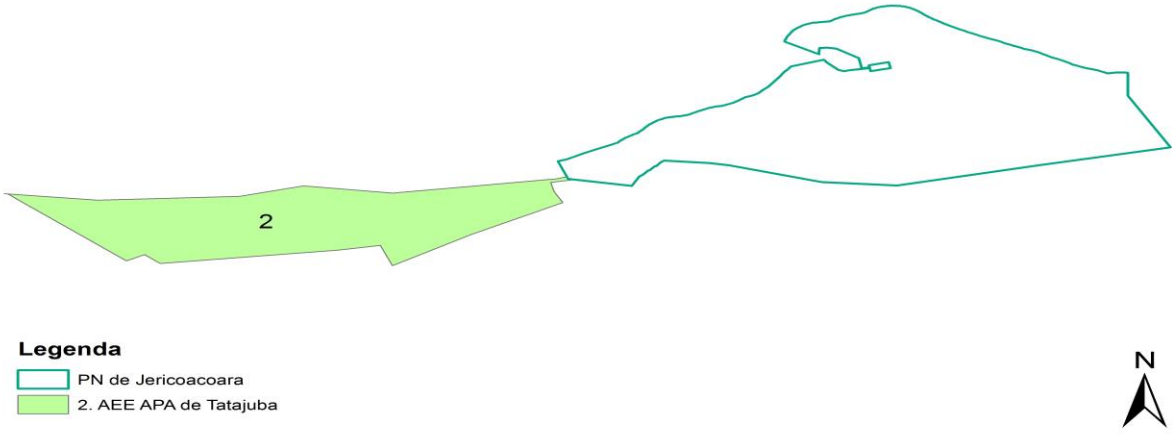


Figura 4-30 – Localização da Área Estratégica Externa Área de Proteção Ambiental de Tatajuba.

3 - AEE Assentamento

Descrição Geográfica do Espaço

Esse assentamento é identificado pelo INCRA como Glebas 1, 2 e 3 e possui uma área total de 4.131ha, excluído as áreas que estão no interior do PN. Possuem área aproximada de 3.856,06ha, entre os Municípios de Camocim e Jijoca de Jericoacoara. O limite norte desta área se sobrepõe com parte do limite sul do PNJ, no sentido SW. Nesta região está a foz do Córrego do Cajueiro, do Lago do Córrego da Forquilha, e do Córrego do Pequizeiro, além da Lagoa Azeda e da Lagoa do Carapeba.

Atividades, Subatividades e Normas

1) Desenvolver trilha de acesso dentro da Vila do Guriú e fora do Mangue, para dar continuidade a passagem da balsa.

2) Implementar um programa de capacitação e qualificação dos moradores do assentamento e dos pescadores da região para a condução de visitantes.

- O programa de capacitação devera ser desenvolvido em conjunto com órgãos oficiais de turismo.
- As ações serão desenvolvidas tendo como principio a valorização da cultura local, em especial no caso da comunidade.

2.1 Estabelecer parceria com os órgãos oficiais de turismo, prefeituras, ONG locais e a comunidade visando instalar, nesta comunidade, estruturas para apoio a visitantes que se dirijam ao PNJ passando pela comunidade.

- Deverá ser estimulado o desenvolvimento de turismo com base comunitária, tendo o foco na fabricação do mocororó, cajuína, entre outros derivados do caju, bem como, da farinha e tapioca, derivados da mandioca.

3) Envolver a comunidade nos programas de sensibilização ambiental do Parque.

3.1 Deverão ser priorizadas atividades de maior sensibilização sobre os impactos da carcinicultura sobre os recursos naturais.

4) Articular cursos de capacitação para a comunidade com vistas ao atendimento ao turista, a alternativas de renda, a organização de associações e cooperativas, dentre outros.

5) Sinalizar os acessos às trilhas e atrativos do Parque.

- Deverão ser instaladas placas de sinalização indicativa nas ruas que dão acesso aos atrativos, de forma a orientar os visitantes.
- Deverá ser negociada com a Prefeitura, a sinalização urbana das trilhas.

6) Buscar parceria junto à Prefeitura Municipal para promoção de cursos de capacitação para as comunidades locais, em especial em atividades econômicas alternativas.

6.1 Contatar instituições como o SEBRAE e o SENAC visando a oferta de treinamento e capacitação de mão-de-obra destinada ao turismo, ao artesanato e ao beneficiamento de frutas.

7) Identificar e difundir, junto às comunidades, as fontes de financiamento potenciais para a implantação de atividades de desenvolvimento sustentável.

8) Programar atividades de educação e sensibilização ambiental para as comunidades e escolas.

- Deverão ser realizados debates, reuniões e palestras junto às comunidades locais sobre assuntos relativos a questões como geração e destinação do lixo, tempo de decomposição do lixo, importância da preservação dos recursos hídricos, potencialidade e aproveitamento das plantas, desmatamento, caça e pesca predatórias, queimadas, malefícios para o Parque com a criação de animais domésticos e exóticos, dentre outros.

9) Garantir a participação das escolas municipais no programa de sensibilização ambiental do PNJ.

9.1 Promover visitas de grupos de interesse ao Centro de Visitantes, num programa regular de sensibilização ambiental.

9.2 Promover a participação das escolas nos eventos do PNJ realizados em datas comemorativas.

- Solicitar junto à prefeitura a disponibilização de um onibus para o translado dos alunos da rede oficial de ensino ao Centro de Visitantes.

10) Programar, junto com a Prefeitura e escolas, eventos de educação e sensibilização ambiental, tais como, concursos de redação e desenhos, gincanas, mutirão de limpeza e outros cujo tema central seja o meio ambiente e o Parque.

11) Participar das festividades municipais buscando espaço para a divulgação do PNJ.

12) Vistoriar, periodicamente, os pontos de captação de água (cacimbas, cisternas e poços) buscando identificar possíveis irregularidades ou contaminações.

12.1 Procurar orientar os proprietários sobre os riscos de contaminação do lençol freático e seus reflexos na saúde da população.

Ilustração

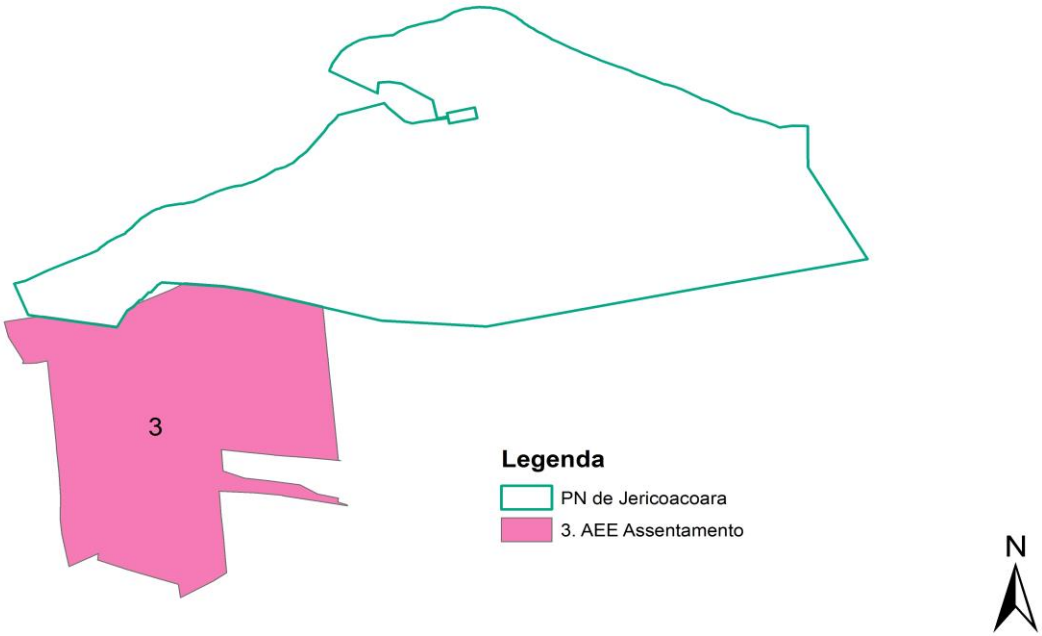


Figura 4-31 – Localização da Área Estratégica Externa Assentamento.

4 - AEE Córrego da Forquilha

Descrição Geográfica do Espaço

O segmento, com área aproximada de 707,278ha, está localizado ao sul do PN, no Município de Jijoca de Jericoacoara. Na parte oeste, faz limite com as Áreas Estratégicas Externas Assentamento e Reserva Legal; e na porção leste, com a Área Estratégica Externa Lagoa Grande. Todo o limite sul está ao longo da extensão do Córrego Forquilha, sentido foz. No centro tem coordenadas E= 331837,116 e N= 9680999,215, aproximadamente.

Atividades, Subatividades e Normas

1) Consolidar o manejo do destino dos resíduos sólidos, visando reciclagem e a compostagem.

2) Implementar um programa de capacitação e qualificação dos moradores da região para a condução de visitantes.

- O programa de capacitação devera ser desenvolvido em conjunto com órgãos oficiais de turismo.
- As ações serão desenvolvidas tendo como principio a valorização da cultura local, em especial no caso da comunidade.

2.1 Estabelecer parceria com os órgãos oficiais de turismo, prefeituras, ONG locais e a comunidade visando instalar, nesta comunidade, estruturas para apoio a visitantes que se dirijam ao PNJ passando pela comunidade.

- Deverá ser estimulado o desenvolvimento de turismo com base comunitária, tendo o foco na fabricação do mocororó, cajuína, entre outros derivados do caju, bem como, da farinha e tapioca, derivados da mandioca.

3) Envolver a comunidade nos programas de sensibilização ambiental do Parque.

4) Articular cursos de capacitação para a comunidade com vistas ao atendimento ao turista, a alternativas de renda, a organização de associações e cooperativas, dentre outros.

5) Sinalizar os acessos às trilhas e atrativos do Parque.

- Deverão ser instaladas placas de sinalização indicativa nas ruas que dão acesso aos atrativos, de forma a orientar os visitantes.
- Deverá ser negociada com a Prefeitura, a sinalização urbana das trilhas.

6) Buscar parceria junto à Prefeitura Municipal para promoção de cursos de capacitação para as comunidades locais, em especial em atividades econômicas alternativas.

6.1Contatar instituições como o SEBRAE e o SENAC visando a oferta de treinamento e capacitação de mão-de-obra destinada ao turismo, ao artesanato e ao beneficiamento de frutas.

7) Identificar e difundir, junto às comunidades, as fontes de financiamento potenciais para a implantação de atividades de desenvolvimento sustentável.

8) Programar atividades de educação e sensibilização ambiental para as comunidades e escolas.

- Deverão ser realizados debates, reuniões e palestras junto às comunidades locais sobre assuntos relativos a questões como geração e destinação do lixo, tempo de decomposição do lixo, importância da preservação dos recursos hídricos, potencialidade e aproveitamento das plantas, desmatamento, caça e pesca predatórias, queimadas, malefícios para o Parque com a criação de animais domésticos e exóticos, dentre outros.

9) Garantir a participação das escolas municipais no programa de sensibilização ambiental do PNJ.

9.1 Promover visitas de grupos de interesse ao Centro de Visitantes, num programa regular de sensibilização ambiental.

9.2 Promover a participação das escolas nos eventos do PNJ realizados em datas comemorativas.

- Solicitar junto à prefeitura a disponibilização de um onibus para o translado dos alunos da rede oficial de ensino ao Centro de Visitantes.

10) Programar, junto com a Prefeitura e escolas, eventos de educação e sensibilização ambiental, tais como, concursos de redação e desenhos, gincanas, mutirão de limpeza e outros cujo tema central seja o meio ambiente e o Parque.

11) Participar das festividades municipais buscando espaço para a divulgação do PNJ.

12) Vistoriar, periodicamente, os pontos de captação de água (cacimbas, cisternas e poços) buscando identificar possíveis irregularidades ou contaminações.

12.1 Procurar orientar os proprietários sobre os riscos de contaminação do lençol freático e seus reflexos na saúde da população.

Ilustração

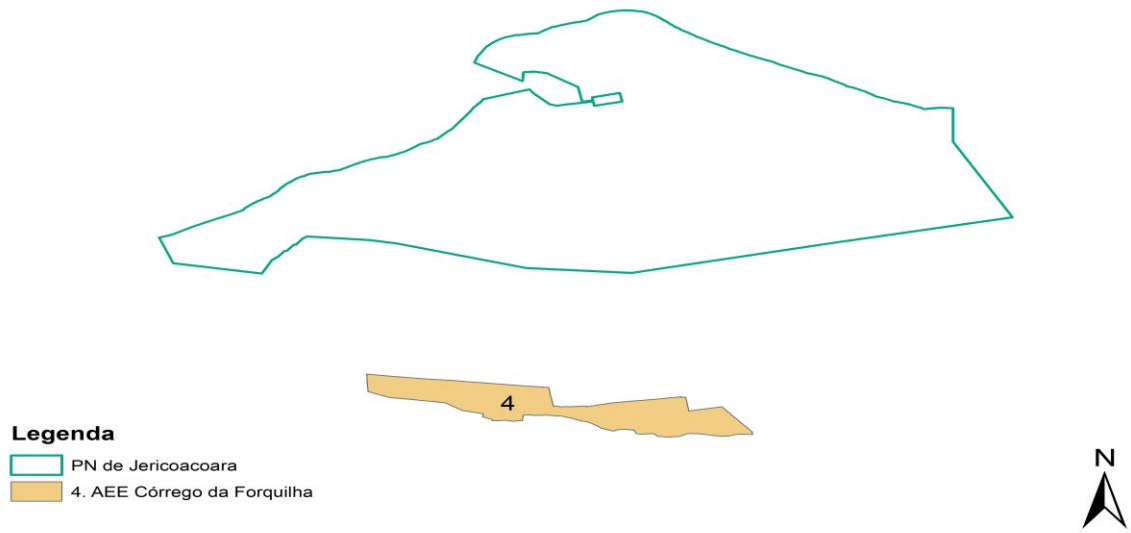


Figura 4-32 – Localização da Área Estratégica Externa Córrego da Forquilha.

5 - AEE Integração

Descrição Geográfica do Espaço

Esta área faz limite com o Parque a noroeste e a nordeste, próximo do mangue e a sudeste faz limite com a Área Estratégica Externa Assentamento em uma reta de início no limite do PN no ponto de coordenada UTM Fuso 24 326525E/9686263SE e fim no ponto de coordenada UTM Fuso 24 325326E/9685707S. Possui uma área de aproximadamente 19ha e um perímetro de 2.775m.

Localizado no Município de Jijoca de Jericoacoara, esta AEE possui área aproximada de 19,944ha. Está no limite sul, sentido oeste, do PN. Na porção sul deste segmento está a

Área Estratégica Assentamento. No centro tem coordenada aproximada de E= 325991,257 e N= 9686146,490.

Atividades, Subatividades e Normas

1) Verificar a titularidade desta área.

- Caso a área seja comprovadamente pública, deverá ser analisada a possibilidade de incorporar desta AEE ao PNJ.

2) Colocar estrutura de acesso às atividades previstas na AEI Mangue Seco/Guriú.

3) Promover fiscalização desta área com o objetivo de garantir a integridade dos ecossistemas por ela abrangida.

Ilustração

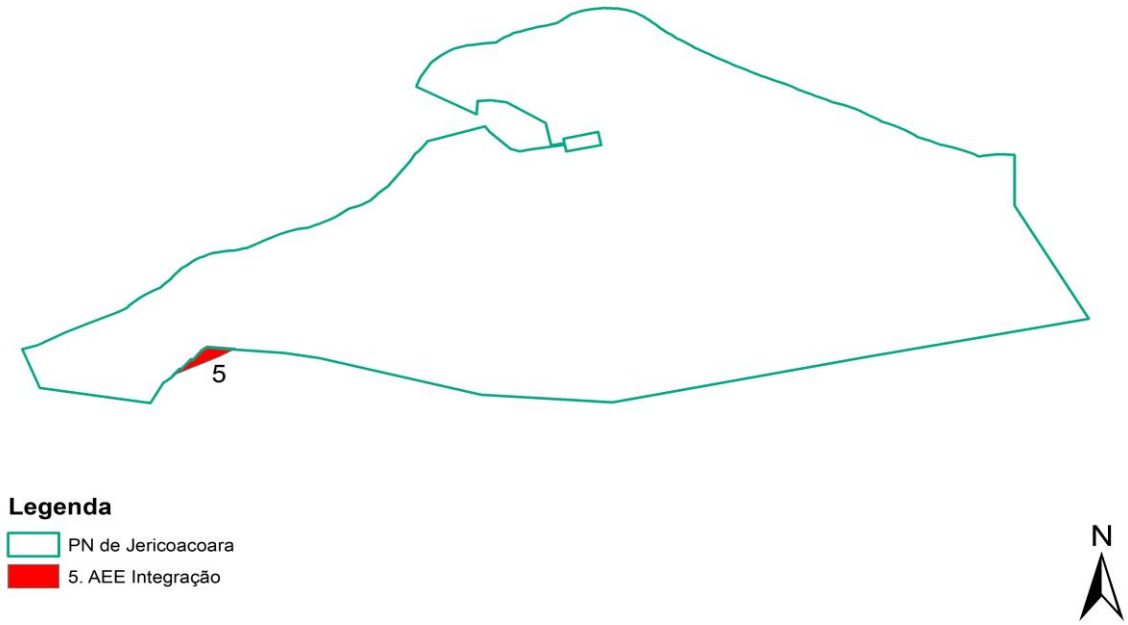


Figura 4-33 – Localização da Área Estratégica Externa Integração.

6 - AEE Lagoa Grande

Descrição Geográfica do Espaço

Com área aproximada de 1.300,98ha, este segmento está localizado no Município de Jijoca de Jericoacoara. Está no limite sul, sentido leste, do PN. A leste está a Área Estratégica APA da Lagoa da Jijoca; e ao sul está a Área Estratégica Córrego da Forquilha. No centro tem coordenada aproximada de E= 335.306,891 e N= 9.683.234,324.

Atividades, Subatividades e Normas

1) Resgatar as atividades de artesanato e renda.

1.1 Fomentar a divulgação e a produção desses produtos.

2) Consolidar o manejo do destino dos resíduos sólidos, visando reciclagem e a compostagem.

3) Implementar um programa de capacitação e qualificação dos moradores da região para a condução de visitantes.

- O programa de capacitação devera ser desenvolvido em conjunto com órgãos oficiais de turismo.
- As ações serão desenvolvidas tendo como principio a valorização da cultura local, em especial no caso da comunidade.

3.1 Estabelecer parceria com os órgãos oficiais de turismo, prefeituras, ONG locais e a comunidade visando instalar, nesta comunidade, estruturas para apoio a visitantes que se dirijam ao PNJ passando pela comunidade.

- Deverá ser estimulado o desenvolvimento de turismo com base comunitária, tendo o foco na fabricação do mocororó, cajuína, entre outros derivados do caju, bem como, da farinha e tapioca, derivados da mandioca.

4) Envolver a comunidade nos programas de sensibilização ambiental do Parque.

5) Articular cursos de capacitação para a comunidade com vistas ao atendimento ao turista, a alternativas de renda, a organização de associações e cooperativas, dentre outros.

6) Sinalizar os acessos às trilhas e atrativos do Parque.

- Deverão ser instaladas placas de sinalização indicativa nas ruas que dão acesso aos atrativos, de forma a orientar os visitantes.
- Deverá ser negociada com a Prefeitura, a sinalização urbana das trilhas.

7) Buscar parceria junto à Prefeitura Municipal para promoção de cursos de capacitação para as comunidades locais, em especial em atividades econômicas alternativas.

7.1 Contatar instituições como o SEBRAE e o SENAC visando a oferta de treinamento e capacitação de mão-de-obra destinada ao turismo, ao artesanato e ao beneficiamento de frutas.

8) Identificar e difundir, junto às comunidades, as fontes de financiamento potenciais para a implantação de atividades de desenvolvimento sustentável.

9) Programar atividades de educação e sensibilização ambiental para as comunidades e escolas.

- Deverão ser realizados debates, reuniões e palestras junto às comunidades locais sobre assuntos relativos a questões como geração e destinação do lixo, tempo de decomposição do lixo, importância da preservação dos recursos hídricos, potencialidade e aproveitamento das plantas, desmatamento, caça e pesca predatórias, queimadas, malefícios para o Parque com a criação de animais domésticos e exóticos, dentre outros.

10) Programar, junto com a Prefeitura e escolas, eventos de educação e sensibilização ambiental, tais como, concursos de redação e desenhos, gincanas, mutirão de limpeza e outros cujo tema central seja o meio ambiente e o Parque.

11) Participar das festividades municipais buscando espaço para a divulgação do PNJ.

12) Vistoriar, periodicamente, os pontos de captação de água (cacimbas, cisternas e poços) buscando identificar possíveis irregularidades ou contaminações.

12.1 Procurar orientar os proprietários sobre os riscos de contaminação do lençol freático e seus reflexos na saúde da população.

Ilustração

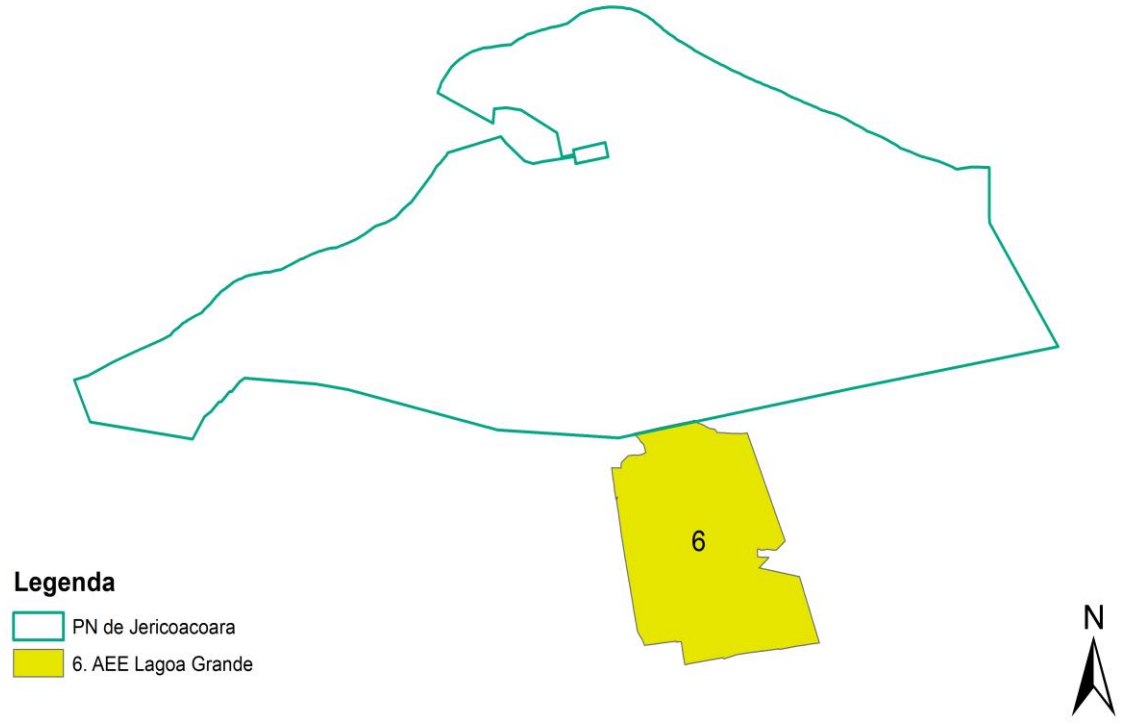


Figura 4-34 – Localização da Área Estratégica Externa Lagoa Grande.

7 - AEE Marinha

Descrição Geográfica do Espaço

Esta é a maior Área Estratégica Externa, com área aproximada de 18.003,058ha. Abrange todo o limite norte do PN; e do mesmo modo o limite norte das Áreas Estratégicas Externas 2 - APA de Tatajuba, à oeste do PN; 9 - Povoados do Preá, Cavalo Bravo e Caiçara, e 8 - Povoados da Barrinha, Castelhano e Carrapateira, à leste do PNJ. No centro de sua extensão tem coordenada aproximada de E= 330.847,576 e N= 9.693.976,488.

Resultados Esperados

- Atividades de pesca ordenadas.
- Atividades irregulares coibidas.
- Dinâmica pesqueira conhecida e monitorada.

Indicadores

- Número de embarcações identificadas.
- Número de autuações de atividades irregulares na AEE.
- Quantitativo de pescado desembarcado.

Atividades, Subatividades e Normas

1) Proibir e fiscalizar, nesta AEE, as seguintes atividades:

- O arrasto com embarcações motorizadas.
- A pesca comercial de barcos provenientes de outras regiões.
- Eventos tipo “Gincanas de Pesca” ou qualquer outro tipo de manifestação recreativa, festiva, religiosa, e/ou competitiva que necessite a permanência na área além do período diurno, em qualquer época do ano.
- Atividades que possam causar degradação ambiental, como a produção de detritos e/ou materiais diversos, tipo lixo orgânico ou inorgânico.

2) Fiscalizar esta AEE periodicamente.

2.1 Disponibilizar equipe, embarcação e equipamentos, conforme previsto na AGG Operacionalização.

3) Cadastrar as embarcações locais voltadas para a pesca, que tem como ponto de saída o Guriú.

4) Monitorar o desembarque do pescado, para avaliar a dinâmica dos estoques pesqueiros.

4.1 Estabelecer parceria com universidades para viabilizar esse monitoramento.

Ilustração

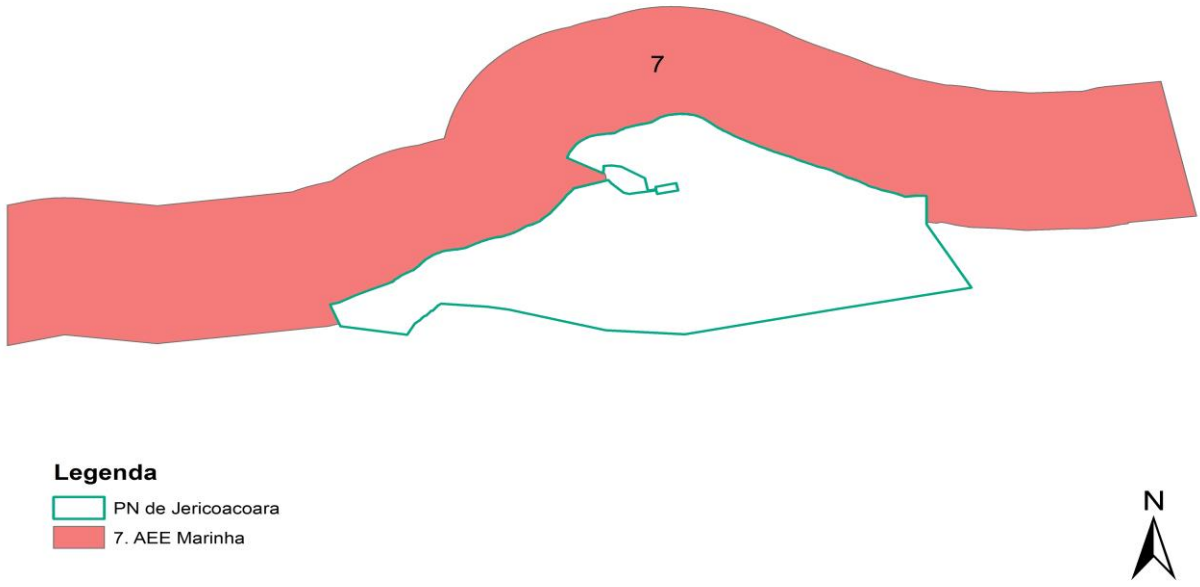


Figura 4-35 – Localização da Área Estratégica Externa Marinha.

8 - AEE Povoados da Barrinha, Castelhano e Carrapateira

Descrição Geográfica do Espaço

Consiste numa poligonal, no Município de Acaraú, à leste do PN. Com área, aproximada, de 3973,1632ha. Sua extensão abrange as lagoas do Junco, do Espinho, do Tatu, e das Moças. No centro tem coordenada de E= 351.410,123 e N= 9.685.814,497, aproximadamente.

Atividades, Subatividades e Normas

1) Consolidar o manejo do destino dos resíduos sólidos, visando reciclagem e a compostagem.

2) Implementar um programa de capacitação e qualificação dos moradores da região para a condução de visitantes.

- O programa de capacitação devera ser desenvolvido em conjunto com órgãos oficiais de turismo.
- As ações serão desenvolvidas tendo como principio a valorização da cultura local, em especial no caso da comunidade.

2.1 Estabelecer parceria com os órgãos oficiais de turismo, prefeituras, ONG locais e a comunidade visando instalar, nesta comunidade, estruturas para apoio a visitantes que se dirijam ao PNJ passando pela comunidade.

- Deverá ser estimulado o desenvolvimento de turismo com base comunitária, tendo o foco na fabricação do mocororó, cajuína, entre outros derivados do caju, bem como, da farinha e tapioca, derivados da mandioca.

3) Envolver a comunidade nos programas de sensibilização ambiental do Parque.

4) Articular cursos de capacitação para a comunidade com vistas ao atendimento ao turista, a alternativas de renda, a organização de associações e cooperativas, dentre outros.

5) Sinalizar os acessos às trilhas e atrativos do Parque.

- Deverão ser instaladas placas de sinalização indicativa nas ruas que dão acesso aos atrativos, de forma a orientar os visitantes.
- Deverá ser negociada com a Prefeitura, a sinalização urbana das trilhas.

6) Buscar parceria junto à Prefeitura Municipal para promoção de cursos de capacitação para as comunidades locais, em especial em atividades econômicas alternativas.

6.1 Contatar instituições como o SEBRAE e o SENAC visando a oferta de treinamento e capacitação de mão-de-obra destinada ao turismo, ao artesanato e ao beneficiamento de frutas.

7) Identificar e difundir, junto às comunidades, as fontes de financiamento potenciais para a implantação de atividades de desenvolvimento sustentável.

8) Programar atividades de educação e sensibilização ambiental para as comunidades e escolas.

- Deverão ser realizados debates, reuniões e palestras junto às comunidades locais sobre assuntos relativos a questões como geração e destinação do lixo, tempo de decomposição do lixo, importância da preservação dos recursos hídricos, potencialidade e aproveitamento das plantas, desmatamento, caça e pesca predatórias, queimadas, malefícios para o Parque com a criação de animais domésticos e exóticos, dentre outros.

9) Garantir a participação das escolas municipais no programa de sensibilização ambiental do PNJ.

9.1 Promover visitas de grupos de interesse ao Centro de Visitantes, num programa regular de sensibilização ambiental.

9.2 Promover a participação das escolas nos eventos do PNJ realizados em datas comemorativas.

- Solicitar junto à prefeitura a disponibilização de um onibus para o translado dos alunos da rede oficial de ensino ao Centro de Visitantes.

10) Programar, junto com a Prefeitura e escolas, eventos de educação e sensibilização ambiental, tais como, concursos de redação e desenhos, gincanas, mutirão de limpeza e outros cujo tema central seja o meio ambiente e o Parque.

11) Participar das festividades municipais buscando espaço para a divulgação do PNJ.

12) Vistoriar, periodicamente, os pontos de captação de água (cacimbas, cisternas e poços) buscando identificar possíveis irregularidades ou contaminações.

12.1 Procurar orientar os proprietários sobre os riscos de contaminação do lençol freático e seus reflexos na saúde da população.

13) Incentivar a implantação de planos de manejo comunitários destinados à exploração de espécies nativas com rendimento lenhoso e ao artesanato.

Ilustração

Figura 4-36 – Localização da Área Estratégica Externa dos Povoados da Barrinha, Castelhano e Carrapateira.

9 - AEE dos Povoados do Preá, Cavalo Bravo e Caiçara

Descrição Geográfica do Espaço

A poligonal está localizada à leste do PN, com área aproximada de 747,716ha, no Município de Cruz. Ao longo do seu perímetro norte está localizada a Praia do Preá. E na porção sul,

sentido oeste, faz limite com a Área Estratégica Externa APA da Lagoa da Jijoca. No centro de sua extensão tem como coordenada central E= 343.135,959 e N= 9.686.596,349

Atividades, Subatividades e Normas

1) Consolidar o manejo do destino dos resíduos sólidos, visando reciclagem e a compostagem.

2) Implementar um programa de capacitação e qualificação dos moradores da região para a condução de visitantes.

- O programa de capacitação devera ser desenvolvido em conjunto com órgãos oficiais de turismo.
- As ações serão desenvolvidas tendo como principio a valorização da cultura local, em especial no caso da comunidade.

2.1 Estabelecer parceria com os órgãos oficiais de turismo, prefeituras, ONG locais e a comunidade visando instalar, nesta comunidade, estruturas para apoio a visitantes que se dirijam ao PNJ passando pela comunidade.

- Deverá ser estimulado o desenvolvimento de turismo com base comunitária, tendo o foco na fabricação do mocororó, cajuína, entre outros derivados do caju, bem como, da farinha e tapioca, derivados da mandioca.

3) Envolver a comunidade nos programas de sensibilização ambiental do Parque.

4) Articular cursos de capacitação para a comunidade com vistas ao atendimento ao turista, a alternativas de renda, a organização de associações e cooperativas, dentre outros.

5) Sinalizar os acessos às trilhas e atrativos do Parque.

- Deverão ser instaladas placas de sinalização indicativa nas ruas que dão acesso aos atrativos, de forma a orientar os visitantes.
- Deverá ser negociada com a Prefeitura, a sinalização urbana das trilhas.

6) Buscar parceria junto à Prefeitura Municipal para promoção de cursos de capacitação para as comunidades locais, em especial em atividades econômicas alternativas.

6.1 Contatar instituições como o SEBRAE e o SENAC visando a oferta de treinamento e capacitação de mão-de-obra destinada ao turismo, ao artesanato e ao beneficiamento de frutas.

7) Identificar e difundir, junto às comunidades, as fontes de financiamento potenciais para a implantação de atividades de desenvolvimento sustentável.

8) Programar atividades de educação e sensibilização ambiental para as comunidades e escolas.

- Deverão ser realizados debates, reuniões e palestras junto às comunidades locais sobre assuntos relativos a questões como geração e destinação do lixo, tempo de decomposição do lixo, importância da preservação dos recursos hídricos, potencialidade e aproveitamento das plantas, desmatamento, caça e pesca predatórias, queimadas, malefícios para o Parque com a criação de animais domésticos e exóticos, dentre outros.

9) Garantir a participação das escolas municipais no programa de sensibilização ambiental do PNJ.

9.1 Promover visitas de grupos de interesse ao Centro de Visitantes, num programa regular de sensibilização ambiental.

9.2 Promover a participação das escolas nos eventos do PNJ realizados em datas comemorativas.

- Solicitar junto à prefeitura a disponibilização de um onibus para o translado dos alunos da rede oficial de ensino ao Centro de Visitantes.

10) Programar, junto com a Prefeitura e escolas, eventos de educação e sensibilização ambiental, tais como, concursos de redação e desenhos, gincanas, mutirão de limpeza e outros cujo tema central seja o meio ambiente e o Parque.

11) Participar das festividades municipais buscando espaço para a divulgação do PNJ.

12) Vistoriar, periodicamente, os pontos de captação de água (cacimbas, cisternas e poços) buscando identificar possíveis irregularidades ou contaminações.

12.1 Procurar orientar os proprietários sobre os riscos de contaminação do lençol freático e seus reflexos na saúde da população.

13) Realizar estudo de viabilidade da atividade de passeio de barco.

Ilustração

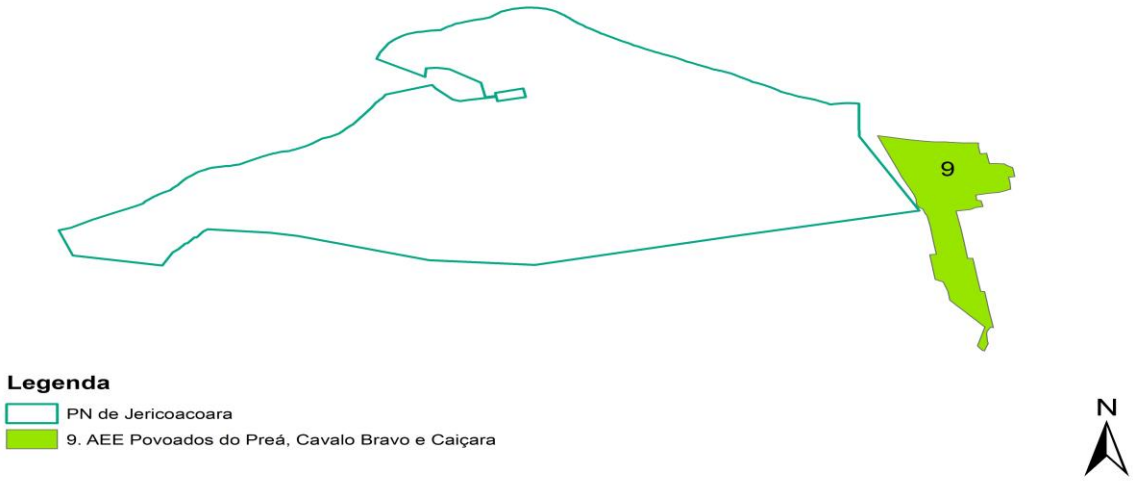


Figura 4-37 – Localização da Área Estratégica Externa dos Povoados do Preá, Cavalo Bravo e Caiçara.

10 - AEE Reserva Legal

Descrição Geográfica do Espaço

Esta AEE é composta por três poligonais. A primeira tem área aproximada de 494,783ha, está situada no Município de Jijoca de Jericoacoara, ao sul do PN. Na porção oeste se encontra a Área Estratégica Externa Assentamento, e ao sul está a Área Estratégica Externa Córrego da Forquilha. No centro de sua extensão tem como coordenada central E= 330.629,248 e N= 9.683.603,774. A segunda tem área aproximada de 278,975ha, também está ao sul do PN, mas não faz limite com este. No limite norte está a Área Estratégica Externa Assentamento, e uma pequena extensão do Lago do Córrego da Forquilha. Tem como coordenada central E= 329.501,934 N= 9.679.740,842, aproximadamente. A terceira e última poligonal tem área aproximada de 175,189ha, e também está ao sul do PN. Faz limite, na porção sul, com a Área Estratégica Externa Córrego da Forquilha. Sua coordenada central aproximada é de E= 332.555,677 e N= 9.682.751,849

Atividades, Subatividades e Normas

1) Iniciar uma articulação com o INCRA, buscando um entendimento para a criação de um corredor ecológico que contemple as reservas legais do assentamento.

2) Articular com as universidades a elaboração de pesquisas que visam o conhecimento da ecologia de paisagens.

2.1 Definir com os pesquisadores qual seria a melhor conformação espacial do corredor ecológico.

3) Definir normas de uso e ocupação no corredor ecológico.

3.1 Limitar o uso de agrotóxicos, o desenvolvimento de atividades significativamente poluidoras, a instalação de indústrias, lixões, depósitos de rejeitos, e empreendimentos de grande impacto ambiental.

4) Incentivar a prática de atividades ambientalmente sustentáveis nessas áreas, tais como o turismo ecológico, a agricultura orgânica, o artesanato, o beneficiamento de frutos e produtos de origem natural, entre outros.

5) Promover uma gestão participativa, com a criação de um conselho consultivo, contando com as lideranças locais.

6) Realizar divulgação ampla das reuniões para as tomada de decisão referentes ao corredor ecológico.

- Fazer uso de rádios, cartazes, carros-de-som e propaganda televisiva.

6.1 Articular parcerias para o desenvolvimento dessa divulgação.

Ilustração

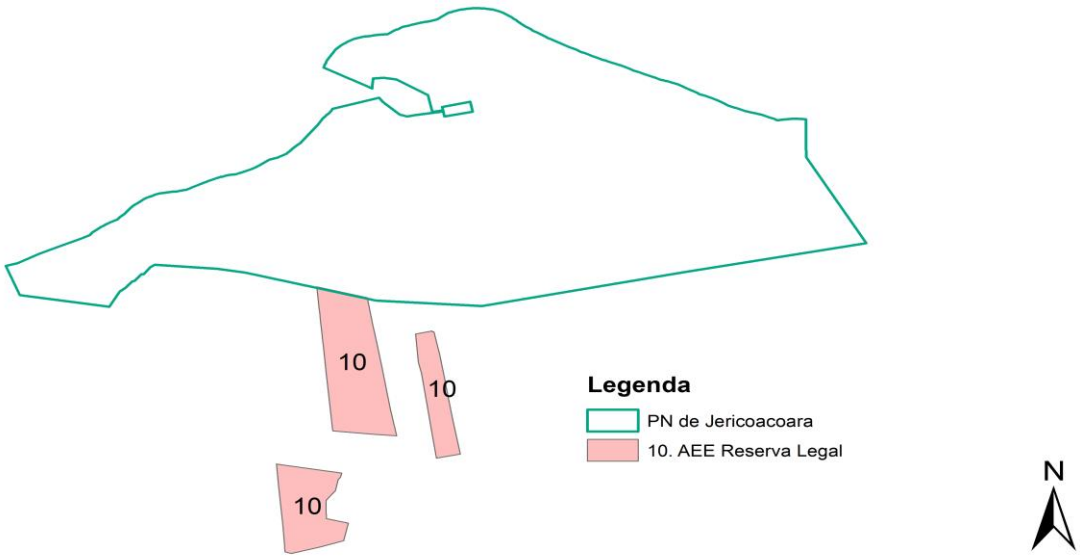


Figura 4-38 – Localização da Área Estratégica Externa Reserva Legal.

11 - AEE Sede Municipal de Acaraú

Descrição Geográfica do Espaço

Com área aproximada de 1566,390ha, esta AEI está localizada no Município de Acaraú, à sudeste do PNJ. Está a aproximadamente 33km de distância, em linha reta, do Parque e compreende toda a área habitacional município, bem como uma pequena extensão do Rio

Atividades, Subatividades e Normas

1) Consolidar o manejo do destino dos resíduos sólidos, visando reciclagem e a compostagem.

2) Envolver a comunidade nos programas de sensibilização ambiental do Parque.

3) Articular cursos de capacitação para a comunidade com vistas ao atendimento ao turista, a alternativas de renda, a organização de associações e cooperativas, dentre outros.

4) Sinalizar os acessos às trilhas e atrativos do Parque.

- Deverão ser instaladas placas de sinalização indicativa nas ruas que dão acesso aos atrativos, de forma a orientar os visitantes.
- Deverá ser negociada com a Prefeitura, a sinalização urbana das trilhas.

5) Negociar, junto à Prefeitura Municipal, Capitania dos Portos e setores interessados, passeios marítimos a vela, para visitação ao Parque Nacional.

6) Programar atividades de educação e sensibilização ambiental para as comunidades e escolas.

- Deverão ser realizados debates, reuniões e palestras junto às comunidades locais sobre assuntos relativos a questões como geração e destinação do lixo, tempo de decomposição do lixo, importância da preservação dos recursos hídricos, potencialidade e aproveitamento das plantas, desmatamento, caça e pesca predatórias, queimadas, malefícios para o Parque com a criação de animais domésticos e exóticos, dentre outros.

7) Garantir a participação das escolas municipais no programa de sensibilização ambiental do PNJ.

7.1 Promover visitas de grupos de interesse ao Centro de Visitantes, num programa regular de sensibilização ambiental.

7.2 Promover a participação das escolas nos eventos do PNJ realizados em datas comemorativas.

- Solicitar junto à prefeitura a disponibilização de um onibus para o translado dos alunos da rede oficial de ensino ao Centro de Visitantes.

8) Programar, junto com a Prefeitura e escolas, eventos de educação e sensibilização ambiental, tais como, concursos de redação e desenhos, gincanas, mutirão de limpeza e outros cujo tema central seja o meio ambiente e o Parque.

9) Participar das festividades municipais buscando espaço para a divulgação do PNJ.

10) Vistoriar, periodicamente, os pontos de captação de água (cacimbas, cisternas e poços) buscando identificar possíveis irregularidades ou contaminações.

10.1 Procurar orientar os proprietários sobre os riscos de contaminação do lençol freático e seus reflexos na saúde da população.

Ilustração

Figura 4-39 – Localização da Área Estratégica Externa Sede Municipal de Acaraú.

12 - AEE Sede Municipal de Camocim

Descrição Geográfica do Espaço

Esta AEI, com área aproximada de 2.689,436ha, está localizada a sudoeste do PNJ. Abrangendo toda região habitacional do Município de Camocim, bem como grande parte do Lago Seco.

Atividades, Subatividades e Normas

1) Consolidar o manejo do destino dos resíduos sólidos, visando reciclagem e a compostagem.

2) Envolver a comunidade nos programas de sensibilização ambiental do Parque.

3) Articular cursos de capacitação para a comunidade com vistas ao atendimento ao turista, a alternativas de renda, a organização de associações e cooperativas, dentre outros.

4) Sinalizar os acessos às trilhas e atrativos do Parque.

- Deverão ser instaladas placas de sinalização indicativa nas ruas que dão acesso aos atrativos, de forma a orientar os visitantes.

- Deverá ser negociada com a Prefeitura, a sinalização urbana das trilhas.

5) Negociar, junto à Prefeitura Municipal, Capitania dos Portos e setores interessados, passeios marítimos a vela, para visitação ao Parque Nacional.

6) Programar atividades de educação e sensibilização ambiental para as comunidades e escolas.

- Deverão ser realizados debates, reuniões e palestras junto às comunidades locais sobre assuntos relativos a questões como geração e destinação do lixo, tempo de decomposição do lixo, importância da preservação dos recursos hídricos, potencialidade e aproveitamento das plantas, desmatamento, caça e pesca predatórias, queimadas, malefícios para o Parque com a criação de animais domésticos e exóticos, dentre outros.

7) Garantir a participação das escolas municipais no programa de sensibilização ambiental do PNJ.

7.1 Promover visitas de grupos de interesse ao Centro de Visitantes, num programa regular de sensibilização ambiental.

7.2 Promover a participação das escolas nos eventos do PNJ realizados em datas comemorativas.

- Solicitar junto à prefeitura a disponibilização de um onibus para o translado dos alunos da rede oficial de ensino ao Centro de Visitantes.

8) Programar, junto com a Prefeitura e escolas, eventos de educação e sensibilização ambiental, tais como, concursos de redação e desenhos, gincanas, mutirão de limpeza e outros cujo tema central seja o meio ambiente e o Parque.

9) Participar das festividades municipais buscando espaço para a divulgação do PNJ.

10) Vistoriar, periodicamente, os pontos de captação de água (cacimbas, cisternas e poços) buscando identificar possíveis irregularidades ou contaminações.

10.1 Procurar orientar os proprietários sobre os riscos de contaminação do lençol freático e seus reflexos na saúde da população.

11) Fazer gestão para reconstrução e reativação da ponte entre Guriú e Mangue Seco, fundamental para que o Parque proteja a área de desova de tartarugas marinhas, evitando o tráfego.

Ilustração

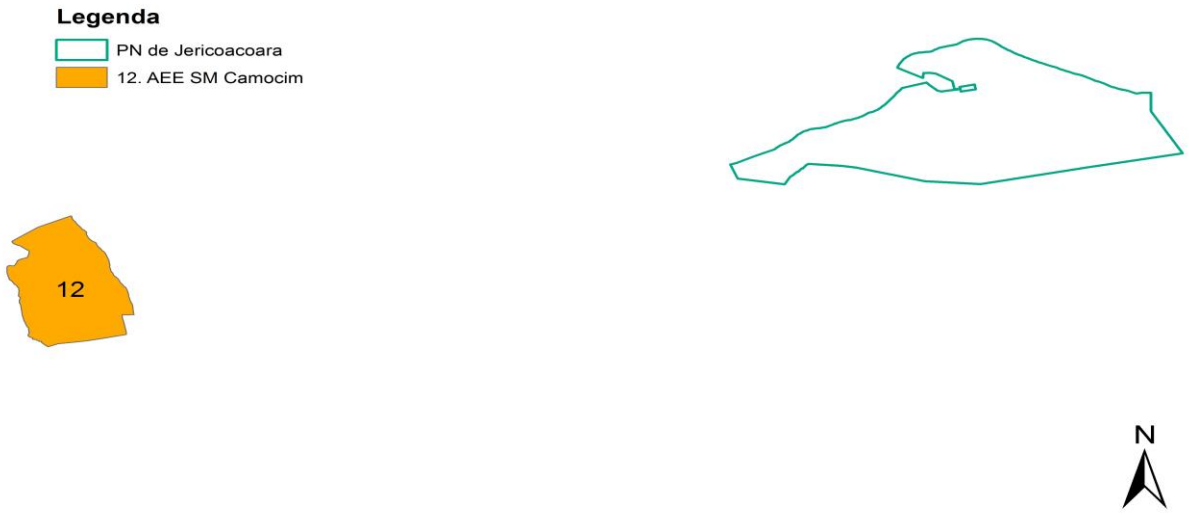


Figura 4-40 – Localização da Área Estratégica Externa Sede Municipal de Camocim.

13 - AEE Sede Municipal de Cruz

Descrição Geográfica do Espaço

Esta poligonal tem aproximadamente 154,055ha, e está à sudeste do PNJ. Incluindo a pequena região habitacional do município de Cruz e a Lagoa de Cruz

Atividades, Subatividades e Normas

1) Firmar parceria com a Prefeitura de Cruz com o objetivo de se realizar uma gestão territorial de forma conjunta e harmônica.

2) Desenvolver fiscalização periódica nesta área.

2.1 Estimular a adequação de todo empreendedor às normas ambientais e de segurança pertinentes para a obtenção de licença de funcionamento;

2.2 Fiscalizar a criação de animais silvestres em cativeiro observando a procedência e a legalidade da atividade.

3) Realizar reuniões e atividades mensais junto a cada comunidade local, para tratar de questões ambientais, organizadas com o apoio dos representantes deste município, que integram o conselho consultivo do PNJ.

4) Garantir a participação das escolas municipais no programa de sensibilização ambiental da PNJ.

4.1 Promover visitas de grupos de interesse ao Centro de Visitantes, num programa regular de sensibilização ambiental.

4.2 Promover a participação das escolas nos eventos do PNJ realizados em datas comemorativas.

4.3 Solicitar junto à prefeitura a disponibilização de um onibus para o translado dos alunos da rede oficial de ensino ao Centro de Visitantes do PNJ.

4.4Proferir palestras sobre temas ambientais junto às escolas do município.

5) Incentivar a prática de coleta seletiva e a reciclagem de lixo nessa AEE

- Deverá ser desenvolvida uma campanha de coleta seletiva do lixo e confecção de folder orientando sobre a separação do lixo;

5.1 Buscar o apoio técnico-financeiro do Ministério do Meio Ambiente e do SEBRAE para capacitação das associações e apoio na comercialização do lixo reciclado.

6) Instalar um Posto de Informação (PI) nesta AEE.

- Deverá ser solicitado à prefeitura a concessão de instalação para o estabelecimento do PI;
- O PI deverá contar com as seguintes estruturas ou equipamentos: uma mesa para recepção, linha telefonica e aparelho de telefone, um rádio HT, prateleiras para livros, um sofá e duas cadeiras.
- Em horários a serem designados, pelo menos um técnico do PNJ fará plantão no Posto de Informação.
- Neste PI deverão ser distribuídos folderes sobre conservação ambiental e sobre o PNJ.
- Deverá ser mantido, neste PI, exposição permanente de fotos e mapas do PNJ.
- Deverão ser disponibilizados livros e diversos tipos de informações documentadas sobre o meio ambiente em forma de uma biblioteca, aberta ao público.

7) O técnico responsável pelo PI deverá estar em constante atualização sobre os procedimentos para licenciamento ambiental, concessão de autorizações e suas devidas competências, junto aos órgãos de fiscalização e licenciamento ambiental do estado.

8) Consolidar o manejo do destino dos resíduos sólidos, visando reciclagem e a compostagem.

9) Articular cursos de capacitação para a comunidade com vistas ao atendimento ao turista, a alternativas de renda, a organização de associações e cooperativas, dentre outros.

10) Sinalizar os acessos às trilhas e atrativos do Parque.

- Deverão ser instaladas placas de sinalização indicativa nas ruas que dão acesso aos atrativos, de forma a orientar os visitantes.
- Deverá ser negociada com a Prefeitura, a sinalização urbana das trilhas.

11) Buscar parceria junto à Prefeitura Municipal para promoção de cursos de capacitação para as comunidades locais, em especial em atividades econômicas alternativas.

11.1 Contatar instituições como o SEBRAE e o SENAC visando a oferta de treinamento e capacitação de mão-de-obra destinada ao turismo, ao artesanato e ao beneficiamento de frutas.

12) Identificar e difundir, junto às comunidades, as fontes de financiamento potenciais para a implantação de atividades de desenvolvimento sustentável.

13) Programar, junto com a Prefeitura e escolas, eventos de educação e sensibilização ambiental, tais como, concursos de redação e desenhos, gincanas, mutirão de limpeza e outros cujo tema central seja o meio ambiente e o Parque.

14) Participar das festividades municipais buscando espaço para a divulgação do PNJ.

15) Vistoriar, periodicamente, os pontos de captação de água (cacimbas, cisternas e poços) buscando identificar possíveis irregularidades ou contaminações.

15.1 Procurar orientar os proprietários sobre os riscos de contaminação do lençol freático e seus reflexos na saúde da população.

Ilustração

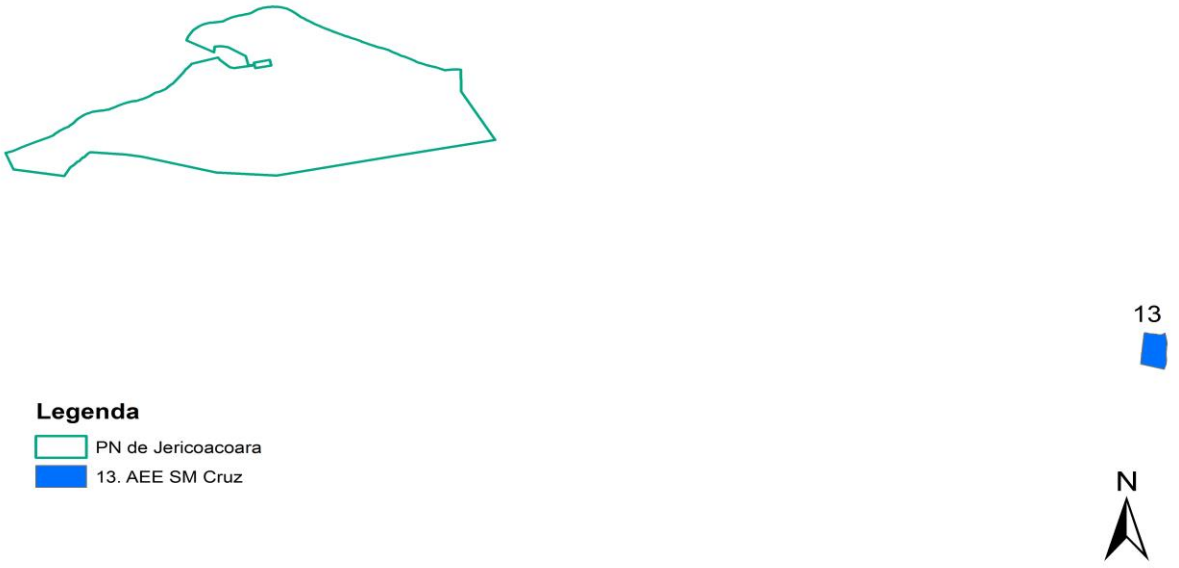


Figura 4-41 – Localização da Área Estratégica Externa Sede Municipal de Cruz.

14 - AEE Sede Municipal de Jijoca de Jericoacoara

Descrição Geográfica do Espaço

Ao sul do PNJ, este segmento possui área aproximada de 174,448ha. Em seu limite norte está a Área Estratégica Externa APA da Lagoa da Jijoca, a região habitacional do Município de Jijoca de Jericoacoara, bem como uma pequena porção da Lagoa da Jijoca

Atividades, Subatividades e Normas

1) Firmar parceria com a Prefeitura de Jijoca de Jericoacoara com o objetivo de se realizar uma gestão territorial de forma conjunta e harmônica.

2) Desenvolver fiscalização periódica nesta área.

2.1 Estimular a adequação de todo empreendedor às normas ambientais e de segurança pertinentes para a obtenção de licença de funcionamento;

2.2 Fiscalizar a criação de animais silvestres em cativeiro observando a procedência e a legalidade da atividade.

3) Realizar reuniões e atividades mensais junto a cada comunidade local, para tratar de questões ambientais, organizadas com o apoio dos representantes deste município, que integram o conselho consultivo do PNJ.

4) Garantir a participação das escolas municipais no programa de sensibilização ambiental da PNJ.

4.1 Promover visitas de grupos de interesse ao Centro de Visitantes, num programa regular de sensibilização ambiental.

4.2 Promover a participação das escolas nos eventos do PNJ realizados em datas comemorativas.

4.3 Solicitar junto à prefeitura a disponibilização de um onibus para o translado dos alunos da rede oficial de ensino ao Centro de Visitantes do PNJ.

4.4 Proferir palestras sobre temas ambientais junto às escolas do município.

5) Incentivar a prática de coleta seletiva e a reciclagem de lixo nessa AEE

- Deverá ser desenvolvida uma campanha de coleta seletiva do lixo e confecção de folder orientando sobre a separação do lixo;
- Buscar o apoio técnico-financeiro do Ministério do Meio Ambiente e do SEBRAE para capacitação das associações e apoio na comercialização do lixo reciclado.

6) Instalar um Posto de Informação (PI) nesta AEE.

- Deverá ser solicitado à prefeitura a concessão de instalação para o estabelecimento do PI.

- O PI deverá contar com as seguintes estruturas ou equipamentos: uma mesa para recepção, linha telefonica e aparelho de telefone, um rádio HT, prateleiras para livros, um sofá e duas cadeiras.
- Em horários a serem designados, pelo menos um técnico do PNJ fará plantão no Posto de Informação.
- Neste PI deverão ser distribuídos folderes sobre conservação ambiental e sobre o PNJ.
- Deverá ser mantido, neste PI, exposição permanente de fotos e mapas do PNJ.
- Deverão ser disponibilizados livros e diversos tipos de informações documentadas sobre o meio ambiente em forma de uma biblioteca, aberta ao público.

7) O técnico responsável pelo PI deverá estar em constante atualização sobre os procedimentos para licenciamento ambiental, concessão de autorizações e suas devidas competências, junto aos órgãos de fiscalização e licenciamento ambiental do estado.

8) Consolidar o manejo do destino dos resíduos sólidos, visando reciclagem e a compostagem.

9) Articular cursos de capacitação para a comunidade com vistas ao atendimento ao turista, a alternativas de renda, a organização de associações e cooperativas, dentre outros.

10) Sinalizar os acessos às trilhas e atrativos do Parque.

- Deverão ser instaladas placas de sinalização indicativa nas ruas que dão acesso aos atrativos, de forma a orientar os visitantes.
- Deverá ser negociada com a Prefeitura, a sinalização urbana das trilhas.

11) Buscar parceria junto à Prefeitura Municipal para promoção de cursos de capacitação para as comunidades locais, em especial em atividades econômicas alternativas.

11.1 Contatar instituições como o SEBRAE e o SENAC visando a oferta de treinamento e capacitação de mão-de-obra destinada ao turismo, ao artesanato e ao beneficiamento de frutas.

12) Identificar e difundir, junto às comunidades, as fontes de financiamento potenciais para a implantação de atividades de desenvolvimento sustentável.

13) Programar, junto com a Prefeitura e escolas, eventos de educação e sensibilização ambiental, tais como, concursos de redação e desenhos, gincanas, mutirão de limpeza e outros cujo tema central seja o meio ambiente e o Parque.

14) Participar das festividades municipais buscando espaço para a divulgação do PNJ.

15) Vistoriar, periodicamente, os pontos de captação de água (cacimbas, cisternas e poços) buscando identificar possíveis irregularidades ou contaminações.

15.1 Procurar orientar os proprietários sobre os riscos de contaminação do lençol freático e seus reflexos na saúde da população.

16) Fazer gestão para reconstrução e reativação da ponte entre Guriú e Mangue Seco, fundamental para que o Parque proteja a área de desova de tartarugas marinhas, evitando o tráfego.

Ilustração

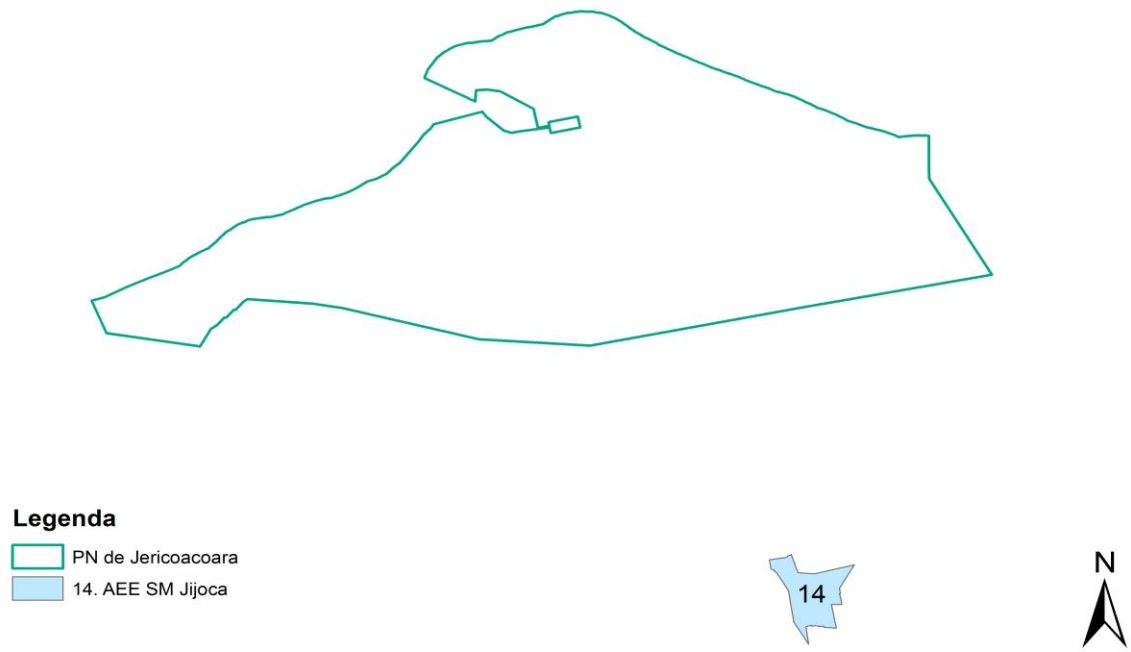


Figura 4-42 – Localização da Área Estratégica Externa Sede Municipal de Jijoca de Jericoacoara.

15 - AEE Vila de Jericoacoara

Descrição Geográfica do Espaço

Esta AEI tem área aproximada de 113,888ha, e está inserida no Município de Jijoca de Jericoacoara. Todo quase seu perímetro é circundado pelo PNJ, exceto a fração que faz limite com a Área Estratégica Externa da Marinha

Atividades, Subatividades e Normas

1) Garantir a ligação de todas as edificações (casas, restaurantes, pousadas, entre outros) na rede de esgoto sanitário da Estação de Tratamento, na Vila de Jericoacoara.

2) Incentivar a implementação do programa A3P, visando a reutilização para empreendimentos de volume considerável.

- Deverão ser enfocadas as lavanderias, restaurantes e pousadas.

3) Coibir o despejo de efluentes pelo sistema limpa fossa.

4) Consolidar o manejo do destino dos resíduos sólidos, visando reciclagem e a compostagem.

5) Implementar um programa de capacitação e qualificação dos moradores da região para a condução de visitantes.

- O programa de capacitação devera ser desenvolvido em conjunto com órgãos oficiais de turismo.
- As ações serão desenvolvidas tendo como principio a valorização da cultura local, em especial no caso da comunidade.

5.1 Estabelecer parceria com os órgãos oficiais de turismo, prefeituras, ONG locais e a comunidade visando instalar, nesta comunidade, estruturas para apoio a visitantes que se dirijam ao PNJ passando pela comunidade.

- Deverá ser estimulado o desenvolvimento de turismo com base comunitária, tendo o foco na fabricação do mocororó, cajuína, entre outros derivados do caju, bem como, da farinha e tapioca, derivados da mandioca.

6) Envolver a comunidade nos programas de sensibilização ambiental do Parque.

6.1 Incluir nos veículos de divulgação previstos na AGGE Sensibilização Ambiental, a sensibilização dos moradores quanto aos prejuízos causados pela livre criação de porcos soltos nas ruas.

7) Articular cursos de capacitação para a comunidade com vistas ao atendimento ao turista, a alternativas de renda, a organização de associações e cooperativas, dentre outros.

8) Sinalizar os acessos às trilhas e atrativos do Parque.

- Deverão ser instaladas placas de sinalização indicativa nas ruas que dão acesso aos atrativos, de forma a orientar os visitantes.
- Deverá ser negociada com a Prefeitura, a sinalização urbana das trilhas.

9) Apoiar o Centro de Artesanato, divulgando suas atividades e produtos nas atividades de sensibilização ambiental e divulgação do PNJ.

10) Participar das festividades municipais buscando espaço para a divulgação do PNJ.

11) Fiscalizar o lançamento de efluentes na praia de Jericoacoara.

12) Elaborar projeto específico e readequar as instalações da sede do PNJ para atender administrativamente e operacionalmente as suas demandas.

- As áreas de alojamento e administrativas deverão ser separadas fisicamente.

Ilustração

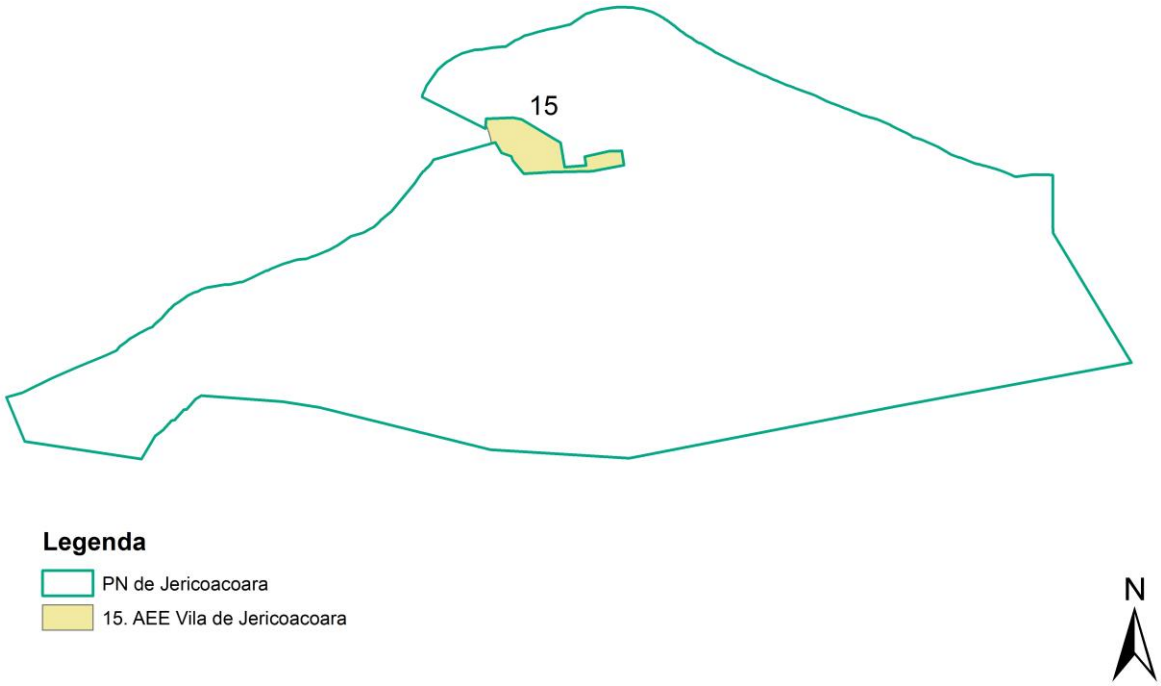
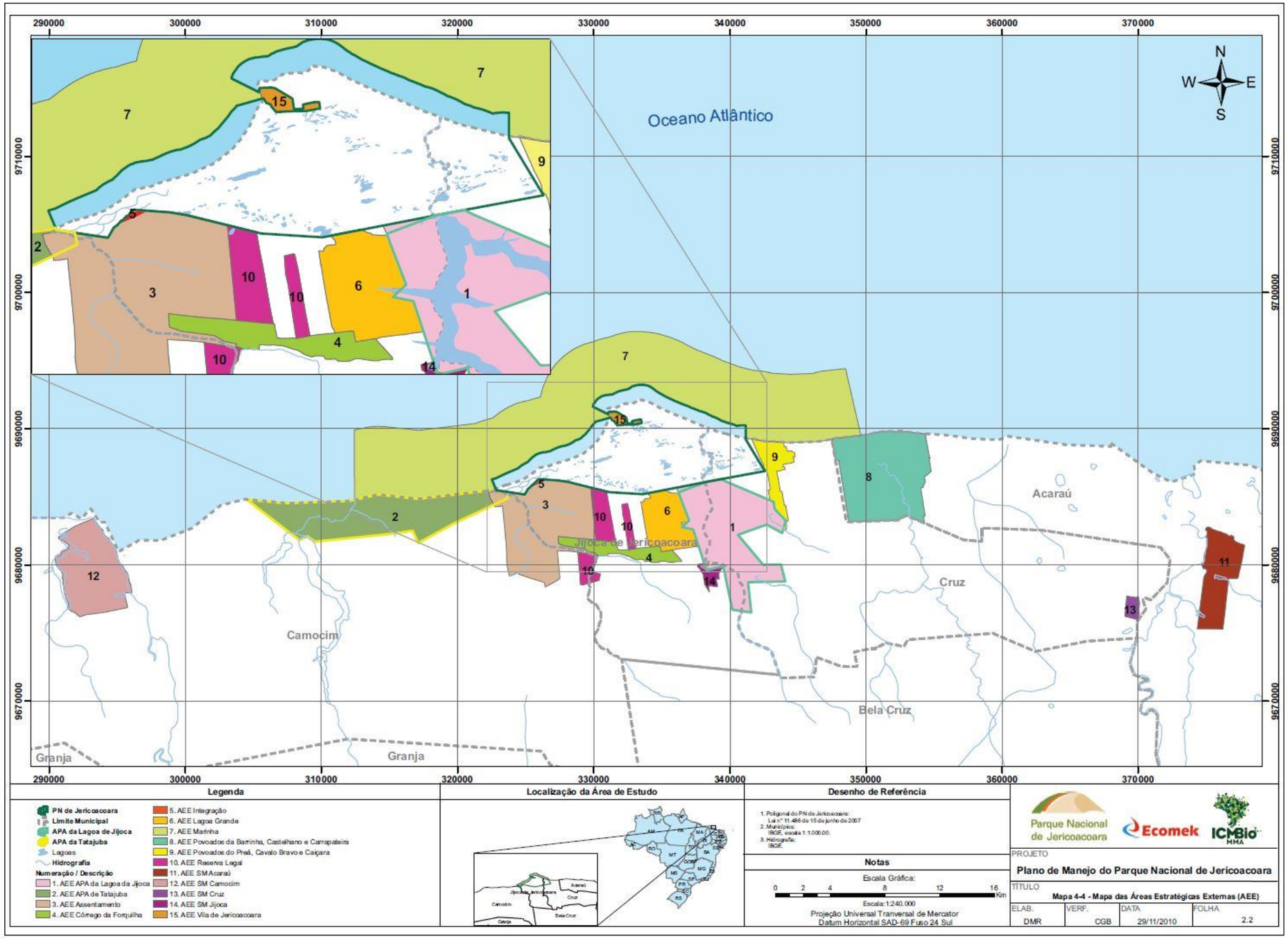


Figura 4-43 – Localização da Área Estratégica Externa Vila de Jericoacoara.

Documento alterado pela Portaria ICMBio Nº 377, de 21 de julho de 2021



Mapa 4-4 – Mapa das Áreas Estratégicas Externas do Parque Nacional de Jericoacoara

4-194